



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CEARÁ**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA**

**A PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA: UMA  
NECESSIDADE ONTO-HISTÓRICA PARA ALÉM DA PARTICULARIDADE DO  
CAPITAL**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2018**

ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA

A PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA: UMA  
NECESSIDADE ONTO-HISTÓRICA PARA ALÉM DA PARTICULARIDADE DO  
CAPITAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de professores.

Orientação: Prof. Dr Frederico Jorge Ferreira Costa

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Rogério Passos de .

A participação da educação física na formação humana: uma necessidade onto-histórica para além da particularidade do capital (recurso eletrônico) / Rogério Passos de Oliveira. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 1/2 pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 196 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Formação de professores..

Orientação: Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.

1. Educação Física. 2. Capacidades Corporais. 3. Ontologia do Ser Social. 4. Materialismo Histórico.  
I. Título.

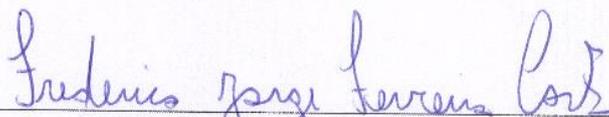
ROGÉRIO PAES DE OLIVEIRA

A PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA: UMA  
NECESSIDADE ONTO-HISTÓRICA PARA ALÉM DA PARTICULARIDADE DO  
CAPITAL

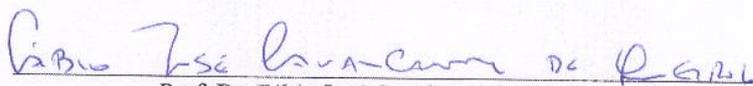
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2018.

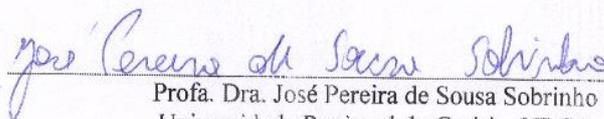
BANCA EXAMINADORA



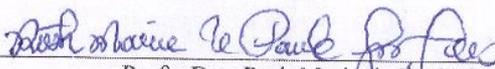
Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa (Orientador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz  
Universidade Regional do Cariri – URCA



Profª. Dra. José Pereira de Sousa Sobrinho  
Universidade Regional do Cariri – URCA



Profª. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Aos meus pais, dona Bê e seu Zezé pelo  
esforço e dedicação para com a minha  
educação. Amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela educação a mim proporcionada, dona Francisca Aurenny de Oliveira e o senhor José Paes de Oliveira assim como aos meus irmãos José Roberto, Maria do Socorro, Maria Lídia, Eliza Beth, Soesma, Eliza Maria, Eliza Any, Antonio, pelas palavras de força e apoio.

A minha segunda família que me recebeu de braços abertos, Ana Paula Leite, Tarcísio Moreira, Andréa Leite, André Leite, Paulo Leite e agora o pequeno Arthur.

Ao meu orientador, Prof. Dr, Frederico Jorge Ferreira Costa, pelos ensinamentos que proporcionaram uma melhor reflexão da realidade, apontando as possibilidades de construção de uma alternativa de sociedade que não seja pautada pelo trabalho explorado.

A banca examinadora Profa. Dra. Maria de Ruth de Paula Gonçalves, Prof. Dr. Fabio José Ferreira de Queiroz e o Prof. José Pereira de Sousa Sobrinho pela disponibilidade e comprometimento com a leitura do texto, o que me proporcionou avançar desde os apontamentos ainda na qualificação.

A Profa. Dra. Rosângela Aparecida Mello, que mais uma vez participou no meu processo de formação na banca de qualificação desse texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, por fazer parte desse processo formativo, em especial, a Profa. Dra. Fátima Leitão, por se mostrar atenciosa, humana, amorosa e acolhedora, uma mestre digna de ser espelhada.

Ao Instituto de estudos e pesquisa do Movimento Operário (IMO) e seus professores, que se dedicam para nos formar dentro de uma perspectiva emancipatória que não perde de vista o horizonte revolucionário. Profa. PhD Maria Susana Vasconcelos Jimenez, Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo, Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo, Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos, Prof. Dr. Valdemarin Coelho Gomes, Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho.

A turma de mestrado 2016 por ser uma das flores desse processo cheio de espinhos. Alessandra, Andréia, Cleângela, Deborah, Edilene, Évila, Felipe, Gabriel, Kessiane, Mateus, Mikaele, Nivea, Paulo Pedro, Rosani, Sarlene, Vitória. As amadas sereias Ludimila e Mayara e os camaradas “barbudinhos” Ana Paula, Bruno e Vera pelos debates fraternos que nos fazem avançar. A vocês, sempre me lembrarei com carinho e ternura desses dois anos (2016-2018) juntos e levarei essa amizade para o restante de nossas mortais vidas.

Aos companheiros do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE), e em especial a Valonia com quem tenho o prazer de

dividir a coordenação de um grupo de estudos, ao camarada Alisson pela grande contribuição nos textos produzidos coletivamente e a Lorena que contribuiu bastante para eu pudesse avançar nos estudos da ontologia.

A Cristina Cardoso de Araújo, pela amizade, companheirismo, humanidade. A causalidade que nos proporcionou nos conhecermos em Fortaleza, sem nem sequer sabermos nos locomover nessa cidade e tornou-se uma das melhores companhias, com toda sua amorosidade e atenção.

A Cristiane Abreu, outra grande companhia nesse processo. Foram muitas horas de estudos e conversas no IMO, somadas a outras tantas no Bar.

A Natasha, pelos divertidos momentos em sala e pelos constantes debates, pelas correções dos textos e o mais importante, pela grande amizade.

Aos alunos da linha marxismo e formação do educador, pelos debates nas disciplinas, em especial a amiga Stephanie.

Aos meus amigos, pelos grandes momentos nessa vida, pelas farras e divertidas bebedeiras, e pelos momentos de estudos, sempre nos preocupando uns com os outros. Henrique, Anderson, Kleverton, Higo, Felipe, Diniz, Wesley e os demais da Turma “vasp”.

Aos colegas de “república”, pelos momentos bons que passamos nessa cidade linda, com muita praia, muita pizza, muito cinema. Álvaro e em especial ao Fábio.

A Secretaria de Educação de Santana do Cariri, em nome dos professores Jefferson, Maryane, Luciano, Wagna por todo apoio e companheirismo.

A comunidade escolar da escola Paulo Rodrigues Duarte, em especial a Walkiria, Simone, Fernanda, Geane, sempre com palavras de apoio.

Ao PPGE que me oportunizou esse espaço de aprendizagem em especial as carinhosas e atenciosas Rosângela e Jonelma, a quem sempre estamos perturbando na secretaria.

A Fundação Cearense de Apoio de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa que foi primordial para a melhor qualidade desta pesquisa.

“Os homens fazem a sua história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que cumpre o cérebro dos vivos”.

(Karl Marx)

## RESUMO

A Educação Física brasileira passou e passa por inúmeras transformações do seu sentido e significado durante o processo histórico, estando, predominantemente, em última instância, sempre atrelado aos interesses da reprodução do capitalismo. Tendência que foi criticada no final da década de 1980 e início da década de 1990 com a culminância na obra do coletivo de autores (1992) e uma reação conservadora e reacionária, em seguida, com a criação do Conselho Federal de Educação Física e seus conselhos regionais (1994). É a serviço da classe dominante que a Educação Física passa a ser obrigatória em alguns momentos que influenciam os intelectuais da área a buscar uma justificativa para sua presença na escola, sempre questionada de tempo em tempo por seu papel direto na nova forma de acumulação capitalista. Diferentemente de uma defesa corporativista, esse trabalho busca debater a necessidade da Educação Física na escola, enquanto complexo necessário para a reprodução social e, portanto, partícipe da formação humana. Na busca de uma análise comprometida com os interesses da classe trabalhadora, nossas análises se deram alicerçados nos pressupostos teóricos, filosóficos e metodológicos do materialismo histórico fundados por Karl Marx e Friedrich Engels, além de outros autores da tradição marxista, como Gyorgy Lukács. Dos estudos realizados, chegamos a seguinte conclusão: a produção da existência é a chave para compreendermos a essência histórica e provisória do ser social, em que ele é produto de sua própria atividade metabólica com a natureza mediante as circunstâncias histórico-concretas, fato que o torna diferente dos demais animais e se desenvolvem atividades exclusivamente humanas, como é o caso da Educação Física. Na ação metabólica do trabalho é necessário que o ser social tenha sob seu controle as ações corporais, ou seja, as capacidades corporais (físicas e espirituais). A Educação Física é um complexo produzido pela atividade vital humana e presente também nessa atividade, nesse sentido, sempre os homens necessitarão para se reproduzirem ter sobre o seu controle os elementos presentes no complexo da Educação Física e, por conseguinte, a presença da Educação Física na escola não é um debate epistemológico, de obrigatoriedade formal ou de uma legitimidade abstrata, pelo contrário, a Educação Física é uma necessidade ontológica na formação humana.

**Palavras-chave:** Educação Física. Capacidades Corporais. Ontologia do Ser Social. Materialismo Histórico.

## ABSTRACT

The Brazilian Physical Education passed and goes through numerous transformations of its meaning and meaning during the historical process, being predominantly, in the last instance, always tied to the interests of the reproduction of capitalism. This trend was criticized in the late 1980s and early 1990s with the culmination in the work of the authors collective (1992) and a conservative and reactionary reaction, followed by the creation of the Federal Council of Physical Education and its advice (1994). It is at the service of the ruling class that Physical Education becomes compulsory in some moments that influence the intellectuals of the area to seek a justification for their presence in school, always questioned from time to time by their direct role in the new form of capitalist accumulation. Unlike a corporatist defense, this work seeks to debate the need of Physical Education in school, as a complex necessary for social reproduction and, therefore, a participant in human formation. In the search for an analysis committed to the interests of the working class, our analyzes were based on the theoretical, philosophical and methodological assumptions of historical materialism founded by Karl Marx and Friedrich Engels, and other authors of the Marxist tradition, such as Gyorgy Lukács. From the studies carried out, we arrive at the following conclusion: the production of existence is the key to understanding the historical and provisional essence of the social being, in which it is the product of its own metabolic activity with nature through concrete historical circumstances, makes it different from other animals and only human activities are developed, such as Physical Education. In the metabolic action of work it is necessary that the social being has under his control the bodily actions, that is, the bodily capacities (physical and spiritual). Physical Education is a complex produced by human vital activity and also present in this activity, in this sense, men will always need to reproduce to have over their control the elements present in the complex of Physical Education and, therefore, the presence of Physical Education in the school is not an epistemological debate, of formal obligatoriness or of an abstract legitimacy, on the contrary, Physical Education is an ontological necessity in human formation.

**Keywords:** Physical Education. Body Capabilities. Ontology of the Social Being. Historical Materialism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1 -</b>	<b>Grupo de teorias educacionais Críticas e não críticas .....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 2 -</b>	<b>Teoria educacional de Saviani X Pedagogia Tradicional X Escola Nova .....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 3 -</b>	<b>Abordagens e Concepções da Educação Física .....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 4 -</b>	<b>Nível de cargo ocupado por sexo.....</b>	<b>116</b>
<b>Quadro 5 -</b>	<b>Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010.....</b>	<b>153</b>
<b>Quadro 6 -</b>	<b>Número de Segurados da Previdência Social advindos de acidentes de trabalho no Brasil entre 1997-2011.....</b>	<b>168</b>
<b>Quadro 7 -</b>	<b>Óbitos por acidentes do trabalho no Brasil entre 1997-2013 .....</b>	<b>168</b>
<b>Quadro 8 -</b>	<b>Taxas de mortalidade e Incapacidade permanente por acidente do trabalho em 2013 no Brasil, por atividade econômica. ....</b>	<b>169</b>
<b>Gráfico 1 -</b>	<b>Crescimento da população das cidades de 1960 à 2010 em relação a população rural.....</b>	<b>114</b>
<b>Gráfico 2 -</b>	<b>Evolução do crescimento da população das cidades de 1960 à 2010 em relação a população rural.....</b>	<b>114</b>
<b>Gráfico 3 -</b>	<b>Exportações do Agronegócio de janeiro 2009 a janeiro 2016 .....</b>	<b>164</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil
CAEF	Centro Acadêmico de Educação Física
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ExNEEF	Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
MEEF	Movimento Estudantil de Educação Física
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNE	União Nacional de Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1	OBJETO DE PESQUISA E A PROBLEMÁTICA.....	16
1.2	O DESNUDAMENTO DO OBJETO DE PESQUISA E O MÉTODO CIENTÍFICO DE ANÁLISE EM MARX.....	26
1.3	O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO DO OBJETO: A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	40
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: A PARTICULARIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO LÓCUS ESCOLAR BRASILEIRO E A CRÍTICA MATERIALISTA DA HISTÓRIA .....</b>	<b>42</b>
2.1	ATIVIDADES CORPORAIS NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS .....	43
2.2	ATIVIDADES CORPORAIS NAS SOCIEDADES ESCRAVISTAS: GRÉCIA E ROMA .....	44
2.3	ATIVIDADES CORPORAIS NA SOCIEDADE FEUDAL .....	46
2.4	A PARTICULARIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA .....	48
<b>2.4.1</b>	<b>Desenvolvimento da Educação Física brasileira .....</b>	<b>53</b>
2.5	A EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA E A CRÍTICA MATERIALISTA DA HISTÓRIA.....	61
<b>3</b>	<b>A FORMAÇÃO DOS HOMENS: DO TRABALHO FUNDANTE AO TRABALHO ALIENADO .....</b>	<b>71</b>
3.1	A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL: CONCEITO DE HOMEM À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO MARXISTA E O TRABALHO COMO ATO FUNDANTE	72
<b>3.1.1</b>	<b>O homem existe empiricamente .....</b>	<b>74</b>
<b>3.1.2</b>	<b>O homem qualitativamente superior ao animal .....</b>	<b>77</b>
<b>3.1.3</b>	<b>O homem enquanto construção histórico-social .....</b>	<b>93</b>
3.2	A PRODUÇÃO EXCEDENTE, A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A ORIGEM DAS SOCIEDADES DE CLASSES .....	101
3.3	DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO SER SOCIAL NA PARTICULARIDADE DA SOCIEDADE BURGUESA: O TRABALHO REGIDO PELO CAPITAL .....	110

<b>4</b>	<b>A PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA: A GÊNESE ONTOLÓGICA E SUA PARTICULARIDADE NA SOCIEDADE BURGUESA. ....</b>	<b>129</b>
4.1	A GÊNESE ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A NECESSIDADE CORPÓREA NO ATO DO TRABALHO .....	133
<b>4.1.1</b>	<b>A relação corpo e consciência .....</b>	<b>139</b>
4.2	A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO UM DOS COMPLEXOS DO SER SOCIAL NA ESPECIFICIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA .....	144
<b>4.2.1</b>	<b>Desenvolvimento do complexo da Educação Física no modo de produção capitalista e a degradação da força de trabalho .....</b>	<b>148</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Educação Física e formação humana: uma necessidade para além do capital.....</b>	<b>174</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>185</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

No plasma da sociedade capitalista, nos deparamos com uma imensa riqueza de produção humana no uso da tecnologia alcançada pelo desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades e potencialidades humanas, concomitantemente, observamos inúmeras famílias sem moradia, sem ter o que comer e beber, um alto índice de violência, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos, ou seja, uma reprodução social de homens e mulheres cercada por um devastador processo de apodrecimento das relações humanas. É nesse contexto que observamos os problemas da Educação Física, com escolas precárias, professores mal remunerados, em que a prioridade de formação humana é trocada em função da prioridade de acumular riqueza e, portando, valorizar incessantemente o valor.

A Educação Física, não estando em uma bolha, faz parte dessa triste realidade e, portanto, seus problemas não podem ser resolvidos por si, sendo somente possível uma resolução a partir de uma articulação com a totalidade social e com uma mudança na real problemática que causa ao mesmo tempo uma imensidão de riqueza e que acumula em enormes proporções a miséria.

Durante o início da graduação (ano de 2009), eu estava preocupado com a importância da Educação Física no combate ao sedentarismo e à obesidade. A preocupação na época era em saber “Os benefícios da atividade física e o problema do sedentarismo” – foi assim intitulado o primeiro projeto de pesquisa do qual fui autor. Ao mesmo tempo em que escrevia esse artigo para disciplina de metodologia do trabalho científico, estudava o livro “economia política: uma introdução crítica” na disciplina de Fundamentos da Educação Física. Uma reflexão naquele momento que contribuiu para minha viragem teórica foi: como um trabalhador sedentário que trabalha 8 horas para o patrão e necessita de transporte público, aumentando assim o tempo total “preso” ao trabalho, consegue ter uma vida saudável? A reflexão a essa pergunta me levou no ano seguinte ao grupo de leitura de O’ Capital de Karl Marx sob coordenação da professora Rosangela Mello e do Professor Ademir Lazarini, assim como participação assídua no Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), tendo integrado por duas gestões a coordenação regional sul da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), participação no Coletivo da Educação Física “da luta não me

---

<sup>1</sup> A primeira parte da introdução, por se tratar do momento que apresento a minha trajetória estudantil e como essa me levou ao objeto de estudo, escolhi escreve-la em primeira pessoa do singular. Os demais itens desse relatório, a partir do item 1.1 na qual apresento meu objeto de estudo e a problemática de pesquisa, foram escritos em primeira pessoa do plural.

retiro” que posteriormente se tornaria Centro Acadêmico (CAEF) e militância no movimento estudantil da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo coletivo “Movimente-se UEM” em duas gestões do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Nesse momento, as análises das problemáticas começaram a tornar-se mais aprofundadas em decorrência do entendimento do trabalho como categoria central de análise, e que não chegaria a lugar nenhum a tentativa de solucionar os problemas da Educação Física por eles mesmos. Nesse sentido, compreendi que, em última instância, a Educação Física era determinada pela economia política e, conseguinte, pelo modo de produção capitalista.

Como resultado dos estudos e da militância no MEEF, principalmente na luta contra a formação profissional em educação física sob os pilares da fragmentação da área em licenciatura e bacharelado, escrevi o trabalho de conclusão de curso intitulado de “*Educação Física e formação profissional: reordenamento nas relações de produção e a regulamentação da profissão*”, que foi uma síntese desse momento histórico e um esforço para melhor compreender a Educação Física no plasma da sociedade burguesa.

As sínteses alcançadas na graduação deixaram inúmeras lacunas, as quais não poderia resolver naquele momento. Principalmente as novas perguntas que apareciam no bojo do Trabalho de Conclusão de Curso.

Essas perguntas foram ponto de partida na elaboração do projeto de mestrado que fui selecionado para pesquisar e era intitulado “*Educação, formação dos trabalhadores e formação em educação física: possibilidades para uma educação emancipatória*”, que objetivava analisar a formação em Educação Física e sua relação com a preparação da força de trabalho, verificando as possibilidades de uma prática emancipatória.

Seguindo as orientações e estudos programados na tentativa de apropriar-me da temática e apreender o objeto tal qual ele é em sua imanência, fui questionado pelo meu caro orientador professor Frederico Costa, a quem, por sinal, nutro maior respeito e carinho pelos seus ensinamentos, sobre qual o papel da Educação Física na formação humana e o que era esse homem e de que forma aparecia o corpo nessa totalidade. Ao me aproximar do objeto, numa relação de aproximação e distanciamento, o movimento real do objeto me levou a um novo questionamento acerca da temática da Educação Física: a Educação Física participa da formação humana? De que forma contribui com o salto ontológico na passagem do ser natural para o ser social?

Essa trajetória me conduziu ao um novo ponto de partida, contudo não inicial, dessa pesquisa. Esses desdobramentos me colocaram objetivamente na pesquisa, intitulada de: “*A participação da Educação Física na formação humana: uma necessidade para além da*

*particularidade do capital*”, que apresentarei nas laudas seguintes as inquietações e a problemática que me levou a pesquisar essa temática.

## 1.1 OBJETO DE PESQUISA E A PROBLEMÁTICA

Todo debate entre as problemáticas, seja de qual for sua natureza, tem como origem um determinado contexto real, partindo sempre de um pressuposto que determina as condições do debate e um posicionamento inicial, o que exclui qualquer possibilidade de neutralidade na pesquisa.

Partimos então dos seguintes pressupostos: que o homem só produz sua existência mediante sua relação com a natureza atendendo suas necessidades, criando assim novas necessidades e possibilidades para atuar sobre a natureza em um campo de alternativas, e que os complexos da realidade social, como a Educação Física, possuem em sua forma uma aparência e uma essência. Esses pressupostos não são arbitrários, pelo contrário, são confirmações da própria prática social.

A Educação Física, na atual configuração escolar brasileira, aparece como a disciplina que é amada por todos os alunos e, concomitantemente, como a disciplina vista como complementar, tendo como função divertir os alunos e tirá-los das tensões causadas pelos conteúdos ditos importantes.

A permanência do professor de Educação Física na escola pública é circundada de contradições. Ao mesmo tempo em que esse professor faz parte do corpo docente da escola, ele é visto por muitos de seus pares como aquele professor que ministra uma disciplina cuja função é fazer os meninos e meninas gastarem suas energias para que sejam mais facilmente domesticados e, portanto, a função dessa disciplina aparece intimamente ligada ao controle e à domesticação. Frases como “é mole ser professor de Educação Física, é só levar os alunos para quadra” são constantemente repetidas na escola.

As aulas de Educação Física, nessa perspectiva, ganham ares de recreação, deixando de lado os conhecimentos históricos dos conteúdos estudados pela Educação Física, assim como a preocupação com o corpo (físico espiritual) saudável. Conteúdos que não são ensinados, mesmo que estejam presentes nas aulas, como é o caso do esporte. Mesmo sendo o conteúdo mais presente durante as aulas, pouco tem se dado importância a tais conteúdos no que diz respeito aos seus fatores históricos e sociais. Assim como os demais conteúdos, o esporte não surge da junção de duas ou mais partículas – a água, por exemplo, existe com uma junção de duas partículas de hidrogênio e uma partícula de oxigênio (H<sub>2</sub>O) – e forma o

esporte, pelo contrário, só surge porque é fruto de uma construção humana e, portanto, histórica.

Nessa particularidade de sociabilidade humana – sociedade do capital –, muitas foram as faces da Educação Física que vêm cumprindo um papel no lócus escolar de “educar” o homem a partir do seu desenvolvimento físico. A aptidão física é a centralidade dos estudos da Educação Física que reverberam na prática dos professores no âmbito escolar, contribuindo, em última instância, com a continuidade dos interesses de classe, que são antagônicos e irreconciliáveis.

A própria prática pedagógica da Educação Física na escola é condicionada pela luta de classe<sup>2</sup>. A apropriação da produção material e espiritual humana realiza-se de forma privada, sendo que a grande massa dos indivíduos particulares não tem acesso a essa produção humana. O esporte, mesmo os mais popularizados entre as classes subalternas, não é o mesmo da classe burguesa. As técnicas desenvolvidas nas práticas esportivas, danças, lutas e ginásticas, não podem ser generalizadas com a forma de sociabilidade humana, em que as relações humanas são controladas pelas relações de coisas, fruto da divisão social do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção fundamentais e da exploração do homem pelo homem. Em outras palavras, não se pode, nessa sociedade burguesa, ensinar a Educação Física a todos os indivíduos da genereidade humana de forma igualitária.

Entretanto, necessariamente, alguns indivíduos deverão ter esses conhecimentos para a formação da genereidade humana, na medida em que esses conhecimentos serão necessários para a continuidade do seu próprio gênero. Não existe indivíduo humano sem que exista o gênero humano. O contrário também é verdade.

Nesse sentido, os elementos da Educação Física têm sido realizados de forma desigual e contraditória desde o início das sociedades de classe. Se opondo os trabalhadores e produtores da riqueza social aos apropriadores dessa produção e com ócio disponível para desenvolver suas capacidades humanas dentro dos limites de uma sociedade escravista, feudal e capitalista.

---

<sup>2</sup> Entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848 Marx e Engels redigiram o Manifesto do Partido Comunista que foi impresso pela primeira vez em Londres. Foi nesses escritos que Marx afirma que, sem conhecer os estudos do homem primitivo, a história da humanidade tem sido a história de lutas de classes, na qual opõem opressores e oprimidos nas diferentes sociedades classistas já existentes. “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

Essa forma desigual na apropriação dos elementos da Educação Física pode ser identificada com a ajuda do censo da educação básica realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicado no ano de 2013, o qual demonstra que somente 32,1% das escolas públicas que ofertam o ensino fundamental possuem quadra esportiva, enquanto que na mesma modalidade nas escolas privadas, esse percentual é de 57,2%. Quando olhamos para nossa região, os números são mais alarmantes. Na região Nordeste, no ensino público fundamental, somente 12,7% das escolas possuem quadra esportiva e no ensino privado 37,2%.

Ao mesmo tempo em que é propagada a ideia de uma educação como solução dos problemas sociais, o estado se desobriga em investir nesse setor. Ao mesmo tempo em que se dissemina a necessidade de que os atletas brasileiros consigam bons resultados em jogos olímpicos, e que quando não conseguem a responsabilização recai na Educação Física escolar, os investimentos em infraestrutura para melhorar as aulas são baixos. A saber, somente 12,7% das escolas públicas de ensino fundamental do Nordeste possuem uma quadra esportiva, sendo um dos aspectos – juntamente com outros aspectos, como por exemplo, aulas em contra turnos, “aulas recreativas” em substituição da “aula para aprender algo” entre outros –, a não legitimidade da Educação Física na escola enquanto conhecimento necessário para a formação do indivíduo.

Segundo Mello (2014), mesmo conseguindo se manter como disciplina obrigatória com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996, a Educação Física não conseguiu se legitimar no lócus escolar e sua retirada é sempre cogitada.

A exclusão da Educação Física não acontece de forma aleatória. Alguns denunciam que esse processo pode estar ligado à necessidade de “deixar espaço” na grade curricular para outras disciplinas que contribuam para a formação de força de trabalho qualificada ou semiqualficada, apta a competir no mercado de trabalho, levando em conta o perfil do “novo” trabalhador (MELLO, 2014, p. 169).

Em 2010, foi retirada uma das três aulas de Educação Física escolar da matriz curricular obrigatória. Um verdadeiro retrocesso, assim como o vivenciado em 2017 com a Reforma do Ensino Médio através da lei n.º 13.415/2017, que retira a obrigatoriedade da Educação Física no ensino médio, ficando a cargo do estudante a escolha de cursá-la ou não (BRASIL, 2017).

A Educação Física perde espaço na escola. De uma formação patriótica e necessária para acúmulo de capital e formação de um “novo” modelo de trabalhador a uma disciplina desnecessária para os desejos de reprodução imediata da sociedade do capitalismo.

A Gerência dos desdobramentos do capital em crise, em outras palavras, as personas do capital, usam seus artifícios políticos e ideológicos para continuar a exploração do trabalho e voltar a aumentar a taxa de lucro. A Educação Física não atendendo essa necessidade imediata do capital, em retornar o processo de valorização do valor, é deixada no banco de suplência esperando uma mexida aos 45 minutos do segundo tempo.

Entre as muitas contradições inerentes e imanentes ao modo de produção capitalista, mais uma aparece nesse momento. Ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista ignora a Educação Física como necessária para sua reprodução, ele continuará necessitando de força de trabalho que possua sob seu controle, seus corpos saudáveis e cheios de energia para serem sugados durante a jornada de trabalho. O capital coloca suas presas no pescoço do trabalhador somente soltando após a última gota de força vital possível ser dele retirada; o trabalhador volta para casa extenuado mesmo sem ter corrido os 42.120 km da maratona, volta para casa enfraquecido e debilitado.

Nesse cenário tão catastrófico vivido pela classe trabalhadora que é quem paga, predominantemente, o ônus da lógica irreformável do sistema capitalista que, devido à queda tendencial da taxa de lucro, entra em crise de tempos em tempos, a apropriação dos conhecimentos acerca da disciplina de Educação Física, até mesmo do conteúdo predominante do esporte, é de pouca importância em um cenário que necessita uma retomada da apropriação da mais valia absoluta e relativa que elevem novamente as taxas de lucros. A crise de forma alguma é uma deficiência do capitalismo, como se acontecesse meramente pela causalidade, como uma peste que pode destruir enormes plantações agrícolas, ou um time de futebol recheado com seus melhores jogadores no departamento médico, pelo contrário, ela faz parte da própria estrutura do capital e de sua lógica que concentra toda riqueza material e espiritual nas mãos de poucas pessoas em detrimento dos milhares de trabalhadores vivendo em condições sub-humanas.

Os elementos corporais e o controle do corpo para realização do processo do trabalho, torna o complexo da Educação Física, em germe, presente ontologicamente na própria formação humana e, como tal, necessita ser apropriado individualmente pelos indivíduos do gênero humano.

Entendemos que essa relação, só pode ser melhor compreendida à luz das contribuições do materialismo histórico. Para Herold Junior (2008), o referencial teórico do Materialismo Histórico apresenta subsídios para compreender a corporeidade e sua íntima relação com o trabalho que outras teorias só permeiam na superficialidade.

O Materialismo Fundado por Marx e Engels nos alfabetiza para compreender o real e pensar a Educação Física e os elementos corporais em sua íntima relação com o processo de produzir a existência, ou seja, compreender o corpo em sua totalidade e como parte constitutiva das relações de produção. Concomitantemente, podemos compreender as condições desse processo de produção pelas questões do corpo, ou seja, corpo e trabalho são distintos e ao mesmo tempo constitutivos da mesma unidade no processo de produção da riqueza social pela atividade consciente e orientada do trabalho.

O trabalho como categoria fundante do ser social, forma a própria corporeidade do trabalhador, ao passo que, não há possibilidade da realização do trabalho mediante uma ação metabólica com a natureza sem que exista um corpo capaz de realizar essa mediação, em outras palavras, sem que exista o homem para pôr em movimento suas capacidades e potencialidades físicas e espirituais no processo metabólico com a natureza.

Tendo esse entendimento, podemos afirmar que há uma necessidade de analisarmos primeiramente o momento pelo qual os homens se constituem como homens e, portanto, iniciarmos pela análise do trabalho como categoria fundante e privilegiada no processo e no salto qualitativo na gênese do ser social, pelo fato de:

[...] todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já consumado. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Com razão, diz Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (LUKÁCS, s/d, p. 4-5).

Nesse sentido, o trabalho é categoria fundante de qualquer forma societal e necessidade interminável dos homens se constituírem enquanto homens. Com esse entendimento o trabalho é a categoria ontologicamente central na análise desse trabalho.

Gonçalves, Moraes e Jimenez (2012) afirmam que:

[...] asseguramos a centralidade ontológica do trabalho na construção do ser social, com todos os desdobramentos que tal pressuposto acarreta no plano das relações entre ser e consciência, indivíduo e gênero, em última análise, permitindo-nos apontar o homem como suposto sujeito da história (p. 60).

Compreender o ser humano, ser histórico e social, implica apreender sua formação como genericidade e, portanto, o motivo pelo qual o homem se difere dos demais animais e desenvolve suas individualidades como constitutiva de uma totalidade.

Na particularidade da forma burguesa de organização social, contudo, o trabalho como produtor de valores de uso só interessa como veículo do trabalho produtor de valores de troca, necessitando de uma busca incessante de valorização do valor e, portanto, o trabalho produtivo de mais valia.

Segundo Tumolo (1996), o modo de produção capitalista, não se caracteriza pelo fato de produzir valores de troca (mercadoria) mais sim por produzir capital. Nas palavras de autor: “A produção de mais-valia (capital) é a razão última deste modo de produção e por isso o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato como o trabalho concreto” (p. 56).

O autor tira essa conclusão após diferenciar o duplo caráter contido no trabalho, o de produzir valores de uso e o de produzir valor. Na particularidade da sociedade capitalista o valor de uso não é o fim, mas o meio para a finalidade de produção do capitalista, necessidade de produzir capital. Nessa relação, as classes entram em contato (como veremos adiante).

[...] o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca) que, por sua vez, está subsumido pelo *trabalho produtivo* (mais-valia). **Assim, se confirma, nesta sociedade, o papel central da classe trabalhadora não só na criação de valores de troca, mas fundamentalmente, como produtora de mais-valia**, de capital (TUMOLO, 1996, p. 56, *itálicos do autor*, **grifos nossos**),

É corrente que a sociedade capitalista<sup>3</sup> se constitui a partir de duas classes fundamentais e de classes intermediárias. As duas classes fundamentais caracterizam-se pela posse ou não da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, nesse sentido, as duas classes fundamentais são: o capitalista, proprietário dos meios de produção fundamentais e o trabalhador assalariado livre, desprovido desses meios e possuidor da força de trabalho que é necessária ao capitalista para pôr em movimento o processo de produção e reprodução de capital em um movimento incessante e ininterrupto de valorização do valor.

Entendemos, portanto, o capital como sendo uma relação social na qual os capitalistas se relacionam com os trabalhadores por meio de uma igualdade jurídica e socialmente desigual e contraditória.

---

<sup>3</sup> “A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressões e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 9).

Na particularidade da sociedade capitalista – assim como qualquer forma de sociedade de classe – os homens desenvolvem-se e apropriam-se das objetivações humanas contraditoriamente. Essa apropriação está condicionada, em última instância, à posição de classe em que o sujeito esteja inserido.

Segundo Gonçalves, Moraes e Jimenez:

[...] na sociabilidade capitalista o modo de produzir a vida alicerçada na relação antagonica entre capital e trabalho, entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, indica uma dada forma de existência dos homens, genérico-individual, no curso do processo histórico de autoconstituição do ser social (2012, p. 67).

Em termos gerais, a humanidade necessita, para sobreviver, atender sua necessidade de comer, beber, vestir. Sem isso, corre o risco de padecer frente às necessidades objetivas e não poderão existir enquanto gênero e por conseguinte, enquanto indivíduo que se apropria das objetivações efetuadas pela ação teleologicamente posta do trabalho.

O ser humano possui em sua base gênese o ser natural e somente pela existência desse ser que pode existir. O ser social necessitou de uma longa “preparação biológica, a passagem ao homem e a viragem, em outras palavras, sobre o processo de inversão da regência das leis biológicas para as leis sócio históricas na consecução da processualidade humana” (GONÇALVES; MORAES; JIMENEZ, 2012, p. 61). Ao se afastar das barreiras naturais, mediado pelo ato do trabalho, o homem auto cria-se enquanto ser social. Esse afastamento possibilita um salto qualitativo e, ao mesmo tempo, não elimina a íntima ligação entre essas duas esferas de ser – orgânica e social.

O “novo” ser é autônomo ao ser anterior e, concomitantemente, depende ontologicamente dele. Nesse sentido, necessita alimentar-se para manter-se vivo – manter sua vida biológica que é a base para o desenvolvimento de sua vida social – para ter a possibilidade de desenvolver suas capacidades psicofísicas. Para desenvolver-se e auto criar-se, os homens e mulheres não podem, por exemplo, passar fome.

Sob a lógica da sociedade regida pelo capital, e pelas contradições imanentes a esse sistema, a fome, onde se produz o suficiente para todos, é de fato pertencente à estrutura dessa sociedade, cujo um de seus pilares é a compra e a venda da força de trabalho, e por conseguinte, o trabalho assalariado/alienado.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e a Agricultura, buscando ilustrar o que estamos afirmando, o número de pessoas com estado grave e/ou permanentemente subalimentadas no mundo, eram de 925 milhões em 2010, ou

seja, quase um bilhão de seres humanos, dentre os 6,7 bilhões que existem em nosso planeta, “curtem” a fome permanentemente (ZIEGLER, 2013).

Contraditoriamente, em 2011, na Guatemala, somente 1,86% da população era proprietária de 57% das terras produtivas em um total de 47 grandes proprietários com 3.700 hectares ou mais cada um deles (ZIEGLER, 2013).

Somente uma sociedade cuja prioridade não é a vida humana e sim o constante acúmulo de capital, causa tamanha contradição e descaso com a vida humana.

Fato também constatado nos números de mortes no seio do processo do trabalho produtivo. Os trabalhadores mortos na construção das pirâmides, nos coliseus romanos, em plantações agrícolas mantidas regularmente com irrigação de veneno, nos vários ramos dos setores produtivos de capital, etc.

Se extrairmos somente o número de trabalhadores mortos em acidentes de trabalho no Brasil, podemos observar o descaso do capital com a vida do trabalhador, visto que essa vida só interessa ao capital enquanto mercadoria; força de trabalho a ser comprada e produzir excedentes de produção para ser apropriado privadamente pelos seus “senhores”.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram de 2.797 mortos no ano de 2013, em um total de 38.472.287 de assegurados por acidentes de trabalho, ou seja, aqueles casos de acidentes no processo de trabalho que necessitaram do afastamento do trabalhador e da necessidade do mesmo em ser segurado pela Previdência do Social.

O MTE apresenta que os vínculos de trabalho nas diferentes atividades econômicas do Brasil compreendiam 42.857.802 pessoas, das quais 14.837 encontram-se incapacitadas permanentemente de vender sua força de trabalho e, portanto, colocando em cheque sua capacidade de manter sua vida, pois mesmo asseguradas por uma contribuição social mensal, essa segurança se dá pelos moldes de direitos jurídicos<sup>4</sup>, conquistados com muita luta em um determinado momento de correlação de força favorável, e no seio de uma sociedade burguesa, em que as crises cíclicas são iminentes.

Entre esses motivos apresentados e outros, o modo de produção capitalista nos coloca objetivamente uma imensidão de produções humanas contrastando com uma

---

<sup>4</sup> Um exemplo dessa forma de seguridade jurídica foi presenciado pelos servidores públicos do Estado do Paraná em 29 de abril de 2015, quando, em greve, protestavam contra as medidas do Governador Beto Richa (PSDB) sobre a alteração no fundo previdenciária em frente à Assembleia Legislativa do Paraná. Alegando crise nas contas públicas do Estado, Richa, usou de seu aparato repressor para “acalmar” os ânimos dos servidores públicos presentes no protesto de forma que os mesmo compreendesse o recado. Bomba de afeito moral, gás lacrimogênio, gás de pimenta, tiro de bala de borracha, cassetete e muitos chutes e pontapés. Um ano depois, o jornal Folha de São Paulo, publicava uma matéria com a manchete “Sem punição, 'batalha' da PM contra professores no PR faz 1 ano”.

imensidão de miséria. Produz automóveis de alta qualidade, enquanto crianças morrem em transportes escolares precários. Produz grandes estádios e eventos esportivos ao passo que uma imensidão de escolas não possui nem sequer espaço, minimamente adequando, para práticas de uma cantiga de roda. Todos os elementos produzidos pela sociedade capitalista, possui por base a forma como os homens e mulheres se relacionam e como esses se relacionam com a natureza, portanto, sendo determinante as formas de relações sociais e as condições como esses homens e mulheres mantêm as relações de produção.

O filósofo alemão no livro *Contribuição à crítica da economia política* afirma que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Portanto, a Educação Física, assim como os demais aspectos da superestrutura, cuja base real está nas relações de produção, é, em última instância, determinada por esse alicerce que constitui a estrutura econômica.

Assim sendo, o modo de produção capitalista é, portanto, uma categoria central para nossa discussão. Isso porque ela está direta ou indiretamente relacionada ao nosso objeto de estudo e, como tal, nos põe concretamente as seguintes questões: Não seria a Educação Física uma necessidade para a formação humana e, portanto, uma necessidade ontológica no processo de formação do ser social? Não estaria a Educação Física, em sua atual particularidade, na sociedade burguesa, em que até mesmo o acesso a um dos elementos necessários para realização das aulas – a quadra esportiva – não é de todos, contribuindo para deformação humana? Qual a função social da Educação Física? Qual a necessidade da Educação Física para o Homem? O que é mesmo o homem? Como ele se forma? O que é o corpo dentro dessa totalidade humana?

São essas inquietações que nos propomos a responder e contribuir com o debate sobre a necessidade da Educação Física na formação humana, mas não por meio de criação de conteúdos<sup>5</sup> e questões epistemológicas como muitos autores da área, com destaque para

---

<sup>5</sup> Não negamos a necessidade de a Educação Física possuir conteúdos. O que não concordamos é com a política de tentativa de legitimar da essa disciplina através de uma reserva de mercado e apropriar para Educação Física

Valter Bracht<sup>6</sup>, vem fazendo. Nosso objetivo é demonstrar que a presença da Educação Física não é uma defesa corporativista ou, de forma incondicional, para fazer parte ou não do currículo escolar, mas uma necessidade ontológica e histórica, pois participa de forma direta (em germe) da formação humana e, portanto, do ato do trabalho.

Essas inquietações apareceram, ainda que de maneira primitiva, no período de graduação e na constante atuação no MEEF no período de 2010 a 2013. Ainda naquele momento foi perceptível que os problemas da Educação Física não podem ser resolvidos por eles mesmos, mas que fatores externos à Educação Física contribuem de forma decisiva para que ela seja o que realmente é.

O objetivo geral deste trabalho foi: *Analisar a participação da Educação Física na formação humana e sua necessidade onto-histórica para além da particularidade da sociedade burguesa* que se apoia em outros três objetivos específicos, a saber: *Compreender a concepção de homem à luz da crítica marxista; Constatar a gênese ontológica da Educação Física no processo de reprodução social; Compreender a Educação Física como um dos complexos do ser social.*

Utilizamos a pesquisa bibliográfica como um instrumento de pesquisa na tentativa de uma melhor apreensão da realidade, sendo esse estudo caracterizado como uma pesquisa bibliográfica ou pesquisa teórica, de modo que o objeto dos estudos são formulações de autores, com a pretensão de analisar os escritos sistematizados e formulações teóricas.

Segundo Severino:

De posse dos instrumentos de expressão usados pelo autor, do sentido unívoco de todos os conceitos e conhecedor de todas as referências e alusões utilizadas por ele, o leitor passará, numa segunda abordagem, à etapa de compreensão da mensagem global veiculada a unidade. A análise temática procura ouvir o autor, apreender, sem intervir nele, o conteúdo de sua mensagem. Praticamente, trata-se de fazer ao texto uma série de perguntas cujas respostas fornecem o conteúdo da mensagem (SEVERINO, 1996, p. 53).

Nesse sentido, os estudos, sobretudo das obras marxianas de *O' Capital, A ideologia Alemã, Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, nos deram suporte para compreender

---

os elementos produzidos historicamente pela humanidade. Como por exemplo, fazer da desportivização um fator legitimador da Educação Física.

<sup>6</sup> Não é intenção de este estudo debater as tentativas de buscas pela legitimidade da Educação Física na escola por vias epistemológicas na tentativa de justificar a importância dessa disciplina na escola. Essa crítica já foi muito bem elaborada por Rosângela Aparecida Mello em sua tese de doutoramento no ano de 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina intitulada *A necessidade histórica da Educação Física na escola: a emancipação humana* como finalidade. No primeiro capítulo da referida tese a autora discute, principalmente com as formulações de Valter Bracht, a práxis legitimadora da Educação Física na escola.

que, antes de tudo, o homem necessita ter um intercâmbio com a natureza para suprir as suas necessidades e, portanto, necessita do processo metabólico – eterno e necessário em qualquer forma de sociabilidade humana – do trabalho. É essa categoria que, para Marx, funda o ser social, os demais complexos e a práxis humana, articulada com o processo de reprodução do ser social que possibilita compreender as determinações onto-históricas dos movimentos específicos do ser humano como andar, correr, saltar, pular, nadar.

Frente aos ataques sofridos pela Educação Física e, uma constante e equivocada, busca pela legitimidade da Educação Física escolar, debateremos nessa exposição a Educação Física a partir de uma abordagem ontológica sem perder de vista o horizonte da superação dos problemas da mesma que, em sua raiz, é a própria superação das condições da classe trabalhadora, do desemprego, da alienação, da exploração do trabalho, ou seja, uma radical superação da própria sociedade burguesa.

Faz-se necessário possuímos o conhecimento e uma apropriação de uma teoria classista que busca a superação das classes e é, portanto, verdadeiramente, uma teoria do próprio género humano, a saber: o Materialismo Histórico.

## 1.2 O DESNUDAMENTO DO OBJETO DE PESQUISA E O MÉTODO CIENTÍFICO DE ANÁLISE EM MARX

*“Nessa concepção, puramente ontológica, a contraditoriedade se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, entre processos que surgem de tais relações. Portanto, a contraditoriedade não é apenas, como em Hegel, a forma de passagem repentina de um stadium a outro, mas também a força motriz do próprio processo normal. Com isso não se nega naturalmente a passagem repentina de alguma coisa a outra, ou que certas passagens tenham caráter de crise ou de salto brusco. Para conhecê-las, porém, é preciso iluminar as condições específicas nas quais devem se verificar; elas não são mais consequências “lógicas” de uma contraditoriedade abstrata de cunho geral. Pois esta pode – e Marx mostra isso aqui com grande clareza – ser veículo também de um processo que decorre normalmente; a contradição se revela como princípio do ser precisamente porque é possível apreendê-la na realidade também enquanto base de tais processo”.*

(Georg Lukács)

Parafrazeando Marx, *em qualquer tipo de ciências o início é sempre difícil*, além disso, esse início aparenta muitas vezes ser obscuro e nebuloso. É difícil! Considerando essa

dificuldade, elencamos dois motivos: o primeiro diz respeito a como observamos o objeto e o segundo é que este objeto está em constante movimento.

Ao nos depararmos com nosso objeto de pesquisa, entramos em contato com ele pela sua aparência, ou seja, como ele se apresenta a um simples olhar, entretanto, como ele inicialmente aparece, não constitui o que ele é realmente e quais as relações que ele estabelece com a totalidade social e, portanto, é plausível que o pesquisador olhe mais de perto esse objeto na tentativa de identificar sua estrutura e sua dinâmica.

A busca por qualquer conhecimento do objeto está vinculada aos processos de conhecimento com a natureza e, por conseguinte, ao processo metabólico de transformação da natureza, ou seja, o trabalho. A existência da ciência pressupõe o ato do trabalho já consumado, diz Lukács:

[...] a busca dos objetos e processos na natureza, que precede a posição da causalidade na criação dos meios, consiste (ainda quando durante muito tempo não seja reconhecida conscientemente) em atos cognitivos reais, e por isso traz em essência, objetivamente, o início, a gênese da ciência. [...] qualquer conhecimento e utilização dos nexos causais – vale dizer, qualquer posição de uma causalidade real – sempre se insere no trabalho como meio para um único fim, mas tem objetivamente a propriedade de ser aplicável a outro distinto, e até a algo que à primeira vista pareça completamente heterogêneo (LUKÁCS, s/d, p. 21).

Podemos entender à luz dos ensinamentos do filósofo húngaro, que só é possível compreender a Educação Física na sua íntima ligação com o processo de trabalho, contudo, a própria Educação Física possui elementos e nexos causais que já não são mais trabalho e podem aparecer como coisas completamente heterogêneas.

Nesse sentido, a problemática da Educação Física não pode ser entendida e compreendida por ela mesma, pelo fato dela existir sob uma estrutura montada a partir das relações de produção. A esse respeito, Marx nos adverte, ao estudar a jurisprudência, que somente em uma totalidade e conhecendo a anatomia da forma como os indivíduos se relacionam e produzem sua existência, é possível compreender os complexos presentes na superestrutura. Diz o alemão:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 2008, p. 47).

Entramos no segundo ponto de dificuldade. Nosso objeto de pesquisa é dinâmico, ou seja, está em constante movimento. Nossa tarefa é nos aproximar desse real, transpondo essa aproximação de forma ideal para nosso cérebro. Durante o processo de pesquisa, perseguimos nosso objeto assim como uma criança corre no “pega rabo<sup>7</sup>”, mesmo que a criança pegue o rabo da outra, não consegue chegar até a outra, ou seja, mesmo com as novas sínteses elaboradas durante todo processo de pesquisa, nosso objeto continua com outras tantas determinações das quais não nos aproximamos e em constante movimento que faz dele uma fonte inesgotável de pesquisas. Nesse sentido, o conhecimento que é transposto a partir do processo de investigação/pesquisa, sempre será de forma aproximativa, sendo o real inesgotável.

O que não podemos deixar de alertar é que nosso objeto – que está em constante processo dinâmico – pesquisado, exceto em casos da natureza, é uma construção humana e sócio histórica, significando dizer que é construído sob determinadas circunstâncias e passível de ser transformado. Nesse sentido, o conhecimento sobre o objeto ganha mais um caráter: o de ser provisório.

Os caminhos analíticos<sup>8</sup> de Marx foi o método de pesquisa para desnudar e desvelar a Educação Física enquanto partícipe da formação humana e uma necessidade ontológica na formação dos indivíduos. Nesse sentido, os pressupostos teóricos-metodológicos do Materialismo Histórico formulados por Karl Marx (1818-1883)<sup>9</sup> e Friedrich Engels (1820-1895) é referencial matricial para elaboração desse relatório de pesquisa, pois

---

<sup>7</sup> Pega rabo é uma brincadeira popular muito brincada nas ruas, principalmente, em cidades de pequeno porte. Muito comum nas aulas de Educação Física como forma de aquecimento com o objetivo de aumentar a frequência cardíaca. As fitas deverão ser colocadas no cós da calça, shorts ou bermuda, imitando um rabo. Este jogo é parecido ao pega-pega, e a criança corre uma atrás da outra para tentar pegar o maior número de ‘rabos’.

<sup>8</sup> Lukács afirma que o pensamento de Marx parte da própria coisa, isto é, da essência ontológica do objeto estudado. Não são as ideias ou o ponto de vista, mais si o próprio objeto tal qual como ele realmente é. Marx, portanto formou uma nova forma de pensar o mundo, e cientificar as relações sociais, “uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológico-filosófica da realidade em si que jamais vaga, mediante a autonomização de suas abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele. Acreditamos que, agindo assim, Marx criou uma nova forma tanto de cientificidade em geral quanto de ontologia, uma forma destinada a superar no futuro a constituição profundamente problemática, apesar de toda a riqueza dos fatos descobertos, da cientificidade moderna” (2012, p. 295-96).

<sup>9</sup> Lukács observa no pensamento de Marx um rompimento nos padrões científicos predominantes até o século XVII. Uma inflexão e sendo a tarefa da ontologia marxista, diferente das outras ontologias, investigar o objeto como a preocupação de compreender o seu ser e encontrar suas múltiplas determinações, ou seja, seus nexos causais internos.

entendemos que as tendências apontadas pelos autores na luta contra o capitalismo e seus fundamentos, ainda se fazem atuais, sendo ao nosso entender a contribuição teórico-política que melhor explica o movimento do real.

A inexistência de aspectos econômicos e industriais, ou qualquer outro ramo na produção e reprodução da sociabilidade burguesa na época de Marx, não invalida suas formulações acerca da relação social capital, pelo contrário, afirma-nos ainda mais, pois a razão de ser da ordem social só pode se dar pela produção e reprodução de capital em níveis cada vez mais ampliados. Essa possibilidade só é possível, segundo Lazarini (2010), mediante a extração de mais-valia relativa e da mais-valia absoluta da classe trabalhadora mundial.

Fato este que nos autoriza a afirmar que o conjunto da obra teórico-política de Marx ainda é atual. O legado teórico de Marx interessa na medida em que ele continua sendo o mais poderoso instrumento teórico para a compreensão dos fundamentos sobre os quais se desenvolve a sociedade capitalista (LAZARINI, 2010, p. 101), isso depois de decorridos 133 anos da sua morte.

Por razões fundamentais como essa (que está longe de esgotar os elementos históricos que demonstram a atualidade da obra marxiana), compreendemos que a obra de Marx (especialmente *O Capital*) nunca deixou de ser atual e não deixará de sê-lo enquanto a forma social do capital permanecer sendo a mediação fundamental<sup>10</sup> a partir da qual os homens organizam a produção e reprodução social das suas vidas, tal qual ocorre com o modo capitalista de produção, que é justamente aquele que produz a referida mediação (LAZARINI, 2010, p. 30).

Indubitavelmente é a teoria que mais foi falsificada ou sofreu deformações, isso porque está vinculada com um projeto revolucionário e suas análises estão a serviço de uma determinada classe – a classe proletária<sup>11</sup>.

Fromm (1962) afirma que várias críticas feitas a Marx existem pelas incompreensões do que seja o “materialismo”. Fatos que levaram a concluir,

---

<sup>10</sup> Temos a clareza que as mediações fundamentais dessa forma de organização social é basicamente regida pelos pilares da alienação – sociedade fundada na divisão social do trabalho, propriedade privada dos meios de produção fundamentais e exploração do homem pelo homem – existem assim como na época de Marx só que em maiores proporções.

<sup>11</sup> No *Manifesto do Partido Comunista* publicado inicialmente em 1848 na capital inglesa, Marx explica que a burguesia não só abandonou as armas que utilizou para dar fim ao modo de produção feudal, mas ao forjar as armas que a destruirão, criou, concomitantemente, os homens que usarão essas armas. O proletariado é fruto da produção burguesa, construto histórico das relações concretas estabelecidas pelos homens estando o seu desenvolvimento subjugado a condição de venda diária de sua força de trabalho. [...] proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer (MARX; ENGELS, 2008, p. 19).

equivocadamente, que Marx teria negligenciado o indivíduo. Essas críticas, segundo Fromm, sustentaram que Marx ao fazer a crítica à religião, equivalia à negação de todos os valores individuais.

Essas críticas a Marx não passam de incompreensões, quando não, conscientes deturpações do pensamento do revolucionário alemão que possuía a finalidade da plena realização do indivíduo com sua emancipação humana. “A meta de Marx era a emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração como ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza” (FROMM, 1962, p. 15).

[...] a própria meta de Marx é libertar o homem da pressão das necessidades econômicas, de modo a poder ser completamente humano; que Marx está fundamentalmente interessado na emancipação do homem como indivíduo, na superação da alienação, na restauração da capacidade dêle para relacionar-se inteiramente com seus semelhantes e com a natureza; que a filosofia de Marx constituiu um existencialismo espiritual em linguagem secular e, por força desta qualidade espiritual, opõe-se à prática materialista e à tênue e disfarçada filosofia materialista de nossa época (FROMM, 1962, p. 16).

Segundo Costa (2009), deformações da tradição marxista não foram exclusividade dos opositores teóricos e políticos de Marx, o denominado “marxismo da Segunda Internacional”, em sua divulgação do pensamento posterior de Marx, importou numa série de desfigurações teóricas provocadas pela intromissão de elementos alheios à essência da obra marxiana.

A ausência de princípios teóricos sólidos oriundos do próprio cerne da obra marxiana induziu o marxismo da Segunda Internacional de maneira predominante, a sofrer profundas deformações. Enquanto na esfera política consolidou-se o reformismo, isto é, o distanciamento cada vez maior entre o programa mínimo – de reformas parciais no horizonte do capitalismo – e o programa máximo – de superação da própria ordem burguesa (COSTA, 2009, p. 6, grifos nossos).

Destarte, a recuperação dessa teoria torna-se um *fardo histórico*<sup>12</sup>. Somente “com as pesquisas lukacsianas que vem à tona a problemática ontológica como aspecto essencial da obra marxiana” (COSTA, 2009, p. 9).

Segundo Lukács, relatado por Costa (2009), Marx inaugura os fundamentos de uma ontologia de um novo tipo (nova) que pensa as relações do homem com sua história,

---

<sup>12</sup> Formulação feita pelo autor húngaro István Mészáros na obra *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. Autor também de *Para além do capital*, foi aluno de Lúkacs, na escola de Bundapeste. É considerado um dos mais importantes pensadores marxista da atualidade com contribuições significativas dentro da tradição marxista e alvo de inúmeros estudos no Brasil.

sobretudo na perspectiva do ser social historicamente determinando. Marx faz isso não de forma especulativa, como muitas vezes é divulgado que o seu pensamento é recheado de determinismo economicista (COSTA, 2009, p. 9).

Mesmo Marx sofrendo críticas de seus adversários que consideram que sua teoria esteja recheada de determinismo da esfera econômica sobre as outras instâncias da vida social, Marx<sup>13</sup> se funda na concepção da determinação recíproca das categorias que compõem a totalidade da sociabilidade humana. Segundo Lukács (2012):

Esse método dialético peculiar, paradoxal, raramente compreendido, baseia-se na já referida convicção de Marx de que, no ser social, o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva, como mostramos, nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica “por lei” do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento predominante (p. 310).

Buscamos, portanto, realizar uma análise racional da Educação Física a partir dos conhecimentos dos processos históricos reais, analisando seu movimento, sua estrutura e dinâmica, porém, não de forma arbitrária.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. **São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica** (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-7, **grifos nossos**).

A Educação Física estando presente em uma sociedade capitalista, por exemplo, só pode ser compreendida nessa forma de organização social histórica. Ela faz parte da totalidade social e é fruto da construção histórica, sendo o pesquisador o responsável por identificar a sua essência concreta e teorizar a sua explicação para os demais indivíduos, ou seja, para o próprio gênero humano. Isso só é possível por sucessivas abstrações pois a Educação Física não pode ser isolada de suas relações sociais, por esse motivo, concordamos com Lukács e sua advertência a esse respeito.

---

<sup>13</sup> “A partir de 1843, Marx iniciou um processo de instauração de novos referenciais teóricos que se contrapuseram à especulação, ao logicismo e à abstratividade, sustentados por uma razão auto-suficientes, o que é próprio do idealismo, em especial o de Hegel” (COSTA, 2009, p.12). Esse rompimento com a tradição hegeliana e dos determinantes políticos e jurídicos tem como expressão teórica primeira os Manuscritos de 1844. “Pela primeira vez, a análise da sociedade civil torna-se o pressuposto da explicação do político. Por isso Marx parte para o estudo da economia política” (COSTA, 2009, p. 12).

Uma vez que no âmbito do ser social é ontologicamente impossível isolar os processos singulares mediante experimentos efetivos, tão somente os experimentos ideais da abstração permitem aqui investigar teoricamente como determinadas relações, forças etc. de caráter econômico atuariam se todas as circunstâncias que habitualmente obstaculizam, paralisam, modificam etc. a presença delas na realidade econômica fossem idealmente eliminadas para os propósitos da investigação (2012, p. 309).

A teoria desenvolvida nesse processo, não é outra coisa senão o movimento do real, do objeto, transportado ao cérebro do pesquisador. Nas palavras de Netto, “é o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (2011, p. 21). Ou seja, interpretar o objeto é explicar suas formulações ideais a partir do concreto, nesse sentido a teoria é o próprio concreto, só que pensado. Para Marx, é desenvolver o processo real de produção a partir da produção material e, portanto, concreta. Nas palavras do pensador alemão:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ela engendrada [...] Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constante sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasmas”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda a forma de teoria (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

A teoria, portanto, é modalidade peculiar<sup>14</sup> de conhecimento do real que possui sua própria estrutura e dinâmica e, independe dos desejos do investigador (NETTO, 2011). Não existe, portanto, um método a ser seguido à priori em uma pesquisa que se queira ter proximidade de explicação do objeto em seu contexto histórico concreto e, portanto, síntese de múltiplas determinações.

O ponto de partida é a forma como a Educação Física se apresenta na atual gerência do capital – concreto real – que foi investigada durante o processo de pesquisa. O método ou caminho da análise, portanto, inicia-se pelo que é concreto que aparece como dados caóticos de uma totalidade e, a partir das análises são abstraídos elementos, chegando assim a conceitos mais elaborados – concreto pensado.

Sob essa perspectiva que analisamos a participação da Educação Física na formação do ser social, possuidora do caráter de ser um produto das relações humanas, ou

---

<sup>14</sup> A teoria serve como ferramenta de alfabetização do pesquisador, necessária para análises. Uma bússola que orienta o caminho a ser percorrido durante o processo de pesquisa.

seja, uma construção histórica, onde a forma como ela se apresenta na forma social capital de forma alguma é sua essência. Essa forma é a particularidade em que se encontra a Educação Física, podendo, na medida em que “corremos atrás do seu rabo”, apontar outras possibilidades pois o conhecimento acerca desse complexo é sempre aproximativo e, portanto, provisório<sup>15</sup>.

Em outras palavras, buscamos analisar a Educação Física sob uma análise ontológica<sup>16</sup> pois tornou-se cada vez mais imprescindível – principalmente com a disseminação de “teorias do tudo depende” do “sim ou não”, ou seja, teorias relativistas – compreender o momento histórico, recuperando a ontologia materialista, assim como Lukács o fez, apreendendo as problemáticas a partir das relações sociais entre homens reais e não suas ideias como independentes das circunstâncias nas quais foram criadas.

Com esse “*fardo histórico*” faz-se necessário estabelecer os nexos causais entre as ideias e a realidade concreta, não de forma arbitrária, mas sob circunstâncias históricas postas. Essa é a finalidade de Lukács ao recuperar a materialidade do pensamento de Marx. Ele afirma que a ontologia materialista marxiana estabelece articulação com o conhecimento científico e a nova filosofia. Diz o teórico húngaro:

Seu espírito científico passou através da filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda verificação de um fato, **toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata**; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito do factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. A ciência se desenvolve a partir da vida; e, na vida, quer saibamos ou não, somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. (...) **trata-se aqui, portanto, de uma cientificidade que não perde jamais a ligação com a atitude ontologicamente espontânea da vida cotidiana; ao contrário, o que faz é depurá-la e desenvolvê-la continuamente a nível crítico, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência** (1979, p. 23-4, grifos nossos).

Existe um método analítico na teoria social formulado por Marx e Engels, porém, não existe um esquema a ser seguido, como uma receita pronta, de forma engessada e rígida para o pesquisador seguir em suas investigações.

Para Netto (2011):

---

<sup>15</sup> Considerar o conhecimento provisório em nada tem a ver com a perspectiva do relativismo que está disseminada na academia. Afirma a provisoriedade do conhecimento não significa dizer que não existe uma verdade e que tudo depende do olhar etc. Em outra frente, o fim da história: uma verdade absoluta e imutável, sendo propagada e causando uma naturalização de relações sociais. Considerar a provisoriedade, portanto, é afirmar que as construções são históricas e passíveis de transformação e são verdades quando corresponde ao critério mais rigoroso existente: a prática social.

<sup>16</sup> Segundo Costa (2009): Assim, o núcleo estruturante da perspectiva inaugurada por Marx se constituiu como uma ontologia. Para Costa, o pensamento de Marx opera em primeiro plano com o que é real.

[...] o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para “enquadrar” o seu objeto de investigação (p. 52).

Nesse sentido, a pesquisa e, posteriormente a sua síntese, não poderão partir de categorias prévias ordenadas pela consciência do pesquisador. O objeto a ser entendido tem sua estrutura e dinâmica próprias e, essas características são o objetivo do pesquisador. Compreender a estrutura e dinâmica do objeto é verdadeiramente a função do pesquisador frente ao seu objeto. Nesse movimento, o pesquisador abstrair do objeto as categorias a serem analisadas para explicar o objeto tal qual como ele é. “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (MARX, 2011, p. 28).

E ainda:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. **Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado** (Ibid, 2011, p. 28, **grifos nossos**).

Segundo Netto (2011), o método para Marx é uma determinada posição do pesquisador<sup>17</sup> que põe o sujeito que pesquisa em relação com o objeto extraíndo assim suas múltiplas determinações.

Para Mészáros (2016), toda a estrutura da teoria desenvolvida por Marx é dialética e só pode ser compreendida na sua inter-relacionalidade dialética, que por muitas vezes aparenta ser contraditória. Sobre essa questão:

[...] em contraste como um bom número de concepções filosóficas, na visão de Marx, o ser humano não é só “humano” nem só “natural”, mas ambos: isto é “*humanamente* natural” e “*naturalmente* humano” concomitantemente. Ou então, em um nível mais elevado de abstração, “específico” e “universal” não são *opostos* um ao outro, mais constituem uma *unidade* dialética. Isso quer dizer: o ser humano é o “ser *universal* da natureza” apenas porque ele é o “ser *específico* da natureza”, cuja especificidade única consiste precisamente em sua universalidade única enquanto

---

<sup>17</sup> Como o pesquisador está inserido dentro do objeto, exclui qualquer pretensão de neutralidade, sendo assim, tanto essa pesquisa como a dos autores estudados por nós, existe um posicionamento político no interior da luta de classe, onde os autores estudados aqui se colocam em lados opostos da trincheira. O reconhecimento da inexistência da neutralidade, não significa que tudo que se coloca em um campo ou no outro possa ser tomado acriticamente como uma verdade, pelo contrário, nas formulações teóricas existe uma instância para verificar a verdade: esta é a prática social e histórica confrontada com a objetividade social.

oposta à parcialidade limitada de todos os demais seres da natureza (p. 19, *itálicos do autor*).

A “matéria” a ser apoderada por Marx era a sociedade burguesa, ou seja, o Modo de Produção Capitalista. Para ele era mister e decisiva a compreensão da base econômica da sociedade, ou seja, da “anatomia da sociedade burguesa”, para conseguir decodificar os complexos sociais que dela emergem. Segundo seus termos:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, **não podem ser explicadas por si mesmas**, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, **suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades**, condições estas que Hegel a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendida sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que **a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política**. [...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: **na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência** (MARX, 2008, p. 47, **grifos nossos**).

Nesse sentido, o método de Marx, possui pressuposto para análise do real. O objetivo da pesquisa, sempre possui caráter político, mas não pode perder de vista a centralidade do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social; a historicidade dos objetos, na tentativa de desvendar sua gênese, origens e funções sociais; parte sempre do real, nesse sentido, caracteriza-se por uma pesquisa puramente empírica; a totalidade das recíprocas relações dos complexos. Nesse ínterim, compreender os passos/caminhos de Marx é entender os procedimentos para uma melhor aproximação da explicação do real.

Segundo Gonçalves, Moraes e Jimenez (2012), Marx capta a essência dos indivíduos em sua subjetividade que é essencialmente dinâmica, e em seu processo de autoconstrução no qual os elementos se desenvolvem mediante a relação com o outro alcançando sempre um novo patamar deixando para trás o desenvolvimento passivo da processualidade da reprodução. Nas palavras das autoras:

[...] **a análise marxiana capta a essência dos indivíduos em sua objetividade dinâmica, como um movimento autoconstrutivo**, que tem por núcleo a interação autopropulsora entre atividade e carecimento, na qual, cada elemento é transformado pela mediação do outro – um movimento que se dá sempre sobre um novo patamar, a parti do desenvolvimento alcançado nos estágios anteriores. Esse é o fundamento da processualidade autoprodutiva do mundo dos homens – da produção material,

assim como da forma de existência social e individual que a ela se vincula – sendo, portando, potencialmente eliminado em seu devir, posto que não está preso à reprodução passiva, cega das formas naturais. **Marx apreende, assim, a centralidade do trabalho no mundo dos homens evidenciando-o, por sua processualidade essencial, como motor onto-histórico da produção e reprodução das condições objetivas de existências dos indivíduos e da formação e transformação da individualidade humana** (GONÇALVES; MORAES; JIMENEZ, 2012, p. 65, **grifos nossos**).

Nesse processo de entender o real, foram feitos três tipos de levantamentos bibliográficos: o primeiro diz respeito à base teórico-política que fundamenta todas as análises postas neste estudo, a saber: os escritos de MARX (1990, 2006, 2008, 2011), ENGELS (1986) MARX e ENGELS (2007, 2008) e LUKÁCS (1969, 2012, 2013, s/d); o segundo são os estudos dos comentadores da Tradição Marxista que direta ou indiretamente serviram na leitura da realidade objetiva com os fundamentos da perspectiva do Materialismo Histórico, a saber: NETTO (2011), NETTO e BRAZ (2011), TONET (2012), LESSA (2016), COSTA (2009), GOLÇALVES; MORAES e JIMENEZ (2012), LAZARINI (2010), MÁRKUS (2015), entre outros; o terceiro são os diversos estudos que debatem a Educação Física, com uma concepção de homem e de mundo, norteados pelos pressupostos marxianos que se relacionam como o objeto de estudo deste trabalho, a saber: MELLO (2014), HEROLD (2003, 2007, 2008, 2009), TAFFAREL (2009), NOZAKI (2004), HUNGARO (2010), além de dissertações e teses defendidas por estudantes vinculados a linha/núcleo Marxismo e formação do educador do programa de pós graduação da UECE e dissertações e teses do coletivo Avante do programa de pós graduação em Educação Física da UnB, em que debatem Educação Física com a mesma base teórica que dão suporte e sustentação nos estudos deste trabalho, a saber, às compreensões e aproximações com a refundação do materialismo histórico feita por Lukács.

### **Aproximações com a fundamentação à luz da Ontologia Materialista da História**

Os estudos de Alves (2015), Melo (2011), Ortigara (2002) e Mello (2014) buscam, dentro da concepção teórica-filosófica do Materialismo Histórico, analisar a Educação Física com aproximações à refundação do marxismo feito por Lukács na obra *Ontologia do Ser Social*. Outros estudos também fazem aproximações com o referencial, como é o caso dos estudos de Nunes (2014). Contudo, a escolha pelos quatro se deu pelo fato de apresentarem aproximações e, concomitantemente, significativas distinções.

Alves (2015) busca uma articulação/conciliação da Educação Física com a Pedagogia Histórico-Crítica, mesma fundamentação do Coletivo de Autores, com uma interlocução da ontologia lukacsiana.

Diferente de Alves, Melo (2011) ao evidenciar a importância do trabalho na produção da existência do ser social, afirma que na forma da sociedade burguesa esse trabalho de caráter educativo está subordinado ao trabalho de caráter alienado.

Já Ortigara (2002) apresenta que, pela ausência de uma abordagem da ontologia materialista histórica, as preposições críticas da Educação Física, como é o caso da proposta do coletivo de autores, apresentam limitações que só podem ser resolvidas em seus pormenores com a compreensão das formulações feitas por Lukács ao refundar o marxismo.

Mello (2014) demonstra as limitações na compreensão de Saviani acerca da natureza e especificidade da Educação, formulações que foram basilares nos estudos do Coletivo de Autores para formularem a proposta crítico-superadora, argumentando que Saviani ignora a Educação Física como conteúdo necessário na escola ao discutir quais conteúdos específicos deveriam estar na escola.

Nesse sentido, de forma breve, apresentaremos o que consideramos cruciais e relevantes em nossa pesquisa sobre a compreensão dos quatro autores.

Alves (2015) discute a formação humana e as mediações com a Educação Física, vislumbrando a possibilidade de uma análise a partir da ontologia materialista em conjunto com a Pedagogia Histórico-Crítica. Diz o autor: “Para se discutir as correlações possíveis da Pedagogia Histórico-Crítica acerca da formação humana, a linha de raciocínio segue a direção das relações entre a ontologia do ser social e a educação” (ALVES, 2015, p. 132).

Segundo a autora, a ontologia da educação deve considerar os processos concretos de formação do homem em um ato educativo que possibilite, na educação escolar, um avanço histórico-ontológico representando uma sinalização que o homem se humanize pela educação. Nesse sentido, a autora considera, através das formulações por ela citadas de Duarte e Saviani, que o trabalho educativo possui uma significação ontológica na formação do ser social, constituída essencialmente e historicamente pela educação.

Para a autora, a Pedagogia Histórico-Crítica potencializa, através do trabalho como princípio educativo, a emancipação humana através dos processos de objetivações e apropriações (ALVES, 2015).

Melo (2011) evidencia que os processos educativos medeiam a relação de humanização do homem natural tornando-se homem social, contudo, a escola assumindo uma função ontológica significativa na sociedade capitalista, torna-se necessária e reflete as

contradições do processo objetivação-apropriação imanentes a essa forma social, marcada pela exploração do homem pelo homem na contradição trabalho e capital, numa subordinação do primeiro em relação ao segundo, invertendo logicamente, pois o segundo só existe porque existe o primeiro e, portanto, uma relação de alienação.

Não são dois tipos de trabalho, são duas formas que coexistem. O trabalho em sua forma ontológica e necessária em qualquer forma de organização social, e a forma alienada, inerente às sociedades de classe e exponencializada da na sociedade burguesa e, portanto, uma forma histórica. Nas palavras de Melo (2011, p. 104):

O fenômeno sócio-histórico da alienação do trabalho tem como natureza as relações sociais de produção que tem experimentado na sua organização social a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção. Todavia, é nas relações capitalista [...] que de forma exponencial explícita a dupla determinação do trabalho, a saber, ontológica e alienada (histórica).

Segundo Melo (2011), a relação ontológica, no bojo de sua historicidade e concreticidade, é *conditio sine qua non* para compreender o desenvolvimento da práxis humana expressa no caráter sócio histórico da formação da individualidade do ser singular, a universalização do gênero humano, forjada por determinantes relações de produção.

O autor entende que é com essa concepção ontológica de homem, chamada por nós de onto-histórica, que o processo da práxis pedagógica e o trato com o conhecimento devem ter um horizonte teleológico, elevando com isso a análise caótica da realidade a um novo patamar e a uma nova síntese com a compreensão de suas múltiplas determinações.

Ortigara (2002) identifica que mesmo com a concepção crítica da Educação Física e alicerçada no Materialismo fundado por Marx, há uma ausência na perspectiva ontológica.

O foco da pesquisa de Ortigara é “o agir humano no complexo de relações que o instituiu e constituiu” sendo sua abordagem alicerçada na “perspectiva ontológica histórico-materialista” (ORTIGARA, 2002, p. 6).

Para o autor, compreender o ser humano implica apreender sua formação enquanto genérica, diferenciando assim dos demais animais, sendo possível apreender o movimento como sendo específico do próprio ser social, e mesmo os estudos e as preposições do coletivo de autores serem um marco, algumas lacunas são deixadas.

Nesse sentido, há uma ausência para compreender a Educação Física em uma perspectiva onto-histórica, com o entendimento das determinações ontológicas para os homens se fazerem vivos e produzirem os demais complexos oriundos da práxis originária do trabalho.

Com esse entendimento, Ortigara (2002) busca a discussão que o filósofo húngaro realiza acerca do gênero humano e sua passagem de ser determinado biologicamente para o ser determinado ontologicamente pelas relações concretas e objetivas e, portanto, sociais.

Mello (2014) afirma que os complexos sociais, como por exemplo, a Educação Física, são frutos das relações sociais estabelecidas em determinados momentos históricos sob determinadas circunstâncias históricas, sempre respondendo a determinadas necessidades humanas.

A Educação Física não é um fenômeno social isolado, mas faz parte da totalidade social através da qual a história dos homens se realiza. A medida que a sociedade é transformada pelos homens, transforma-se a forma a forma da Educação Física. Esta, portanto, não é um produto natural, mas sim o resultado do processo histórico através do qual os homens, a partir do seu trabalho, constroem a si mesmo e a sociedade em que vivem (MELLO, 2014, p.10).

Para autora, a compreensão da Educação Física escolar, está intimamente ligada à compreensão de educação, nesse sentido “torna-se fundamental compreender a natureza da educação, e mais ainda, a sua especificidade na sociedade capitalista, onde a escola é um dos *locus* de transmissão da cultura” (MELLO, 2014, p. 91, itálicos da autora).

A autora, ao discutir a natureza e especificidade da educação, opta por fazê-lo a partir das formulações de Saviani e explica seus motivos:

[...] devido a ser este autor de fundamental importância desde a década de 1980 por introduzir nas discussões sobre a educação a matriz teórica marxista e a partir dela construir uma proposta pedagógica em uma perspectiva revolucionária. Assim, a “Pedagogia Histórico-Crítica” [...] (MELLO, 2014, p. 92).

Outro motivo foi o fato de que:

[...] Saviani ser um dos autores importantes para as discussões que aconteceram na Educação Física na década de 1980 e uma das referências para a tentativa de mudança de paradigma nessa área. Sua Pedagogia Histórico-Crítica influenciou na construção da Pedagogia Crítico-Superadora na Educação Física [...] (MELLO, 2014, p. 92)

E decisivamente, a autora se remete a Saviani pelo fato:

[...] de que ele não considera a disciplina a disciplina de Educação Física como conteúdo curricular. Para Saviani, a especificidade da educação é decorrente de sua natureza, e sua compreensão desta interdita a possibilidade de a Educação Física fazer parte do currículo escolar. Em outros termos, a partir da sua compreensão de educação o autor discute quais são os conteúdos específicos para a escola, e entre eles não se encontra a Educação Física (MELLO, 2014, p. 92-3).

Segundo essa compreensão, Mello (2014) adverte pela necessidade de recuperar a ontologia materialista e apreender as questões a partir das relações sociais dos indivíduos reais, afirmando ainda que essa tarefa é extremamente difícil, contudo, radicalmente necessária.

Portanto, os pressupostos que partimos fundam-se no entendimento teórico-filosófico que parte do ser em sua existência concreta não isolada da totalidade social em que está inserido e, portanto, sendo determinante o entendimento do funcionamento da ordem social vigente e de que forma ela se alicerça suas relações de produção da existência. Nesse sentido, entendemos que a teoria capaz de contribuir, não só para o entendimento da lógica, mas para uma transformação é a teoria fundada por Marx e Engels e recuperada por Lukács.

### 1.3 O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO DO OBJETO: A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Marx, na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, sempre preconizou a necessidade da investigação detalhada do objeto a ser analisado. Apresenta no *Posfácio à Segunda Edição d' O Capital*, escrito em 1873, onde diferenciou o método de investigação do método formal de exposição.

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A investigação tem de apodera-se da matéria, em seus pormenores, de analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre eles. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (MARX, 2011, p. 28, *itálicos do autor*).

É com essa perspectiva que organizamos a exposição desse relatório de pesquisa em três capítulos que estão organizados nos itens 2, 3 e 4.

No primeiro capítulo – item 2 – intitulado de *A Educação Física e as mudanças nas relações de produção: a particularidade da educação física no locus escolar brasileiro e a crítica materialista da história*, caracterizamos a Educação Física – em germe – nos diferentes momentos das relações de produção e demonstramos a crítica materialista da história relacionada ao processo de desenvolvimento da Educação Física desde sua germe ao seu aparecimento moderno e a função que cumpriu em diferentes processos históricos.

No segundo capítulo – item 3 – cujo título é *A formação dos homens: do trabalho fundante ao trabalho alienado*, debatemos a construção do ser social. Como esse ser social se

constitui como homem, os elementos que fazem dele homem e sua formação contraditória nas sociedades de classes, principalmente na particularidade da sociedade do capital.

Já no terceiro capítulo – item 4 – denominado *A participação da Educação Física na formação humana: uma necessidade onto-histórica na ação metabólica do homem com a natureza*, constatamos a gênese da Educação Física como partícipe da reprodução social e que os elementos corporais estão presentes no salto ontológico responsável pela passagem do ser animal para o ser social, e, por conseguinte, compreendemos a Educação Física como um dos complexos do ser social. Contudo, nessa forma de organização social, as atividades corporais vêm degradando a própria vida do homem, estando subordinada aos interesses do capital, ao passo que não deixamos de constatar o horizonte que visualiza essa pesquisa, a saber: a emancipação humana.

## **2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: A PARTICULARIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO LÓCUS ESCOLAR BRASILEIRO E A CRÍTICA MATERIALISTA DA HISTÓRIA**

*“[...]a Educação Física que conhecemos na sociedade capitalista não é natural, mas sim um produto do desenvolvimento complexo e contraditório do ser social. Desenvolvimento provocado pelo próprio ser social, diretamente relacionado com a totalidade construída”.*

(Rosângela Mello)

Não é nosso objetivo que este item recontasse a história da Educação Física, fato que já foi feito em melhor qualidade e maior quantidade do que as páginas que seguem. Contudo, se faz necessário compreender essa origem e seu desenvolvimento ao longo da história, se relacionando nas formas de produção da existência humana.

Consideramos necessário esse movimento para melhor expor, explicar e demonstrar a gênese ontológica da Educação Física e sua íntima relação com o trabalho, estando presente no ato do salto qualitativo de patamar que o homem transpôs ao afastar-se das barreiras naturais, tornando-se cada vez mais social e evidenciando a particularidade da Educação Física no locus escolar no modo de produção capitalista.

A Educação Física é um produto das relações históricas e concretas. Na medida em que o controle do processo de trabalho se altera, ou seja, na medida em que são alteradas as relações de produção e reprodução social, alteram-se os pensamentos, as ideias dos sujeitos históricos e, por conseguinte modificam a Educação Física, pois são as relações histórico-sociais que determinam a consciência e não contrário<sup>18</sup>. Contudo, essa determinação não é dada de forma mecânica pela dependência ontológica da Educação Física perante ao complexo originário do trabalho, ao mesmo tempo a própria Educação Física pode contribuir para alterações no processo originário, estando presente nele desde o princípio no salto ontológico.

A cada processo de alteração nas relações de produção e, por conseguinte, na reprodução da vida dos indivíduos, alteram-se, em última análise, os objetivos da Educação Física. Essa afirmação é a chave para voltarmos nosso olhar para o processo de desenvolvimento da Educação Física (em germe) nos diferentes momentos da reprodução social e nos diferentes modelos de relações de produção.

---

<sup>18</sup> A esse respeito Marx afirma que: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Iniciamos o debate com uma breve caracterização da Educação Física nesses momentos de alteração nas relações de produção para depois compreendermos sua íntima relação como o processo de trabalho. Alertamos mais uma vez que não é objetivo desse estudo recontar a história da Educação Física, e sim nos dar subsídios para melhor compreender sua gênese ontológica e seu complexo como partícipe na formação humana.

## 2.1 ATIVIDADES CORPORAIS NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS

Segundo Oliveira (2004), quando os homens começam a dominar as técnicas de trabalho mais primitivas da agricultura e da domesticação de animais, sempre foi necessária a construção de ferramentas que possibilitassem maior sucesso nas práticas corporais.

Com o uso cada vez mais aprimorado das suas forças produtivas do trabalho, e possibilitado pela divisão do trabalho, o homem conseguiu caminhar para uma produção de produtos necessários, não só mais para satisfazer suas necessidades imediatas, assim ele começou a produzir um excedente econômico que possibilitou tanto o ócio como a própria sociedade escravocrata caracterizada pela apropriação do trabalho alheio por meio de trabalho forçado.

Iniciaram-se nesse período primitivo, também, inúmeras sociedades guerreiras. A morte era uma das opções ao entrar em contato com outras tribos. As tribos se opunham através da luta por mais excedente e maior dominação. A tribo vencedora do combate ou matava seus inimigos ou os escravizava.

Na região situada entre os rios Tigre e Eufrates estavam os sumérios, os caldeus ou babilônios e os assírios, que disputam com os egípcios a primazia histórica de haverem alcançado o momento cultural denominado civilização. Ferrenhos cultores da força e da resistência física, desenvolveram denodadamente a sua formação guerreira através de um adestramento no uso do arco e flecha, na prática da equitação, na luta etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Na luta pela existência e manutenção de suas vidas, em um período de escassez, o que estava em jogo de modo imediato era a vida ou a morte (Veremos no item 3.1 a necessidade de manutenção dos aspectos biológicos para a continuidade da vida humana).

## 2.2 ATIVIDADES CORPORAIS NAS SOCIEDADES ESCRAVISTAS: GRÉCIA E ROMA

Segundo Oliveira (2004), por intermédio de Sócrates, Platão fala que a Paideia era a educação ideal para os gregos, unindo a ginástica à música. Postulava dessa forma o mais significativo dos princípios humanistas, considerando que o homem só se torna humano quando é completo.

Contudo, o desenvolvimento do homem integral era para o cidadão grego. Os exercícios atléticos eram para aristocracia guerreira que se caracterizava essencialmente por um mais alto ideal cavaleiresco e o desejo de ser sempre o melhor.

A prática de natação, equitação, caça, música, filosofia, astronomia, por uma pequena camada da sociedade grega, só é possibilitada pela prática do ócio, ou seja, pelo fato desses homens não possuírem nenhuma obrigação com a mediação direta com a natureza e de produzirem os meios de sua existência, assim como outras atividades necessárias para o bem estar não diretamente ligadas a produção da riqueza social, como por exemplo lavar a roupa que usava, cozinhar sua comida etc. Essas atividades e as que se faziam necessárias ao metabolismo com a natureza eram realizadas pelos escravos, sem qualquer recompensa, exceto o mínimo de comida, bebida e vestimenta, ou pelos pobres trabalhadores que eram recompensados miseravelmente por seus trabalhos.

Todo esse desenvolvimento guerreiro, filosófico e intelectual na antiga Grécia era possibilitado pela forma escrava da época. Segundo Netto e Braz (2011), as relações escravistas eram presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários.

Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. Compreende-se, pois, que no escravismo, dividida a sociedade em duas *classes sociais fundamentais* e diferenciados os demais grupos sociais, tenham surgido as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará *Estado* (NETTO;BRAZ, 2011, p. 77).

Na Grécia escravista, duas cidades-estados se destacavam por seus posicionamentos antagônicos que contribuíram para o desenvolvimento social grego, a saber: Atenas e Esparta.

Segundo Oliveira (2004), Esparta e seus ideais totalitários levavam a uma devoção dos cidadãos espartanos ao estado e a uma subordinação que perpetuavam na formação guerreira para todos os membros da sociedade, além de uma política de eugenismo

que “eliminava” as crianças não aptas a se tornarem guerreiras. Enquanto suas mulheres deveriam ser fortes para sua prole nascer forte.

As atividades corporais nessa época estavam intimamente ligadas às religiosidades. Surgem na Grécia os jogos possuindo sempre um caráter natural necessário na práxis originária do trabalho. Contudo, os praticantes não eram ligados ao processo de produção, o qual era de responsabilidade dos escravos, principalmente. Os participantes copiavam os elementos corporais necessários no ato metabólico com a natureza. Corridas, saltos, lançamentos, lutas. Simulavam situações presentes na própria relação de produção escrava e, portanto, no próprio trabalho como fundante do ser social.

Segundo Oliveira (2004), as atividades gregas eram basicamente os fundamentos do correr, saltar e lançar que conhecemos no esporte moderno como fundamentos inerentes ao atletismo – fato que, de certa forma, explica o motivo do atletismo ser considerado o esporte base para os demais esportes – e eram realizados de forma totalmente desnuda como maneira de demonstrar todo seu aspecto estético.

Essa prática corporal era denominada pelos gregos como *Gymnazein*, derivado do radical *gymnos* que significa literalmente a arte de exercitar-se nu. Acreditavam os gregos que, além de conseguir bons desempenhos nas competições, os homens atletas precisavam mostrar todo seu vigor atlético como ideário de beleza. Por esse motivo, as atividades corporais, eram praticadas sem as vestes.

As influências religiosas na explicação do real, em outras palavras, as ontologias fictícias de tentativa de explicação do real, influenciavam as atividades corporais. Três dos grandes jogos organizados pelos gregos eram em homenagem a deuses e outro homenageava seus mortos.

Segundo Tubino (1992), os Jogos Gregos disputados na época eram: Jogos Fúnebres (realizados em funerais de pessoas tidas como importantes); os Jogos Píticos (disputados em homenagem a Apolo e celebrados em Delfos); os Jogos Ístmicos<sup>19</sup> (disputados em Corinto, eram realizados em honra a Poseidon, deus do mar); e os Jogos Olímpicos (desenvolvidos em Olímpia, na Elida, de quatro em quatro em anos, em homenagem a Zeus, rei dos deuses).

---

<sup>19</sup> Um dos aspectos mais importantes desses jogos foi que, ao lado dos Jogos Olímpicos, propiciaram tréguas nas guerras para o desenvolvimento das competições. Na idade moderna, aconteceu o inverso, as duas Grandes Guerras Mundiais impediram a realização dos Jogos Olímpicos e de outros eventos esportivos como a Copa do Mundo de Seleções.

Em Roma, sociedade também regida pelo modo de produção escravista, as atividades físicas estavam ligadas aos cruéis espetáculos dos gladiadores nos circos romanos, além da intensificação da formação guerreira.

A economia que mantinha toda a organização do império romano estava sobre uma estrutura de trabalho escravo. Guerras e escravização das pequenas vilas, colocando seus membros sob o comando do exército romano. Vilas inteiras esvaíram em cinzas. As pequenas cidades, como Pompeia, por exemplo, eram submissas às vontades do imperador romano. Quem se opunha às vontades e desejos romanos enfrentaria a fúria de uma legião romana.

A miséria e a opressão sofrida pelos escravos pagavam a conta das luxúrias romanas. Esses escravos produziam a riqueza e sustentação dos três grandes períodos da sociabilidade romana, a saber: a monarquia, o consules e o império.

O *status quo* romano permitia que alguns homens com um simples movimento de polegar indicasse a vida ou a morte de outro ser humano. Fato ocorrido nos cruéis espetáculos de gladiadores nos circos romanos. Além dos escravos para produção da riqueza, existiam os escravos que recebiam treinamentos de guerra. Nesse segundo tipo, os escravos eram submetidos a treinamentos específicos para, quando prontos, digladiarem até a morte uns contra os outros ou até mesmo contra animais ferozes.

Imergidos em tanta miséria causada pela forma de ordenamento das relações de produção, a luta entre os gladiadores era oferecida como espetáculo de diversão para os subalternos para que, pelo menos momentaneamente, esquecessem dos problemas sociais postos pela apropriação da riqueza pela classe dominante romana.

Com a decadência do modo de produção escravista, e sob pressão, da chamada pelos romanos, invasão bárbara aos seus territórios – terras que outrora Roma conquistou por meio de violentas guerras –, foi imposto um período de transição que culminou como o desenvolvimento do modo de produção feudal.

### 2.3 ATIVIDADES CORPORAIS NA SOCIEDADE FEUDAL

Segundo Netto e Braz:

A centralização imperial foi substituída pela atomização dos *feudos*, unidades econômico-sociais desse modo de produção: base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra

constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e servos – [...] (2011, p. 78).

Mesmo mantendo a condição de trabalhador produtivo e expropriado de sua produção pelos senhores feudais, a condição servil dos camponeses era distinta as dos escravos. Os servos produziam para os nobres através de mútuos acordos como, por exemplo, proteção de sua vida. Concomitantemente, a expropriação do excedente produzido pelos servos era realizada mediante violentas ações exercidas nos limites dos seus feudos.

Segundo Netto e Braz (2011), não se pode esquecer que a igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza, detinha grandes extensões de terra, fonte de riqueza que alicerçava seu poder.

As manifestações corporais como, por exemplo, os Jogos Olímpicos, foram proibidas pois eram assimiladas como práticas pagãs de culto a deuses mitológicos, então a atividade atlética praticada era a cavalaria. Segundo Oliveira (2004), a cavalaria era destinada a uma minoria aristocrática, visando a proteção dos feudos, e em tempo de paz, essa atividade corpórea servia como preparação para as guerras. O autor ainda afirma que o jogo de xadrez era a única atividade intelectual da nobreza e mesmo assim, muitos não sabiam ler nem escrever.

As atividades corporais só vão ganhar destaque novamente no período chamado de renascimento.

O renascimento foi um movimento intelectual, estético e social que representou uma relação à decadência estrutural feudal do início do século XIV. Representou uma nova concepção do mundo e de homem [...]. A educação física torna a ser assunto dos intelectuais, numa tentativa de reintegração do físico e do estético às preocupações educacionais (OLIVEIRA, 2004, p. 16).

Segundo Oliveira (2004), destinados somente às minorias, ou seja, à classe dominante aristocrática da época, a Educação Física aparece nos currículos de uma pedagogia liberal com exercícios de salto, corrida, natação e equitação como prioridades para a formação cortesã.

Aos teóricos dominantes, lhes é incumbido o papel de afirmar as necessidades de mudança dos processos de formação e da própria Educação Física como ideias/teorias. Ideias que são dominantes, porque são expressões da dominação no controle do processo de produção da existência e produção das riquezas materiais. Portanto, expressão da dominação nas relações de produção. Nas palavras de Marx em *A Ideologia Alemã*:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. **As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação** (2007, p.47, itálicos do autor, **negritos nossos**).

Com a consolidação das ideias burguesas e a tomada concreta do poder via revolução burguesa, a humanidade entra em outro patamar de sociabilidade. Os servos, livres das correntes do seu senhor feudal, tornam-se presas fáceis para serem expropriados por outra classe que coloca a seu serviço o exército, a política, a educação e etc. criando as condições necessárias para consolidar-se enquanto classe dominante, a saber: a classe burguesa.

#### 2.4 A PARTICULARIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

É somente com o desenvolvimento do capitalismo, na Europa do século XIX, que a Educação Física passou a ser uma prática pedagógica. “A Educação Física veio ancorada em toda sua história à própria implementação do modo de produção Capitalista no Século XVIII e XIX. Está, portanto, relacionada à formação de um homem ou trabalhador para atender esta sociabilidade então emergente na ocasião” (OLIVEIRA, 2013, p. 55).

Segundo Nunes (2014), a Educação Física como prática pedagógica intencional surge ancorada a uma concepção positivista de ciência, objetivando formar indivíduos necessários ao desenvolvimento do capital como modo de produção ascendente.

Para Soares (2012) a Educação Física ganharia uma importante função com o advento da sociedade burguesa e passaria a ser a própria expressão física da sociedade burguesa, e tornar-se-ia receita e remédio para curar os homens e seus vícios oriundos do feudalismo.

Com a consolidação das ideias da burguesia revolucionária, a Educação Física passa a se ocupar de um corpo a-histórico e determinado que pudesse ser meticulosamente estudado e cientificamente explicado por ser um corpo anatomofisiológico que integra, de modo orgânico, o nascimento de uma nova sociedade (SOARES, 2012), em que seus fundamentos determinantes e estruturais, como a propriedade privada dos meios de produção

fundamentais, o trabalho assalariado e a exploração do homem pelo homem, não devessem ser questionados.

A burguesia cria, portanto, um ideário causado pelas condições objetivas de manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, que transformam as relações sociais e determinantes biológicos, naturalizando os aspectos sociais da exploração do trabalho e, por conseguinte, a desumanização dessas relações que, contraditoriamente, aumentam a riqueza existente, assim como a miséria social.

Nunca se viu tanta riqueza acumulada e nunca as populações estiveram sujeitas a uma miséria tão generalizada, e absolutamente desprovidas de qualquer defesa do ponto de vista social. Os grandes triunfos da indústria eram acompanhados de uma degradação social jamais vista e vivida por civilizações anteriores (Soares, 2012, p. 07).

Com o avanço do capitalismo e um aumento do exponencial de moradores nas zonas urbanas em detrimento da diminuição de famílias no campo, as mudanças nas cidades eram visíveis. Essa urbanização, decorrente na própria lógica para o desenvolvimento da industrialização crescente, colocou a classe trabalhadora em péssimas condições de vida, como demonstra Nunes:

[...] a urbanização decorrente do novo modo de produção segregou os trabalhadores em locais específicos, sem o saneamento básico exigido a uma vida saudável. Isso, acrescido à concentração de renda exponencial, acabou por criar as condições sociais que desencadearam, em 1848, revoltas populares que se espalharam por toda a Europa e América, em um movimento denominado “Primavera dos Povos” (2014, p. 16).

A urbanização na Europa decorrente da revolução burguesa e o subsequente aparecimento da classe proletária, segundo Soares (2012), demonstraram e exportaram para o mundo um tipo de vida degradante para a maior parcela de sua população.

A igualdade, fraternidade e liberdade para essa grande parcela da sociedade foi acompanhada por degradação da vida, miséria e embrutecimento das capacidades humanas.

O ideário da revolução francesa se reduziu a uma liberdade de propriedade privada, uma igualdade jurídica formal e a uma fraternidade de políticas públicas, predominantemente privadas, assistencialistas.

Abrindo um paralelo com a atual forma de exploração da classe trabalhadora e como os objetivos de apropriação privada, podemos usar como exemplo de assistencialismo, assim como pós revolução francesa que demonstra essa fraternidade, o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que ao dar bolsas de estudos a estudantes da classe

trabalhadora, com vagas que não estavam sendo preenchidas e, portanto ociosas, isenta de impostos uma porção de capitalistas e que aumenta sua taxa de lucro ao não repassar parte de sua mais valia ao Estado burguês<sup>20</sup>.

Segundo Nunes (2014), esse reducionismo do ideário da revolução francesa, somado às condições de vida dos trabalhadores e ao controle pelas forças do capital ao movimento “Primavera dos Povos”, impulsionaram a classe dominante, a ideia de saneamento da sociedade.

Com esse contexto e referendando as formulações gregas de uma necessidade de práticas corporais para a saúde dos indivíduos, surge a Educação Física na Europa.

Sob os pilares da ciência positivista, a Educação Física nasce com uma proposta que reduzia o homem ao determinismo do seu aspecto biológico, propondo a eugenia e a superação dos hábitos inapropriados da população que, em regra, vivia sob condições humanamente desapropriadas. Fato que a tornava vulnerável a enfermidades que assombravam todas as classes. Os médicos higienistas, todavia, culpabilizava a classe trabalhadora pela miséria produzida pelo próprio modo de produção capitalista. Dessa forma, concluíram a necessidade de formar indivíduos biologicamente saudáveis. Caberia à Educação Física, portanto, o papel de criar novos hábitos, que em última análise, contribuiriam para a reprodução do capital<sup>21</sup>.

Além disso, como forma de evitar uma nova revolução como a de 1848, fazia-se necessário “organizar” o lar operário, bem como revitalizar a força física do

---

<sup>20</sup> No que tange a isenção de impostos realizadas pelo Governo Federal para manterem contribuírem direta ou indiretamente com acúmulo de capital realizados pelos burgueses proprietários de redes de ensino, Costa afirma que: “R\$ 3.329.825.169,00 (três bilhões, trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos e vinte e cinco milhões e sessenta e nove mil Reais) é o valor da isenção fiscal decorrente do PROUNI, o que não foi arrecadado pela União a contar de 2006 a 2012 [...] segundo estudos da ANDIFES [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil] relatado em Andes [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] (2004), a associação informa que R\$ 1.000.0000.000,00 (um bilhão de Reais) seria suficiente para dobrar o número de vagas existente nas IES federais” (COSTA, 2013, p. 08). Isso significa dizer que a cada vaga aberta pelo PROUNI era possível abrir três vagas nas universidades públicas federais. O PROUNI foi um dos primeiros programas assistencialista do governo Lula do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como a política de expansão das universidades federais que abriram inúmeras vagas sem o mínimo de estrutura por suportar os aumentos de estudantes. A política da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi responsável por um movimento de ocupações de reitorias em 2007, em inúmeras universidades e institutos federais, realizado por estudantes. A própria União Nacional dos Estudantes (UNE) se colocou como um braço do governo para enfraquecer o movimento estudantil.

<sup>21</sup> “Podemos afirmar que o conhecimento médico, ao curar doenças, conter epidemias e, nesse sentido, aumentar o tempo de vida útil dos indivíduos, significou uma certa “liberdade” para o homem e para a sociedade” (SOARES, 2012, p. 16), contudo, “as concepções, os valores e os hábitos que a ciência médica desenvolveu tiveram um papel significativo na construção e na ordenação da racionalidade social, racionalidade esta que nasce colada as exigências de saúde do “corpo biológico” para a manutenção da saúde do “corpo social”, ou seja, para a produção e reprodução do capital (SOARES, 2012, p. 17).

trabalhador<sup>22</sup>. No movimento de expansão da escola primária, avultou-se, igualmente, o controle da sociedade. Nesse contexto, ganhou espaço a educação física, evidente que resumida à concepção biológica e à moral burguesa (NUNES, 2014, p. 18).

Quando a Educação Física ganha espaço, ela se aproxima da necessidade de aptidão física. Além de regenerar a raça e moldar os indivíduos com a moral burguesa, há uma necessidade de recompor a força de trabalho. Os exercícios físicos eram vistos exclusivamente como uma necessidade higiênica.

Ora, cuidar do corpo significa também cuidar da nova sociedade em construção, uma vez que, como já se afamou, a força de trabalho produzida e posta em ação pelo corpo é fonte de lucro. Cuidar do corpo, portanto, passa a ser uma necessidade concreta que devia ser respondida pela sociedade do século XIX (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 51.)

Nesse sentido, na particularidade da sociabilidade regida pelo capital, muitas foram as faces da Educação Física, que vem cumprindo um papel de “educar” o homem a partir do seu desenvolvimento físico. É assim também no lócus escolar.

As condições concretas e objetivas postas por essa nova forma de acumulação da riqueza e exploração da classe que produz essa riqueza, coloca-se um novo desafio para as preocupações pedagógicas na Europa durante século XIX. A dedicação com a Educação Física nesse contexto pode ser explicada com destaque para quatro correntes escolásticas, a saber: a escola alemã, a escola dinamarquesa, a escola sueca e a escola francesa. Essa última foi inclusive influente na prática de Educação Física no Brasil.

A corrente alemã, segundo Oliveira (2004), recuperou os elementos da educação grega sob influência de Rousseau, contudo, foi sufocada pelo aparecimento de um novo modelo de ginástica fortemente ligado a um conteúdo patriótico-social com a incumbência de formar o “guerreiro” forte.

Essa mudança brusca na ginástica alemã foi provocada por derrotas em combates contra Napoleão.

A derrota que Napoleão havia infringido aos alemães em Jena (1805) provocara o despertar de um profundo sentimento nacionalista popular. A nova ginástica alemã – a palavra *Gymnastik* foi substituída por *Turnkunst* (arte da ginástica) – ai ao

---

<sup>22</sup> Consideramos que o termo correto a ser utilizado é força de trabalho. Nesse sentido a um equívoco do autor ao tentar explicar a necessidade da educação física na recomposição da força de trabalho, como uma necessidade do capital em continuar acumulando valores. A utilização da expressão força física, contribui para uma dicotomia já existente na área entre corpo e consciência. A força de trabalho são as capacidades físicas, mentais e espirituais do trabalhador que necessitam de um tempo de recomposição até reiniciar a próxima jornada de trabalho.

encontro das necessidades do povo. O importante era formar o forte. “Viver quem pode viver” era o lema (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Segundo Oliveira (2004), foi na Dinamarca que se iniciou a ideia alemã. Foi criado um instituto militar de ginástica no ano de 1804 e em 1808 foi inaugurado um instituto civil de ginástica com objetivo de formar professores de Educação Física, ocasionado na obrigatoriedade da ginástica como disciplina escolar<sup>23</sup>.

A corrente sueca buscava obter, por meio da ginástica, uma raça livre do crescente processo de dependência química do álcool. E ainda, elevar a moral de seu povo que se encontrava arrasado em virtude da guerra contra Rússia. (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Segundo Oliveira (2004), foi a Suécia que promoveu o reconhecimento internacional da ginástica, com a criação do Real Instituto Central de Ginástica de Estocolmo, servindo de modelo para os demais países europeus e com a preocupação de execução dos movimentos corretos.

A corrente francesa, mesmo sendo uma forma não adequada ao ambiente escolar, visto que o seu marcante objetivo era militar com a preocupação basilar de desenvolvimento da força muscular, foi utilizada como base para o desenvolvimento da Educação Física escolar brasileira.

**A corrente francesa foi da maior importância, pois dela chegaram os primeiros estímulos que vieram a constituir os alicerces da Educação Física brasileira.** A ginástica foi introduzida por militares, que dominaram o panorama da Educação Física francesa ao longo do século XIX. Em 1819 foi fundado o primeiro instituto de ginástica para o Exército e para as escolas civis. **O que caracterizava a ginástica francesa era o seu marcante espírito militar e uma preocupação básica com o desenvolvimento da força muscular, não sendo, pois, adequada a ambientes escolares.** Apesar disso, foi introduzida nas escolas francesas, sendo ministrada quase sempre por suboficiais do Exército, sem cultura geral nem formação pedagógica, é importante assinalar, em virtude da influência que exerceu sobre a Educação Física brasileira, a criação do instituto de ginástica do Exército francês, em 1852, na Escola de Joinville-le-Pont (OLIVEIRA, 2004, p. 19, **grifos nossos**).

Segundo Soares (2012), a Educação Física brasileira já nasce vinculada a uma proposta higienista que previa a regeneração da classe e o embranquecimento da raça, comprovada nos congressos médicos, nas propostas pedagógicas e nos discursos de

---

<sup>23</sup> A expressão Educação Física só é cunhada em fins do século XVII, antes disso o termo usado era ginástica. Fato que é comum, mesmo depois da existência do termo Educação Física, a utilização do termo ginástica para referir-se ao conjunto de atividades corporais. Referindo-se ao pensamento grego, Oliveira afirma que: “A ginástica – etimologicamente “a arte de desenvolver o corpo nu” – compreendia todos os exercícios físicos, englobando as corridas, saltos, lançamentos e lutas” (2004, p. 27).

parlamentares. Foram teorias que serviram e ainda servem para justificar o domínio da burguesia enquanto classe dominante.

#### 2.4.1 Desenvolvimento da Educação Física brasileira

Na cidade do Rio de Janeiro – sede da corte no Brasil – observa-se a prescrição de um colégio – Colégio Pedro II – destinado a elite que oferecia a possibilidade de acesso ao ensino superior com aulas que tratavam dos movimentos humanos seguindo os padrões europeus (ARANTES, 2008), ou seja, os métodos ginásticos que serviam para treinamento do exército.

A pedagogia da educação física articulava-se à alimentação, ao vestuário, ao exercício corporal e a degenerescência física. Supostamente presente no cotidiano escolar antes de 1841 e, (já) causando certo desconforto, Antônio de Arrábida o primeiro Reitor da escola, em ofício ao Ministro do Império escreve sobre certas irregularidades ocorridas nos primeiros dias de aula de Latim e na de Gymnástica. Entretanto, por falta de documentação segura o autor citado prefere afirmar que as atividades corporais gymnásticas foram efetivamente praticadas a partir de 1841 (ARANTES, 2008, p. 2)

Para a nova forma de organização social, existe uma necessidade de formação desse novo homem que seja mais forte, mais ágil, mais empreendedor. O cuidado com o corpo é uma necessidade, que significa cuidar da nova sociedade, ou seja, “cuidar” da força de trabalho na qual a atividade física, nesse momento histórico, passou a ser um remédio que cuide da força física do trabalhador a ser explorado pelo sistema capitalista (CASTELLANI FILHO et al, 2009).

Segundo Arantes (2008), só foi possível observar a prática obrigatória de ginástica dez anos depois, contudo, em poucas escolas primárias da Corte. Segundo a autora supracitada, as evidências de aulas de *gymnásticas* se multiplicaram em todo território nacional com o objetivo de uma Educação Física e moral, sendo sua obrigação a limpeza, o exercício e as posições do corpo.

As indicações sobre a realização das aulas de gymnástica se multiplicavam. Aqui e acolá se observa a recomendação deste conteúdo aos escolares. Para exemplificar escrevo que no ano de 1852, na província do Amazonas, é expedido um documento regulamentando a instrução pública primária, que juntamente com as matérias para o desenvolvimento moral, lê-se a indicação das práticas motoras orientadas (ARANTES, 2008, p. 3).

Para ampliar as práticas corporais, foram expedidos inúmeros decretos de leis e ofícios para as escolas públicas e primárias, visando o desenvolvimento *physico* dos alunos do sexo masculino orientados por uma abordagem higienista (ARANTES, 2008), fazendo menção à Grécia Antiga com a justificativa de legitimar a prática da *Educação Physica* para as crianças com o objetivo do desenvolvimento motor desses indivíduos, com evidências aos hábitos higiênicos.

[...] a introdução da Educação Física foi vista como uma inovação relevante. A prática da Educação Física possuía “função moralizadora, higiênica, agente de prevenção dos hábitos perigosos da infância, **estratégia para a edificação de corpos saudáveis, instrumento que impediria a degeneração da raça; cultivaria por certo, valores cívicos e patrióticos concorrendo para a defesa da pátria**” (SOUZA, s/d APUD ARANTES, 2008, p. 4, grifos nossos).

No sentido de tornar a Educação Física obrigatória nos institutos de educação, possui relevância o Parecer de Rui Barbosa no projeto de lei de número 224, que ao proferir seu relatório em 12 de setembro de 1882 na Câmara dos Deputados, sintetizou a proposta da Educação Física como sendo necessária a presença da ginástica em escola normal, e equiparando em categoria e autoridade os professores de ginástica aos demais professores das outras disciplinas, incluindo a ginástica nos programas escolares em horários distintos ao recreio e depois das aulas (CASTELLANI FILHO, 2013).

Pretendia com a ginástica, a construção de um homem forte que desenvolvesse o vigor físico, a felicidade da alma, o sentimento patriótico e a dignidade da espécie. Para as mulheres, uma prática de atividades que as tornassem mães fortes para gerarem descendentes fortes<sup>24</sup> (CASTELLANI FILHO, 2013).

Essas práticas foram orientadas com princípios da moral e conduta burguesa, pautadas em concorrência e no rendimento dos aspectos biológicos do corpo do ser social.

A função social que cumpria a Educação Física na escola era a necessidade do cultivo dos valores cívicos e patrióticos que eram importantes para a defesa da pátria. Essa

---

<sup>24</sup> Segundo Castellani Filho (2013) a legislação da Educação Física foi frutífera na contribuição de reforçar o entendimento que colocava a mulher em situação de inferioridade. Compreensão que se usava pelas características biológicas, contudo os determinantes eram na verdade sócio histórico. O Decreto de Lei n. 3.199 - 14/4/41 em seu artigo 54 afirmava que a mulher não poderia realizar a prática esportiva que não era compatível com sua natureza, a de ser mãe. O entendimento exposto na Lei era defendido, por exemplo, por Fernando de Azevedo que afirmava que “A Educação Física da mulher deve ser, portanto, integral, higiênica e plástica, e abrangendo com os trabalhos manuais os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes, cingir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e todo compatíveis com a delicadeza do organismo das mães” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 44-5).

necessidade de defesa pressupunha indivíduos ordeiros – função moralizadora – e com corpos saudáveis – prevenção dos hábitos perigosos da infância.

Segundo Castro (1997), o desenvolvimento da Educação Física está intimamente ligado ao surgimento dos estados nacionais e, conseguinte, de seus exércitos. Com isso, surgiram os vários métodos de ginásticas na Europa que posteriormente chegariam ao Brasil e seriam absorvidos pelo exército brasileiro.

No Brasil, já em 1921 foi aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no *Projet* francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recentemente chegada ao Brasil. No ano seguinte, uma portaria do Ministro da Guerra (10/1/1922) criou um Centro Militar de Educação Física, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas”. A portaria estabelecia que: “O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército” (CASTRO, 1997, p. 5).

Por publicação do Ministério da Guerra no final da década de 1920 e início da década de 1930, tornou-se a Educação Física uma prática obrigatória em todos os estabelecimentos federais, estaduais e municipais, para ambos os sexos, e de forma que fosse generalizado com um método nacional de Educação Física a ser adotado, ou seja, o Método Francês (CASTRO, 1997). “Ressalta-se que o auge da militarização da escola<sup>25</sup> corresponde à execução do projeto de sociedade idealizado pela ditadura do Estado Novo” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 53).

Isso significou um controle do exército sobre a educação escolar por meio das práticas corporais, conduzindo o desenvolvimento do “corpo da nação” através de um adestramento.

#### Segundo Castellani Filho

A necessidade do *adestramento físico* – era esse o termo utilizado pela *Carta Magna do Estado Novo* – estava associada à formatação de um corpo produtivo, portanto forte e saudável, que fosse ao mesmo tempo dócil o bastante para submeter-se à lógica do trabalho fabril sem a questioná-la, portanto obediente e disciplinado nos padrões hierárquicos da instituição militar (1999, p. 96, itálicos do autor).

Esse corpo da nação passava por uma regeneração do povo, tendo a Eugenia como parâmetro. Destinava-se à Educação Física a tarefa de revigorar o povo, através de uma

---

<sup>25</sup> “A primeira escola civil de formação de professores de Educação Física foi criada em 1939 pelo Decreto de lei n. 1212 de 17 de abril. Até então, a formação era realizadas pelas instituições militares” (CASTELLANI FILHO et al, 2009).

política de educação e da eugenia da raça. (CASTELLANI FILHO, 2013). Além de fortalecer o racismo, a Educação Física cumpria um papel de fortalecer a ideia de que o homem era superior à mulher.

Os pensadores da Educação Física ou os que defendiam a Educação Física como componente obrigatório na grade curricular – como é o caso de Fernando Azevedo e Rui Barbosa –, pautados por uma lógica positivista e com parâmetros da Eugenia, chegaram a “brilhante” conclusão: “mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 43).

Na era Vargas, as aulas de Educação Física tinham como função social criar o espírito nacionalista e as escolas eram garantidas “democraticamente” para todos. De forma que os filhos dos trabalhadores iriam para as escolas técnicas e os filhos da burguesia iriam para as escolas propedêuticas com vistas às poucas universidades existentes.

As aulas de Educação Física ministradas nas escolas tiveram participação significativa para aumentar o espírito nacionalista. Grandes concentrações de estudantes e exibições de ginástica com ou sem elementos foram praticadas a guisa de exibir o ufanismo nacional (ARANTES, 2008, p. 5).

Ainda sob o regime de Vargas, o ensino da Educação Física passou a ser obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino do país, com o objetivo de adestramento físico para a juventude desempenhar seu papel na economia e na defesa da nação. (CASTRO, 1997).

Após a segunda grande guerra, o Método da Educação Física Desportiva Generalizada foi amplamente difundido e a escola sofreu grande influência do esporte como conteúdo predominante nas aulas de Educação Física, sendo impossível distinguir o esporte da escola do esporte na escola, ou seja, a Educação Física escolar absorveu todos os sentidos e significados do esporte de rendimento.

O esporte determina, dessa forma, o conteúdo de ensino da Educação Física, estabelecendo também novas relações entre o professor e aluno, que passa, da relação professor-instrutor e aluno-recruta para a de professor-treinador e aluno-atleta (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 54).

A influência do esporte sobre a Educação Física pode ser verificada em tamanha proporção que demonstra a subordinação da Educação Física em relação ao Esporte. As aulas

de Educação Física na escola e seu conteúdo esporte são meros apêndices do esporte de rendimento e competição dentro da escola. Uma relação social que se naturaliza ao ponto dos jogos escolares ao serem tratados como processos educativos, são processos subordinados ao esporte de rendimento.

A prática “pedagógica” do esporte na escola foi intensificada a partir da ditadura civil militar burguesa, com o fortalecimento da pedagogia que buscava uma racionalização de meios para uma busca incessante de eficiência e eficácia, a saber: a pedagogia tecnicista.

[...] a pedagogia tecnicista muito difundida no Brasil na década de 1970. Os pressupostos dessa pedagogia advém da concepção de neutralidade científica e reforçam os princípios mencionados no âmbito mais geral do processo de trabalho escolar, fazendo-o objetivo e racional (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 54).

Aptidão física aparece como sendo a centralidade hegemônica dos estudos da área que reverberam na prática dos professores no âmbito escolar, contribuindo, em última instância, com a continuidade dos interesses de classe, que são antagônicos e irreconciliáveis.

Os projetos higienistas e militares na Educação Física eram dominantes até a década de 1970, segundo Cunha (2013) na recomposição do capital no Brasil, ligada ao contexto sócio político da ditadura, influenciaram a adoção da Educação Física pautada em um projeto esportivista. Esse projeto era desenvolvido de forma que a tarefa da escola deveria servir de base para o esporte fora da escola, ou seja, o esporte de alto rendimento, tendo como central o desenvolvimento da aptidão física.

Para a autora, o desenvolvimento da aptidão física enquanto concepção da Educação Física escolar tem contribuído historicamente para a defesa e manutenção da classe dominante e, portanto, contribuindo com a permanência da estrutura de sociedade regida pelo capital.

Castellani Filho et al faz referência a um decreto do Governo com data de 1971 que trata a aptidão física como referência fundamental para os estudos da Educação Física na escola. A Educação Física escolar deveria ser centrada em um eixo pragmático da aptidão física, nas palavras do autor:

[...] eixo paradigmático da aptidão física, conforme se depreende pelo parágrafo 1o, inciso III do artigo 3 do Decreto no 69.450/71, qual seja, “*a aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino*” (1999, p. 151, itálicos do autor).

Com a ditadura civil militar burguesa, iniciado em 1964, a Educação Física assume outra finalidade importante, além das que já cabia a ela. Segundo Húngaro (2013), a finalidade de mentir. Para o autor essa finalidade era “a de contribuir com um processo de manipulação de consciência, ou seja: de contribuir com a “mentira”” (p. 139).

Segundo Castellani Filho (2013), é válida a afirmação que a história da Educação Física no Brasil se confunde, em muitos de seus momentos, com as dos militares. O autor elenca vários desses momentos.

A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, com nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da família real ao Brasil; a introdução da ginástica alemã, no ano de 1960, através da nomeação do alferes do Estado Maior de segunda classe, Pedro Guilhermino Meyer, para função de contramestre de ginástica da Escola Militar; a fundação, pela missão militar francesa, no ano de 1907, daquilo que foi embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo – o mais antigo estabelecimento especializado de todo país –; a portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criando o Centro Militar de Educação Física, cujo objetivo enunciado em seu artigo primeiro era o de dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas – centro esse que só passou a existir, de fato, alguns anos mais tarde, quando do funcionamento do curso provisório de Educação Física somados a muitos outros fatos, como por exemplo a marcante presença dos militares na formação dos primeiros professores civis de Educação Física, em nosso meio (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 26).

A visão dual de homem, já se fazia presente nas argumentações de Rui Barbosa, conhecido como “Paladino da Educação Física”. Uma dicotomia entre corpo e mente. Com uma compreensão de homem e de mundo fragmentada, e uma compreensão de Educação Física para educar o corpo, João Paulo Subirá Medina<sup>26</sup> na obra intitulada *A educação física cuida do corpo... e “mente”* (2013), aponta a falsa dicotomia entre corpo e mente e critica essa fragmentação. Contudo, o autor compreende como momento predominante a consciência sobre o real e não o real e concreto como fundador da consciência.

Assim como as formulações críticas elaboradas por Medina, surgem na Educação Física os questionamentos a sua prática e a sua funcionalidade, impulsionados, principalmente, pelo momento histórico de luta contra o golpe de 1964, com os movimentos

---

<sup>26</sup> Apesar das inúmeras divergências teóricas, políticas, como esse autor, não podemos esquecer o momento histórico ao qual estava inserido e, buscava uma crítica nas concepções de Educação Física majoritárias na época – que ainda predomina atualmente – que, ou entendiam a Educação Física com objetivo de educar o físico ou a Educação do Físico como mediação para alcançar uma melhoria na mente, no espírito. De qualquer forma, as concepções criticadas pelo autor, sempre está presente o entendimento do homem fragmentado, onde o corpo é uma parte do homem que pode ser compreendida fora de sua unidade/totalidade. Dessa forma essas concepções de Educação Física criam uma dicotomia entre corpo e consciência.

sociais organizados e a luta contra a política oriunda desse momento de perseguição, tortura e morte dos seus opositores.

Húngaro (2013) afirma que a Educação Física nesse período passou por um profundo processo de autocrítica para questionar a quem servia as suas funcionalidades.

Para o autor:

Depois de duas décadas – tendo 1964 coo referência – de submissão à “ditadura da burguesia fardada”, respiraram-se, na década de 1980, os ares da redemocratização. Esses ares só foram possíveis em virtude, no final da década de 1970, do esgotamento do chamado “milagre brasileiro” e do processo de reorganização do movimento operário (HÚNGARO, 2013, p. 136).

Taffarel (2009) e Escobar (2009) argumentam que com o início na década de 1980 e o enfrentamento de uma profunda crise do capital que desabrocha na década de 1990, deflagra-se em diversas áreas um movimento pela luta de direitos. Na especificidade da Educação Física, essa luta está intensamente atrelada à finalidade de superação das práticas pedagógicas até então hegemônicas. Segundo as autoras, acentuou-se a revisão dos fundamentos que legitimavam a sua presença na escola.

Barbiere; Porelli e Mello (2008) nos esclarecem, sobre esse momento histórico, que:

Esse papel da Educação Física, de desenvolver a aptidão física, higiene e formação moral dos trabalhadores, seguiu hegemônico no Brasil até por volta da década de 1980, quando ocorre um momento de abertura política. Este foi um período da história da educação física brasileira em que, buscou-se, sobretudo, refletir sobre questões referentes à identidade e legitimidade da educação física, pautada na perspectiva da aptidão física, como parte do currículo da Educação Básica, ou seja, procurava-se uma justificativa para a presença da Educação Física nas escolas (p. 224).

Ortigara nos adverte que:

Até os anos de 1980, a Educação Física brasileira constitui-se basicamente pela prática de atividades físicas fundadas em métodos ginásticos e desportivo que visavam a manutenção da saúde – entendida somente em seus aspectos biofisiológicos – ou a educação psicomotora, com uma concepção pedagógica de cunho tecnicista (2002, p. 12).

Opondo-se radicalmente às posturas hegemônicas da Educação Física, como essas expressas por Ortigara, e a um consenso possível entre seus formuladores, em 1992 é publicado com o título de *Metodologia do Ensino da Educação Física* uma concepção de

Educação Física fundamentada na perspectiva marxista, chocando-se, portanto, duas perspectivas de Educação Física, distintas e antagônicas.

“A Educação Física no Brasil sofreu mudanças devido aos projetos dominantes que a conformaram. Esses projetos, em última instância, dizem respeito ao processo de desenvolvimento capitalista neste país” (OLIVEIRA, 2013, p. 55). Nesse sentido, ao considerarmos o panorama de lutas sob a ordem capitalista, podemos caracterizar duas perspectivas de Educação Física escolar.

Segundo Ortigara “A primeira é a que possui hegemonia nas relações pedagógicas e tem no desenvolvimento da aptidão física o seu objeto de estudo, vinculando-se ao projeto histórico de manutenção da estrutura social capitalista” (2002, p. 18).

A segunda é a proposta do Coletivo de Autores trazendo uma argumentação “que a Educação Física necessita refletir sobre a cultura corporal, alargar sua concepção de currículo, ampliando as referências das formas da expressão corporal como linguagem sob a lógica materialista e histórica” (ORTIGARA, 2002, p. 18).

Segundo Húngaro (2013, p. 137), “a educação física, pela primeira vez, questionava “teoricamente” sua histórica funcionalidade aos interesses das elites dominantes e inaugurava em movimento de engajamento com a luta pela mudança radical (na raiz) da sociedade capitalista”.

No entanto, mesmo com todo movimento crítico da Educação Física, principalmente nas décadas de 80 e 90, com as críticas de Medina em 1990, os escritos de Oliveira (1991) até a formulação do texto do Coletivo de Autores em 1992, Herold Junior (2003) argumenta que o foco da Educação Física continuava a ser o “adestramento” da força de trabalho para produção exclusiva do lucro. Nas palavras do autor:

Na década de 1980 surgiu um considerável número de estudos buscando os condicionantes históricos e sociais da disciplina para que, após, fosse construída uma metodologia que possibilitasse uma inferência consciente por parte destes profissionais na construção de uma sociedade mais justa e democrática. **Interessante observar que um dos pontos mais presentes neste conjunto de idéias era o fato de a disciplina servir, até então, para um "adestramento" da força de trabalho, com o objetivo exclusivo de produção de lucro (HEROLD JUNIOR, 2003, p. 86, grifos nossos).**

Indubitavelmente, existem outras concepções de Educação Física aqui não abordadas, visto que não é nosso objetivo abordar as diferentes concepções de Educação Física – portanto, para situar os leitores, mostraremos apenas uma caracterização dessas abordagens identificando seus representantes no quadro 1, contudo, o plano de fundo dessas

outras concepções, ao tratar o homem enquanto fragmento, continua, em última análise, com a centralidade pautada pela aptidão física e/ou com o movimento humano, fato que direta ou indiretamente contribui para a manutenção da ordem social, como é o caso da abordagem construtivista<sup>27</sup> que mesmo compondo as teorias situadas no campo progressista, se limita por ser reformista, tratando os temas centrais da Educação Física somente na sua superficialidade e não realizando o movimento que parte dessa superficialidade (aparência) e busca a sua raiz (essência), favorecendo, portanto, a continuidade dos avanços do capital sobre o trabalho.

A crítica marxista, nas palavras de Húngaro (2013, p. 142) “a interlocução com a teoria social de Marx foi fundamental para a construção de um projeto de “intenção de ruptura” da educação física”.

Um dos grandes méritos do Coletivo de Autores, expressos ainda nos textos de Taffarel, é que ao se apoiar em Marx e em suas formulações, a finalidade está para além da compreensão da realidade, a saber, a superação dá lógica burguesa tendo como horizonte a emancipação humana.

Trataremos no próximo item justamente da concepção de Educação Física que busca fazer uma análise racional da realidade, se opondo ao movimento incessante do avanço do capital alicerçado pelo trabalho produtivo de mais valia e alienado.

## 2.5 A EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA E A CRÍTICA MATERIALISTA DA HISTÓRIA

A proposta do coletivo de autores é a única que possui como referencial teórico o *Materialismo Histórico-Dialético*. Diz Castellani Filho (1999) que a proposta “pauta-se no *Materialismo Histórico-Dialético*, enquanto método de análise da realidade” (p. 153). O autor situa a proposta do coletivo de autores dentro de uma teoria crítica para a educação, que possui em seu quadro teórico filosófico as concepções e preposições da Pedagogia Histórico-Crítica, cujo formulador é Demerval Saviani.

---

<sup>27</sup> Não é objetivo deste trabalho debater as diferentes concepções de Educação Física e nem possuo folego para debater os limites do construtivismo para explicar e expor como essa proposta, que se limita pela reforma, contribuiu para a manutenção das classes sociais. O que posso afirmar nesse momento, com base em Mészáros (2008), é que qualquer forma de correção de pedagogias de ensino e reformulações curriculares sem que haja uma reformulação radical no modo de produzir a vida, essa reforma estará tardada ao fracasso e mais, continuara contribuindo ou não evitando o avanço do capital sobre o trabalho e, conseguinte, aumento da exploração, destruição de forças produtivas, levando ao abismo cada dia mais os trabalhadores e produtores da riqueza material e social humana.

As ideias defendidas por Saviani foram expostas, primeiramente, em uma concepção de educação presentes na obra *Escola e Democracia*, publicada pela primeira vez em 1983, em que o autor expõe a necessidade de uma educação revolucionária que cumpriria o papel de democratizar a educação escolar e retirar os indivíduos da marginalidade identificada por ele.

Segundo Favaro:

A obra *Escola e Democracia* deixa evidente o compromisso político de Saviani (2003b) com dois aspectos da realidade brasileira: a superação da marginalidade relativa ao fenômeno da escolarização e a consequente democratização do trabalho pedagógico, que repercutiria no processo mais amplo de democratização da sociedade (FAVARO, 2014, p. 47, itálicos da autora).

Ao realizar uma crítica às concepções e abordagens educacionais, Saviani (1999) classifica as concepções de educação como teorias não-críticas e teorias críticas, sendo que nesse segundo grupo, encontram-se também as críticas reprodutivistas. Elencamos essas pedagogias de acordo com a divisão realizada por Saviani.

**Quadro 1 - Grupo de teorias educacionais Críticas e não críticas**

<b>TEORIAS EDUCACIONAIS DE ACORDO COM A ABORDAGEM</b>		
<b>TEORIAS NÃO CRÍTICAS</b>		Pedagogia Tradicional
		Pedagogia Nova
		Pedagogia Tecnicista
<b>TEORIAS CRÍTICAS</b>	<b>CRÍTICA REPRODUTIVISTA</b>	Sistema de Ensino Enquanto Violência Simbólica
		Escola Enquanto Aparelho Ideológico do Estado
	<b>CURVATURA DA VARA</b>	Pedagogia Revolucionária

Fonte: Elaborado pelo autor

As abordagens não-críticas da Educação, segundo Saviani (1999), são as que concebem a sociedade como uma forma harmônica e que a marginalidade seria um defeito, que atinge um maior ou menor grupo de indivíduos, a ser corrigido pela educação enquanto um instrumento de correção dessas distorções.

Para o autor, as teorias críticas são as que compreendem a sociedade como essencialmente marcada pela divisão em classes sociais que se relacionam antagonicamente a base da força, a qual manifesta as próprias relações de produção, e a marginalidade seria

imane a essas relações sociais. A educação não se converte em um instrumento de correção como se torna um fator da própria marginalidade.

Tomando como critério de criticidade a percepção dos condicionantes objetivos, denominarei as teorias do primeiro grupo de "teorias não-críticas" já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma. Inversamente, aquelas do segundo grupo são críticas uma vez que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionantes objetivos, isto é, aos determinantes sociais, vale dizer, à estrutura sócio-econômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Como, porém, entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade, serão por mim denominadas de "teorias crítico-reprodutivistas" (SAVIANI, 1999, p. 17).

Nesse sentido, Saviani (1999) evidencia a necessidade de uma teoria em que sua formulação deveria ser centrada da igualdade real entre os indivíduos, eliminando a marginalização existente. Ele constata que mesmo as teorias que evidenciam a forma social burguesa enquanto um entrave no processo educativo formal não avançam na problemática e se limitam a reproduzir a própria lógica existente.

[...] são críticas, uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Há, pois, nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere, bem merecem a denominação de "teorias crítico-reprodutivistas" (SAVIANI, 1999, p. 27).

Assim, sua formulação de uma pedagogia revolucionária iria tanto contra a onda conservadora, quanto a que tratava a educação como complexo reprodutor da sociedade. Buscava com sua teoria, por mediação da escola, o fim da marginalidade. Nas palavras do autor:

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária (1999, p. 75).

Isso deveria ser feito com uma metodologia de articulação dos interesses populares e, portanto, segundo Saviani (1999), valorização da escola. Explica Saviani:

[...] serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de

aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (p. 79)

Segundo esses métodos, Saviani (1999) aponta cinco passos para o desenvolvimento da pedagogia revolucionária, diferenciando-se das teorias tradicionais e da escola nova. A prática social inicial se diferencia da iniciativa do professor e da iniciativa do aluno; a problematização se opõe à apresentação de novos conteúdos e ao problema como obstáculo; a instrumentalização se difere da assimilação por comparações e coleta de dados; a catarse se opõe à generalização e à hipótese; e por fim, a prática social final se opõe à aplicação e à experimentação.

Elencamos os cinco passos propostos por Saviani e suas respectivas oposições entre a pedagogia tradicional e escola nova, respectivamente, no quadro 2.

#### **Quadro 2 - Teoria educacional de Saviani X Pedagogia Tradicional X Escola Nova**

<b>PASSOS</b>	<b>P. TRADICIONAL</b>	<b>P. ESCOLA NOVA</b>	<b>P. REVOLUCIONÁRIA</b>
1º	Iniciativa do professor	Iniciativa do aluno	Prática social
2º	Apresentação de novos conteúdos	Problema como obstáculo	Problematização
3º	Assimilação por comparações	Coleta de dados	Instrumentalização
4º	Generalização	Hipóteses	Catarse
5º	Aplicação	Experimentação	Prática social

Fonte: Elaborado pelo autor

Sob essa perspectiva de educação, iniciaram na Educação Física o movimento crítico da década de 1980 numa tentativa de ruptura do modelo dominante, se apresentando no cenário Brasileiro diferentes concepções e abordagens da Educação Física. Castellani Filho (1999) elenca essas diferentes abordagens e concepções que foram frutos dos questionamentos à prática pedagógica hegemônica exercida pela a área na década de 1980.

Castellani Filho (1999) classifica as teorias que surgiram nesse momento histórico como sendo: teorias não-propositivas (a abordagem fenomenológica, abordagem sociológica e abordagem cultural) e teorias propositivas, subdividindo-as ainda, em teorias não-sistematizadas (concepção desenvolvimentista, a concepção construtivista, educação física plural, concepção de aulas abertas e a concepção crítico emancipatória) e as sistematizadas

(perspectivas da aptidão física e a crítico-superadora – coletivo de autores). Podemos visualizar essas abordagens no quadro 3.

**Quadro 3 - Abordagens e Concepções da Educação Física**

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES		REPRESENTANTES	
NÃO PROPOSITIVAS	Fenomenológica	Silvino Santin e Wagner Wey Moreira	
	Sociológica	Mauro Betti	
	Cultural	Jocimar Daólio	
PROPOSITIVAS	NÃO SISTEMATIZADAS	Desenvolvimentista	Go Tani
		Construtivista	João Batista Freire
		Crítico-Emancipatória	Elenor Kunz
		Plural	Jocimar Daólio
		Aulas Abertas	Reiner Hildebrandt
	SISTEMATIZADAS	Aptidão física	
		Crítico-Superadora	Coletivo de Autores: Carmen Lúcia Soares; Celi Nelza Zülke Taffarel; Elizabeth Varjal; Lino Castellani Filho; Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht

Fonte: Elaborado pelo autor

Foi em meio ao cenário de uma crise do capital na década de 1970 que as concepções de Educação Física se afloraram, ficando demarcadas várias perspectivas teóricas que influenciaram e influenciam a atuação docente até os dias atuais. Nesse sentido, a prática da Educação Física na escola, continua quase que imutável desde a proliferação do esporte como conteúdo hegemônico e com características de reprodução do esporte de rendimento.

Mesmo com esse leque de abordagens e concepções pedagógicas publicadas a partir dos anos de 1980, no entanto, a educação física esteve atrelada durante boa parte de sua história à perspectiva da aptidão física, tendo como foco de trabalho nas aulas, principalmente, o conteúdo esportivo (BARBIERE; PORELLI E MELLO, 2008, p. 225).

O coletivo de autores apresenta a Educação Física como sendo a prática pedagógica que, no âmbito escolar, sistematiza e tematiza os elementos da cultura corporal. Esses elementos são importantes no processo histórico ligados à linguagem corporal. Os elementos que são produzidos historicamente pela humanidade necessitam ser transmitidos socialmente (CASTELLANI FILHO et al, 2009).

Essa proposta com base no referencial teórico do *materialista histórico-dialético* se contrapõe às formas hegemônicas da Educação Física e por isso apresenta uma proposta de como deve ser o ensino da disciplina e dos elementos da cultura corporal na escola com um trato de conhecimento norteado por alguns princípios que se articulem com a realidade concreta e objetiva dos alunos.

O primeiro princípio apresentado pelo coletivo é a **relevância social do conteúdo**. “Este deverá estar vinculado à explicação da realidade social concreta e oferecer subsídios para a compreensão dos determinantes sócio históricos do aluno, particularmente a sua condição de classe social” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 32).

O segundo princípio é o da **contemporaneidade do conteúdo** e “deve garantir aos alunos o conhecimento do que de mais moderno existe no mundo contemporâneo” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 32), não eliminando o que é clássico e, portanto, não perdendo sua contemporaneidade.

O terceiro se relaciona às possibilidades dos alunos enquanto sujeitos sociais e históricos. É o princípio de **adequação às possibilidades sociocognoscitivas do aluno** que articula o confronto dos saberes populares com o conhecimento científico, ambos, produzidos historicamente pela humanidade.

O confronto do saber popular (senso comum) com o conhecimento científico universal [...], fundamental para a reflexão pedagógica. Isso porque instiga o aluno, ao longo de sua escolarização, a ultrapassar o senso comum e construir formas mais elaboradas de pensamento (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 33).

O quarto princípio é a **simultaneidade dos conteúdos enquanto dados da realidade** que confronta o etapismo da aprendizagem, explicando sempre os nexos de relações entre os diferentes conteúdos, “explicitando a relação que mantém entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicitados isoladamente” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 34), e trabalhados de forma espiralada.

O quarto princípio dá origem ao quinto. Princípio da **espiralidade da incorporação das referências do pensamento**. “Significa compreender as diferentes formas de organizar as referências do pensamento sobre o conhecimento para ampliá-las” (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 34).

O sexto princípio, para finalizar o entendimento do coletivo de autores sobre o trato com o conhecimento, é o da provisoriade do conhecimento. Esse princípio trata o

conhecimento sempre como aproximativo ao objeto, podendo ser superado com outras aproximações e, portanto, o conhecimento possui um caráter de provisoriade.

Esses princípios, portanto, se opõem radicalmente aos das outras concepções de Educação Física, que em última instância, proclamam o fim da história.

Diferentemente, a dinâmica curricular na perspectiva dialética favorece a formação do sujeito histórico à medida que lhe permite construir, por aproximações sucessivas, novas e diferentes referências sobre o real no seu pensamento. Permite-lhe, portanto, compreender como o conhecimento foi produzido historicamente pela humanidade e o seu papel na história dessa produção (CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 35).

Com esse movimento de ir contra a maré da aptidão física, o coletivo de autores proporcionou uma reflexão no campo científico e político da área que possibilitou as formas de pensar a Educação Física para além da dicotomia corpo e mente.

As formulações do coletivo implicaram no modo de compreender o homem e o mundo em suas íntimas relações com a Educação física escolar, e sua ligação umbilical com o complexo da Educação. Uma formulação teórica e política que se opõe à hegemonia da compreensão da Educação Física a partir da aptidão física como centralidade. Nesse sentido, apresentam-se interesses que se colocam em lados antagônicos e irreconciliáveis.

Segundo Castellani Filho et al (2009), em uma das extremidades estão os que defendem a função social e que propunham a manutenção do *status quo* com a aptidão física como objeto de estudos. Já na outra extremidade estão os que propunham, com base na fundamentação marxista, a cultura corporal como objeto de estudo e comprometidos com os interesses da classe explorada.

Nessa mesma linha, Nozaki (2004) afirma que as disputas sobre as diferentes concepções de Educação Física dizem respeito ao confronto de projetos antagônicos entre trabalho x capital, que são acirradas nas crises cíclicas do capital.

Já Taffarel, em uma entrevista para a segunda edição do livro do Coletivo de Autores, afirma a respeito dessas duas extremidades que “definiram-se no debate duas grandes tendências da Educação Física, uma que defendia como objeto da Educação Física a aptidão física e outra que defendia como objeto da Educação Física a cultura corporal” (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO et al, 2009, p. 158), em forma de um consenso possível entre os professores pertencentes ao coletivo.

Acerca desse processo do consenso possível na década de 1990, oriundo de muitas pesquisas realizadas pelos seus formuladores que possuíam, portanto, divergências, Taffarel esclarece alguns pontos, diz a autora:

Vale destacar que éramos um grupo heterogêneo, tínhamos deferentes graus de consciência sobre os acontecimentos, diferentes inserções na luta coletivo, nos movimentos sociais e partidos políticos. [...]. Nossas divergências manifestaram-se posteriormente, porque as lutas se tornam mais acirramento todos os autores que se posicionar e, cada um tomou seu rumo. Isso é claro, visível, medível, comparável. Qualquer um pode observar as posições dos autores (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO, 2009, p. 160-1).

E ainda:

O coletivo de autores não voltará a se reunir nunca mais. Com o passar dos anos ficaram evidentes as divergências, e nesses dez anos acentuaram-se as diferenças nas posições teóricas, políticas e ideológicas entre o Coletivo (TAFFAREL APUD CASTELLANI FILHO, 2009, p. 164).

Pela própria compressão de homem e de sua formação serem distintas entre os autores, como a compreensão de Bracht que sugere que a Educação Física não participa, nem sequer, da recomposição da força de trabalho (veremos sobre isso no item 4.2.2), a proposta apresenta várias limitações – que não é objetivo desse estudo discuti-las – assim como uma ausência de uma compreensão ontológica materialista da história, que consideramos ser crucial para uma melhor compreensão da aproximação com a realidade e, portanto, da própria Educação Física.

Segundo Húngaro (2013), o projeto de uma Educação Física alicerçado pela ruptura com essa lógica – ainda presente – perde espaço, segundo o autor, principalmente pela desfavorável correlação de força com o colapso do socialismo real. O autor argumenta que a crítica da Educação Física na década de 1980 só foi possível, porque desde a Revolução Russa de 1848 a defesa do socialismo era a pauta do dia, o que pressionava até a existência de políticas pautadas pela social democracia e conquistas de direitos para os trabalhadores.

A defesa do socialismo foi a pauta fundamental, desde 1848, do movimento operário europeu. A Revolução Russa, em 1917, instalou a primeira experiência socialista no mundo e de lá se iniciou um importante processo de expansão. Uma estratégia para conter esse crescimento foi o atendimento, em alguns países, de inúmeros pontos de pauta das lutas operários que acabaram por constituir as experiências social-democratas (HUNGARO, 2013, p. 148).

Húngaro argumenta que sem uma efetiva ameaça do socialismo e pela necessidade do capital de voltar a acumular, frente à crise iminente a sua existência, as políticas sociais entram em derrocada fazendo com que o projeto Crítico-Superador da Educação Física fosse adiado.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o chamado “socialismo real” entrou em colapso não só em virtude das circunstâncias globais da crise de acumulação capitalista, mas também em razão de suas especificidades históricas, e, indubitavelmente, interferiu no colapso da “social-democracia”. Ora, sem a ameaça de que o socialismo pudesse se espalhar, o corte de direitos sociais e trabalhistas pôde ser facilmente aplicada aquelas sociedades que haviam experimentado o chamado “Estado de bem-estar social” (HUNGARO, 2013, p. 148).

Sem o avanço do socialismo e sem uma ameaça real ao modo de produção capitalista, a classe trabalhadora tornou-se refém da lógica do capital de substituição do capital variável pelo capital constante, perda de direitos conquistados historicamente em decorrência da desfavorável correlação de força.

O que fica claro, é que todo esse movimento na Educação Física acontece em um cenário em que o modo de produção capitalista passava por um reordenamento nas relações de produção necessárias – para o capital – com ajustes em sua dinâmica. Um movimento incessante de valorização do valor e aumento da taxa de lucro com a diminuição do trabalho necessário em relação ao trabalho excedente de produção. Essa reordenação se faz necessária, mesmo como medida paliativa, em última análise, porque o capital necessita continuar seu processo de produção da mais valia e só pode fazê-lo com processo de trabalho. “Como o capital não pode se valorizar sem processos de trabalho, para os capitalistas, a questão decisiva é procurar adequar da melhor forma possível os processos de trabalho à maximização valorativa dos seus respectivos capitais” (LAZARINI, 2010, p. 347).

Cunha (2013) afirma que os apologistas do capital condicionaram a ocorrência da crise à existência do Estado de Bem Estar Social em decorrência de uma ausência de conhecimento, por parte da classe dominante, dos determinantes estruturais da crise.

Sobre esse aspecto é preciso que sejam entendidas duas coisas. A primeira é que o Estado de Bem Estar Social não conseguiu ser generalizado sequer nos países de capitalismo central e a segunda é que mesmo que exista uma ausência de conhecimento por parte da classe dominante dos determinantes estruturais das crises cíclicas do capital, ao apontar o Estado de Bem Estar Social como fator gerador da crise, nos parece muito mais um condicionamento ideológico de classe, de modo que a ideia da classe dominante seja a ideia dominante fruto de sua dominação material em forma de ideia. Essa mesma postura

ideológica se repete ao longo da história<sup>28</sup>, de modo a reafirmar a necessidade de cortes dos direitos dos trabalhadores fazendo com que, predominantemente, essa classe pague pela crise.

O projeto superador não só foi adiado como surgiram movimentos conservadores com o intuito de que, frente à crise do capital, fossem formuladas ideias de reserva de mercado para a Educação Física. É nesse contexto que nasce o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física – sistema CONFEF/CREFs<sup>29</sup>.

Destarte, mantém-se os questionamentos das práticas pedagógicas da Educação Física e sua tendencial esportivização nas escolas, estando ainda em aberto algumas questões cruciais para nossa área como, por exemplo: o que é Educação Física? É necessário para a formação dos sujeitos? É na tentativa de compreender a necessidade da Educação Física, que discutiremos no próximo item, o processo de criação do homem enquanto ser social e sua formação e ou deformação ao longo do processo de desenvolvimento histórico com ênfase no processo de reprodução da vida na sociabilidade burguesa.

---

<sup>28</sup> Acerca dessa postura, podemos observar as próprias reformas do Estado brasileiro, com retirada de direitos da classe trabalhadora, com a reforma trabalhista e da previdência, por exemplo, no na especificidade da educação com a reforma do ensino médio.

<sup>29</sup> Sobre esse assunto, a tese de doutoramento de Nozaki (2004), estuda os pormenores da criação do conselho e de todo seu aparato ideológico que, além de prejudicar a formação, que já é precária, da Educação Física contribuindo para a fragmentação em licenciatura e bacharelado, subjuga os professores aos seus ditames, muitas das vezes inconstitucionais.

### 3 A FORMAÇÃO DOS HOMENS: DO TRABALHO FUNDANTE AO TRABALHO ALIENADO

*“Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é [...] descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato, que – o gênero – nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido – não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares se liguem “mudamente”; é mostrar que esses, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançarem a síntese ontológico social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si”.*

(Georg Lukács)

Nesse item discutiremos a concepção de homem em Marx com contribuições de análises da tradição marxista e qual o papel desempenhado pelo trabalho no processo de formação desse homem, assim como a constituição desse homem na particularidade da sociabilidade burguesa. Esse entendimento foi o que nos possibilitou melhor compreender a Educação Física, sua função social, sua origem e sua relação com o ser social, mediante uma concepção ontológica. (Essas compreensões estão expostas no item 4 deste relatório de pesquisa).

Em um primeiro momento, pode parecer estranho discutir a origem ontológica do ser social e da Educação Física. Contudo, para compreender a natureza e a função da educação/Educação Física e a raiz das suas questões problemáticas, é de suma importância buscar desvendar como se processa a construção do ser social, como se originam as categorias fundamentais e como elas se transformam (MELLO, 2014. p. 52).

Iniciaremos com os seguintes questionamentos: O que é realmente o homem? Como esse homem se forma e se constitui? Quais elementos característicos os tornam homem? O que faz do homem diferente dos demais animais? O que o torna realmente humano? Não é possível esgotar essas questões, contudo, nos esforçamos em trazer elementos que contribuam para um melhor entendimento dessas complexas formulações teóricas deixados pelo legado da tradição marxiana e pela refundação do marxismo feita por Lukács na obra *Ontologia do Ser Social*, sobretudo nos capítulos do trabalho e reprodução que utilizamos nessas análises.

Outro ponto crucial deste esforço para buscar uma melhor forma de explicar e expor nossos entendimentos é o uso de uma ferramenta cinematográfica, ou seja, um filme intitulado de *Mogli: o menino lobo* que apresenta elementos para limpar o meio de campo das análises mais aprofundadas que podemos tirar desses elementos. Elementos que podem desmistificar a compreensão dialética de Marx (2011) ao afirmar que os homens se transformam ao mesmo tempo em que transformam a natureza pelo ato originário do ser social e seu salto qualitativo por decorrência do trabalho em conjunto com os demais complexos presentes nesse ato.

Evidente que o filme é uma ficção, e que os idealizadores da história partem do pressuposto que o menino é diferente dos animais pelo simples motivo de ser filhote de homem, contudo, não podem negar que existem diferenças entre o homem e os demais animais. Mesmo a história sendo ficção, é uma ficção criada a partir de circunstâncias históricas dadas, nas quais o homem é diferente dos animais e realiza atividades exclusivamente humanas e qualitativamente superiores.

### 3.1 A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL: CONCEITO DE HOMEM À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO MARXISTA E O TRABALHO COMO ATO FUNDANTE

O ser social aparece na forma de indivíduos singulares vivendo em sociedade. Portanto, os indivíduos e a manifestação de suas vidas não são outra coisa se não a expressão e confirmação da vida social. Em outras palavras, a existência do indivíduo singular é a confirmação da existência do seu próprio gênero humano e suas apropriações da vida social são construídas coletivamente pelo seu gênero mediante as necessidades que são supridas na objetivação de sua atividade vital.

A genereidade humana, por outro lado, só existe como expressão de indivíduos singulares que têm sua formação e desenvolvimento, nas sociedades de classe, de forma desigual e combinada e, portanto, os homens singulares na sociedade burguesa desenvolvem-se contraditoriamente, sendo determinante a sua posição de classe para realização das apropriações individuais das objetivações humanas coletivas.

O homem é aquilo que ele é em si mesmo e aquilo que ele objetiva. Para se fazer homem dia após dia, necessariamente esse ser necessita realizar mediações para continuar vivo.

Uma mangueira retira nutrientes da terra para dar manga que depois transforma-se em semente que vai transforma-se em uma nova mangueira em um processo cíclico para

continuar a existência da mangueira e seu fruto. O homem retira seus nutrientes da natureza para atender a necessidade, contudo, transforma a natureza e transforma a si próprio, de forma que ao final desse processo de atividade vital, nem a natureza é a mesma, nem o homem é o mesmo.

Pela sua atividade vital, os homens se desenvolvem atendendo suas necessidades e criando novas necessidades, enriquecendo e se apropriando das objetivações humanas. Nas palavras de Leontiev (1978, p. 265):

Pela atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na em função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam os objetos que devem satisfazer as suas necessidades e igualmente os meios de produção desses objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e outros bens materiais. Os processos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquecem-se, desenvolvem-se a ciência e a arte [assim como a Educação Física e seus elementos historicamente criados pelos homens, como esporte, a dança, a luta, a ginástica].

No próximo processo de atividade vital, o homem já aprendeu elementos novos, já sabe o que aconteceu de certo e o que aconteceu de errado, realizou uma série de mediações em sua consciência para verificar, antes mesmo da ação corpórea que o levou ao metabolismo com a natureza, o que é mais necessário entre as necessidades e qual a melhor forma de atender essa necessidade. Em outras palavras, qual a necessidade que vou atender e qual as escolhas entre as alternativas eu vou seguir. Esse processo necessita ser objetivado, transformando o ser natural em ser social e, portando, aparece a categoria que funda esse novo ser: o trabalho. O que o homem objetiva torna o ser homem natural em ser homem humano. (Mais adiante no texto (item 3.3) desenvolveremos essa ideia de homem como uma autoconstrução histórica mediada pelo seu desenvolvimento contraditório nas sociedades de classe, evidenciando a particularidade desse desenvolvimento na sociedade capitalista).

Essa é a categoria chave que, por exemplo, diferencia o homem mais selvagem e mais primitivo dos demais animais da natureza, mesmo que esse animal possua características biologicamente semelhantes as dos homens, contudo, não são essas semelhanças que vão explicar e caracterizar os homens, é sua diferença que tem como fundamento ontológico a mediação com a natureza, nesse sentido, concordamos com Engels e sua análise.

Quanto ao número e a disposição dos ossos e músculos não a diferença entre a mão do homem e do macaco; mas se tomarmos o mais primitivo dos selvagens, ele executará com suas mãos centenas de operações que nenhum dos macacos consegue realizar. **Nenhum macaco conseguiu, por exemplo, construir um machado de pedra por mais rudimentar que fosse** (ENGELS, 1986, p. 21, **grifos nossos**).

Engels (1986) conclui, portanto, que a mão não é apenas um instrumento necessário para o trabalho, mas, ao mesmo tempo, fruto do próprio processo de trabalho e produtor de valores de uso de qualquer natureza. Esse desenvolvimento da mão, só pode acontecer interligado as demais partes do organismo que é extremamente complexo e controlada pela consciência. A mão faz parte dessa totalidade corporal e seu processo de desenvolvimento não pode ser compreendido como um ente isolado. Diz Engels (1986, p. 22): “A mão, porém, não era uma parte independente do resto do corpo. Era membro de um organismo integrado e extremamente complexo”.

Partindo desses apontamentos mais gerais, três pressupostos devem ser levantados inicialmente pois partiremos deles na tentativa de melhor explicar o que é o homem: O primeiro é assumir que esse homem existe empiricamente e que para que se exista é necessário que ele esteja vivo suprindo suas necessidades de comer, beber, vestir, procriar, entre outras coisas; o segundo é demonstrar que o homem é qualitativamente diferente dos demais animais; o terceiro é que o homem é um produto histórico, construído e resultado das relações sociais estabelecidas pelas gerações passadas.

### 3.1.1 O homem existe empiricamente

Começamos assumindo a existência do homem, mas não como uma forma arbitrária ou frutos de imaginação, repito:

Os pressupostos de que partimos **não são pressupostos arbitrários**, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. **São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica** (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-7, **grifos nossos**).

As condições materiais de vida impossibilitam a superação plena, ou seja, por completo, no sentido de eliminação delas do ser natural. O ser social não é mais um ser natural, porém, o ser natural está condito no ser social – houve um salto ontológico<sup>30</sup> do ser

---

<sup>30</sup> “Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Com razão, diz Marx: “O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna

natural para o ser social, mediada pelo processo vital de construção desse novo ser. O salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, em que sua fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores (LUKÁCS, s/d, p. 6) que não se desenvolvem de forma simples e contínua, de forma que a essência desse salto não é o nascimento de um ser novo, pelo contrário, é a ruptura do ser natural que se desenvolvia e evoluía com limites biológicos de forma retilínea e continuada, e que continua necessitando atender as necessidades biológicas para se constituir enquanto ser essencialmente social.

Segundo Fromm:

O homem dá a luz a si próprio do decurso da História. O fator essencial deste processo de autocriação da raça humana está na sua relação com a natureza. O homem, na alva da História, está cegamente vinculado ou agrilhado à natureza. Com ocorrer da evolução, êle transforma sua relação com a natureza e, por conseguinte, consigo mesmo (1962, p. 25).

Nesse sentido, significa dizer que o homem possui uma dependência ontológica com a natureza<sup>31</sup>, por ser ele também um ser animal, com funções humanas, porém, componentes também do animal. Em outras palavras, as necessidades de cunho fisiológico e biológico necessitam ser atendidas.

Essa constatação fica em evidência quando não excluimos que o homem é um ser biológico antes de tornar-se um ser social.

[...] ele é um ser sensorial, físico, natural trazido à existência por processos da natureza causais e não conscientes. Ademais, o homem é um ser natural vivo, que subsiste somente através do constante metabolismo com a natureza, realizando e garantido por sua própria atividade vital [...] (MÁRKUS, 2015, p. 21).

Aceitar que o homem existe empiricamente é afirmar que o homem é um ser animal, ontologicamente fruto da esfera orgânica, e como tal, necessita de condições de vida para continuar a fazer história, ou seja, o homem necessita atender suas demandas fisiológicas

---

necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana””. (LUKÁCS, s/d, p. 4-5). Tradução Prof. Ivo Tonet - Universidade Federal de Alagoas -, a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.

<sup>31</sup> A natureza é base para o desenvolvimento do homem e da sociedade, constituindo-se o corpo inorgânico do homem. Na natureza que estão contidos as possibilidades dos homens se fazerem vivos a cada dia e, sendo um homem um ser natural e biológico. Contudo o homem não é apenas isso, o homem é, também, um ser social, diferenciando dos demais animais pela própria atividade vital. A natureza é transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. “*A sociedade não pode existir sem a natureza [...]. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 45, *itálicos dos autores*).

e sociais, criadas historicamente pelas gerações passadas, para possibilitar a vida das gerações subsequentes e, por conseguinte, para a manutenção de sua vida individual e do seu gênero.

Comer, beber e procriar, etc., são também certamente autênticas funções humanas. Mas, de forma abstrata levadas em consideração, o que separa da outra esfera da atividade humana e as transforma em finalidades últimas e exclusivas é o componente animal (MARX, 2006, p. 115).

Em síntese, os seres humanos constituem-se em seres sociais afastando-se das barreiras biológicas, visto que até mesmo os elementos animais, como, por exemplo, comer, beber, morar, tornam-se atividades exclusivamente humanas. O ser social é o produto de uma construção coletiva dos homens enquanto indivíduos. Só são seres sociais quando se constituem enquanto gênero humano.

**Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ela engendrada** (...) Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constante sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasmas”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda a forma de teoria (MARX; ENGELS, 2007, p. 43, **grifos nossos**).

Nesse sentido, o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, o primeiro ato histórico, é que para que exista esse homem histórico é necessário que ele esteja vivo. Faz-se necessário que o primeiro ato, exclusivamente humano, seja a produção de sua própria existência, possibilitado pela produção dos meios que satisfaçam as suas necessidades que vão desde as mais basilares e simples às necessidades criadas com o aprimoramento e desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas e, por conseguinte, mais complexas.

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

O trabalho é práxis originária humana, contudo, o ser social não se reduz a essa prática social. A cada novo processo de trabalho, o homem avança e abre novas possibilidades de ação que para serem revolvidas, necessitam que outros complexos se façam presentes no próprio ato do trabalho, como por exemplo, a linguagem.

O trabalho primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois principais fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano que, não obstante sua semelhança, é consideravelmente superior a ele quanto ao tamanho e a perfeição. (ENGELS, 1986, p. 25).

Engels ao colocar o trabalho em primeiro lugar para contribuir na transformação do macaco em homem, em nada tem a ver como uma sucessão de acontecimentos temporais, nas quais o homem trabalharia primeiro e depois desenvolveria a linguagem e os demais complexos, sendo assim, essa relação que Engels aponta a respeito da importância primeira do trabalho, é a prioridade ontológica que a categoria do trabalho tem sobre a linguagem, visto que a linguagem é impossível de existir sem que já exista a realização posta do trabalho. Lukács explica essa relação, que à primeira vista nos parece um paradoxo, contudo, é uma relação eminentemente dialética.

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente (2012, p. 307).

Nesse sentido, o trabalho é categoria que funda o ser social, o homem e todas as suas práxis e complexos necessários para reprodução social<sup>32</sup> e a vida singular dos indivíduos e, assim, os diferenciando de todas as formas animais e orgânicas que existem na natureza.

### **3.1.2 O homem qualitativamente superior ao animal**

Iniciaremos com o caso do menino Mogli.

---

<sup>32</sup> Compreendo a reprodução social como uma reprodução da humanidade, ou seja, uma garantia de vida dos seres vivos em determinada sociedade. Reprodução social é a necessidades dos indivíduos singulares de atenderem as necessidades postas pela totalidade das relações sócias. Na sociedade capitalista a reprodução social só é possível para a classe trabalhadora mediante a venda de sua única mercadoria, sua força de trabalho.

Mogli<sup>33</sup> é um filhote de homem que ficou perdido na selva após seu pai ser morto por um tigre feroz. Encontrado caminhando sem rumo por uma pantera negra, que o levou a uma alcateia de lobos para ser criado como um. Contudo, mesmo realizando treinamento para tornar-se lobo, o filhote de homem é qualitativamente diferente aos demais “irmãos” lobos.

Quando a selva entra em um enorme período de estiagem, o rio, necessário para todos os animais sobreviverem, fica em níveis tão baixos que há somente um ponto em toda a selva com água. Como consequência desse fato de sobrevivência comum a todos os animais, a caça torna-se proibida na chamada trégua das águas. Todos os animais se encontram à beira do rio para saciar sua sede, inclusive Mogli e sua alcateia. Enquanto todos os animais aproximam a língua do rio para saciar sua sede, Mogli constrói uma espécie de cabaça amarrada a um cipó para “pescar” e beber a água. Mogli<sup>34</sup>, pela necessidade imediata de saciar sua sede, realiza um intercâmbio com a natureza para atender a sua necessidade.

Voltamos novamente ao que já foi esclarecido nesse estudo. O filme é uma produção fictícia e não é o objeto desse estudo, contudo, possui elementos, em determinadas cenas, que ao abstrairmos a sua representação podemos demonstrar, pedagogicamente, os ensinamentos de Marx e recuperados por Lukács na *Ontologia do Ser Social*.

Mogli, ao realizar seus truques, diferencia sua atividade vital dos demais animais. Para atender sua necessidade, Mogli transforma a natureza de forma consciente e intencional, elaborando em sua cabeça um projeto antecipado do que quer objetivar com suas ações.

Com o salto ontológico, mediado pelo intercâmbio com a natureza, o homem enquanto ser social diferencia-se dos demais seres naturais/animais, se transforma e

---

<sup>33</sup> É uma referência à um personagem de um filme de aventura americano realizado por Jon Favreau, escrito por Justin Marks, e produzido pela Walt Disney Pictures. É baseado no romance *The Jungle Book* que conta a história de um menino chamado Mogli que é criado por uma família de lobos até que o temido tigre Shere Khan, que carrega cicatrizes causadas por um humano – pai de Mogli –, promete elimina-lo quando acabar a trégua da água, pois o considera uma ameaça. Forçado a sair da alcateia pelo seu líder Akela, Mogli entra em uma viagem com Baguera, uma pantera negra que o criou desde criança, em busca de uma aldeia de humanos para que o menino lobo fique seguro. Porém, no meio do caminho Shere Khan aparece a caça do menino e luta com Baguera. Mogli consegue escapar. Perdido em uma floresta desconhecida o garoto encontra Kaa uma serpente de voz encantadora que pretende devora-lo, contudo, no ultimo momento, ele é salvo por Balu, um urso grande amigável e extremamente preguiçoso. Balu se aproveita dos truques engenhosos de Mogli para pegar colmeias no topo de uma colina e em troca o levaria em uma aldeia de humanos. Quando Mogli descobre que Shere Khan matou Akela o menino decide confrontar o tigre em um duelo mortal, na qual Mogli arquiteta uma forma de derrotar o tigre, ponto intencionalidade as suas finalidades, frente a uma necessidade concreta e objetiva e intermediada pelo metabolismo com a natureza.

<sup>34</sup> O filme apresenta um entendimento de que Mogli realiza suas ações por ser algo natural a sua espécie e, portanto, determinado pelo fator biológico de ser filhote de homem. Contudo, não buscamos fazer uma análise do filme, mais exemplificar através do filme os determinantes ontológicos do ser social, como por exemplo, sua necessidade de mediação com a natureza. Ou seja, usar o filme como ferramenta pedagógica na explicação dos descobertos por Marx e recuperados por Lukács.

transforma o que está ao seu alcance. Nesse sentido, o trabalho é a condição primeira<sup>35</sup> do salto ontológico e aparecimento do ser social, momento pelo qual, os homens históricos afastam-se das barreiras naturais, deixando para trás, mas não as eliminando, o ser biológico para se constituir como um ser social<sup>36</sup>.

Esse afastamento só é possível mediante as condições do ser orgânico desenvolvidas a certo grau que possibilite esse salto qualitativo e uma ação subjetiva desse ser orgânico sobre uma natureza. Para Mello (2014), surge no trabalho um elemento qualitativo em relação ao processo natural, os atos teleológicos postos. Atos que possuem uma finalidade e que alteram a realidade.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

O ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico, e esse último pode fazer o mesmo apenas à base do ser inorgânico. Só foi possível o nascimento desse novo ser qualitativamente diferente, porque a base estrutural para o salto estava posta, ou seja, foi indispensável um certo grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica para que o homem ao desenvolver sua atividade vital deixasse um patamar ontológico de um ser (ser natural) e fosse para outro patamar ontológico qualitativamente superior do ser (ser social). As formas de passagens do ser natural para o ser social são sempre saltos qualitativos.

É com essa condição de transformação da natureza para atender as demandas de suas necessidades mediatas ou imediatas, do estômago à fantasia, que o homem, por sua vontade consciente e lúcida, se transforma ao transformar a natureza. O homem só pode suprir suas necessidades mediante uma relação metabólica de transformação da natureza, relação necessária para qualquer formação de sociabilidade humana (MARX, 2011, p. 211).

---

<sup>35</sup> A abstração do pôr teleológico de primário do processo de trabalho é realizada com fins explicativos, porém, não como determinação cronológica situada como coisas distintas que foram ocorrendo de modo natural puramente de causalidade, pelo contrario, essa abstração é feita no seio de um entendimento de uma totalidade, onde os processos de pôr teleológico de primário e secundário estão constituídos de uma única totalidade que é a atividade humana necessária para manutenção e reprodução da vida, o trabalho. Nesse sentido o trabalho é categoria central, ou seja, protoforma de toda atividade humana.

<sup>36</sup> O ser social só é possível mediante a existência do ser biológico. Antes dos homens irem ao teatro, ao cinema, praticarem esportes, organizarem megaeventos esportivos, transformarem a sociedade em que vivem, primeiramente se faz necessário suprir as necessidades de manutenção de sua vida. Faz-se necessário alimentar-se, vestir-se, ter uma moradia, atendendo as necessidades fisiológicas, mediata ou imediata.

Criam-se novas necessidades tanto para novas transformações homens x natureza, como necessidades de transformar sua própria sociedade, homem x homem<sup>37</sup>. “O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo externo sensível*. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas” (MARX, 2006, p. 112, *itálicos do autor*).

Nesse sentido, o trabalho é categoria central, ou seja, protoforma<sup>38</sup> de toda atividade humana e, portanto, um processo presente em qualquer formação social<sup>39</sup>. Em outras palavras, o trabalho estará, necessariamente, em todas as formas de sociabilidade que existiram, existem ou existirão com a presença do ser humano.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a Natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mão –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011, p. 211, grifos nossos).

O trabalho – pôr teleológico primário – é a condição primeira do salto ontológico e aparecimento do ser social. Momento pelo qual, os homens históricos afastam-se das barreiras naturais, deixando para trás (mas não eliminando) um ser biológico para se constituir como um ser social. Segundo Lukács, é preciso começar pela análise do trabalho para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, podendo servir de modelo para as demais posições teleológicas sociais, como é o caso da Educação Física. Nas palavras do húngaro:

---

<sup>37</sup> Os fenômenos sociais, que acompanham o ser social e são necessários para o desenvolvimento do ser social como: a linguagem, a comunicação, a educação enquanto socialização sistematizada do conhecimento e a Educação Física enquanto elementos da atividade corporal serão ineliminável em qualquer forma social do desenvolvimento humano. Isso não significa dizer que todas as práxis humanas são igualadas a práxis do trabalho. Afirmar que toda práxis humana é trabalho, em última instância é reduzir o homem e suas múltiplas determinações à atividade vital.

<sup>38</sup> O homem enquanto se fizer vivo não poderá deixar esse intercâmbio com a natureza. Por isso o trabalho é a categoria fundante do ser social. Ao fundar o ser social, também é fundante dos demais fenômenos sociais existentes. A produção da vida não é dada a priori pela natureza, pelo contrário, é construída socialmente pelos homens.

<sup>39</sup> No capítulo V de O Capital, Marx faz um alerta sobre o processo de trabalho, *conditio sine qua non* da existência humana, nas palavras do próprio Marx: “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (2011, p. 218).

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, o seu surgimento a partir das formas do ser precedentes, de que maneira as categorias se vinculam e essas formas, como aquelas se fundamentam nestas, é preciso começar pela análise do trabalho (LUKÁCS, s/d, p. 1).

Sendo categorias específicas do ser social, ou seja, o ser social possui categorias próprias do ser humano, podemos afirmar que esse ser social que se funda na atividade vital do trabalho não se reduz ao trabalho. Contudo, todas as práticas humanas já estão contidas *in nuce*<sup>40</sup> (em germe) na ação mediada do trabalho, como veremos mais adiante.

O trabalho é a mediação necessária e eterna em qualquer forma de sociabilidade humana, na qual o homem entra em metabolismo com a natureza. É um processo metabólico de controle da natureza para atender as necessidades do estômago à fantasia, indo do comer, vestir, morar à diversão, paquera, luxuria. É uma atividade exclusivamente humana e que é protoforma para as demais atividades humanas. Sendo atividade humana, portanto, é a atividade vital e a que funda o ser social, distinguindo-o dos demais seres animais.

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. **Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.** Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que **já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.** Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. **Além do esforço dos órgãos que trabalham,** é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isso é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidades de fruir da **aplicação das suas próprias forças físicas** e espirituais (MARX, 2011, p. 211-212, **grifos nossos**).

Para a manutenção de sua vida a cada dia, o homem necessita realizar uma ação direta – o trabalho<sup>41</sup> – com o mundo externo, ou seja, como a natureza. Sem essa ação direta,

---

<sup>40</sup> “No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*” (LUKÁCS, 2012, p. 185).

<sup>41</sup> Lukács nos deixa um alerta sobre atividade do trabalho, diz ele: “nunca se deve esquecer que ao considerar o trabalho desde modo isolado, se está realizando um trabalho de abstração. A sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc. surgem sem dúvida do trabalho, mas, não nunca sucessão temporal claramente identificável e, sim, quanto à sua essência, simultaneamente. O que fazemos, é pois, uma abstração *sui generis*;

sem a realização do processo de trabalho, fica o homem incapacitado de produzir os elementos que são necessários para sua manutenção enquanto ser social – necessidades humanas – sejam eles dos mais simples as mais modernas e tecnológicas ferramentas e produtos desse intercâmbio com a natureza. A saber, “após o alimento, as duas maiores necessidades humanas são o vestuário e a habitação” (MARX, 2006, p. 100).

O animal identifica-se prontamente com sua atividade vital, não se diferenciando em nada dela. O animal é sua própria atividade vital. Já o homem faz de sua atividade vital – o trabalho – objeto de sua vontade por meio da consciência. Nesse sentido, é uma atividade lúcida, realizada da forma que já imaginou, ou seja, antecipa o resultado em sua consciência, diferentemente dos outros animais. O animal, não consegue se desvincular da natureza, mesmo quando se desenvolve, evolui e se complexifica. Sua consciência permanece limitada pela reprodução biológica, ao passo que, a consciência do homem se dirige por ela mesma, mediada pelas relações concretas de pôr teleológicos e nexos causais desses pôr. Nesse sentido, somente o trabalho é capaz de transformar a consciência como epifenômeno em uma consciência ativa dirigida por ela mesma que evolui, desenvolve e complexifica para além da adaptação ao ambiente e às limitações biológicas, pelo contrário, são as relações concretas, sociais e objetivas que vão formar a consciência do ser social.

Segundo Santos e Costa (2012), o que marca a diferença entre a espécie humana e as demais espécies é o momento de planejamento dos atos executados pelos homens, o que chamamos de teleologia, capacidade de projetarmos nossas ações, a priori, no pensamento. Por esse motivo, torna o homem um ser genérico, em que sua atividade vital e lúcida, o trabalho, é uma atividade livre<sup>42</sup>.

Nas palavras de Lukács:

---

do ponto de vista metodológico há uma semelhança com as abstrações das quais falamos ao analisar o edifício conceitual do Capital de Marx” (LUKÁCS, s/d, p. 5).

<sup>42</sup> Nas sociedades de classes e, conseguinte, na sociedade burguesa, o trabalho, atividade vital e eterna, a vida produtiva, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. Não se realiza essa atividade de forma lúcida e livre, pelo contrário, é “forçada”. Nas palavras de Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*: [...] É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substituiu o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores (2006, p. 113). Nesse sentido, O trabalhador pode até ter a “liberdade” e optar por não trabalhar sob essas condições, porém, estará fadado a não ter condições de adquirir os meios de sua própria subsistência. Lógica que produz alimento para o dobro de pessoas do planeta é 1 bilhão de pessoas sofrem com a fome. Produz arranha-céus desocupados e, famílias sem teto são humilhadas com desocupações e retomadas de terras. Produz riqueza em longa escala, acumulada por poucos, e miséria distribuída para tantos quais forem possíveis.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. **O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica:** o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo exista “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal (1969, p. 5, **grifos nossos**).

São apenas os homens que se diferenciam da natureza e dos animais pelo trabalho e que podem, portanto, colocar finalidades em suas ações. Na natureza, no desenvolvimento histórico e social em si não existe teleologia. São somente os indivíduos que realizam esse movimento cotidianamente, compreendendo isto ou não. Isso faz deles os únicos que constantemente constroem uma nova realidade em que a sua substancialidade também é construída historicamente por seus atos. “São apenas os homens que se diferenciam da natureza pelo trabalho e que podem, portanto, colocar finalidades em suas ações” (MELLO, 2014, p. 61).

O filhote de homem – Mogli – ao realizar um pedido do urso de colher mel, ele põe intencionalidade as suas finalidades e ações (objetivações). Antes mesmo de executar a atividade de subir a montanha e pegar mel ele planeja em sua mente como vai resolver a problemática. Em seguida, Mogli busca cipós resistentes, frente às várias alternativas postas, conhecendo a natureza onde vai atuar, lasca uma pedra para ficar afiada e cortar o cipó, e busca um pedaço de madeira pontiagudo para servir de lança. Somente depois o garoto começa a subir a montanha e derrubar o mel. Contudo, no processo de trabalho está sempre presente a causalidade. Mogli, ao subir a montanha, não conhecia as abelhas, e por informações falsas do urso, achava que elas não picavam. O menino acaba derrubando sua lança, e frente às dificuldades na objetivação de sua intencionalidade, ele resolve se balançar em um movimento de pêndulo para fazer com que o peso/força de seu chute derrube o mel.

Mogli, diferentemente dos demais animais que estão como ele, ao realizar seus truques, como eles chamam, e construir ferramentas para satisfazer seus desejos, transforma a natureza ao seu redor, concomitantemente transforma a si mesmo. Ao fim do processo de trabalho – repetimos, chamado por eles de truques – Mogli já não é mais o mesmo, possui novas capacidades para resolver as mesmas e outras problemáticas. O homem, assim como o menino, aprende novas formas de fazer, cria novas necessidades que contribuem para melhorar a forma como saciar suas necessidades.

Antes de retornar a mesma montanha para conseguir mais mel, Mogli procura não só mais uma nova madeira para servir de lança, como uma planta de folha dura que pode ser afiada e amarrada a essa lança para que juntas tornem-se uma enorme faca; procura folhas

grandes para cobrir seu corpo do ataque das abelhas; cria um mecanismo de polias que o mantem na altura que deseja com uma cesta para que o mel, ao ser cortado não caia no chão; cria um estoque excedente de mel para ter mais tempo livre para outras atividades como, por exemplo, nadar e cantar com o urso: *“necessário, somente o necessário”*. A cada novo processo de trabalho, o filhote de homem mostra uma constante e interminável mudança qualitativa em sua atividade metabólica com a natureza.

No processo de reprodução social da vida do ser social isso significa dizer que cada vez mais o ser se universaliza, mediante essas modificações qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, cada vez mais com a transformação da natureza, mediante sua intencionalidade, o ser social torna-se cada vez mais genérico e, portanto, universal. Mogli, nunca começa sua atividade do zero, ele se transforma cada vez que entra em metabolismo com a natureza, o garoto se modifica e cada nova modificação da natureza que ele realiza intencionalmente. Em outras palavras:

É nesse processo contínuo de reprodução social que todas as coisas inertes e determinações fixadas são dissolvidas e, então recriadas e modifica, tornando-se momentos na interminável práxis de indivíduos historicamente interconectados e das gerações de indivíduos. O processo de trabalho não começa do zero a cada vez, graças, acima de tudo, a essa dialética entre produção e necessidade; por isso, atua e modifica a natureza e o homem, de modo a adquirir um caráter em constante ampliação quantitativa e qualitativa, em constante universalização (MÁRKUS, 2015, p. 43).

Nesse sentido, os homens se libertam do estreito das relações meramente evolutivas e biológicas e passam a ser puramente e ontologicamente seres sociais.

Gonçalves; Moraes e Jimenez (2012), seguindo a mesma linha de raciocínio, afirmam que é por meio do trabalho que a espécie humana se liberta dos estreitos limites da reprodução cega das formas biológicas, de reproduzir sempre o mesmo, numa nova gradação ontológica – o ser social.

Contudo, essa gradação nova só pode acontecer perante o desenvolvimento da esfera natural, e que por sua vez só acontece com a ruptura da esfera inorgânica<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Para Lessa em “Para compreender a ontologia de Lukács” existe uma articulação entre as três esfera ontológicas. Nesse sentido, para o autor, baseando-se em Lukács, o homem (ser social) só existe por ter como base uma esfera anterior a sua (ser natural) com quem mantém uma ineliminável relação, assim como mantém uma ineliminável relação com a outra esfera ontológica (ser inorgânico). Sem o ser inorgânico não á vida, sem a vida não á homens. O autor define as três esferas ontológicas, diz ele: “[...] a inorgânica, cuja essência é o incessante torna-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta” (LESSA, 2016, p. 19-20).

Concordando com Lessa (2016) podemos afirmar que o desenvolvimento e a evolução dessa nova gradação ou esfera ontológica, que é o ser social, não se limitam a reprodução biológica do ser natural, assim como, o ser natural não se limita ao devir do ser inorgânico, embora, dialeticamente, o ser natural dependa sua existência ao ser inorgânico, que por sua vez a reprodução social não poderá ocorrer sem a reprodução biológica do ser natural.

Nas relações naturais, as necessidades são supridas mediante o intercâmbio com a natureza, porém não existe a finalidade prévia na consciência do ser natural, ele não cria necessidades novas e, por conseguinte não altera a realidade. As relações naturais para as demandas das necessidades partem do extinto de sobrevivência do animal. Na natureza não existe teleologia. As transformações contidas nela são produtos da causalidade.

Os felinos que podemos visualizar próximos às cantinas e ao restaurante universitário (RU) da Universidade Estadual do Ceará, não desenham em suas mentes a refeição que deseja. Para os gatos suprirem suas necessidades vitais, ou vão procurar comida na natureza, ou esperam que os humanos os alimentem. Não existem indícios que os gatos irão às filas no RU comprar ticket alimentação, ou mesmo preparar sua própria refeição mediante uma interação metabólica e consciente com a natureza. As aves que migram de um continente para outro, não fazem por turismo, fazem pela necessidade da espécie de produção e pela fuga de situações climáticas. Os passarinhos que fabricam seus ninhos pegando pedaços de madeira e folhas, no alto de uma árvore, o fazem quando há uma necessidade natural e não pela vista proporcionada pela altura onde se encontra o ninho, ações estas que estão sempre restritas ao fator do desenvolvimento biológico e a uma consciência, nas palavras de Lukács, *epifenômenica*.

Mesmo que os animais demonstrem certa “inteligência” pelo seu contato direto com os homens<sup>44</sup>, só podemos afirmar com certeza o fenômeno de vir a ser-homem mediante o salto ontológico, que tem início na atividade teleológica posta, nesse sentido, esse salto só pode ser entendido *post festum*. Essa consciência dos animais, não tem nada a ver com o que chamamos de consciência humana, a primeira é meramente um epifenômeno e a segunda é produto das relações históricas e sempre mediatas por escolhas entre alternativas postas.

---

<sup>44</sup> Lukács não desconsidera que certos animais possuem o desenvolvimento elástico (gradual evolução na consciência animal nos processos biofísicos e bioquímicos) em relações a outros, como os animais domésticos e macacos usados para experimentos. Contudo, mesmo ao mais alto grau desse desenvolvimento ainda está limitado pela determinação biológica e que a iniciativa e direcionamento é sempre dados a partir do homem e não dos próprios animais.

Um homem que constrói um machado escolhe um tipo de madeira dentre várias existentes, escolhe uma pedra afiada que sirva para cortar e não uma pedra redonda. Essas escolhas são atos da consciência e não tem mais o caráter biológico. Nenhum outro animal conseguiu pôr finalidade em suas ações, diz Engels: “Nenhum macaco conseguiu, por exemplo, construir um machado de pedra por mais rudimentar que fosse” (1986, p. 21).

Nesse sentido, não existem evidências que posamos visualizar nos demais animais a possibilidade do salto ontológico, que foi possibilitado a nossa espécie mediante o metabolismo consciente e ativo com a natureza, ou seja, pelo trabalho.

Decerto também os animais têm uma relação como o meio ambiente, que se torna cada vez mais complexas e que finalmente é mediada por uma consciência causal. Uma vez, porém, que esta permanece restrita ao biológico, jamais produzirá neles, como nos homens, uma separação e um confronto entre sujeito e objeto (LUKÁCS, s/d, p. 27).

Diferentemente dos homens, as relações com a natureza pelos animais, partem do extinto de sobrevivência e que mesmo se adaptando às respostas da história dos próprios seres orgânicos, suas constituições biológicas sempre mantêm os limites da relação de sobrevivência imediata.

Naturalmente, a atividade animal não pode ser simplesmente reduzida a formas de comportamento instintivas e inatas, uma vez que serão sobrepostos por uma teia de hábitos e respostas adquiridas de forma adaptativa e individual durante a história de vida de certo organismo. Porém, a constituição físico-biológica das espécies sempre mantêm essas reações entre limites definidos e constantes (MÁRKUS, 2015, p. 25).

Nesse sentido, a atividade vital dos animais é sempre limitada. Tanto o animal como o ser social mantêm sua vida pela sua atividade vital, contudo, no animal essa atividade limita-se e coincide imediatamente com o processo necessário de saciar suas necessidades dadas. Enquanto os homens suprem suas necessidades biológicas e a partir delas criam novas necessidades e executam outras tarefas que não estão mais ligadas à sua necessidade de sobrevivência. O homem que lança para abater um animal e se alimentar é diferente qualitativamente do homem que lança para atingir uma melhor marca. O homem que constrói uma ferramenta para o trabalho como, por exemplo, o machado, é diferente do homem que constrói uma obra de arte como o Discóbolo<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> O Discóbolo é uma estátua do escultor grego Míron, que representa um atleta momentos antes de lançar um disco e bastante utilizada como símbolo da Educação Física. O que se sabe é que a original foi produzida em torno de 445 a.C para ser colocada em Atenas em comemoração aos vencedores de uma das modalidades dos

Assim, a lógica do processo de desenvolvimento do ser social não é igual e nem pode ser confundida com a lógica do movimento da natureza. A primeira se dá a partir da teleologia, em um desenvolvimento contraditório do ser, a segunda estabelece uma relação de causalidade, um movimento sem intencionalidade (MELLO, 2014, p. 61).

Enquanto a causalidade é um princípio de movimento autônomo que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato da consciência, a teleologia é, por sua própria natureza, uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece fins. Pôr, neste caso, não significa simplesmente tomar consciência, como acontece com as outras categorias especialmente com a causalidade – ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico (LUKÁCS, s/d, p. 9).

Teleologia e causalidade são partes constitutivas do trabalho e faz com que o produto dos indivíduos, depois da realização do trabalho, ganhe uma objetividade nova e o torne independente do indivíduo que realizou a atividade. Não importa mais a finalidade que o objeto foi criado. Outros indivíduos ao se apropriarem desse objeto poderão dar uma nova finalidade a ele. A cadeira produzida para sentar, poderá servir para “n” fins. O copo para bebida, torna-se um jarro de flores, um porta lápis, etc. O desenvolvimento do objeto posto é casual. Não é causalidade da natureza, não é uma onda do mar que modificam pedras, criando inúmeras e maravilhosas obras primas naturais, não é o afastamento de placas tectônicas no oceano causando ondas gigantes. É uma causalidade posta, foram os indivíduos históricos, na medida em que se satisfaziam suas necessidades e criavam outras, modificando a realidade, precisa ser apreendida pelo sujeito para novamente na atividade humana originária suprir novas necessidades, criando outras, sempre criando uma nova realidade objetiva que deverá ser novamente apreendida.

Teleologia e causalidade são partes constitutivas do trabalho, e nesse processo fazem com que o sujeito, depois do ato de “pôr”, não se identifique mais com o objeto posto. A nova objetividade torna-se independente do sujeito que a “pôs” e passa a ter um desenvolvimento causal – uma causalidade posta e não uma causalidade natural. Essa causalidade posta precisa ser novamente apreendida pelo sujeito para que possa realizar um novo “pôr”, e assim sucessivamente, suprimindo as necessidades, construindo sempre uma nova realidade objetiva e necessitando apreendê-la (MELLO, 2014, p. 61-2).

O homem cria o machado, mas o machado continua sua existência social independentemente da existência do homem que o criou. O telégrafo criado por Sir William Fothergill Cooke e Sir Charles Wheatstone na Inglaterra em 1837<sup>46</sup>, não só existe sem suas respectivas existências como propiciou a origem do telefone desenvolvido por Alexander Graham Bell em 1876.

A objetivação do trabalho ganha “vida” própria, não dependendo mais de nada de seu criador para continuar sua existência. Já está objetivada e apropriada pela humanidade. Sabemos que um homem criou o machado há milhares de anos, e com sua morte ele não faz mais parte da vida social, porém o machado não foi atingido por essa determinação biológica da vida dos seres humanos. O machado existe mesmo sem a existência do seu criador. Existe, portanto, um distanciamento e aproximações entre sujeito e objeto.

A objetividade encontrada e a posta possuem, assim, uma trajetória independente do sujeito que a “pôs”. Isto se dá tanto naquilo que Lukács denominou “pôr teleológico primário”, quando se realiza o trabalho – relação do homem com a natureza –, quanto ao que ele denominou “pôr teleológico secundário” – práxis que diz respeito à relação do homem com outros homens. Isso significa que a nova objetividade pode ser um instrumento como um machado ou ideias; depois de postas não se confundem com o sujeito que a objetivou (MELLO, 2014, p. 62).

O “pôr teleológico” seja ele primário e/ou secundário existe no trabalho e somente no trabalho. Nesse sentido, somente o ser social – ser que realiza trabalho – possui teleologia. Essa teleologia é mediada pela consciência do sujeito que executa o “pôr teleológico”, finalidade própria de acordo com suas necessidades, em que sua subjetividade vai mediar a finalidade ao novo “pôr teleológico” que só é possível na relação objetiva de estar vivo. A teleologia só existe como ato posto e, portanto, necessita ser objetivado. É uma consciência objetivada. Sem a objetividade posta, não existe subjetividade, por outro lado, sem subjetividade não existe teleologia e, por conseguinte não existe o salto ontológico.

Na medida em que reproduzimos nossa existência de gênero humano a subjetividade põe finalidade na objetividade, porém o trabalho que é posto pela consciência, mediado pela teleologia, não o reduz como mero desejo subjetivo do indivíduo. Esse desejo subjetivo só existe na medida em que o ser social existe e, portanto, não perde os laços com a materialidade, com as relações do movimento do real. Isso significa dizer que as finalidades, ou os desejos subjetivos são sempre uma construção histórica, socialmente construídas, por referência de objetividades já postas.

---

<sup>46</sup> Coincidentemente no mesmo ano, nos Estados Unidos da América, Samuel Morse apresentava sua versão.

A produção do machado, por exemplo, só é possível mediante uma necessidade concreta que foi capturada do movimento do real para a consciência do ser humano<sup>47</sup> para ser posteriormente planejada e para que possa se transformar em pôr teleológico. Nenhuma mudança climática, nenhum meteoro, nenhuma mudança nas fases da lua, ou seja, nenhuma processualidade natural poderia “dar vida” ao machado, nas palavras de Lessa (2016, p. 38), “nenhuma processualidade natural poderia produzir a necessidade de um machado”.

Teleologia é a objetividade e subjetividade, assim como é objetividade-subjetividade. Coisas distintas que se tornam unidades dialeticamente inseparáveis. A objetividade e a subjetividade são categorias existentes, portanto, pertence ao movimento do real. Não são categorias complementares, em um processo no qual a teleologia é o resultado da somatória de objetividade e subjetividade. A totalidade da teleologia é a unidade entre os contraditórios, na qual sua gama de relações e determinações torna essa unidade maior do que a simples soma de suas partes. Objetividade e subjetividade são categorias distintas, porém se tornam uma única categoria: teleologia.

A mediação realizada pela consciência é possível porque não existe identidade entre sujeito/objeto e subjetividade/objetividade. Essas são categorias igualmente reais e, ao mesmo tempo em que são distintas, formam uma unidade. Na primeira categoria existe a intencionalidade, a prévia-ideação e na segunda é sempre causalidade posta e neste sentido não se orienta mais com a legalidade da consciência que a “pôs”, ou seja, não há identidade entre elas, entre a prévia-ideação existente na consciência e o mundo objetivo (MELLO, 2014, p. 63).

São mediadas pela consciência as abstrações que estabelecemos e as relações entre passado e presente, além das projeções de futuro, no entanto, sempre a partir de condições concretas postas, ou seja, inúmeras necessidades supridas e a criação de novas por seguidas objetivações.

E exatamente pela possibilidade de estabelecer essas relações, no desenvolvimento histórico concreto, é **a posição do fim** que guia nossas práticas sociais tanto no processo imediato do trabalho quanto na práxis em que não se tem esse devir imediato. (MELLO, 2014, p. 64, **grifos da autora**).

O trabalho, portanto, é atividade **exclusivamente humana**. “Somente no trabalho, na posição dos fins e dos meios de sua realização, consegue com um ato dirigido por ela

---

<sup>47</sup> “No reflexo da realidade a reprodução se separa da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria dentro da consciência. [...] nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela” (LUKÁCS, s/d, p. 28).

mesma, mediante a posição teleológica, ir além da mera adaptação ao ambiente” (LUKÁCS, s/d, p. 25). O resultado da mediação com a natureza é um objeto que já estava na cabeça do homem antes mesmo de ser objetivado. Fazia parte da consciência do homem que controlava todos os seus atos para atingir sua finalidade: por o objeto no mundo sensível e objetivo. Antes de iniciar o processo de trabalho, já havia um projeto idealizado em sua mente, um conhecimento da natureza, ou seja, “a pesquisa da natureza, é indispensável ao trabalho, está, antes de mais nada, concentrada na preparação dos meios” e no processo de trabalho haverá “uma continuidade, como especialmente, um aperfeiçoamento na experiência laboral” (LUKÁCS, s/d, p. 19). Coube ao homem o controle sobre o processo de trabalho, controle de suas ações corporais (físicas e espirituais) e suas escolhas entre as alternativas no ato de mediar sua ação com a natureza.

O homem é uma criatura genérica, não só na acepção de que faz objeto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também – e agora trata-se apenas de outra expressão para a mesma coisa – no sentido de que ele se comporta diante de si mesmo com a espécie presente, viva, como um ser *universal*, e portanto, livre (MARX, 2006, p. 115, *itálicos do autor*).

A manipulação, o controle sobre a natureza, é uma prova cabal do homem como um ser genérico. O homem avalia constantemente sua espécie com o seu próprio ser, ou seja, é a ratificação do homem enquanto espécie, enquanto gênero humano que produz<sup>48</sup> e é produzido, juntamente com o conjunto das mediações nas relações sociais, pela sua própria existência empírica. Em outras palavras, o homem, diferentemente dos animais, produz sua própria existência e a existência de todo o seu gênero e da sociedade a qual pertence e é produzida por ela, portanto, o homem, não é um ser a priori, mas um construto histórico.

Tal afirmação, não nega o fato de que os animais produzem sua existência, porém, de forma diferente da que o homem se realiza enquanto gênero humano, ou seja, pelo trabalho. A produção da existência animal difere substancialmente da produção da existência do homem, nas palavras de Marx (2006):

---

<sup>48</sup> O homem produz sua existência com a mediação necessária e eterna com a natureza – como já vimos nesse texto –, porém, o trabalho produtivo e, portanto, criador de valores-de-uso, aqui explicitado, não nos autoriza a tentar explicar o que é o trabalho na sociedade capitalista, que é trabalho criador de valor e, portanto mais-valia. O próprio Marx no Capítulo V de O Capital – não atoa intitulado de: Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia; no item primeiro: processo de trabalho ou processo de produzir valores-de-uso – faz um alerta na nota de rodapé número 7: “**Essa concentração de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista**” (MARX, 2011, p. 215, **grifos nossos**).

Sem dúvida, o animal também produz. Ergue um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é absolutamente necessário para si ou para os filhotes; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz somente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe aplicar o padrão apropriado ao objeto; assim, o homem constrói também de acordo com as leis a beleza (MARX, 2006, p. 117).

Fica claro que a formação do homem, enquanto ser social, se dá, inicialmente, quando não necessita mais produzir para atender suas necessidades físicas imediatas. O homem só pode desenvolver suas capacidades e potencialidades, exclusivamente humanas, quando não está mais acorrentado e determinado pelas leis naturais e orgânicas – mesmo sem eliminar essas necessidades, elas não mais determinam o desenvolvimento humano.

A produção da existência de um homem e, por conseguinte, de sua espécie, acontece quando esse homem está livre da necessidade de sobrevivência imediata – mesma que possui os animais – podendo o homem atuar sobre esse mundo objetivo, manifestando com isso, ser um verdadeiro ser genérico. “O elemento do trabalho é a *objetivação da vida genérica do homem*” (MARX, 2006, p. 117, *itálicos do autor*), distanciando o ser natural do ser social. Nesse ínterim, o salto ontológico proporciona ao homem realizar atividades exclusivamente humanas que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar na natureza, a não ser nas próprias relações sociais.

Como diferente dos demais animais e, criador de si mesmo e de toda sua espécie, o homem é um ser social e genérico. “O homem produz o homem e produz a si mesmo e aos outros homens” (MARX, 2006, p. 139), produz a própria forma social e é construído por ela. Não são tábuas rasas, são produtos de contextos históricos criados pelos próprios homens. Produzem as forças produtivas sob circunstâncias de terem adquirido da força produtiva anterior, ou seja, pelas circunstâncias de formações sociais anteriores, nesse sentido, os homens são produtos da história e que eles fazem sob determinadas circunstâncias históricas construídas sempre pelas gerações passadas.

As características puramente humanas, ou veja, a verificação da real essência humana, pode ser observada na sua ação mais natural de procriar. A relação que se estabelece entre homem x mulher, para Marx (2006), aparece como uma relação verdadeiramente humana, quando o homem se torna essencialmente humano, ou torna essa relação essencialmente natural, como uma relação de necessidade.

A relação mais natural entre homem x homem é a relação entre homem x mulher. Uma relação em que se verifica a ação humana ou como uma pura necessidade natural ou como uma existência humana, como é muito bem explicada por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos. Diz ele:

Na relação com a *mulher*, na condição de presa e serva da luxúria comunal, exprime-se a infinita degradação em que o homem existe para si mesmo, uma vez que o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, incontestável, *revelada* e descoberta na relação do *homem à mulher* e na maneira como se concebe a relação genérica direta e natural. A relação imediata, natural, necessária, do homem ao homem é também a *relação do homem à mulher*. Nesta relação genérica *natural*, a relação do homem à natureza é diretamente a sua relação ao homem, e a sua relação ao homem é a sua relação imediata à natureza, a sua própria condição *natural*. Em tal relação, *revela-se* portanto de *modo sensível*, reduzida a um *fato* observável, ate que ponto a essência humana se tornou para o homem característica e em que medida a característica se transformou em essência humana do homem. A partir de semelhante relação, é possível apreciar todos dos níveis de formação do homem. Do caráter desta relação infere-se até que ponto o *homem* se tornou e se compreendeu a si mesmo como *ser genérico*, como *ser humano*; a relação do homem à mulher constitui a relação *mais natural* do homem ao homem. Nela se manifesta, por conseguinte, em que medida o comportamento *natural* do homem se tornou *humano*, em que medida a sua essência *humana* se tornou, para ele, uma essência *natural*, ate que ponto a sua *característica humana* se tornou *natureza*. Na mesma relação, revela-se também em que medida as *necessidades* do homem se transformaram em necessidades *humanas* e, portanto, em que medida o *outro* homem enquanto pessoa se tornou para ele uma necessidade, até que ponto ele, na sua existência mais individual, é ao mesmo tempo um ser social (MARX, 2006, p. 136-37, *itálicos do autor*).

A própria relação sexual, inerente a qualquer criatura viva, é qualitativamente diferente. O comportamento do ser social nessa relação natural da vida biológica é radicalmente novo. Segundo Lukács (2013, p. 173): “Inquestionavelmente, essas transformações exercem influência radical sobre a relação entre os sexos ao modificar radicalmente o comportamento típico na vida social”.

Estando Lukács certo:

[...] a atração sexual recíproca jamais perderá o seu caráter essencialmente corporal, biológico, mas com a intensificação das categorias sociais o relacionamento sexual acolhe cada vez mais conteúdos, que de fato alcançam uma síntese mais ou menos orgânica na atração física, mas que possuem em relação a esta um caráter – direta ou mediatamente – humano-social heterogêneo (2013, p. 174).

Se pensarmos, por exemplo, na prostituição em que homem ou mulher mercantiliza seu próprio corpo atendendo desejos sexuais de outros indivíduos humanos, saciando sua atração sexual que é vinculada, essencialmente, à reprodução social biológica do ser social. Essa atração sexual em nada tem a ver com a atração sexual do animal para se

reproduzir biologicamente. Portanto, essas relações que alcançam síntese nas atrações físicas, são relações diretas ou mediadamente de caráter social, nas quais o ser que se prostitui, vende essa relação de prazer em troca de equivalente geral – dinheiro. Mesmo essa relação tão natural humana como o sexo, é mediado por um elemento exclusivamente social, fruto de relações sociais, o dinheiro.

Nesse sentido, a sexualidade no ser social não necessita essencialmente de uma atração mútua dos sujeitos, assim como, não se realiza essa atividade sexual apenas por uma determinação biológica do ser. O sexo, ato de reprodução biológico necessário para gerar descendentes no ser social é puramente social, uma escolha entre alternativas.

Mesmo quando esse ato é forçado, como por exemplo, o estupro – geralmente, quando um ou mais homens forçam, geralmente uma mulher, a ter relações sexuais – é uma atividade exclusivamente humana. Não existe nos animais a crueldade, previamente planejada, para subjugar o outro da mesma espécie a tamanho constrangimento e sofrimento. Ou seja, nos atos teleológicos humanos podem ser produzidos, tanto o ato sexual, por exemplo, uma nova vida e tamanha riqueza social que esse novo ser pode produzir, como uma bestialidade do ato do estupro.

### 3.1.3 O homem enquanto construção histórico-social

O terceiro pressuposto que levantamos é de que o homem é um construto histórico, construído pelas relações sociais estabelecidas por si mesmo. Em sua atividade vital, o homem constrói sua existência, assim como, constrói a existência de todo o seu gênero, ou seja, o gênero humano. O homem é o sujeito e o objeto e como tal, é resultado de sua própria atividade vital e das demais práxis sociais, cuja protoforma é o trabalho, envolvidas nas relações sociais vigentes. Sendo assim, o homem é em cada época histórica, ou seja, sua personalidade, suas ações, o significado humano por ele atribuído, é o resultado das relações de produção desse mesmo momento histórico, construídas pelos próprios homens, sob circunstâncias de determinadas relações de produção. Em outras palavras:

[...] o homem produz e se produz a si mesmo e aos outros homens; como objeto, que constitui a atividade direta da sua personalidade, é ao mesmo tempo a sua existência para os outros homens e a sua existência para si. Da mesma forma, o material do trabalho e o homem como sujeito são o resultado e o ponto de partida deste desenvolvimento [...]. Consequentemente, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é por ele *produzida*. [...]. O significado *humano* da natureza só existe para o homem *social*, porque só neste caso é que a natureza surge como *laço* com o

*homem*, como existência de si para os outros e dos outros para si [...] só aqui se revela como *fundamento* da própria experiência *humana*. Só neste caso é que a existência *natural* do homem se tornou a sua existência *humana* e a característica se tornou, para ele, humana. Assim, a *sociedade* constituiu a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza (MARX, 2006, p. 139-40, *itálicos do autor*).

Marx afirma que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 538). Os seres humanos constituem-se em seres sociais, afastando-se das barreiras biológicas e se tornando seres sociais. O ser social é o produto de uma construção coletiva dos homens enquanto indivíduos. Só são seres sociais quando se constituem enquanto gênero humano.

Em síntese, não são três processos separados, pelo contrário, eles coexistem e se inter-relacionam, interferindo-se reciprocamente, portanto, para os homens fazerem história necessitam estarem vivos, necessitam produzir sua própria existência. Condição ineliminável do gênero humano de produção dos meios necessários. Ao realizar isto, criam-se novas necessidades a serem supridas, garantindo não só a existência individual, mas a do seu gênero humano.

Não são necessárias outras determinações como ética, moral, religião, estado ou classes sociais, para manter o gênero humano unido. A própria necessidade de produção individual do ser humano só é possível, na medida em que, essa necessidade ao ser suprida, mantenha a produção da coletividade, ou seja, do gênero humano. Em outras palavras, a existência do homem individual, depende ontologicamente da existência do gênero humano, do ser social.

Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade *científica*, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com os outros, sou *social*, porque é como *homem* que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha *própria* existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social (MARX, 2006, p. 140, *itálicos do autor*).

O indivíduo é um ser social, ou seja, a sua singularidade é a representação plena da existência do seu gênero, da mesma maneira que, contrariamente, o ser genérico se confirma na sua universalidade pela existência do indivíduo singular.

Segundo Moraes e Jimenez (2009), a reprodução dos homens é marcada essencialmente pela transformação da natureza, pelo trabalho, através de atos postos orientados que implicam indivíduos construírem a si próprios enquanto individualidades e,

concomitantemente, constroem a totalidade social. Uma história e uma sociedade cada vez mais determinada pelos sujeitos e cada vez menos pelas leis biológicas.

Nessa mesma linha, Márkus afirma que:

Já em sua atividade material imediata, na conservação de sua vida, o ser humano se *apropria (aneingnen)* da natureza em um grau crescente, seu “corpo inorgânico” mostra uma tendência histórica de crescimento e suas inter-relações com a natureza tornam-se cada vez mais complexas e diversificadas, menos rigidamente determinadas pelas limitações biológicas (2015, p. 29).

Isso é possível devido a atividade produtiva e ativa do homem em oposição a natureza. O desenvolvimento do trabalho reforça-se permanentemente a uma tendencial universalização que só é possível mediante a superação da animalidade e o salto ontológico responsável pela humanização, assim como a superação do caráter epifenomênico da consciência e sua determinação biológica até a consciência como fator central nas escolhas entre as alternativas postas pelo real.

Posta uma necessidade concreta, os seres humanos se deparam com as alternativas para atender essas necessidades que só podem tornar-se real, ou seja, ser objetivada, mediante uma ação consciente. Portanto, a passagem do que é possível para o que é real é mediado sempre por escolhas entre alternativas tendo como elemento mediador o trabalho.

[...] a atividade produtiva humana, conforme a análise marxiana é, ao mesmo tempo, produção do objeto de sua necessidade e produção de si mesmo enquanto indivíduos sociais e singulares: o homem, no ato de produzir e reproduzir os objetos de sua necessidade produz a si mesmo, genérica e individualmente (GONÇALVES; MORAES; JIMENEZ, 2012, p. 64, grifos nossos).

A compreensão do movimento real só pode ser apreendida a partir dos indivíduos reais e empíricos, buscando a compreensão da totalidade posta e seus nexos causais, e não meramente contemplando os indivíduos com “olhar” na aparência a qual se encontra, com análises meramente fenomênicas do imediato *sensível*.

Tendo esclarecido esse entendimento, podemos afirmar que a essência humana não é dada a priori, mas ocorre mediante um processo de construção dos homens nas relações entre si e no seu intercâmbio com a natureza. Em outras palavras, o trabalho, intercâmbio material entre homem e natureza, atividade exclusivamente humana – práxis originária –, na qual o homem ao transformar a natureza transforma a sua própria natureza, na medida em que executa para atender a uma necessidade humana, cria novas possibilidades e execução. Novas são também, as necessidades por ele criadas. Transforma a natureza e a sua própria natureza.

A natureza após a atividade humana do trabalho já não é a mesma, sofreu processo de transformação e, modificações foram postas. O homem também já não é mais o mesmo, já modificou e já transformou, por exemplo, a sua consciência através da atividade corporal, teleológica, lúcida e livre do trabalho, concomitantemente, criar/procriar novos homens numa relação homem x mulher, aparecendo a família. Lukács nos esclarece acerca dessa dupla transformação advinda do metabolismo com a natureza:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico (2012, p. 286).

São essas assertivas, com as quais concordo, que ao analisar o movimento real, mediada pelos indivíduos reais, é que a história, portanto, não é dada a priori, pelo contrário, é uma construção histórica mediada pelas relações de produção. Ou seja, os avanços das forças produtivas e conseguinte o avanço da reprodução social em cada época, determina, em última instância, as condições sociais e necessidades dessa época e, portanto, determina o modo de pensar, o modo de educação, a Educação Física e o próprio homem. Em suma, os homens necessitam estar vivos, reproduzindo seu gênero humano, fazendo, alterando e revolucionando o percurso da história.

Os homens, ao fazerem história não fazem como vontade arbitrária, mas como condições postas historicamente pelas gerações que o antecederam. As gerações atuais encontraram as relações do real como estão em sua análise empírica, porém, isso não significa afirmar que as relações sociais e de produção, tal qual como observamos hoje, são naturais ou meramente uma evolução natural no percurso da história. As gerações atuais são produtos das relações concretas das gerações as quais são contemporâneas, assim como, as gerações futuras serão produto das relações sociais e do ineliminável intercâmbio metabólico com a natureza. Nas palavras de Marx e Engels:

**A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas**, em que cada uma explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, **por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas, e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as condições antigas** (MARX; ENGELS, 2007, p. 40, grifos nossos).

A esse respeito Leontiev afirma que:

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desde mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizam, encarnaram nesse mundo (1978, p. 265-66).

Toda geração humana, independentemente da relação social vigente, é sempre a negação da afirmação dos produtos das gerações passadas e não somente processos somatórios de geração ou ainda, a mesma geração passada.

Ao atender as suas necessidades enquanto gênero humano no processo de trabalho, criam-se necessidades novas. O homem se modifica ao modificar, em outras palavras, modifica sua própria natureza e, portanto, já não é o mesmo ser antes da realização da atividade humana do trabalho. Já não é mais a mesma geração criada pelas outras gerações.

Ao abstrairmos cada geração do seu contato com a outra, para fins meramente explicativos, temos que a nova geração se apropria da produção humana da outra geração, afirmando-se enquanto geração passada. Na medida em que vai se transformando ao transformar a natureza e sua própria natureza, essa nova geração nega a geração passada, porque já não é mais idêntica a ela. Nesse sentido, também se nega enquanto geração passada, ou seja, se afirma para se negar.

Esse processo não acontece isoladamente, uma geração está sempre em contato com outra geração. Isso serve para demonstrar a ineliminável relação entre o processo de produção da vida com as relações sociais. A produção da história pressupõe uma unidade com a produção da humanidade e, portanto, é sempre necessária a produção e reprodução da vida humana atendendo as necessidades postas. Necessidades que se complexificam, na medida em que se complexificam as relações sociais; são necessidades materiais e concretas do estômago à fantasia.

É com essa condição de transformação da natureza para atender as demandas de suas necessidades mediatas ou imediatas, do estômago à fantasia, que o homem se transforma ao transformar a natureza por sua vontade consciente. Concebem-se novas necessidades tanto para novas transformações homens x natureza, como necessidades de transformar sua própria

sociedade, homem x homem, desenvolvem-se outros complexos sociais – que se fundam no trabalho, mas não são trabalho – com certo grau de autonomia, mas dependentes ontologicamente da atividade vital do trabalho.

As transformações no complexo fundante do ser social – o trabalho – transformam os demais complexos sociais na medida em que se relacionam, assim como os complexos interferem nas possibilidades da práxis original em uma determinação recíproca. Em outras palavras, possui uma autonomia relativa, concomitantemente, a uma dependência ontológica ao complexo social do trabalho e uma determinação recíproca entre os complexos sociais.

O processo da atividade humana do trabalho pressupõe a existência de outras atividades mediadas pela consciência, como a linguagem, sociabilidade, educação, organização corporal/Educação Física, entre outros. Os fenômenos sociais ou complexos sociais – por teleológico<sup>49</sup> secundário – que acompanham o ser social e são necessários para o seu desenvolvimento e reprodução, será ineliminável em qualquer forma social do desenvolvimento humano, assim como o trabalho.

Novamente demonstrando a ineliminável relação entre o processo de produção da vida com as relações sociais, a produção da história pressupõe uma unidade com a produção da humanidade e, portanto, é sempre necessária a produção e reprodução da vida humana.

Essa é uma condição fundamental que perpassa a humanidade. Ao realiza-la, criam novas necessidades e novos meios e instrumentos para supri-las. Além disso, a partir desse ato histórico garantem a sua existência individual e do seu gênero humano. A produção e reprodução da vida realizada no trabalho é desde o princípio uma ineliminável relação social. Existe sempre uma unidade entre a produção da história e a produção da humanidade, portanto, dos indivíduos humanos (MELLO, 2014, p. 60).

A ineliminável relação de intercâmbio entre Homem x Natureza, não nos autoriza a afirmar que o complexo do ser social seja meramente o trabalho, ou seja, redutível ao trabalho. A produção e reprodução individual necessitam da produção e reprodução coletiva, em outras palavras, produção e reprodução enquanto gênero humano. Nesse sentido, o trabalho é sempre coletivo e social, ou seja, necessita ser sempre socializado.

---

<sup>49</sup> A abstração do por teleológico de primário do processo de trabalho, é realizada com fins explicativos mas, não como determinação cronológica situados como coisas distintas que foram ocorrendo de modo natural puramente de causalidade, pelo contrario, essa abstração é feita no seio de um entendimento de uma totalidade, onde o processos de por teleológico de primário e secundários estão constituídos de uma única totalidade que é a atividade humana necessário para manutenção e reprodução da vida, o trabalho. Nesse sentido o trabalho é categoria central, ou seja, protoforma de toda atividade humana.

Partindo desse pressuposto, outras categorias se fazem necessárias para o afastamento das barreiras naturais e, por conseguinte, o salto ontológico para o ser social. Categorias como a linguagem, a sociabilidade, a divisão do trabalho e o próprio corpo, formam o complexo do ser social. Mas, não podem de forma alguma ser compreendidas separadas de suas relações com a totalidade social, tendo como protoforma o trabalho.

Desse modo, consideramos, concordando com as formulações de Marx, o trabalho como atividade humana originária – gêneses do ser social – e como tal, funda todos os outros complexos, mesmo os que participam diretamente na ação humana vital para produzir e se reproduzir enquanto gênero humano e indivíduos dentro desse gênero.

Para Mello (2014), são as condições concretas que determinam as ações e a construção da história, concomitantemente, determina a finalidade futura que as impulsiona, modificando as condições concretas – objetivas e subjetivas – do presente.

Nesse sentido, o ser social está num processo de constantes transformações qualitativas e constantes transformações da consciência, de forma que essa subjetividade determina os atos teleológicos primários e secundários.

Essas transformações qualitativas, objetivadas pelo próprio processo de pores teleológicos só podem ser contraditórias, uma vez que em cada pôr teleológico o ser que põe, coloca em movimento, como já afirmamos nesse estudo, uma série de cadeias casuais, cada vez mais numerosa e diversa do que aquelas conscientemente intencionadas no próprio pôr. Essa composição social vai além de todos os pores singulares que podem até ser antagônicos ao próprio desenvolvimento do ser. Nesse sentido, toda ação humana no interior da reprodução social desencadeia duas tendências, a saber:

- 1- Sempre será uma produção humana mediata pelas relações de produção concretas;
- 2- Sempre criará cadeias de nexos causais diferentes do que o pôr consciente intencionava.

Mesmo o desejo erótico machista, presente em outros momentos históricos, possui sua própria característica enquanto construção histórica na sociedade burguesa e é elemento essencialmente social. Segundo Lukács:

Ativemo-nos, durante a análise, as grandes tendências históricas, mas não se deve esquecer que suas formas fenomênicas penetram profundamente até a dimensão corporal, influenciando decisivamente o funcionamento dos instintos erótico-sexuais com impactos que se estendem desde o vestuário até a cosmética; esses instintos, por sua vez, estão estreitamente ligados ao desenvolvimento de relações humanas de extrema importância (2013, p. 175).

A fome, por exemplo, possui caráter ineliminável para a reprodução biológica, contudo, a maneira de satisfazer a fome, o modo de preparo do alimento, os tipos de alimentos que são consumidos pelos diferentes seres singulares em suas particularidades, não são os mesmos. Da paciente espera na beira de um rio para arremessar uma lança feita com madeira e pedra no momento certo para acertar um peixe em movimento e poder saciar sua fome, em nada tem a ver com a fome saciada com uma paciente a espera de uma pizza que pedimos por um aplicativo tecnológico do nosso celular. Nas palavras de Marx (2011a, p. 47): “Fome é fome, mas a fome que sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente”.

Ambas as relações possuem um duplo caráter de determinidade, a saber: o caráter irrevogável da reprodução biológica e a necessidade de comer. Concomitantemente, essa necessidade concreta de comer está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento socioeconômico. Nas palavras de Lukács:

Aqui está expressa com clareza a dupla face da determinidade: o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico (LUKÁCS, 2013, p. 172, grifos nossos).

Não pode ser aqui esquecida a própria transição do homem ao longo do seu processo lento de mudanças biológicas. Segundo Leontiev (1978), esse processo possuiu três estágios. O primeiro diz respeito à preparação biológica. Os animais andavam em posição vertical e serviam-se de utensílios rudimentares, não trabalhados e dependentes das leis biológicas. No segundo estágio, aparece o homem Neandertal. Esse estágio é marcado pelo início da fabricação de instrumentos e as formas primitivas de trabalho e de sociedade, contudo, a formação do homem ainda estava vinculada às leis biológicas, mas ao mesmo tempo, sob influência da atividade do trabalho e da comunicação pelas formas primitivas de linguagem.

Assim se desenvolvia o homem, tornando sujeito do processo social de trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os seus órgãos se adaptaram às condições e as necessidades da produção; em segundo lugar, às leis sócio-históricas que reagem o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra (LEONTIEV, 1978, p. 263).

O terceiro estágio, segundo Leontiev (1978), é o estágio do aparecimento do homem atual – o homo sapiens – que constituiu a etapa principal da viragem, ou seja, da

mudança ontológica de patamar. O homem saiu de sua dependência meramente biológica para uma etapa em que somente “as leis sócio históricas regerão doravante a evolução do homem”. Isso significou que “o homem definitivamente formado possui já todas as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico ilimitado” (p. 263). O homem sob uma viragem de patamar na qual sai do desenvolvimento limitado e regulado pelas ações biológicas, para um desenvolvimento ilimitado, no qual já está constituída sua base biológica para desenvolver-se regido pelas leis sociais e históricas.

Entender isso significa afirmar que não existem determinações históricas dadas a priori, pelo contrário, são alternativas postas, sujeitas a escolhas errôneas que ao invés de desenvolver integralmente os sujeitos enquanto gênero humano – sujeitos humanamente emancipados –, limitam esse desenvolvimento integral, mesmo aos que se apropriam das objetivações do trabalho – em sujeitos parcialmente limitados.

Nesse sentido, caso Marx esteja certo, a essência humana é histórica, construída pelos homens e, portanto, plausível de ser modificada por eles. Homens que são produtos das relações sociais, produzidas por eles em contato com suas gerações.

Dito isso, tentaremos expor e debater no próximo item esse movimento do real de uma formação dos homens que acontecem no bojo das sociedades classistas, entre elas a particularidade da sociedade capitalista, de forma desigual, contraditória e socialmente combinada. Iniciaremos esse debate, portanto, na gênese das formas classistas de desenvolvimento humano e seu fator decisivo de produção excedente.

### 3.2 A PRODUÇÃO EXCEDENTE, A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A ORIGEM DAS SOCIEDADES DE CLASSES

A reprodução na esfera do ser social é, segundo Lukács (2013), regulada por mudanças internas e externas que levaram milhões de anos de adaptação biológica e assim possibilitaram o salto ao ser social, como já foi debatido no item anterior.

Segundo Lukács (2013), o fundamento ontológico dessas mudanças e saltos qualitativos é tendencialmente desigual e contraditório, e consiste que o trabalho, posto de modo teleologicamente consciente desde seu princípio, comporta as possibilidades de produzir mais do que o necessário para a reprodução direta daquele ser social que realiza o processo de trabalho.

Nas palavras de Lukács: “A humanidade se afasta, portanto, cada vez mais decididamente de sua situação inicial, quando o metabolismo imediato com a natureza que os circundava diretamente demandava o trabalho de todos os homens” (2013, p. 182).

Feitos esses esclarecimentos introdutórios, podemos constatar que o processo de trabalho carrega com ele a imanente possibilidade de produção de valores de uso que superam a necessidade imediata do seu próprio produtor. Isso significa em primeiro lugar a possibilidade de tempo livre para o produtor; em segundo, cria a possibilidade do ser social afastar-se cada vez mais das barreiras naturais e caminhar ao horizonte cada vez mais humano; e em terceiro, contraditoriamente ao segundo, cria a possibilidade dos homens se apropriarem do trabalho alheio e usufruir do ócio, mediante a exploração do trabalho do outro.

No caso das sociedades primitivas, caracterizadas pelos pequenos bandos de indivíduos coletores, a divisão do trabalho é determinante para a colaboração desses indivíduos e conseqüentemente para a manutenção de suas vidas.

Com a ampliação das mediações com a natureza e produção de novas necessidades, o ser social amplia sua compreensão de mundo – que até durante o feudalismo, limitava-se às ontologias fictícias de explicação da realidade – o que acarreta no maior nível de desenvolvimento das forças produtivas. O cultivo de vegetais e a colheita criaram novas funções sociais a serem desempenhadas pelos homens e mulheres.

Iniciou-se um período no qual o produtor direto produzia um excedente, contudo, segundo Nunes (2014), essa produção, quando se levava em consideração a tribo como um todo, com mulheres grávidas, crianças, idosos e doentes que não poderiam trabalhar, a carência ainda se fazia presente.

Nunes (2014) afirma que em determinados locais, coexistiam tribos de agricultores e tribos de caçadores. Tornando-se mais cômodo, a tribo de caçadores começou a saquear os alimentos colhidos pela tribo de agricultores e destruíam a aldeia. Com o passar do tempo, aperfeiçoaram as formas de roubar e ao invés de destruírem a aldeia, à qual se opunham como rivais, se apropriavam de sua produção, voltando posteriormente para apropriarem-se de uma nova produção.

Quanto mais a aldeia era saqueada, maior era a necessidade de novas técnicas de produção para suprir os alimentos que foram roubados. Ao passo que, cada vez mais, se produzia um excedente.

As tribos de caçadores por sua vez, tomaram as aldeias matando os indivíduos improdutivos, transformando as terras em propriedades privadas e escravizando os membros das tribos que pudessem ser úteis ao processo de trabalho ou em outros fins.

Nesse sentido, o processo de trabalho cria as condições objetivas para o fundamento da escravidão – pela sua própria característica de conseguir resultados que vão além da necessidade de reprodução daquele que executa a mediação com a natureza<sup>50</sup> – ao passo que as possibilidades apresentadas em certas sociedades singulares eram matar ou escravizar os inimigos capturados, como explica Lukács:

Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte em fundamento de todo sistema (2013, p. 160).

É no próprio processo de trabalho que aparecem as mudanças qualitativas em certos estágios de desenvolvimento de sociedades singulares. A formação de vilas próximas aos rios, o controle da agricultura e criação de animais são exemplos dessas mudanças qualitativas, nesse sentido, uma das principais mudanças é o desenvolvimento da divisão do trabalho. Lukács (2013) argumenta que a divisão do trabalho é dada como o próprio processo de trabalho, como se fosse uma necessidade orgânica desse processo e a cooperação teria sido a forma inicial e, portanto, uma necessidade de comunicação entre os homens.

Atualmente, sabemos que uma forma da divisão do trabalho, a cooperação, aparece em estágio bastante iniciais; basta pensar no caso, já mencionado [no capítulo do trabalho], da caça no período paleolítico. Sua mera existência, por mais baixo que seja o seu nível, faz com que se origine do trabalho outra determinação decisiva do ser social, a comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho [...] (LUKÁCS, 2013, p.160).

Para Lukács (2013), para cada tipo de divisão do trabalho, uma forma de comunicação entre os partícipes da comunidade é indispensável.

---

<sup>50</sup> Esse fundamento que levou a humanidade a caminhar pelo escravismo, feudalismo e capitalismo é o mesmo que coloca no plano do concreto a possibilidade da humanidade caminhar para socialismo e comunismo, visto que, o fundamento de qualquer forma social é a reproduzir a si mesmo e seus elementos biológicos. Quanto maior acúmulo e, portanto, produtividade do processo de trabalho, maior é a possibilidade de cultivar o ócio e desenvolver as capacidades e potencialidades humanas. Nas palavras de Lukács a esse respeito: “Porém – e certos teóricos podem até ter algum receio ideológico diante da expressão “mais trabalho” –, o reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de cultivar um ócio sensato, acaba baseando-se nessa particularidade fundamental do trabalho de produzir mais que o necessário à própria reprodução de quem trabalha.

O próprio afastamento das barreiras naturais e, por conseguinte, a sociabilização dos indivíduos, acabaram tornando o elemento da diferenciação biológica critério para a divisão do trabalho. Contudo, as relações não eram biológicas e sim sociais, de forma que, em última instância, era a estrutura social das sociedades singulares que determinava como o elemento biológico seria usado como, por exemplo, o sexo, a idade, a força, a agilidade. Diz Lukács:

Tomemos como exemplo a relação entre velhice e juventude; de imediato, parece ser uma relação de caráter biológico. Na realidade, a velhice deve sua posição de autoridade às experiências acumuladas durante um período mais longo de vida. E, como estas estão fundadas em atividades sociais, sobretudo em trabalho no sentido mais amplo, e, nesse processo, a natureza oferece apenas o terreno para o trabalho (caça), o período mais longo de vida nada mais é que a base biológica para o acúmulo de experiências de vida socialmente importantes (LUKÁCS, 2013, p. 163).

A divisão do trabalho desempenha papel de fundamento no desenvolvimento da sociabilidade. As características, aparentemente biológicas, dos indivíduos contribuem para o avanço das formas produtivas do trabalho e para o consequente aumento da sua produtividade. Na caça, em nada adianta colocar um garoto inexperiente com arco e flecha que possivelmente só estará “desperdiçando” os trabalhos corporificados na flecha. Nesse sentido, é que as produtividades dos trabalhos singulares estão originalmente ligadas às particularidades biológicas dos membros da comunidade.

Destarte, é o processo de trabalho que impõe planos cada vez mais sociais em proporções crescentes e aperfeiçoadas, concomitantemente cria uma divisão do trabalho não só técnica como social. Enquanto originalmente essa divisão é meramente ocasional, com já vimos, por critérios ligados a fatores biológicos – mesmo esses fatores sendo também sociais – de uma ação conjunta meramente técnica é simultaneamente social conferindo um novo patamar ontológico à estrutura do ser social.

Quanto mais o homem transforma a natureza e se transforma nesse processo, maior é seu grau de aperfeiçoamento nesse processo de trabalho. Se voltarmos ao caso do Menino Lobo, podemos contatar que ele cria todo um aparato mais sofisticado na segunda vez que sobe a montanha para derrubar o mel. A própria divisão do trabalho estava ligada ao aprimoramento da práxis de Mogli com a natureza e do uso de suas ferramentas. Nesse sentido, a divisão do trabalho aparece como um resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas e que é ao mesmo tempo ponto de partida para o desenvolvimento das forças produtivas. Argumenta Lukács:

A divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais (LUKÁCS, 2013, p. 179, grifos nossos).

A cada passo, o ser social transforma decisivamente a sua situação inicial afastando-se das barreiras biológicas e da necessidade de que todos os homens mantivessem uma relação imediata com a natureza. O aumento da produtividade do trabalho como consequência do avanço das forças produtivas reduz o tempo necessário de produção e, portanto, a possibilidade de tempo livre em conjunto, com a probabilidade de exploração do homem pelo homem.

A escravidão permitiu aos proprietários manterem vivos os membros produtivos, se apropriarem do trabalho excedente (evitando a redistribuição com os familiares daqueles), além de pouparem alimento, pois os escravos não precisavam ser bem alimentados, visto que, ao morrerem, era automaticamente substituídos por outros. [...] criando um ciclo de crescimento à custa de vidas humana [...], amplificava a conquista de escravos, aumentando o excedente retroalimentando o exército, que conquistava mais escravos e assim por diante (NUNES, 2014, p. 125).

O trabalho produtor de valores de uso e fundamento ontológico central na existência do ser social ficou subsumido pela lógica do trabalho escravo. Nesse sentido, a intencionalidade do processo de trabalho no intercâmbio metabólico com a natureza para produzir os meios necessários para subsistência da humanidade, estava atrelada aos interesses privados dos senhores de escravos.

Os escravos realizam o trabalho manual cuja teleologia, possibilidades e necessidades diziam respeito às exigências do seu senhor. Ficava a cargo da classe dominante uma atividade de controle que definisse as estratégias de como, onde, o que, para quem, e para que produzir. Segundo Nunes (2014), separavam-se, daquele momento em diante, o trabalho manual e o intelectual.

A sociedade escravista pode ser caracterizada pelas relações sociais que colocavam frente a frente o antagonismo entre escravos e seus proprietários, as duas classes principais desse modo de organização social<sup>51</sup>. Teve como base a civilização grega e seu apogeu no Império Romano.

---

<sup>51</sup> Existiam pequenos segmentos livres, como por exemplo, os artesões, além de segmentos de pessoas para desempenhar funções burocráticas a serviço dos proprietários como a coleta de impostos.

Roma era mantida com a expropriação das cidades que a circundavam, se expandindo cada vez mais. A grandeza de Roma necessitava de um enorme excedente econômico para manter a repressão aos escravos – que se rebelavam, fugiam<sup>52</sup> e trabalhavam de forma ineficiente diminuindo sua produtividade – concomitantemente, a manutenção do exército repressor e a fome dos proprietários parasitários por mais riqueza. Segundo Nunes (2014):

[...] a riqueza produzida pelos escravos se tornou insuficiente à locupletação dos exploradores, assim como à manutenção do aparelho coercitivo, acarretando o não pagamento do exercito de mercenários, que por sua vez se recusava a guerrear (p. 128).

A situação do império Romano foi agravada pelas invasões de outros povos – do ponto de vista de Roma, povos bárbaros. Dessa forma o Estado de Roma desaparece e os povos iniciam um modelo de vida em que se organizavam em pequenas regiões protegidas, denominadas de feudos.

Com o surgimento da sociabilidade de classe, o homem inaugurou uma nova fase no seu desenvolvimento, diversificando a produção de bens, e com a produção de mercadorias estimulou o comércio entre as diferentes sociedades. (NETTO E BRAZ, 2011, p. 77).

Por se tratar de uma sociedade escravista, o comércio de pessoas capturadas em batalhas ou feitas de escravas para pagar dívidas, podendo até ser vendida, era constante. A expansão de Alexandre saindo da Grécia até as terras conhecidas hoje como a Turquia, estabelecendo inúmeras conquistas e criando inúmeras cidades denominadas de Alexandrias, aumentou a relação cultural e culinária entre os povos, aumentando a diversidade de produtos conhecidos e produzindo novos produtos. Fato que seria intensificado com a expansão marítima e a chegada dos residentes do “velho mundo” ao “novo mundo”.

O modo de produção feudal ou feudalismo, como foi afirmado, cria forma com a decadência do Império Romano. Podemos caracterizá-lo pela oposição entre duas classes principais: o senhor feudal, proprietário da terra; e os servos, que produziam nas terras do senhor em troca de segurança e de uma pequena parte do que produzia. A maior parte da produção do servo era expropriada pelo senhor.

A propriedade da terra era o fundamento estrutural social dessa forma de sociabilidade. A terra fértil era dividida em uma parte para o senhor, cuja responsabilidade de

---

<sup>52</sup> Quando os escravos fugiam, aumentavam os custos de manutenção dos escravos. Legiões de soldados eram mantidas para recuperar os escravos vivos ou mortos. O escravo símbolo de uma das maiores vulgas de escravos no império romano é Spartacus.

plantar, cultivar e colher era do servo e uma segunda e pequena parte era para o servo que podia usufruir mediante o pagamento de impostos.

O servo, ao produzir um excedente a ser expropriado pelo senhor, mantinha uma relação diferente da que o escravo mantinha com seu proprietário. A relação senhor x servo implicava decisivamente em uma lista de compromissos mútuos. Enquanto o servo produzia para manter-se vivo e para manter o modo de produção em movimento, o senhor feudal prestava serviço de proteção aos servos dentro dos seus feudos. Contudo, ao sinal de superpopulação e a conseqüente diminuição da necessidade de forças de trabalho, os senhores feudais expulsavam parte dessa força de trabalho disponível para fora dos seus muros.

Com sua produção econômica fundamentalmente agrícola, o regime feudal entra em decadência por falta de técnicas desenvolvidas pelo homem que servissem a utilidade de recuperar as terras que se tornavam improdutivas. O modo de produção feudal limitou os avanços das forças produtivas e, por conseguinte o desenvolvimento de técnicas para o cultivo das terras. Nesse sentido, a produtividade do modo de produção feudal cai. Criando incompatibilidade com as forças produtivas e o modo de produção.

Para suprir as demandas de produção, o senhor acentuou o nível de exploração dos camponeses e com o crescimento populacional nos feudos – existia mais mão-de-obra que o necessário, mesmo os servos vivendo em situação de penúria – muitos foram expulsos e, como forma de continuar vivo, iniciaram a compra e venda de produtos em busca de lucros.

Concomitantemente à relação senhor x servo, começa a se desenvolver, paralelamente aos feudos, o comércio primitivo, principalmente dos artesões. Iniciava-se uma relação social pautada pela submissão do valor de uso ao valor de troca. Segundo Netto e Braz (2011), uma produção específica para troca que são intensificadas com as Cruzadas.

Como consequência desse desenvolvimento comercial, começa o rompimento com a lógica autárquica da economia feudal. Impulsionou-se o aparecimento de cidades frente aos estabelecimentos de rotas comerciais e o dinamismo desse processo.

Segundo Lukács (2013), o aparecimento das cidades aparece como fator decisivo para que o homem alcançasse outro patamar no seu processo de reprodução. A socialização do ser social foi passo importante que não pode ser desfeito. Mesmo que as cidades entrem em decadência e sofram transformações políticas e econômicas, elas provocaram mudanças nos costumes, e com a inter-relação cidade e campo, alteraram-se os costumes do próprio ser do campo.

Na ultrapassagem do modo de produção feudal, suas condições internas foram potencializadas pelos efeitos do florescimento do comércio, expressos na consolidação

crescente de uma economia de base mercantil (NETTO; BRAZ, 2011, p. 80). Surgem as condições da superação do modo de produção feudal que criam seu algoz mais feroz: a burguesia.

Segundo Netto e Braz (2011), acrescenta-se a esse crescente processo de mercantilização, a luta entre as duas classes fundamentais do modo de produção feudal e o fenômeno da peste negra<sup>53</sup> que dizimou cerca de um quarto da população europeia.

Com a decadência do modo de produção feudal, acirrou-se ainda mais a luta entre as classes fundamentais. Os senhores, a fim de compensar a redução do excedente econômico, tratavam de intensificar o processo de exploração dos servos. As estratégias implementadas pelos senhores, de expansão do mercado urbano e criação de um Estado Absolutista, decretaram, em última análise, o fim do modo de produção feudal.

O Estado Absolutista representou a resposta dos senhores à rebeldia dos servos, ao mesmo tempo em que passou a garantir a segurança dos burgos e de suas rotas comerciais. Esses custos não eram garantidos nem pelos nobres, nem pelos servos. O primeiro vivia da expropriação do segundo. O segundo vivia do seu próprio trabalho e com a obrigação de produzir um excedente para o primeiro. Nesse sentido, esses custos só podiam ser arcados pela burguesia através de tributos.

Concordando com as afirmações de Nunes (2014) acerca da constituição do mercado mundial, afirmamos que a germe desse processo pode ser identificado com a expansão marítima, principalmente portugueses, ingleses e espanhóis, que chegam ao novo mundo e formam colônias de exploração na América do Sul e Central, assim como na África, aumentando as formas de comércio e a diversidade de produtos a serem comercializados.

Criou-se um monopólio comercial, contudo, mesmo se beneficiando dos favorecimentos do Estado Absolutista, a burguesia em ascensão não estava satisfeita em pagar parte da conta, cada vez maior, das novas instituições do Estado. Os instrumentos do Rei, favorecendo os comerciantes, não eliminavam a contradição entre os interesses da classe nobre e os interesses dos novos ricos. Netto e Braz (2011) explicam que a expansão das

---

<sup>53</sup> “A peste negra ficou conhecida na história como uma doença responsável por uma das mais trágicas epidemias que assolaram o mundo Ocidental. [...]. Conforme alguns pesquisadores, a peste negra é originária das estepes da Mongólia, onde pulgas hospedeiras da bactéria *Yersinia pestis* infectaram diversos redores que entraram em contato com zonas de habitação humana. [...]. O contato humano com a doença desenvolve-se principalmente pela mordida de ratos e pulgas, ou pela transmissão aérea. [...] Na época, as cidades medievais agrupavam desordeiramente uma grande quantidade de pessoas. O lixo e o esgoto corriam a céu aberto, atraindo insetos e roedores portadores da peste. Os hábitos de higiene pessoal ofereciam grande risco, pois os banhos não faziam parte da rotina das pessoas. Além disso, os aglomerados urbanos contribuíram enormemente para a rápida proliferação da peste”. Ver mais em: SOUSA, Rainer Gonçalves. "Peste Negra"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescuela.uol.com.br/historiag/pandemia-de-peste-negra-seculo-xiv.htm>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

atividades mercantis enxergava o nascimento da manufatura que se chocava com a estrutura do Estado Absolutista. A sociedade tornava-se cada vez mais burguesa, com o obstáculo de uma ordem política feudal.

Destarte, a burguesia tratou logo de resolver esse obstáculo, iniciando um novo patamar do desenvolvimento social e da reprodução humana, agora alicerçada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e no trabalho assalariado e alienado, com a construção de uma hegemonia cultural e política. “A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789” (NETTO E BRAZ, 2011, p. 85), com a revolução francesa.

A relação do homem com a natureza passa a ser mediada pela compra e venda da força de trabalho e a divisão social assume um papel de transformar os valores de uso em valores de troca<sup>54</sup>.

Os valores de uso são os produtos do trabalho humano de qualquer natureza e serve para atender as necessidades humanas, podendo ou não tornarem-se valores de troca. Os valores de troca, só podem existir mediante a existência do valor de uso para outrem e necessariamente não podendo ter valor de uso para quem produz<sup>55</sup>.

Nas palavras de Marx (2011, p. 58): “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [...] o valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. Além de serem, na forma social do capital, veículos para o valor de troca. A respeito dos valores de troca, Marx afirma que eles “revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se troca” (MARX, 2011, p. 58).

Harvey, baseado em Marx, nos explica sobre as características dos valores de troca, diz ele:

Há algo que faz com que todas as mercadorias sejam comensuráveis na troca. Segue-se daí, “em primeiro lugar: que os valores válidos de troca das mesma mercadorias expressam uma igualdade. Em segundo lugar, porém: que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo que dele pode ser distinguido”. [...] O que a torna intercambiável tem

<sup>54</sup> Os conceitos de valor de uso e valor de troca são desenvolvidos por Marx e estão, minuciosamente, explicados no Capítulo I de O’Capital intitulado de *A mercadoria*.

<sup>55</sup> Um objeto só pode ser trocado após não possuir necessidade direta para seu produtor. Marx, no capítulo II do O’ Capital, intitulado *O processo de troca*, esclarece essa afirmação. Diz ele: “Um objeto útil só pode se torna valor-de-troca depois de existir como não valor-de-uso, e isto ocorre quando a quantidade do objeto útil ultrapassa as necessidades diretas do seu possuidor. As coisas são intrínsecas ao homem e, assim, por ele alienáveis. Para alienação ser recíproca, é mister que os homens se confrontem, reconhecendo, tacitamente, a respectiva posição de proprietários particulares dessa coisas alienáveis e, em consequência, a de pessoas independentes entre si” (2011, p. 112).

de ser outra coisa, e essa outra coisa só pode ser descoberta quando a mercadoria está sendo trocada (HARVEY, 2013, p. 27).

O que torna a possibilidade de uma troca é a condição de que as mercadorias de diferentes qualidades precisam ser tratadas como iguais, ou seja, camisas = sapatos, porque ambas possuem características que podem ser mensuradas, que é o processo de trabalho humano. O valor de troca das camisas só é possível quando, nesse exemplo, se troca por sapatos, ou seja, o sapato expressa o valor das camisas.

Para a produção de valores de troca, é imprescindível a existência da divisão social do trabalho. Segundo Leontiev:

A divisão social do trabalho transforma o produto do trabalho num objeto destinado à troca, o que modifica radicalmente o lucro do produtor que ele fabrica. Se este último continua a ser, evidentemente, o resultado da atividade do homem, não é menos verdade que o caráter concreto desta atividade se apaga nele: o produto toma um caráter totalmente impessoal e começa a sua vida própria, independentemente do homem, a sua vida de mercadoria (1978, p. 275).

Nesse sentido, o processo de produção de valores de uso está subsumido ao valor de troca. Sendo assim, a apropriação da produção humana no modo de produção capitalista é majoritariamente realizada pela troca, ou seja, os produtos das capacidades humanas de qualquer tipo, são convertidas na célula econômica do modo de produção do capital que apresenta, necessariamente, um duplo caráter, o de ser ao mesmo tempo, produto do trabalho concreto e produtor de valores de uso e está subordinado ao trabalho abstrato produtor de valor e sua expressão, o valor de troca.

O desenvolvimento das capacidades humanas tornam-se contraditórias e excludentes, na qual a maioria dos homens e mulheres assistem a apropriação privada da riqueza social por uma pequena *corja rica de abutres*.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO SER SOCIAL NA PARTICULARIDADE DA SOCIEDADE BURGUESA: O TRABALHO REGIDO PELO CAPITAL

Se os homens, independentemente da forma societal em que esteja inserido, necessitam reproduzir sua existência mediante o processo de trabalho e produção de valores de uso para satisfazer as suas necessidades de diferentes naturezas, na particularidade da

sociedade capitalista, essa produção de valores de uso só importa na medida em que são condutoras do valor de troca e, por conseguinte, possuidoras do valor.

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2011, p. 218).

Os homens se formam e se desenvolvem apropriando-se das produções humanas, na medida em que possuem possibilidades para essa apropriação. Supridas as necessidades biológicas, o ser social dispõe de uma vasta riqueza produzida pela humanidade no percurso de sua história. A forma como os homens se relacionam para produzir sua existência é fator decisivo para analisarmos como os homens se apropriam das produções humanas.

Os homens para desenvolver necessitam suprir suas necessidades, dentre elas a fome. Contudo, atualmente cerca de 1,2 bilhão de seres humanos mantêm sua vida com uma renda diária de menos de 1,25 dólar e, segundo critérios do Banco Mundial, vivem em “extrema pobreza” (ZINGLER, 2013).

O ser humano é mais rico quanto maior for sua gama de mediações com as produções humanas e tão pobre quanto menores forem suas mediações com o conteúdo material<sup>56</sup> da riqueza social e, nesse sentido, 1,2 bilhão de seres humanos encontram-se em dificuldade de manterem suas condições biológicas sem as quais não existe possibilidade de desenvolverem-se como seres sociais.

Com menos de 1,25 dólar, esses homens e mulheres ficam impossibilitados de comprar as produções humanas, visto que nessa sociedade, tendencialmente, toda produção humana só pode ser apropriada pela compra, por ser ela uma mercadoria. Esses 1,2 bilhão de seres humanos, estão sendo excluídos do processo de acumular as mediações necessárias para se produzirem humanamente. Não são pobres somente financeiramente, são pobres de mediações humanas, não se apropriam da produção histórica da humanidade.

O homem rico é ao mesmo tempo o homem que *precisa* de uma soma de manifestações humanas; é aquele cuja realização existe como urgência natural interna, como *necessidade*. Não é somente a *riqueza*, mas também a *pobreza* do homem, que adquire – no ponto de vista do socialismo – um significado *humano* e, assim, social. A pobreza é o laço paciente que leva o homem a sentir como

---

<sup>56</sup> Compreendemos a partir do pensamento marxiano que matéria é tudo aquilo que existe e não somente o que é palpável. O ar que respiramos as ideias que formulamos e debatemos é tanto conteúdo material da riqueza social, quanto um carro, uma bicicleta, um livro. O ser social é, nesse sentido, uma forma superior de organização da matéria sendo uma unidade (síntese) corpórea e espiritual.

necessidade a maior riqueza, ou *outros* homens. A superioridade em mim da entidade objetiva, a erupção sensível da minha atividade vital, é a *paixão* que desta forma se torna a *atividade* do meu ser (MARX, 2006, p. 146, *itálicos do autor*).

Na sociedade burguesa, o trabalho, categoria fundante do ser social e responsável por qualquer forma de sociabilidade humana, só serve na medida em que é veículo do trabalho abstrato e portador genético da possibilidade de produção e reprodução do capital. “O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos” (MARX, 2011, p. 219).

O trabalhador trabalha sob controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em desperdiçado matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho (MARX, 2011, p.219).

Nesse sentido, o ser social, na forma de organização burguesa, vai ser formando, predominantemente, sob os princípios de moral e conduta burguesa. O ser social vai se formando e vai sendo aquilo que ele objetiva enquanto atividade dentro do capitalismo, podendo ser médico, professor ou arquiteto, contudo, nesse sentido, sendo limitadas suas capacidades e potencialidades humanas pelas próprias relações sociais imanentes ao capitalismo. Limitações que empobrecem ao ponto de o trabalhador desenvolver a operação, no processo e na jornada de trabalho, milhares de vezes.

Segundo Leontiev:

A divisão social do trabalho tem igualmente como consequência que a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separem e pertençam a homens diferentes. Assim, enquanto globalmente a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo tomado à parte estreita-se e empobrece. Esta limitação, este empobrecimento podem tornar-se extremos, sabemos-lo bem, quando um operário, por exemplo gasta todas as suas forças para realizar uma operação que tem de repetir milhares de vezes (1978, p. 275).

Cada vez mais em sua formação, o homem é conduzido a ser tão somente aquilo que desempenha na divisão social do trabalho. “Assim, o homem é exclusivamente, médico, ou advogado, ou lixeiro, ou músico, ou professor, enfim, aquilo que desempenha nas relações sociais de produção” (HUNGARO, 2013, p. 155).

Segundo Melo (2011), o capitalismo expressa uma fase de desenvolvimento social e histórico do gênero humano na qual representa um estágio de desenvolvimento das relações de produção que impõem uma determinada sociabilidade cuja função ontológica é norteadada

para uma particular formação da individualidade humana, explicitada pelo antagonismo do duplo caráter do trabalho e que impõe limites ao próprio desenvolvimento humano.

O capitalismo exponencializa esse duplo caráter, de forma que o trabalho, necessidade ontológica da formação humana, só interessa como veículo para o trabalho alienado. Predominantemente na sociedade capitalista, o trabalho aparece sob essa forma histórica de trabalho alienado e determina, em última instância, as relações sociais, o que torna essas relações também alienadas e, por conseguinte, barreiras para o desenvolvimento integral do ser social. Nas palavras de Leontiev:

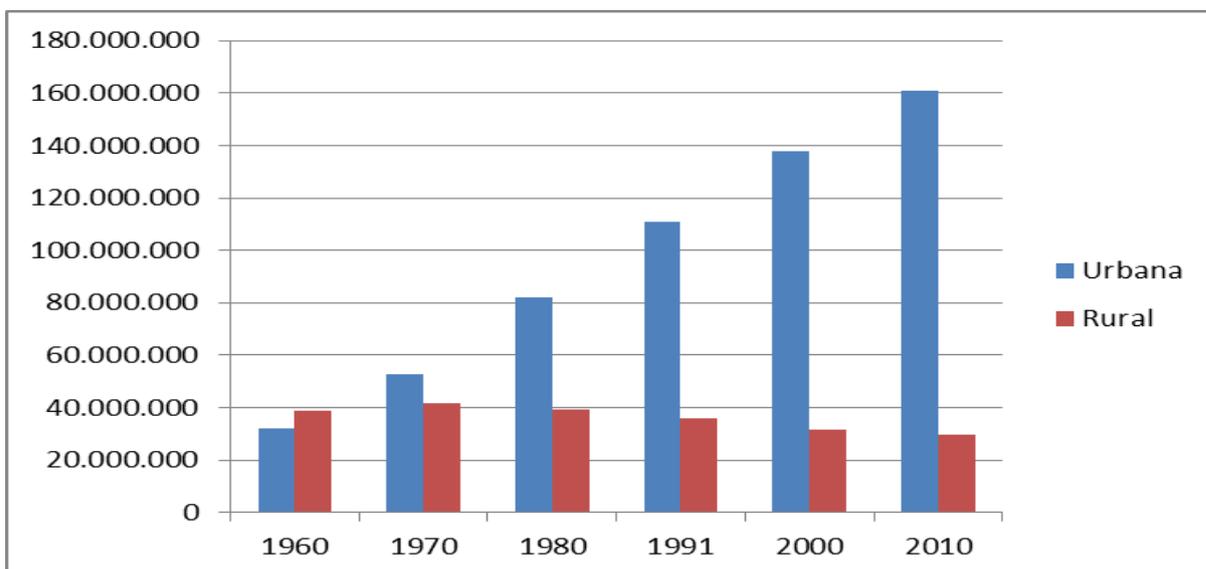
Esta alienação provocou uma ruptura entre, por um lado, as gigantescas possibilidades desenvolvidas pelo homem e, por outro, a pobreza e a estreiteza de desenvolvimento que, se bem que em graus diferentes, é a parte que cabe aos homens concretos. Esta ruptura não é todavia eterna, como não são eternas as relações sócio-econômicas que lhe deram origem (1978, p. 280).

A sociedade capitalista intensifica a divisão do trabalho, com o trabalho manual e o trabalho intelectual, fato que acontece, por exemplo, pela simples existência de uma cidade que, por sua vez, impulsiona o crescimento populacional nessa área em detrimento a diminuição dos trabalhadores agrícolas no campo.

Quanto mais cidades se torna o centro da indústria, quanto mais a produção industrial de um país passa a preponderar quantitativamente sobre a produção agrícola, tanto mais o campo fica isolado, por longos períodos, dos progressos da cultura. Paralelamente a isso, o desenvolvimento mostra que o número de homens que põe a produção agrícola em movimento diminui constantemente em comparação com a população dedicada à atividade industrial, comercial etc., ou seja, à população essencialmente citadina (LUKÁCS, 2013, p. 182).

Ao observarmos um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, mesmo sendo o Brasil um país de economia capitalista periférica, o número de trabalhadores no campo vem diminuindo consideravelmente. No ano de 1960 a população urbana era de, aproximadamente, 32 milhões, sendo a população rural um pouco mais de 38 milhões. No ano da referida pesquisa, 2010, a população urbana alcançava mais de 160 milhões de habitantes contra um pouco mais de 31 milhões no campo. O gráfico 1, mostra o crescimento da população urbana em relação a população rural, enquanto o gráfico 2 mostra a linha de evolução desse crescimento evidenciando a tendência apontada por Lukács de uma população essencialmente citadina.

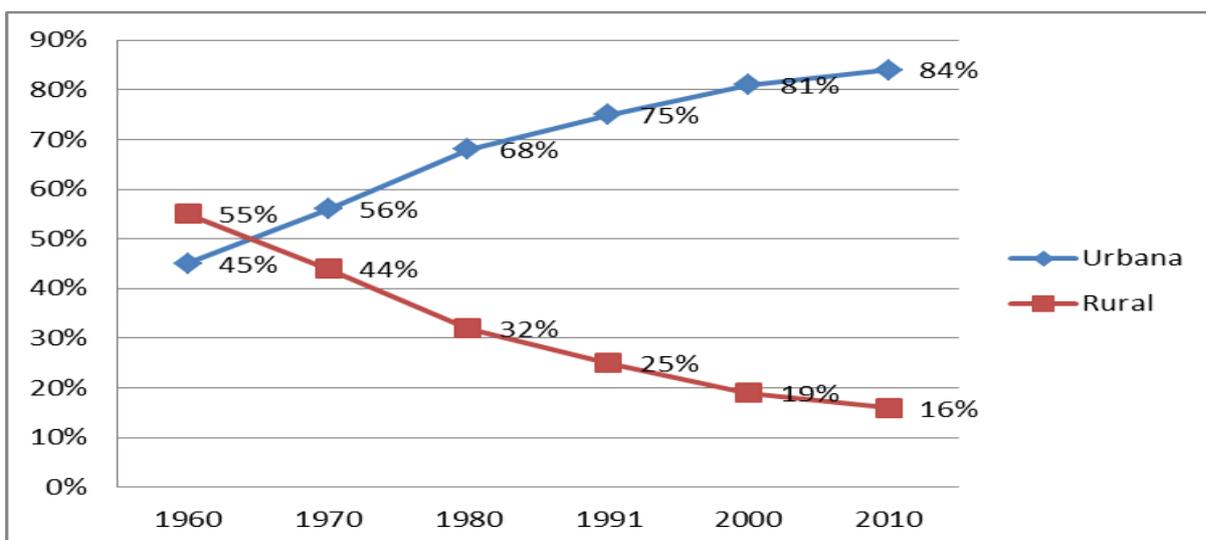
**Gráfico 1 - Crescimento da população das cidades de 1960 à 2010 em relação a população rural**



Fonte: Elaborado pelo autor

A título de exemplificação, a população rural brasileira decresce em termos percentuais de 55% na década de 1960 para 16% na década de 2010, enquanto a população urbana alcança 84% na década de 2010, partindo de 45% na década de 1960. Dados que podem ser visualizados no gráfico 2.

**Gráfico 2 - Evolução do crescimento da população das cidades de 1960 à 2010 em relação a população rural**



Fonte: Elaborado pelo autor

A diminuição dos trabalhadores agrícolas no Brasil, demonstra outra tendência do modo de produção capitalista apontada por Marx na sua obra de análise da sociedade burguesa. Essa tendência diz respeito ao aumento do capital constante em relação ao capital variável – discutiremos esses elementos no item 4.2.1.

Com um incremento do capital variável, e o maior desenvolvimento da ciência e tecnologia, a produtividade no setor agrícola aumentou tanto quanto a diversidade de materiais produzidos. Segundo Vilarinho (2006), produtos oriundos do complexo de soja, carnes e derivados de animais, açúcar e álcool, madeira (papel, celulose e outros), café, chá, fumo, tabaco, algodão e fibras têxteis vegetais, frutas e derivados, hortaliças, cereais e derivados e a borracha natural são itens importantes da pauta de exportação brasileira. Fatos constatados pela manchete do G1 intitulada de *Avanços tecnológicos melhoraram a produtividade da agricultura*. A referida matéria afirma que, desde 1970 até a data da reportagem (2015), a área plantada passou de 27 milhões de hectares para 57 milhões de hectares com uma produção, respectivamente de 29 milhões para 200 milhões de toneladas.

Contudo, a diminuição relativa do trabalhador agrícola não impediu o aumento do setor produtivo brasileiro ligado ao agronegócio. Pelo contrário, segundo Vilarinho (2006), a produção rural foi intensificada na década de 1960, passando por um grande impulso entre as décadas de 1970 e 1980, o que significa, em última análise, uma intensificação do trabalho e um processo degradante da vida do trabalhador.

Segundo Soares (2012), a urbanização e a proletarização nos países de capitalismo central vieram ancorados com uma degradante vida de uma parcela significativa da população acompanhada pelo crescimento das cidades e de todos seus problemas urbanos. Segundo a autora, logo foi perceptível as grandes epidemias, como a cólera e a febre decorrente entre 1831 e 1840.

Com essas epidemias, o discurso burguês se vinculava à ideia de responsabilização do indivíduo e particularmente, da mulher. Além disso, a mulher ainda sofria com a remuneração que recebia por suas atividades – muitas vezes a mesma realizada pelos homens – que era infinitamente menor àquela paga ao homem. Condição ainda não superada por essa forma de organização social, bastando confrontarmos essa afirmação com os dados do quadro 4, no qual demonstramos que a mulher continua a receber menos que o homem no mesmo tipo de função realizada.

**Quadro 4 - Nível de cargo ocupado por sexo**

Nível de Cargo	PERCENTUAL FEMININO	PERCENTUAL MASCULINO	SALÁRIO MÉDIO FEMININO	SALÁRIO MÉDIO MASCULINO	MÉDIA GERAL	RANKING DO RAMO COM MAIS MULHERES	RANKING SALARIAL
Administrativo	62%	38%	1.016	1.082	1.041	1	11
Estagiário	52%	48%	735	807	769	2	12
Especializados	40%	60%	2.358	3.006	2.750	3	8
Professor Universitário	32%	68%	3.652	4.572	4.276	4	6
Trainee	32%	68%	1.308	1.534	1.462	5	9
Supervisão	32%	68%	3.154	3.690	3.520	6	7
Operacional	26%	74%	908	1.322	1.214	7	10
Consultor	25%	75%	4.067	5.282	4.973	8	5
Gerente	16%	84%	7.316	8.136	8.003	9	4
Diretor	13%	87%	12.926	15.582	15.236	10	3
Presidente	8%	92%	26.500	28.211	28.082	11	1
Vice Presidente	7%	93%	20.000	26.048	25.616	12	2

Fonte: Pesquisa Salarial Catho, junho 2017

Soares (2012) afirma que essa condição criava uma aparente rivalidade entre homem e mulher. O que esconde a essencial luta entre as classes e os interesses antagônicos e irreconciliáveis entre os trabalhadores e seus algozes.

A forma social burguesa impõe condições para a mulher ser enquadrada como a mulher-mãe, ao mesmo tempo em que exerce funções degradantes no processo produtivo e com salários inferiores aos dos homens, sendo mal paga a sua própria manutenção de vida, há também a jornada de trabalho em casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos.

Destarte, dentro dessa forma de organização social, muitas são as formas de exploração e opressões contra os indivíduos singulares criando estereótipos e regras sociais de comportamento, de ser e de se portar dentro dos moldes “livres” e “democráticos” da sociabilidade burguesa. A violência contra casais amorosos do mesmo sexo, a violência contra os negros, a violência contra as mulheres, entre outros, são alguns exemplos.

Em algumas sociedades rurais da Ásia e da África, mulheres e crianças do mesmo sexo, só podem comer os restos de comidas dos homens e das crianças do sexo masculino.

Nos campos de refugiados somalis em território queniano [...] entre os criadores somalis, as mulheres e as meninas não tocam nas vasilhas de painço ou nos restos do cordeiro assado antes de os homens comerem – os homens se servem, depois os filhos do sexo masculino; só quando eles se retiram da habitação, as mulheres e as meninas se aproximam da esteira sobre a qual estão as vasilhas com o restos de arroz, do bolo, de trigo ou da carne deixadas pelo homens. Se as vasilhas estão vazias, as mulheres e as meninas ficarão sem comer (ZIEGLER, 2013, p. 53).

Todas essas formas de opressões tem sua gênese na primeira forma de opressão, a exploração do homem pelo homem, e na particularidade da sociabilidade burguesa, a exploração do trabalho pelo capital. Na particularidade dessa forma social, que é a forma burguesa e mais complexa dentre as outras edificações de sociedade de classe, essa opressão gênese aparece sob forma do trabalho assalariado e alienado.

A gênese do processo de formação contraditória do ser humano, na particularidade da sociedade burguesa, está na forma em que os homens de diferentes classes se relacionam para produzir sua existência e, portanto, no trabalho assalariado e alienado. Mas, o que é o trabalho assalariado? Como ele acontece? O que é necessário para sua efetivação? Quais as condições de vida dos indivíduos com essa relação social de trabalho? São nesses encaminhamentos e problemáticas que iremos expor nossas compreensões nas linhas que seguem.

Em qualquer que seja a forma social vigente, sendo ela uma escolha entre alternativas, as conclusões acerca do seu conhecimento possuem sempre um caráter *post festum*, contudo, na forma de sociabilidade burguesa, podemos apontar algumas tendências, principalmente as apontadas por Marx, que se confirmam dia após dia. Entre essas tendências, Lukács (1969), aponta três: 1 – uma constante tentativa de diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução dos homens; 2 – a reprodução social tornou-se cada vez mais nítida; 3- desenvolvimento global criando ligações intensas entre as sociedades.

Para Lukács (1969), essas tendências articuladas só confirmam a condição do homem de deixar de ser natural e passar a um desenvolvimento qualitativamente superior, ou seja, elevado ao gênero humano.

Na sociedade burguesa e, portanto, no modo de produção capitalista, opõem-se duas classes fundamentais, a burguesia – detentora dos meios de produção – e os trabalhadores – desprovidos dos meios de produção e possuidores unicamente de sua força de trabalho. Cria-se nessa forma particular de sociabilidade humana uma luta entre as classes com interesses distintos e antagônicos – interesses que não podem ser conciliados – numa relação de CAPITAL X TRABALHO<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Marx e Engels afirmaram no Manifesto do Partido Comunista que a burguesia viu as marmas que utilizou para derrubar o feudalismo se virar contra ela mesma. Além de criar essa força, ainda forjaram os proletariados para utiliza-la. Nas palavras dos autores ao se referirem ao proletariado como classe que tem a possibilidade histórica de enfrentar e tomar o poder para si, num movimento de ser a classe que poderá acabar com as classes: “Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que vão manejar essas armas” (MARX; ENGELS, 2015, p. 70).

Segundo Engels (2010), a indústria centraliza a propriedade em poucas mãos, exigindo que os proprietários dos meios de produção criem gigantescos estabelecimentos, arruinando com a pequena e numerosa burguesia, além de expulsar do mercado o trabalhador manual isolado. No final do processo, aparecem de um lado os ricos capitalistas e do outro os pobres operários.

Essas classes se chocam, ou seja, entram em contato, na medida em que uma classe desprovida de qualquer forma de manutenção de sua vida – os trabalhadores – necessita ir ao mercado vender sua força de trabalho. “Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante um dia” (MARX, 2011, p. 219). Enquanto a outra – os capitalistas – possuidora de todos os meios de produção, da expressão monetária do valor (Dinheiro) e das ferramentas necessárias no processo de trabalho, vai ao mercado para adquirir o que lhe falta, que é exatamente a força de trabalho do trabalhador. “O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem” (MARX, 2011, p. 219). (Obviamente que o capitalista também vai comprar outras máquinas e, portanto, há uma necessidade constante de aprimoramento da ciência e tecnologia para suprir as demandas do capital e não as demandas humanas).

A força de trabalho do trabalhador é mensurada como qualquer outra mercadoria, ou seja, pelo seu tempo socialmente necessário para produzir e reproduzir sua existência<sup>58</sup>.

[...] o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. Produzindo ele num sistema que se fundamente na divisão social do trabalho, não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor (sob a forma de uma mercadoria particular, o fio, por exemplo) igual ao valor dos seus meios de subsistências ou ao dinheiro com o que os compra. A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim é maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência dos quais em média necessita diariamente, segundo, portanto, o tempo de trabalho em média diariamente exigido para a produção deles (MARX, 2011, p. 252-53).

O trabalhador, dentro de um universo de mercadorias, é a única que, por suas capacidades e potencialidades exclusivamente humanas, possui um fator decisivo para a

---

<sup>58</sup> Marx ao analisar o valor da força de trabalho elimina, sem desconsiderar, qualquer coisa “anormal” que possa está envolvida na relação da venda e força de trabalho, como não pagamento, trabalho escravo, mesmo trabalho exercido por pessoas diferente com pagamentos diferenciados, situações que existem no modo de produção burguês. Entretanto para sua análise, Marx parte do pressuposto que a força de trabalho está sendo paga pelo seu valor. Diz ele: “Nossa análise partiu do pressuposto de ser a força de trabalho comprada vendida por seu valor. O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la” (MARX, 2011, P. 269).

produção de capital. A força de trabalho é a única mercadoria que produz um valor acrescido do seu próprio valor, ou seja, o trabalhador cria valores enquanto as demais mercadorias necessárias no processo produtivo (maquinaria, e ferramentas do trabalho) somente transferem seus valores, proporcionalmente, para as novas mercadorias produzidas.

A mercadoria é um produto do trabalho que foi objetivado para ser trocado no mercado e possui um duplo caráter: possuidora do valor de uso e do valor de troca. Nem todo produto do trabalho pode possuir valor de troca, podemos ter em nossas casas uma plantação de verduras que nos serve cotidianamente para nossa alimentação sem que o que for produzido se converta em uma mercadoria. Desde o processo de plantar até a chegada desse produto do trabalho na mesa de refeição, em nenhum momento foi cogitado ser trocado ou vendido no mercado. Esse produto do trabalho em questão, não possui valor de troca mas possui valor de uso para o seu possuidor. A mercadoria, necessariamente não poderá possuir valor de uso para seu possuidor, pois nesse caso, não colocaria esse item no mercado. Sobre esse aspecto Marx (2011, p. 63) explica que: “Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria”.

Segundo Marx (2011), em todos os estágios históricos e sociais o produto do trabalho sempre será valor de uso, como já vimos, é ineliminável a relação homem e natureza e a produção de valores de uso, seja qual for a forma de organização social.

Contudo, somente em um determinado estágio histórico que o trabalho se apresenta como gasto energético das capacidades corporais e, por conseguinte, produção de valores, é que o produto do trabalho transforma-se mercadoria.

Não basta que essas mercadorias possuam valores de uso e valores de troca. Na sociedade burguesa as mercadorias são trocadas por um equivalente geral e devem ser eliminadas as características qualitativas dessa mercadoria, assim como as de seus respectivos trabalhos nelas corporificados, interessando à persona do capital o fato de que todas as mercadorias possuem um fator em comum, o fator de poderem ser mensuradas pelo tempo de produção que foi necessário para transformar a natureza e ter o objeto final do projeto como uma mercadoria.

Portanto, as mercadorias possuem um valor que é o tempo socialmente necessário para produção dessa mercadoria. “Sendo a própria mercadoria unidade de valor-de-uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho ou um processo de produzir valores-de-uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor” (MARX, 2011, p. 220). O capitalista já pode, nessa situação, trocar trabalhos distintos, pois se equivalem enquanto característica comum de serem produtos do trabalho humano.

Nesse sentido, o trabalhador que produz camisetas se relaciona com o trabalhador que produz copos. As mercadorias podem ser tratadas como equivalentes considerando o tempo socialmente necessário para a produção. Ex.: 1 camiseta de 10 minutos por dois copos de 5 minutos cada.

A mensuração da força de trabalho, sendo ela uma mercadoria, atende rigorosamente a mesma lógica. Possui um valor de uso para o capitalista que vai pagar um salário para usufruir dessa força de trabalho por um período de um dia. E um *quantum* de valor, ou seja, pode ser mensurada como qualquer outra mercadoria. Também pelas questões específicas humanas dessa mercadoria especial, o capitalista não pode usufruir das 24 horas por dia que pagou para explorar as capacidades de produção da força de trabalho.

O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho. O impulso imanente da produção capitalista pé apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia. Sendo fisicamente impossível, entretanto, explorar, dia e noite sem parar, a mesma força de trabalho [...] (MARX, 2011, p. 297).

O trabalhador possuidor da força de trabalho necessita de certo tempo de recomposição das suas capacidades e potencialidades – recomposição corporal – para serem sugadas no dia seguinte pelo capitalista, ou seja, a própria condição biológica presente na unidade do ser social, impõe limites para a jornada de trabalho, que será estabelecida em cada época histórica através das correlações de força entre as classes sociais.

O valor diário da força de trabalho importava 3 xelins, pois nela se materializava meio dia de trabalho, isto é, custam meio dia de trabalho os **meios de subsistências quotidianamente necessários para produzir a força de trabalho**. Mas o trabalho pretérito que materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela despande, são duas grandezas inteiramente diversas. A primeira grandeza determina seu valor-de-troca; a segunda constitui seu valor-de-uso. Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. **O valor da força de trabalho e o valor que ele cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas**. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. (MARX, 2011, p. 226, **grifos nossos**).

Esse tempo que é pago ao trabalhador, o qual ele está usufruindo em casa, nas quadras esportivas, nas academias, aulas públicas de ginástica laboral, ou seja, recompondo sua força de trabalho<sup>59</sup>, o capitalista necessita suprir, por exemplo, criando um revezamento

---

<sup>59</sup> Os trabalhadores ingleses, mesmo aqueles que não estavam diretamente vinculados ao processo produtivo direto de capital, e ainda viviam em um trabalho servil – mesmo que em melhores condições dos trabalhadores

de força de trabalho colocando mais trabalhadores em diferentes turnos de trabalho para manter a produtividade e o acúmulo de capital. Nessas condições abrem vagas para trabalhos de homens, mulheres, jovens aprendiz, estagiários, adolescentes, crianças de ambos os sexos.

Capitalistas dos ramos industriais e de telecomunicações, por exemplo, mantêm o processo de trabalho por 24 horas ininterruptos, proporcionando efeitos prejudiciais que são postos de lado. Na época de Marx não existiam setores de telecomunicações, porém a base de exploração era a mesma, como podemos notar nas palavras dele que seguem.

Esse processo de produção durante 24 horas ininterruptas existe hoje como sistema em muitos ramos industriais “livres” da Grã-Bretanha, dentre os quais figuram os altos-fornos, forjas, laminações e outras industriais metalúrgicas da Inglaterra, de Gales e da Escócia. Nesses setores, o processo de trabalho ordinariamente compreende, além das 24 horas dos seis dias úteis da semana, as 24 horas do domingo. Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos, adolescentes e crianças de ambos os sexos (MARX, 2011, p. 298).

O valor da força de trabalho é dado pelas somas dos itens necessários para sua existência: alimentação, moradia, vestimenta, educação, saúde, lazer etc. Se considerarmos que esse valor seja de 4 horas diárias e o trabalhador possui um jornada de trabalho diária de 8 horas, temos um tempo de 4 horas de exploração da força de trabalho para além do seu valor, ou seja, durante esse tempo o trabalhador já pagou ao capitalista em trabalho o que o capitalista lhe pagará em dinheiro, contudo, continuará por mais 4 horas produzindo valores acrescidos. Essa produção será apropriada pelo capitalista e tem o nome de mais valia, ou seja, é uma apropriação do tempo excedente de trabalho em relação ao tempo que era necessário para o trabalhador pagar sua força de trabalho.

Está na jornada de trabalho o “código da Vinci” da exploração do trabalho. O trabalhador possui em sua jornada um tempo de trabalho necessário que é igual ao valor de sua força de trabalho e um tempo de trabalho excedente que é igual a mais valia apropriada pelo capitalista.

A jornada de trabalho é dividida, para fins explicativos, em tempo necessário e tempo excedente. A parte do processo de trabalho em que o dispêndio de suas capacidades

---

servis do modo de produção feudal – a serviço dos aristocratas ingleses latifundiários, usavam atividades esportivas para recompor sua força de trabalho, contudo, isso não significa uma vida mais humana, mesmo não estando em jornadas de trabalho de 08 ou 14 horas, pois em sua maioria não sabiam ler, nem escrever e viviam para o trabalho. Diz Engels (2010, p. 46): “Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: [...] ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para manutenção de sua saúde e para revigoramento de seu corpo”.

corporais produz o valor de sua força de trabalho, isto é, valor dos meios de subsistência do trabalhador, é chamada por Marx (2011) de tempo necessário. A segunda parte desse processo de trabalho é quando o trabalhador continua operando as ferramentas e objetos de trabalho mesmo depois de já ter produzido valor igual ao valor de sua força de trabalho e, portanto, para ele não representa nenhum valor. Marx chama essa parte de tempo excedente. A proporção desse trabalho excedente pelo trabalho necessário é o que Marx chama de taxa de mais-valia. “A taxa da mais-valia é por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2001, p. 254).

Para a classe trabalhadora – nessa forma social – vender sua força de trabalho e se sujeitar às condições nefastas do trabalho assalariado para seu desenvolvimento enquanto ser humano é a única alternativa de manter sua existência e conseguir se apropriar, do que for possível, das produções da riqueza social.

Na sociedade capitalista, como tudo, tendencialmente, tem se tornado ou vem se tornando mercadoria e, portanto, a riqueza produzida pela humanidade está nas prateleiras, é mediante a compra que o ser humano singular usufrui das produções humanas para tornar-se humano.

No processo de trabalho, a realização desse trabalho, ou seja, sua objetivação é vista como perda e servidão do trabalhador ao objeto que ele produz. Nesse sentido, o produto do trabalho importa mais do que a própria vida humana. Toda produção da humanidade é fruto desse processo contraditório do trabalho, no qual o trabalhador, subsumido a essas condições (des)humanas, produz uma imensidão de riqueza social e volta para casa somente com as condições, predominantemente, mínimas de manter-se vivo.

É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma ou outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores (MARX, 2006, p. 113).

Nessas condições de vida, o trabalhador que necessita do trabalho para estar vivo, só se sente bem quando afastado do processo de trabalho, não se sente feliz porque não controla suas energias corporais, sendo o seu trabalho imposto como uma necessidade de sobrevivência e não como necessário para estar vivo e construir sua vida cotidianamente.

O trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o

trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado* (MARX, 2006, p. 114, *itálicos do autor*).

O processo de produção da vida humana, mediada pelo trabalhador assalariado, não só produz a força de trabalho como uma mercadoria, mas o homem sob essa forma de necessidade de vender sua força de trabalho, se produz como um ser espiritual e fisicamente deformado.

A (de)formação humana na particularidade do capital e a necessidade ontológica de existência do gênero humano, mediante ação metabólica com a natureza, só importa como mecanismo de produção de capital e, portanto, o trabalho existe para o trabalhador como um martírio que o leva ao desgaste de sua corporeidade, ou seja, a pauperização de suas próprias capacidades humanas e, portanto, de sua vida. Para a doméstica, exercícios com a vassoura, para a patroa academia, para os filhos da burguesia escolinhas de futebol com grama, para os filhos dos trabalhadores campinho de terra batida com esgoto corrente a céu aberto.

Porque isso acontece? Porque o trabalhador e a trabalhadora não podem e não conseguem realizar atividades para sua formação humana? Alexis Leontiev já apontava que indivíduos de classes diferentes se apropriam de forma desigual da produção material e espiritual humana.

A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos. Se bem que as suas criações pareçam existir para todos, só uma ínfima minoria, tem o vagar e as possibilidades materiais de receber a formação requerida, de enriquecer sistematicamente os seus conhecimentos e de se entregar à arte; durante este tempo, os homens que constituem a massa da população, em particular da população rural, têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à produção de riquezas materiais nos limites das funções que lhes são destinadas (1978, p. 275-76).

Segundo Melo (2011), os seres singulares não estão se inserindo no processo histórico do gênero humano por não estarem se apropriando das objetivações humanas, e quando o fazem, essa apropriação é feita de forma alienada.

Sobre essa afirmação, temos alguns questionamentos: são os seres singulares que se apropriam das objetivações humanas que se inserem no processo histórico do gênero humano? Ao se apropriarem fazem de forma não alienada? Os não alienados são os capitalistas, que se apropriam das produções humanas? São somente os não alienados que participam do processo histórico do gênero humano? São os capitalistas que produzem a riqueza social? Qual papel dos trabalhadores no processo histórico do gênero humano?

Sob essa forma de sociabilidade humana de apropriação da riqueza social de forma privada que os seres humanos singulares constroem suas subjetividades e se diferenciam por meio das formas e níveis de apropriação. As apropriações, tendencialmente, nessa forma histórica e social de organização da produção da existência, são realizadas pela compra de mercadorias. Em última análise, a construção da subjetividade humana é mediada pelo dinheiro – mercadoria que é utilizada, na sua aparência, para que todas as outras mercadorias expressem o seu valor<sup>60</sup> e o seu preço, enquanto expressão monetária do valor –, visto que os produtos do trabalho humano estão sob a forma de mercadorias, assim como as capacidades humanas do próprio trabalhador.

Os trabalhadores estão subjugados a serem força de trabalho vendida ou potencial e o seu tempo é necessariamente tempo de trabalho a ser empregado ao capital. Isso acontece porque está presente na estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista a expropriação do trabalho do trabalhador pelos parasitas que vivem do suor de quem trabalha.

Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda sua existência, nada mais é que a força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. **Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais**, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificados do domingo (MARX, 2011, p. 306, **grifos nossos**).

Para o capital é imprescindível que até a educação escolar seja uma preparação da força de trabalho – isso não quer dizer que o capital universalize o acesso à escola ou ainda que todas as suas necessidades necessitem de qualificação da mão de obra – e um verdadeiro abandono dos conteúdos que façam os seres humanos preencherem lacunas e funções sociais, e até os próprios exercícios das capacidades físicas e espirituais, propondo o fim de disciplinas e uma necessidade de uma escola profissional. Preparar a força de trabalho para estar disponível no imenso exército de trabalhadores de reserva.

O capital preocupa-se com o seu desenvolvimento, ou seja, para as personas do capital não interessa quanto tempo de vida vai ter a força de trabalho, interessa quanto essa força de trabalho em vida possa produzir para o acúmulo de capital, transformando o tempo dos jovens e crianças, que é necessário para o crescimento e desenvolvimento saudável do corpo, em tempo de trabalho produtivo.

---

<sup>60</sup> Sobre o dinheiro, enquanto mercadoria que se coloca na posição de equivalente geral, Marx afirma que: “Segundo essa aparência ilusória, uma mercadoria não se torna dinheiro somente porque todas as outras nela representam seu valor, mas, ao contrário, todas as demais nela expressam seu valores, porque ela é dinheiro” (MARX, 2011, p. 117).

Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. **Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo.** Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. **O sono normal necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz** o capitalista a **tantas horas** de torpor estritamente necessárias **para reanimar um organismo absolutamente esgotado.** Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho; ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador. **O capital não se preocupa com a duração de vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade.** Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade (MARX, 2011, p. 306-307, **grifos nossos**).

No processo de trabalho, mesmo esse com condições danosas ao corpo do trabalhador, existe a necessidade desse corpo. A incapacidade corpórea do trabalhador, o impede que ele desenvolva suas capacidades de trabalho e, em última instância, deixando até de existir. Até mesmo na sociedade do capital existe essa necessidade de recompor as capacidades corporais do trabalhador, mesmo que minimamente. Atividades laborais nas empresas, futebol nos finais de semana, projetos sociais de incentivo à prática esportiva cumprem essa função para suprir essa necessidade da formação do trabalhador. Concomitantemente, o filho da burguesia tem acesso à esgrima, aula de piano, esquia, joga golfe, natação, futebol, handebol, voleibol, basquetebol, em suma, uma gama de atividades corporais que só é possível porque estão afastadas, mais não livres, das condições perversas do processo de trabalho.

O trabalhador produz toda riqueza social que é apropriada privadamente pelo capitalista. Ao trabalhador só resta seu salário que é “apenas a parte mínima e absolutamente indispensável do produto; exatamente tanto quanto precisa para subsistir como trabalhador, não como homem” (MARX, 2006, p. 70).

Prolongar ou intensificar o processo de trabalho não causa apenas atrofia da força humana, ela causa um esgotamento prematuro da força humana, ou seja, do trabalhador, e a até a morte. Contudo, para o capital, o aumento da jornada de trabalho é uma das estratégias para voltar a acumular e explorar a força de trabalho em busca de mais valia, absoluta ou relativa. O discurso burguês não se preocupa com a saúde do trabalhador, pelo contrário, chama a jornada de trabalho de 08 horas de arcaica, ultrapassada e que deve ser alterada para o aumento da produtividade.

Reportagem do site Forbes Brasil (2017) intitulada de: *Porque a jornada de trabalho de 08 horas não funciona* diz o seguinte sobre essa temática: “A jornada de trabalho de oito horas é uma abordagem antiga e ineficiente. Para alcançar um nível maior de produtividade, é preciso abrir mão desse método obsoleto e encontrar um novo”.

A defesa da manutenção da jornada de trabalho de 08 horas, assim como a manutenção na idade da aposentadoria, na atual conjuntura política brasileira do governo Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)<sup>61</sup> é, indubitavelmente, uma defesa da própria vida do trabalhador. O aumento da jornada, em última instância, é um encurtamento na duração da vida do trabalhador e da trabalhadora, além de uma destruição de suas potencialidades e capacidades pela incessante e voraz fome do capital por tempo de trabalho excedente. Fato que confirma uma das tendências apontadas nesse item de uma tendencial tentativa de diminuição do tempo socialmente necessário para reprodução da vida humana.

Não é atual a tentativa do capital de se apropriar, cada vez mais, do tempo do trabalhador. O próprio surgimento da indústria moderna já fez isso, assim como o uso de crianças no processo produtivo antes da lei de 1833, como demonstra Marx:

[...] antes da lei de 1833, crianças e adolescentes tinham de trabalhar a noite inteira ou o dia inteiro, ou de fazer ambas as coisas ao bel-prazer do patrão. Uma jornada normal de trabalho para a indústria moderna só aparece com a lei fabril de 1833, aplicável às indústrias têxteis de algodão, lã, linho e seda. A história da legislação fabril inglesa de 1833 a 1864 caracteriza bem o espírito do capital. A lei de 1833 estabelece que, jornada normal de trabalho começa às 5½ da manhã e termina às 8½ da noite, e que é legal, dentro desses limites de um período de 15 horas, empregar menores, isto é, pessoas entre 13 e 18 anos, a qualquer hora do dia, desde que o menor empregado não trabalhe, durante um dia, mais de 12 horas, com exceção de casos expressamente previstos (2011, p. 321).

Marx é inequívoco ao afirmar a subordinação do trabalho ao capital na forma social burguesa. A “produção de mais-valia ou extração de trabalho excedente constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, quaisquer que sejam as modificações do próprio modo de produção, relacionadas com a subordinação do trabalho ao capital” (MARX, 2011, p. 341). O que interessa ao capital é produzir mais valia, é sua objetivação, seja qual for a alteração que ele venha a passar. Não há alternativas, portanto, para a classe

---

<sup>61</sup> Atual presidente Michel Temer (PMDB), chegou a presidência do Brasil após apoiar o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) por ser o primeiro na linha sucessória pela condição do cargo de vice-presidente que ocupava. O projeto de cassação do mandato de Dilma foi autorizado pelo então presidente da câmara federal, deputado Eduardo Cunha (PMDB), que teve seu mandato suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e preso em seguida pelas acusações de corrupção contra ele. Essas acusações estavam em paralelo como o processo de impedimento. Posteriormente casado pela própria “casa democrática”.

trabalhadora sem que passe pela transformação radial da sociedade por meio de uma revolução socialista.

Nessa forma social de organização e reprodução da vida humana, sempre mediada pelo processo de metabolismo do homem com a natureza, os atos humanos, as escolhas entre as alternativas postas para fazer as possibilidades tornarem-se uma realidade, tomaram o caminho de ao invés de contribuir para o desenvolvimento integral da formação humana, se apresentam como um obstáculo para o desenvolvimento cada vez mais ampliado e complexo das individualidades humanas.

Marx (2006) afirma que as necessidades da sociedade burguesa são incompatíveis com os interesses humanos. Como consequência dessa assimilação, o que está em jogo como o aumento da jornada de trabalho e o aumento da idade de aposentadoria – gerando um prolongamento na jornada de trabalho – é a necessidade de manutenção da vida do trabalhador x a necessidade de acúmulo de capital e, portanto, uma relação antagônica e irreconciliável entre TRABALHO X CAPITAL.

Estando desde já substituídas as escolas normais por escolas profissionais, ou mesmo expandindo o ensino técnico e profissional – tendência na atual conjuntura brasileira de ataques a educação pública com aplicações de plataformas educacionais pensadas por agentes financiadores como o Banco Mundial –, está o capitalista de certa forma, formando essa mão de obra – se possível com o menor valor –, visto que as outras irão rapidamente sucumbir por seu desgaste e, necessitarão ser substituídas<sup>62</sup>.

Se o prolongamento da jornada contra as leis naturais (o qual o capital, necessariamente, quer conseguir, em seu impulso desmentido para expandir seu valor) **encurta a vida do trabalhador e, com isso, a duração da força de trabalho, torna-se então necessária a mais rápida substituição dos elementos desgastados** (MARX, 2011, p. 307, **grifos nossos**).

Em síntese, a reprodução na sociabilidade do capital é regulada pelo processo de trabalho produtivo de capital. “A interação seria somente indicar que o intercâmbio econômico dos homens é regulado pelo tempo de trabalho socialmente necessário” (LUKÁCS, 2013, p. 168) e, portanto produtor de valor. Essa relação social aparece no capitalismo de forma alienada e fetichizada.

---

<sup>62</sup> Discurso de Ferrand na Câmara dos Comuns, de 27 de abril de 1863: “A indústria têxtil existe há 90 anos. (...) Durante três gerações da raça inglesa, consumiu ela nove gerações de trabalhadores.” In: O Capital livro I volume I de Karl Marx, 2011, p. 309.

Nessas condições, pensar uma Educação Física, na perspectiva ontológica é afirma a necessidade dos sujeitos fazerem-se vivos como condição primeira de sua existência, suprimindo suas necessidades e criando outras necessidades, cada vez mais complexas, que necessitam de relações teleológicas secundárias, ou seja, práxis entre homem e homem, para atendê-las.

#### 4 A PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA: A GÊNESE ONTOLÓGICA E SUA PARTICULARIDADE NA SOCIEDADE BURGUESA.

*“Portanto, se quisermos apreender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desde modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana”.*

(Georg Lukács)

Demostraremos nas laudas que seguem, a origem ontológica da Educação Física enquanto complexo que nasce com o trabalho, concomitantemente, é necessário no próprio ato do trabalho e, portanto, participa na formação do próprio homem. Nesse sentido, a Educação Física é um dos complexos sociais que acompanham o homem em sua reprodução social fazendo-se necessária em qualquer forma social de organização da vida. Debateremos nesse item do estudo a formação desse homem na sociedade capitalista e a contribuição do complexo da Educação Física para a (de)formação humana.

Contudo, iniciamos o item com uma passagem do teórico húngaro, em forma de epígrafe, em que fica claro o momento predominante da objetividade para apreender que nosso objeto de pesquisa possui relação com os demais elementos da totalidade social. Diz Lukács:

É com esse método que se deve empreender também ontologicamente a análise da estrutura interna do ser social. Isto é, **deve-se investigar que a categoria** ou então que o complexo de categorias **possui prioridade ontológica em relação às demais**, que a categoria pode existir sem as demais e, em contraposição, o ser de qual delas pressupõe ontologicamente o ser das demais (LUKÁCS, 2013, p. 194, **grifos nossos**).

Todas essas formulações e indagações se fazem necessárias para melhor compreendermos e rastreamos a gêneses do ser social, da Educação Física e, partindo das análises empíricas, ou seja, do movimento do real, para que possamos compreender não somente a aparência, mas a essência do nosso objeto de pesquisa. Nas palavras de Mello: “Isso nos permite apreender que não existe uma essência *a priori* dos homens, mas sim o fato

de essa essência ser sempre histórica, ou seja, construída cotidianamente pelos seres humanos” (2014, p. 52. itálicos da autora).

Destarte, é necessário ter clareza de tal afirmação, sobretudo por haver, predominantemente, uma naturalização da sociedade capitalista e de suas relações sociais pelos teóricos que se debruçam a estudá-la, entre eles os teóricos da Educação Física. Nesse sentido, é mister uma investigação da gênese ontológica da Educação Física com o objetivo de demonstrar as possibilidades históricas da emancipação humana.

[...] torna-se cada vez mais imprescindível para compreender e atuar na atual quadra histórica recuperar a ontologia materialista a apreender as questões a partir das relações sociais entre os homens reais, e não unilateralmente a partir das “ideias” e dos “discursos”. [...] Tarefa extremamente difícil, mas radicalmente necessária (MELLO, 2014, p. 56).

A recuperação da ontologia materialista, formulada por Marx e Engels e retomada por Lukács, não significa um confronto de ideias, e sim, uma necessidade histórica posta, de analisar objetivamente a prática social, se aproximando do movimento do real, para compreender o processo de desenvolvimento do ser social, suas teias de nexos, suas leis históricas e a Educação Física nesse conjunto.

Segundo Lukács:

O materialismo na ontologia significa não só que ela é purificada do turvamento povoado por categorias lógicas e gnosiológicas, mas também e sobretudo que ocorre a separação inequívoca de pontos de vista ontológicos e pontos de vista axiológicos. [...]. **Naturalmente a ontologia materialista também deve reconhecer níveis do ser, em conformidade com a essência da realidade, porém as características e os critérios de tal gradação devem ser extraídos, nesse caso, exclusivamente da caracterização do ser enquanto ser** (LUKÁCS, 2013, p. 190-1), **grifos nossos**).

Na análise com a perspectiva materialista da história, o objeto só pode ser compreendido exclusivamente do seu próprio ser, sendo reconhecido o próprio nível que esse ser se encontra na conformidade da totalidade social, ou seja, com a própria realidade. Isso quer dizer: entender qual o nível do ser e seu desenvolvimento que faça existir um ente sem que exista outro; entender a relação de dependência de uma esfera de ser que possui qualidades novas do ser que é seu fundamento de existência; entender que esse ente nunca fica pronto e acabado e, portanto, é sempre fruto de mediações históricas concretas onde seu desenvolvimento cria características específicas que passam a depender de si mesmo e suas conexões, e se desenvolve através dos inúmeros nexos causais cada vez mais autônomos.

Nas palavras de Lukács (2013, p. 191): “primeiramente, que se deve perguntar: qual nível do ser pode possuir um ser sem o outro e qual nível pressupõe – no plano ontológico – o ser do outro nível?”.

Nesse sentido, a análise parte da constatação que não há vida social sem que exista a reprodução biológica. O ser social fica incapacitado de desenvolver as características próprias desse ser, como esporte, música, arte, educação, a própria Educação Física, ou seja, não é capaz de produzir seu próprio ser, nem por um instante, sem a interação ininterrupta com o ser que é o fundamento de sua existência. Ou seja, só é possível afirmar que nesses dois âmbitos – ser natural e ser social – só pode se tratar de uma remodelagem dos fatores de um ser de nível abaixo do ser, jamais de seu desaparecimento. Nesse sentido, o “ser da esfera de vida está baseado na natureza inorgânica de modo tão irrevogável quanto o ser social o está no conjunto do ser natural” (LUKÁCS, 2013, p. 172).

Para Lukács deve-se rejeitar qualquer semelhança entre as esferas do ser biológico e a esfera do ser natural que se refira a sua essência. Fato comum em documentários da vida animal, em que os repórteres tratam a análise do animal com características puramente humanas, como felicidade e crueldade. O contrário também se aplica ao tratar da violência humana. O homem que cruelmente estupra e mata uma criança é caracterizado como animal, sendo que as ações do leão que morde o pescoço de um veado não têm nada de cruel, são ações que tem como ponto de origem a sua necessidade natural da alimentação frente a uma cadeia alimentar e de reprodução biológica na qual está inserido e é ontologicamente determinado. O motivo decisivo dessa qualitativa diferença para Lukács é que: “o trabalho, o por teleológico que produz, a decisão alternativa que necessariamente o precede consiste de forças motrizes reais que determinam a estrutura categorial, que não têm qualquer semelhança com os motores da realidade natural” (LUKÁCS, 2013, p. 172).

Lukács afirma que:

Em segundo lugar, numa investigação puramente ontológica como esta, a dependência de uma esfera do ser em relação a outra está baseada no fato de que, na esfera dependente, aparecem categorias qualitativamente novas perante a esfera que lhe serve de fundamento. Essas categorias jamais conseguirão suprimir totalmente aquelas que predominam na base do seu ser (2013, p. 191).

Indubitavelmente a esfera do ser social possui categorias ou complexos categoriais qualitativamente superiores aos da esfera biológica. Isto é, o ser social, com a contribuição do complexo de transição e responsável pelo salto, elabora novas necessidades e possibilidades cada vez mais sociais e, por isso distante das barreiras meramente biológicas.

Para Lukács, desses dois primeiros apontamentos decorre um terceiro. Nas palavras do autor:

[...] a explicitação da peculiaridade categorial de uma esfera dependente nunca fica pronta e completa de uma só vez, mas constitui, ela própria, o resultado de um processo histórico, no qual a constante reprodução da nova forma do ser produz as categorias, as leis etc. especificamente características dela, de modo cada vez mais desenvolvido, autossuficiente – relativamente –, dependente só de si mesma em suas conexões (2013, p. 191-2).

A Educação Física, como um desses complexos históricos, necessariamente, estabelece relações com os demais complexos da vida social influenciando uns aos outros, assim como, ao próprio fundamento fundante. Ao passo do desenvolvimento histórico, é possível perceber as tendências e leis próprias desses complexos. Contudo, a percepção dessas tendências é sempre de forma aproximativa, sobretudo porque a dinâmica própria do objeto só pode ser conhecida *post festum*, visto que:

Em cada etapa singular, na transição para outra, só o que se consegue constatar são os nexos causais e interações que consistem nesses nexos. Até mesmo no âmbito do ser social, onde o caráter teleológico dos pores singulares efetuados pelos homens está indubitavelmente estabelecido, os seus efeitos posteriores, a ação conjunta de muitos desses pores singulares e suas interações reais possuem sempre um caráter puramente casual. De fato, a essência desses pores teleológicos consiste, como vimos ao tratar do trabalho, justamente em pôr em movimento cadeias causais, cujas consequências – causalmente determinadas – de muitas formas vão além do que está contido no próprio pôr teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 192).

Com isso, não se trata de colocar a categoria do trabalho como a principal categoria do ser social, se trata de identificar que o trabalho possui prioridade ontológica as demais categorias, que por sua vez desenvolvem-se sempre com autonomia e dependência ontológica ao complexo fundante<sup>63</sup>.

Nesse sentido, compreender a categoria do trabalho é de suma importância e, por conseguinte, possui uma centralidade nos estudos. Portanto, o trabalho, permeará todas as análises de compreensão da Educação Física.

---

<sup>63</sup> Muitos autores, ex-marxista, se é que um dia foram marxistas, como é o caso de Valter Bracht na Educação Física, afirmam que a centralidade está na política, no discurso, etc., com argumentos de que o trabalho não é mais categoria chave para compreender os diferentes fenômenos sociais. Contra essas argumentações no campo da Educação, Edna Bertodo no livro, fruto de sua tese de doutoramento, intitulado: Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho a centralidade da política (2015), publicado pelo Instituto Lukács, volta a reafirmar a centralidade da objetividade em relação a subjetividade, enquanto momento predominante nas relações sociais e combatendo essa ideia do trabalho enquanto categoria ultrapassada, além de descer críticas a compreensões de educação na qual a autora afirma que vem se descolando a centralidade da esfera do trabalho para esfera da política, por uma ausência de uma abordagem marxiano-ontológica.

#### 4.1 A GÊNESE ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A NECESSIDADE CORPÓREA NO ATO DO TRABALHO

Segundo Herold Junior (2003), o trabalho é ponto de partida e chegada de qualquer análise da Educação Física, desde as que se preocupam com a formação do físico da força de trabalho, teorias criticadas nas décadas de 80 e 90, até a chegada das teorias que enxergam no lazer e, portanto, fora do trabalho, o lócus de atuação dos professores de Educação Física. Diz o autor: “[...] no interior das atuais transformações do capitalismo pautadas nas investidas do trabalho morto (materializado na máquina) contra o trabalho vivo, o trabalho possui caráter ontológico definidor da sociedade” (HEROLD JUNIOR, 2003, p. 85).

A categoria trabalho, portanto, aparece como central para nossa análise. Segundo Herold Junior (2008), a construção analítica de Marx, colocando o trabalho na centralidade das análises, possibilita que os debates acerca da formação da corporeidade e de seus desdobramentos encontrem condições para que suas inquietações caminhem para resultados calcados pela teoria social do Materialismo Histórico.

Retornaremos à categoria fundante do ser social. Já sabemos que o trabalho é a categoria chave para compreender o processo de desenvolvimento e reprodução humana por ser a categoria única com caráter intermediário. Segundo Santos e Costa “[...] o trabalho, no seu sentido ontológico, é a única categoria que realiza a mediação dos seres humanos com a natureza, a única que possui um caráter intermediário. Todas as outras categorias sociais já pressupõem essa relação estabelecida” (2012, p. 91).

Nas palavras de Márkus:

O trabalho é antes de tudo, uma atividade que não visa diretamente, mas somente através de mediações, à satisfação de necessidades. O trabalho torna seus objetos apropriados para uso humano, transformando-os com ajuda de outros objetos enquanto instrumentos – dados pela natureza ou (normalmente) pelo próprio homem (2015, p. 27).

O ato do trabalho só pode existir mediante uma necessidade concreta, “o homem interpões entre si e o potencial objeto de sua necessidade, e que serve como condutor e transformador de sua atividade” (MÁRKUS, 2015, p. 28). Digamos que essa necessidade seja a fome. O homem primitivo necessitava atender essa sua necessidade imediata, e para isso deveria responder a uma pergunta: como vou atender essa minha necessidade concreta? Um

campo de possibilidades e alternativas era posto até a resposta de construção de um instrumento que fosse usado para caçar um animal. Nesse momento, o homem teria que desenhar essa sua ideia inicial, seu projeto na mente e ter um conhecimento prévio sobre os materiais que iria utilizar – gênese da ciência. Ao final desse processo o homem construía esse objeto, por exemplo, uma lança, que serviria para atender a sua necessidade de fome.

O trabalho, portanto é um ato teleológico posto. A teleologia – prévia ideação – que o homem teve da ferramenta lança, só pode existir enquanto objetivação por ser teleologia posta. Parece até algo idiota de se falar, mas é necessário, só dá para saber que a lança existe objetivamente, porque foi objetiva, foi construída, só dá para dizer que ela existe, porque ela existe, possuindo as objetivações do trabalho um caráter *post festum*. A mediação do homem com a natureza e sua causalidade data – natureza – ou posta – natureza transformada – resultou em uma objetivação.

Nesse sentido, o trabalho é o fundamento ontológico da existência do ser social. Costa (2009) afirma que:

O trabalho é o fundamento ontológico do ser social, sendo a matriz das objetivações pelas quais o mundo dos homens se realiza concretamente. É através do trabalho (mediação necessária entre homens e natureza) que o homem se destaca da esfera natural e instaura um plano ontológico que se caracteriza por níveis crescentes de socialização (p. 125).

Durante esse processo, a consciência agiu sobre a única matéria que ela tem sob o seu controle, o corpo. Só existe consciência humana porque existe esse corpo possuidor de necessidades biológicas para formar a consciência, ao mesmo tempo em que ele esta sob o controle da própria consciência.

No ato do trabalho, de produção de uma necessidade e, portanto na produção de valores de uso, os homens necessitam do controle das capacidades físicas e espirituais e, portanto do corpo. Controle consciente sobre os braços, pernas, músculos, ou seja, seu próprio corpo. O corpo, portanto, é a própria expressão da vida humana, é com o corpo que o homem interage com a natureza e esse corpo só pode existir sob o controle da consciência. Corpo e consciência são uma totalidade indissociável da vida humana singular. Um corpo sem consciência é meramente um pedaço de carne, ao mesmo tempo em que não existe consciência sem que exista um corpo para estar ao seu controle.

Todo trabalho é, de um lado, **dispêndio de força humana de trabalho** [dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, braços, pernas, mãos], no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das

mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho [dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, braços, pernas, mãos], sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2011, p. 68, **grifos nossos**).

A produção da vida humana somente é possível com uma ação ativa da força de trabalho em um eterno processo de mediação com a natureza. A força de trabalho é a capacidade corpórea do trabalhador no momento do ato do trabalho, o que demonstra em Marx, a necessidade desse corpo no processo de reprodução da sociedade, seja ela qual for.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (MARX, 2011, p. 197, **grifos nossos**).

O homem ao se constituir como ser social, já constrói ferramentas como, por exemplo, arco e flecha, lanças. Ferramentas necessárias na mediação do intercâmbio metabólico entre homem x natureza. Ao fim do processo de trabalho o ser social já correu, já saltou, já caminhou, já trepou, ou seja, o controle corporal está se constituindo no processo de trabalho, contribuindo para a formação integral do ser social.

Esses movimentos naturais vão sendo, a cada tempo, aprimorados e ensinados para as demais gerações. O que parecem até movimentos inconscientes ou automáticos que o ser social realiza no trabalho, não são outra coisa senão movimentos condicionados. Um goleiro que salva um chute a “queima roupa”, o saltinho de Romário para escapar da bola chutada por Branco<sup>64</sup>, a tentativa de pegar um objeto que cai no chão. Esses movimentos corporais são necessariamente apreendidos pela transformação dos movimentos de origem consciente em reflexos condicionados<sup>65</sup>.

Segundo Lukács (s/d, p. 45):

Uma vez que as experiências de trabalho acumuladas se tenham fixado, outras novas experiências podem substituí-las por atos novos, igualmente fixo e revogáveis. A acumulação das experiências do trabalho possui, portanto, um duplo caminho de eliminação e conservação dos movimentos habituais, os quais, porém, mesmo

---

<sup>64</sup> No ano de 1994, durante partida disputada entre Brasil e Holanda, válida pela Copa do Mundo de Futebol, o jogador da seleção brasileira Branco chuta com a perna canhota uma cobrança de falta direcionada ao gol do adversário, com muitos jogadores pela frente e, providencialmente, Romário, o craque daquela edição da copa, executa um saltinho para escapar na bola que bateria nele e provavelmente, a bola não balançaria a rede. Resultado desse saltinho foi um lindo gol e que deu a vitória para o Brasil que posteriormente venceria a Itália em cobrança de pênaltis e se sagraria pela quarta vez, campeã mundial de futebol.

<sup>65</sup> De modo algum, essa análise nega que exista movimentos corporais de reflexos, como, por exemplo, tirar o pé do chão ao pisar em um prego. Movimentos que são controlados pelo arco reflexo simples, com função de proteção biológica do corpo. Fato que só afirma que o ser social tem como base o ser natural e biológico.

depois de fixados como reflexos condicionados, sempre guardam em si a origem de um pôr que estabelece uma distância, que determina os fins e os meios, que controla e corrige a execução.

O marxista húngaro, afirma que mesmo na atividade da caça, os movimentos realizados pelo trabalhador são condicionados por essa transformação de movimentos com origem consciente para reflexos condicionados. O autor argumenta que mesmo diante de um perigo iminente, e de seu medo de um animal feroz, o caçador continua **postado em posição apropriada para realizar os movimentos necessários daquela atividade a fim de atingir sua finalidade**. Nas palavras do autor: “na caça, por exemplo, pode ser tomado pelo medo, no entanto permanecerá no seu posto e lutara com animais fortes e perigosos” (LUKÁCS, s/d, p. 45). E ainda:

É evidente que, deste modo, entram na vida humana tipos de comportamentos que se tornam por excelência decisivos para o ser-homem do homem. É reconhecido universalmente que o domínio do homem sobre os próprios instintos, afetos, etc, constituiu o problema fundamental de qualquer educação moral, desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética (LUKÁCS, s/d, p. 45).

Nesse sentido, o homem só trabalha e, por conseguinte constrói sua existência, por ter a si próprio sob seu controle, ou seja, a consciência humana tem sob seu controle o corpo humano, formando uma unidade indissociável capaz de produzir valores de uso de qualquer natureza e estando presente no momento gênese do ser social, a saber: o salto ontológico.

Sobre essas constatações, consideramos que o germe ou ainda a própria gênese da Educação Física aparece nessa relação ontológica de criação do novo mediante o controle corporal.

Segundo Lúkacs:

O homem foi definido, várias vezes, como o animal que fabrica ferramentas. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos **implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo**. Esse também é um momento do salto [...] da saída do homem da existência, meramente animal. [...] **o Homem realiza o autodomínio sobre si mesmo como premissa necessária para realizar os próprios fins que se impôs no trabalho. Também sob esse aspecto o trabalho se revela como instrumento da autocriação do homem como homem**. [...] Com a sua auto-realização que, naturalmente, também pode significar nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, o Homem ingressa num novo ser, por ele mesmo fundado: o ser social (LUKÁCS, s/d, p. 46, **grifos nossos**).

Na esteira do filósofo húngaro, ao afirmar a necessidade do controle do homem sobre si, o complexo da Educação Física surge pelo impulso do trabalho e concomitante a ele, assim como a linguagem e o pensamento conceitual, ao tempo que para a realização da transformação metabólica da natureza só pode ser cumprida pela simultaneidade com essas da transformação das capacidades, possibilidades e potencialidades relativas a linguagem, pensamento conceitual e o controle corporal.

[...] uma vez que a consumação do processo de trabalho põe ao sujeito que o executa exigências que só podem ser cumpridas simultaneamente através da transformação das capacidades e possibilidades psicofísicas relativas à linguagem e ao pensamento conceitual [...]. Enquanto que estas disposições não poderiam ser concebidas ontologicamente em si mesmas, por um lado, sem as exigências laborais precedentes, nem, por outro, enquanto condições que originam o processo de trabalho. É por natureza que, uma vez que as necessidades do trabalho tenham impulsionado o surgimento da linguagem e do pensamento conceitual a evolução destes têm que mostrar uma interrelação ininterrupta e ineliminável e o fato de que o trabalho continue aqui a ser o momento predominante não só não anula a permanência de tais interações, como, ao contrário, as reforça e as intensifica (LUKÁCS, s/d, p. 49).

A gênese ontológica da Educação Física é, portanto, inteiramente ligada ao salto ontológico – passagem do ser da esfera orgânica e determinado pela reprodução biológica para o ser da esfera social, produto e produtor das relações sociais e, portanto, produtor e produto da história.

Na análise marxiana, ao tratar o corpo, verifica-se as potencialidades e sua íntima relação com o processo de produção da vida com a práxis do trabalho. Com essa atividade vital, o homem atende suas necessidades pela produção de valores de uso e pode atender também as necessidades da sociedade classista na sua forma burguesa, pelo ato do trabalho assalariado. Em ambos os casos o corpo, ou seja, as potencialidades físicas e espirituais do ser humano, necessita estar em movimento na transformação da natureza.

Mesmo os gregos e suas preocupações em formação de corpos esteticamente formados e saudáveis com a prática da ginástica – arte de exercitar o corpo nu – na formação de corpos saudáveis para os cidadãos gregos, é somente com a fundação do Materialismo Histórico que o corpo aparece entre os pontos chave para reflexão nas concepções de homem e de mundo. Pois foi Marx que forneceu pela primeira vez na história uma análise do homem enquanto ser genérico e social, produto e produtor de sua própria história, e o faz mediante o movimento de suas capacidades corporais em uma ação ativa e consciente no metabolismo com a natureza.

Sendo o trabalho constitutivo de teleologia e causalidade, a humanização do homem e a formação de sua corporeidade desenvolvem-se com processos conscientes do trabalho, sempre relacionados às causalidades da natureza. Nas palavras de Herold Junior (2009) é “um processo em que o intencional do trabalho esteve relacionado ao acaso dos processos evolutivos naturais, sendo ao mesmo tempo, possibilitado por eles” (p. 201).

A formação da corporeidade, nesse sentido, é ao mesmo tempo, um longo processo de adaptação biológica, e com a mediação do trabalho, uma reprodução social constitutiva de saltos ontológicos qualitativamente superiores ao da esfera superada. A esse respeito, Lukács afirma que:

O salto acontece logo que a nova constituição do ser se realiza efetivamente, em atos extremamente primários, singulares. Mas **é necessário uma evolução extremamente longa**, em geral contraditória e irregular, até que as novas categorias do ser cheguem a tal nível, extensivo e intensivo, que permita ao novo grau do ser constituir-se como algo formado e fundado em si mesmo (LUKÁCS, s/d, p. 50, **grifos nossos**).

Engels (1986), no texto intitulado O papel do trabalho na transformação do macaco em homem, defende a centralidade do processo de trabalho na hominização do homem, mediante as necessidades postas e confirmando a necessidade de um longo processo de adaptação e evolução biológica, ou seja, na esfera orgânica. Ao passo que a configuração do corpo muda e contribui para a realização do salto, concomitantemente, a mudança do corpo acontece pelo ato do trabalho. Engels exemplifica o processo de mutação da mão. “[...] a mão estava livre e, daí por diante, podia evoluir em destrezas e habilidades, qualidades que iriam se transmitir por hereditariedade e aumentar a cada geração” (p.21).

E ainda:

[...] a mão não é apenas um órgão de trabalho, é também produto dele. Foi graças ao trabalho, numa fase de adaptação a novas funções e à transmissão hereditária destes aperfeiçoamentos adquiridos aos músculos e ligamentos, e mais lentamente também aos ossos; devido ao emprego sempre mais amplo, variado e complexo destas habilidades é que a mão do homem pode alcançar tal perfeição a ponto de realizar, como que por magia, os quadros de um Rafael, as estátuas de Thorwaldsen e a música de Paganini (ENGELS, 1986, p. 21-2).

À luz das contribuições marxianas, Herold Junior (2008), afirma que o trabalho oferece as bases sobre as quais o relacionamento entre a natureza e a sociedade é efetivado, sendo que nesse convívio são construídas as capacidades humanas ligadas à corporeidade da força de trabalho.

Nesse sentido, compreendemos que o processo produtivo, no seu sentido mais amplo, aparece concebido pelo pensamento e executado pela mão em um processo de unidade indissociável.

Esses elementos corporais não pressupõem uma dicotomia entre corpo e consciência, porém, nas perspectivas que não se baseiam nos pressupostos históricos do ato fundante do ser social, o corpo é entendido enquanto gastos energéticos e responsáveis por movimentos motores, enquanto o trabalho é visto como uma tomada de decisão e, por conseguinte, esses equívocos geram dicotomias separando o corpo da consciência.

#### **4.1.1 A relação corpo e consciência**

Para Mello (2014), o processo de desenvolvimento e distanciamento do sujeito e do objeto é um processo unitário e contraditório, gera aparentes dicotomias que só é possível mediante uma autonomia da consciência em relação ao corpo. Esse processo gera uma falsa percepção, eliminando a contradição e criando uma falsa dualidade.

No processo de inter-relação, ao surgir o distanciamento entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e seu conceito, é que se constrói a consciência. Ela é um desdobramento do distanciamento entre sujeito e objeto ocorrido no salto ontológico a partir do trabalho (MELLO, 2014, p. 69).

“A consciência humana esta indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo” (MELLO, 2014, p. 70).

Esse domínio da consciência sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar do trabalho mais primitivo, e por isso não pode deixar de marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma atitude qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea em relação à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho (LUKÁCS, s/d, p. 49).

É a reprodução biológica do ser social, manutenção do corpo vivo, que torna possível a existência de uma consciência. Somente os homens, a partir do seu salto ontológico, possuem consciência ativa e produto de suas relações de produção e não meramente pela reprodução biológica, pois essa reprodução os animais também o fazem, mas, pela transformação consciente da natureza para suprir suas necessidades. Tais assertivas de Mello (2014), Lukács (2013) e Lukács (s/d) vão de encontro com as formulações de Marx.

O ato do pensar necessita de substâncias externas ao nosso corpo, necessita atender as necessidades fisiológicas e necessita do desenvolvimento biológico que torne-se a base que possibilite o salto. O ato de pensar pressupõe múltiplas sinapses realizadas pelos neurônios, múltiplas comunicações celulares, processos metabólicos do funcionamento da nossa base biológica. Para o funcionamento dessa base, são necessários elementos que não são produzidos pelo nosso organismo e necessitamos buscar os mesmos na natureza. O ato de pensar, portanto, pressupõem inúmeras sinapses controladas pelos sistemas do no corpo – nervoso central e demais sistemas do nosso corpo – que, por sua vez, têm relações diretas com alimentação e ingestão de proteínas, carboidratos, lipídios, e com outras necessidades postas pela natureza que são apropriadas pela relação metabólica do homem com a natureza.

O ser social não existe porque pensa, pelo contrário, o ser social pensa porque existe, ou seja, a prioridade ontológica na existência desse ser é a própria condição material da sua existência que por consequência formará a consciência. Nesse sentido, a consciência não funda o ser social, é fundada por ele ao passo que o ser social só pode existir com uma tomada de decisão, o que nos coloca em uma relação dialética de corpo e consciência em que não é primordial sabermos quem existe primeiro numa ordem cronológica, mas sim quem possui prioridade ontológica nessa relação.

O afastamento das barreiras naturais, condições de subsistência biológicas e fisiológicas, são inelimináveis. As condições fisiológicas do ser biológico são as condições concretas para existência do ser social. Nesse sentido a consciência humana pressupõe indivíduos vivos e, portanto, uma produção social produto do intercâmbio entre os homens<sup>66</sup>. O ser social que não desenvolver as necessidades biológicas do seu corpo estará tardado a sucumbir. Não existe consciência morta, só existe consciência se existir corpo<sup>67</sup>. Na medida em que o gênero humano reproduz sua existência biológica, reproduz também sua consciência. Na medida em que só é possível uma consciência em corpos vivos, para manterem-se nessa situação – vivos –, esses corpos necessitam da consciência, para com prévias ideações postas, objetivar os processos de transformação da natureza e de sua própria natureza humana, atendendo suas necessidades mediatas ou imediatas.

---

<sup>66</sup> Marx e Engels (2007, p. 34-5) afirmam que: “A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens.

<sup>67</sup> É preciso dizer que, do ponto de vista ontológico, é possível a existência de um corpo sem consciência quando, por exemplo, por causa de uma doença, esta deixa de funcionar, ao passo que uma consciência sem base biológica não pode existir. Isto não contradiz o papel autônomo, dirigente e planificador da consciência nas suas relações como o corpo, pelo contrario, é o seu fundamento ontológico (LUKÁCS, s/d, p. 50).

O trabalho modifica, por sua própria natureza, também a natureza do homem que o realiza. A linha através da qual se efetiva este processo de mudança é dada pela posição teleológica e pela sua realização prática (...) o ponto central do processo de transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. Não somente o objetivo existe na consciência antes de realiza-se praticamente, como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e controlar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível (LUKÁCS, s/d, p. 49).

Os atos teleológicos postos pela ação do trabalho resultam em objetivações que tendem a uma universalização. Nesse movimento, a consciência ativa humana está possibilitada de enriquecer com a apropriação das objetivações humanas, colocando o ser social em outro patamar de sociabilidade na qual o trabalho – reino da necessidade – exista como fundamento da existência social e meio para o tempo livre – reino da liberdade. Essa consciência possibilita a continuidade do processo de reprodução do ser social, visto que o pôr teleológico não é um ato meramente objetivo, ele é um ato mediato pela subjetividade, pelas escolhas entre alternativas realizadas pelo sujeito e que não pode ser encontrado nas outras esferas do ser – inorgânico e orgânico.

[...] a continuidade do mundo dos homens é capaz de uma riqueza de possibilidades bem maior do que as outras esferas do ser – orgânica e inorgânica –, com a produção de valores e a esfera da liberdade. E não há nada de fortuito nessas possibilidades. Ela tem como solo genético a capacidade da consciência como médium da continuidade do ser social, de influir sobre a própria continuidade trazendo resultados expressivos, isso, é claro, dentro das coordenadas históricas do ser-precisamente-assim (COSTA, 2009, p. 129-30).

Para Mello (2014), a consciência torna-se portadora das posições teleológicas da práxis e essencialmente ativa. Processo que faz com que nasça no homem a ideia equivocada de que a consciência domina o corpo, domina o homem.

Nessas condições, a consciência está entrelaçada com a materialidade do corpo, não existe consciência sem reprodução biológica. Nesse sentido, em nada interferem transformações na consciência, maiores como forem, na sua necessidade ontológica com o processo vital de manutenção do corpo, ou seja, os homens necessitarão estarem vivos.

Para Herold Junior (2007), ao analisar o trabalho na área da Educação Física, fica evidente o entendimento da relação entre corpo e trabalho baseada na dicotomia entre corpo e mente. Para o autor, essa forma equivocada de compreender a relação corpo e trabalho viabiliza a perda da centralidade do trabalho.

Nessas análises, o corpo é entendido enquanto gastos energéticos e movimentos motores, enquanto o trabalho é o processo de tomada de decisão e, portanto, essas análises rasteiras acerca da relação corpo e trabalho criam essa dicotomia entre corpo e mente.

Nenhum processo de trabalho ou atividade humana feita por uma tomada de decisão é desprovida de corporeidade. Exceto o Dr. Pretorius<sup>68</sup>, que ao desenvolver sua atividade motora, retira seu encéfalo durante ela, ou simplesmente desliga os neurônios receptores, cancelando assim as sinapses, ao mesmo tempo em que seu corpo sai para dar uma caminhada e sua cabeça permanece no laboratório planejando e arquitetando maldades.

A ação corporal só existe enquanto uma unidade indissociável com a consciência. Para que exista uma consciência, é necessário que exista um corpo. A consciência só interage com o mundo porque tem sob seu controle o corpo e é sob esse processo que ela é formada. Nesse processo dialético, a consciência controla o corpo, ao mesmo tempo em que só existe porque esse corpo se relaciona com a natureza e forma a própria consciência. O corpo e as ações corporais possuem prioridade ontológica sobre a consciência, e só pode existir por fruto de um ato de planejamento realizado pelo telos.

Para Mello (2014), desdobramentos no entendimento equivocado da consciência produzem uma dicotomia entre corpo e consciência, em que a segunda subordina a primeira.

A determinação equivocada da consciência subordinando o corpo, se desdobra em conclusões de educação necessárias para o “corpo”, se cria a necessidade de profissionais para educar esse “corpo”. Na Educação Física essa separação entre corpo e mente/consciência, acaba por legitimar a divisão da formação em Educação Física e, tendo como consequência a criação do “Educador Físico” que tem como funções básicas a educação e o cuidado do corpo. Não cabem a esse profissional, verificar os motivos dos desgastes do corpo, as questões subjetivas de cada indivíduo. Interessa a esse profissional a manutenção do corpo dos indivíduos singulares, mediada por determinações de organizações da saúde e padrões estéticos em vigor gerando um *boom* das academias.

Justifica-se na Educação Física, com essa cisão entre corpo e mente, a inclusão da Educação Física na área da saúde, e uma formação muito forte pautada em disciplinas biológicas. Cabe ressaltarmos que a problemática não é que a Educação Física não deva se preocupar com a saúde do corpo, pelo contrário, a Educação Física deve se preocupar com o

---

<sup>68</sup> Dr. Predorius é um personagem do desenho O Máskara. Ele é o arqui-inimigo do personagem Máskara. É um ciborgue que pode separar a sua cabeça do seu corpo. Enquanto sua cabeça fica em seu laboratório formulando estratégias para vencer o Máskara, seu corpo torna-se um capanga, um operador de máquina, entre outras atividades.

corpo saudável do indivíduo singular, na medida em que entende a totalidade desse corpo. O corpo que dança Zumba para perder calorias, que nada, joga, corre, pedala, caminha, é o mesmo corpo que pensa, e que pensa porque a sua consciência é formada pelas relações concretas e objetivas do processo de trabalho que necessitaram essas atividades corporais. Existo, logo penso. Ou seja, só penso existindo que é tão verdade como afirmar que só existo pensando. E pensa ao mesmo tempo que nada, joga, corre, pedala, caminha. Essas atividades, o faz porque tem consciência que faz, na medida em que se tem consciência é porque esse corpo está vivo. Esse corpo só está vivo, porque sua atividade vital é uma escolha consciente.

Para Mello (2014), é a relação do caráter insuprimível entre uma unidade da consciência e do corpo. Relação entre diferentes que só podem ser compreendidos na sua totalidade, ou seja, como uma unidade indissociável. Nas palavras de Marx:

Embora se revele como indivíduo particular, e é exatamente esta peculiaridade que dele faz um indivíduo e um ser comunal individual, o homem é igualmente a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade como pensada e sentida. Ele existe ainda na realidade como intuição e espírito real da existência social, como uma totalidade da manifestação humana da vida (MARX, 2006, p. 141).

Nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que o trabalho funda as bases nas quais a relação entre sociedade e natureza é ativa, sendo nesse convívio formadas as capacidades humanas ligadas à corporeidade. Nesse ínterim, o processo produtivo, no seu sentido mais amplo, aparece concebido pelo pensamento (consciência) e executado pela mão (corpo). Portanto, fica clara a indissociável unidade entre corpo e mente, caminhando para uma compreensão de corpo distinto e qualitativamente superior às compreensões de corpo desvinculadas com a prática social e concreta das relações sociais de reprodução social. Nas palavras de Marx: “Indubitavelmente, o pensamento e o ser são diversos, mas formam ao mesmo tempo uma unidade” (MARX, 2006, p. 141).

Nas condições concretas e históricas do presente momento, um recuo dos processos revolucionários e os avanços contra-revolucionários, conservadores e reacionários é um momento delicado para a classe trabalhadora, frente às ideias e crenças de impotência diante do mundo, de impossibilidades de mudança, a dicotomia da unidade corpo/consciência é muito presente na Educação Física. Quando mais se busca a legitimação da Educação Física frente às outras formações, mais se cai nesse beco sem saída da dicotomia, tratando o corpo ora como instrumento da consciência, ora tratando ele como independente a ela, tornando o corpo a própria subjetividade.

## 4.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO UM DOS COMPLEXOS DO SER SOCIAL NA ESPECIFICIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

*“O ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta; a sua substancia enquanto ser é por essência uma substancia que se modifica ininterruptamente, considerando justamente em que a mudança incessante produz de maneira sempre renovada e em constante intensificação quantitativamente e qualitativamente os traços especificamente substancias do ser social. Como ser social surgiu da natureza orgânica, ele forçadamente preserva as características ontológicas da sua origem”.*  
(Georg Lukács)

Para Mello (2014), a Educação Física tem sua construção efetiva no processo de desenvolvimento do ser humano e o acompanha mediante as transformações ocorridas nesse processo. Inicialmente como atividades físicas ou corporais que possuíam outro sentido e significado dos da atualidade.

É de suma importância reafirmar que a Educação Física é um processo de construção histórica sob situações e circunstâncias históricas e concretas. Portanto, não é natural. A Educação Física na sociedade capitalista, tal como conhecemos hoje, é fruto do desenvolvimento e transformações dessa forma de organização social, uma construção histórica e não natural, assim como o próprio capitalismo.

O trabalho, categoria ineliminável de qualquer forma social e agente ativo nas transformações sociais, impulsionando no ser social a criação do novo, construindo as possibilidades de produção para além das necessidades imediatas da sobrevivência do ser social. Porém, o ser social não se resume ao trabalho, pelo contrário, ele é a síntese entre a teleologia e a causalidade que origina uma totalidade de práxis humanas e complexos sociais que vão além do trabalho fundante necessário.

A totalidade dos complexos sociais, portanto, não existe separada do momento de reprodução social. Nesse sentido, por serem frutos das objetivações do complexo do trabalho e da causalidade posta para serem apreendidas, possuem autonomia relativa frente ao complexo fundante e à totalidade social.

Em conformidade com Lukács (2013), afirmamos que o mais primitivo dos homens representa sempre um complexo de complexos que estabelece inúmeras relações entre si e com a totalidade social. Mesmo desenvolvendo de forma relativamente autônoma, a

totalidade social sempre será momento predominante. Nas palavras do revolucionário húngaro:

Até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexo, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações (LUKÁCS, 2013, p. 162, grifos nossos).

Se Lukács estiver certo, esse é o motivo pelo qual os complexos são determinados, em última instância, pela totalidade social. Os complexos sociais só existem nessa relação ininterrupta com os demais complexos parciais e articulados sempre com o complexo total. A totalidade, portanto, é sempre maior do que a soma entre as partes.

Na sociedade burguesa, por exemplo, o fundamento originário é o trabalho alienado o que torna os demais complexos também alienados, contudo, não mecanicamente, mas numa relação ontológica de prioridade ontológica do complexo fundado ao complexo fundante. O complexo da Educação Física só desenvolve a si mesmo de forma autônoma, ao mesmo tempo em que só pode existir com suas relações com os demais complexos e de forma dependente ontologicamente ao complexo fundante. Fato que nos leva a concluir que mesmo a mais nobre das ações pedagógicas na Educação Física, como a proposta do Coletivo de Autores, por exemplo, estará limitada ontologicamente ao seu complexo fundante e só poderá existir nessa teia de relações entre os complexos.

Segundo Lukács:

[...] o fato ontológico de que todas as ações, relações etc. – por mais simples que pareçam a primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo ao qual pertencem. Nem é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo (LUKÁCS, 2013, p. 161-1, grifos nossos).

Nesse sentido, compreendemos a Educação Física como um dos complexos que acompanham todo o desenvolvimento do ser social. A reprodução biológica (física) é a base da reprodução do ser social. Mas, segundo Mello (2014), é preciso deixar claro que essa posição nada tem a ver com as vertentes teóricas de caráter biologicista, pois se trata aqui de

uma compreensão de homem que é dotado de uma ineliminável base biológica, contudo seus atos e ações são sempre sociais.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meios dela, sua relação dada com o restante da natureza (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Os afastamentos das barreiras naturais, portanto, são determinações sociais e não biológicas. Na medida em que vão se complexificando as relações sociais, as determinações biológicas também se tornam diferentes, ou seja, o desenvolvimento do ser social e por conseguinte, a complexibilização dos complexos sociais e das transformações nas relações de produção, alteram as formas como os homens saciam suas necessidades biológicas (e também sociais). A fome a ser saciada como condição biológica de existência do ser social será sempre a fome a ser saciada. Entretanto, a forma de comer com garfo e faca, sentar a mesa, modos de alimentação para satisfazer a fome do indivíduo singular, são diferentes da fome que se satisfaz devorando carne crua e comendo com as mãos.

É fato inevitável a reprodução biológica de cada ser humano enquanto ser vivo, e aqui tornaremos a citar Marx: “a fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida comida com garfo e faca, é uma fome diferente daquela que devora carne crua, com auxílio das mãos, unhas, e dentes”. Aqui é enunciada com clareza a dupla determinação: o caráter insuprimivelmente biológico da fome e da satisfação, e, ao mesmo tempo, o fato de que todas as formas concretas dessa última são funções do desenvolvimento econômico-social. Porém, seríamos superficiais e não iríamos além dos aspectos externos se entendêssemos a fome biológica como supra-histórica e a forma social da sua satisfação como “superestrutura” variável que a deixa imutável. Deixando completamente de lado a questão que a passagem dos homens à alimentação carnívora não pode senão ser provocada também consequências biológicas, permanece o fato de que a regulamentação social da posse da comida tem, indubitavelmente, efeitos biológicos (LUKÁCS, s/d, p. 14).

As necessidades de se manter vivo são inelimináveis, porém, o homem que corre para caçar a sua alimentação, que nada para atravessar um rio ou para pescar e que trepa para fugir de grandes animais é diferente do homem que caminha empurrando um carrinho no supermercado, que nada por lazer ou esporte, que corre para pegar um transporte público lotado e que trepa para trocar uma telha em cima de uma casa.

De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao se reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de

realização de um gênero humano não mais mudo e, desde modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral (cada vez mais social) (LUKÁCS, 2013, p. 178, grifos nossos).

O esporte, complexo autônomo intimamente ligado à Educação Física, é um complexo essencialmente social. Ao pensarmos no atletismo, por exemplo, podemos identificar suas categorias próprias nos elementos corporais como o correr, o saltar e o lançar que em um primeiro estágio do ser social estavam ligados à necessidade de reprodução biológica desse ser e, portanto, ao processo de trabalho no qual os homens reproduzem a si mesmo, transformados em elementos categoriais essencialmente sociais importantes na própria formação das individualidades de cada ser singular e, por conseguinte, do próprio gênero humano. O homem que corre para fugir de grandes animais ou para caçá-los servindo de alimento não é o mesmo homem que corre 40 quilômetros para anunciar a vitória em uma batalha<sup>69</sup>, assim como não é o mesmo homem que corre 100 metros em menos de 10 segundos. Isso é possível necessariamente porque em determinado momento histórico o homem não necessitou entrar em metabolismo com a natureza de forma sempre imediata, ou seja, conseguiu produzir sempre um excedente que o possibilitou desenvolver os elementos "naturais" do seu processo de produzir a si mesmo em elementos sociais executados fora da esfera da necessidade, assim como, quanto maior a produção desse excedente que possibilite que todos trabalhem menos, maior serão as possibilidades dos seres singulares desenvolverem suas capacidades humanas enquanto complexos autônomos e sociais.

Nesse sentido, as atividades corporais possuem caráter biológico ineliminável, porém, são cada vez mais determinadas pelas relações sociais; possui também caráter ineliminável de se fazer presente no curso do desenvolvimento do ser social, assim como na primeira situação, cada vez mais determinada pelas relações sociais.

A Educação Física e os demais complexos sociais, tornam-se cada vez mais autônomos – mesmo que sempre se mantenham sobre a prioridade ontológica da reprodução biológica, enquanto fundamento da existência do ser social e, portanto, a necessidade última

---

<sup>69</sup> A tradicional prova do atletismo, a maratona, tem sua origem na Grécia Antiga. Dizem alguns relatos que, em 490 A.C., quando os soldados atenienses deixaram a planície de *Marathónas* para combater os persas, o soldado Filípides (Pheidippides) correu até a cidade-estado de *Athenas*, situada a 42 km de onde estava o exército e desse a notícia de que os gregos ganharam a batalha. Filípides correu essa distância o mais rápido que pôde e, ao chegar, conseguiu dizer apenas "vencemos", caindo morto pelo esforço realizado. No ano de 1896, nos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna, o soldado foi homenageado com a criação dessa prova cuja distância era de 40 km, a mesma que separava Maratona de Atenas. Em 1948, nos jogos de Londres, a distância definitiva da maratona olímpica foi reestabelecida para que a família real britânica pudesse assistir ao início da prova do jardim do Palácio de Windsor, o comitê organizador aferiu a distância total em 42.195 metros, que permanece até hoje.

da existência do trabalho – afastando-se da barreira biológica e da relação homem x natureza para uma relação cada vez mais social de homem x homem, possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades imanentes ao ser social.

Contudo, na sociedade capitalista em que o trabalho, estando sobre a égide do capital e, portanto, em uma forma de trabalho alienado, não permite aos homens e mulheres que desenvolvam suas plenas capacidades e potencialidades humanas.

Nesse ínterim, o complexo da Educação Física, mesmo possuindo uma relativa autonomia, é determinado ontologicamente pelas relações sociais de produção. Quando a Educação Física, como conhecemos hoje, nasce, já está atrelada a um posicionamento de classe para defender a manutenção da ordem social capitalista.

#### **4.2.1 Desenvolvimento do complexo da Educação Física no modo de produção capitalista e a degradação da força de trabalho**

O trabalho produtor de valores de uso nos permite compreender a gênese e a participação da Educação Física na formação do ser social, independentemente da forma histórica de sociabilidade. Contudo, no modo de produção capitalista, o trabalhador não é apenas produtor, é produtor de mais valia, na qual seu substrato é o trabalho abstrato.

Marx busca explicar não apenas a relação de contradição entre o valor de uso e o valor de troca, já que a realização deste último, na troca, é a sua negação e, ao mesmo tempo, a afirmação do valor de uso, mas, acima de tudo, o movimento contraditório existente entre o valor de uso e o valor, que se origina do duplo caráter do trabalho, uma vez que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho propicia a produção de uma quantidade maior de valores de uso, quer dizer, um montante maior de riquezas com um *quantum* menor de valor. A mesma variação crescente de força produtiva do trabalho, que aumenta a riqueza, diminui a grandeza de valor contida nessa massa de riqueza. Tendo em vista que o trabalho concreto é o substrato do valor de uso e o trabalho abstrato é a substância do valor, eles também estabelecem uma relação de contradição (TUMOLO, 2005, p. 242).

E é esse trabalho regido pelo capital que possui a centralidade no modo de produção capitalista. É sob as amarras do trabalho produtivo, essa relação social de origem histórica, que a humanidade se reproduz. É sob essa forma de relações sociais, calcada na exploração do trabalho que a Educação Física contribui na (de)formação humana.

Segundo Cunha (2013), a Educação Física já surgiu, por um lado para contribuir na construção de corpos saudáveis e domesticados que permitissem uma adaptação aos processos produtivos, e por outro lado, vinculada a uma política nacionalista.

O nascimento da Educação Física – como conhecemos – no século XIX, estava ligada a sua funcionalidade para com os interesses da classe dominante, ou seja, aos interesses de uma classe burguesa revolucionária que passava a ser uma classe conservadora e até reacionária.

Segundo Húngaro (2013), a Educação Física foi tão importante para o princípio da constituição da nova mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do capital, quanto para o controle dos surtos de doenças.

Com uma dependência onto-histórica ao modo de produção capitalista, o Complexo da Educação Física está intimamente ligado às exigências da organização da produção da existência capitalista.

Jogadores como Lionel Messi e Cristiano Ronaldo – mesmo considerando que estão numa relação de compra e venda da força de trabalho, e que essas relações são alienadas – só desenvolveram e desenvolvem suas capacidades humanas como conhecemos hoje, de forma que são exemplos do que mais temos de evoluído em termos de capacidades humanas ligadas ao futebol, porque estão, primeiro, afastados da relação homem x natureza; segundo, mesmo afastados dessa relação, possuem condições de se reproduzirem biologicamente; terceiro, possuem as condições concretas de desenvolver as suas capacidades humanas. Ambos os jogadores, no ponto mais alto do desenvolvimento de suas capacidades, estão em equipes de futebol onde dispõem de todas as formas possíveis de desenvolver as capacidades técnicas e táticas necessárias para que sejam considerados “jogadores de outro mundo”.

Diferentemente dos dois jogadores profissionais, um metalúrgico durante o dia é jogador do time da empresa durante a noite, estando ele intimamente ligado ao processo de trabalho, cumprindo uma jornada de trabalho na qual suas funções não se aproximam em nada dos elementos técnicos e táticos do futebol, esse ser social apresenta suas capacidades humanas atrofiadas. Podemos notar que em ambos os exemplos, os indivíduos estão acorrentados a mesma lógica destrutiva do capital.

O que podemos afirmar, é que as capacidades e potencialidades humanas desenvolvem-se cada vez mais com o distanciamento das barreiras naturais e da reprodução meramente biológica, pois possuem certo grau de autonomia justamente porque no processo do pôr teleológico, o produto ganha “vida” própria e desenvolve-se de acordo com suas próprias leis. Repetimos, mesmo nesse caso, é ineliminável a relação homem x natureza e, portanto, a dependência ontológica ao complexo fundante.

Argumenta Marx:

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade dependente da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia (MARX, 2011, p. 119).

Ou seja, os elementos corporais criados pela humanidade só podem ser apropriados fora do tempo necessário de trabalho. O prolongamento constante da jornada de trabalho, coloca-se como uma barreira para que os trabalhadores se apropriem dos complexos fundados pelo trabalho, nesse caso, do complexo da Educação Física e dos elementos corporais socialmente criados como esporte, a dança, a luta, os jogos, a ginástica.

Baseado nas afirmações acima, podemos afirmar ainda que as atividades corporais praticadas pelos homens vão depender das condições socioeconômicas nas quais esses indivíduos se encontram. O homem que corre por lazer é diferente do homem que corre para adentrar em um transporte público lotado. O homem que caminha na beira-mar, pela manhã, é diferente do homem que caminha bem cedo para chegar ao seu trabalho. O menino que nada na aula de Educação Física é diferente do menino que corre nos corredores da escola segurando os chinelos nas mãos por ser essa sua única opção.

Outra conclusão que podemos chegar, tanto com a necessidade de se manter vivo como, por exemplo, se alimentar, como a necessidade da atividade física, é que sempre o homem necessitará manter o seu bom funcionamento orgânico, caso contrário, em última instância, padecerão.

O indivíduo com fome, por exemplo, não tem seu funcionamento orgânico em sua plenitude para desenvolver-se socialmente.

Pesquisa realizada por uma importante agência financeira, a *Credit Suisse*, e divulgada pela Oxfam Brasil, revela que 1% da população mundial, de forma desigual, detêm 50% da riqueza produzida, assim como os 99% restantes, também de forma desigual, ficam com os outros 50%. O que significa que 62 pessoas ou famílias se apropriam de 50% do que é produzido pela humanidade, pela exploração da força de trabalho, enquanto os trabalhadores, o restante dos “poucos” 7 bilhões de pessoas ficam, de forma desigual, com a outra metade da produção humana. O que implica que quase um bilhão de pessoas são forçadas a um racionamento alimentar e pode chegar até a dolorosa morte pela fome.

Dolorosa é a morte pela fome. A agonia é longa e provoca sofrimentos insuportáveis. Ela destrói lentamente o corpo, mas também o psiquismo. A angústia, o desespero e um sentimento de solidão e de abandono acompanham a decadência física.

A subalimentação severa e permanente provoca um sofrimento agudo e lancinante do corpo. Produz letargia e debilidade gradualmente as capacidades mentais e motoras. Implica marginalização social, perda de autonomia econômica e, evidentemente, desemprego crônico pela incapacidade de executar um trabalho regular. Conduz inevitavelmente à morte (ZIEGLER, 2013, p. 32).

Retrato da realidade que foi visualizado por Engels (2010) em sua pesquisa sobre o proletariado inglês, afirmando que parte dos trabalhadores que não consegue vender sua força de trabalho, e não tiver medo da polícia e roubar para comer, a sua alternativa é a morte. Nesses casos, deve ser silenciosa para não chocar a burguesia. O autor traz um relato do período no qual esteve na Inglaterra e teve conhecimento de inquéritos de morte pela fome, nos quais nenhum júri atestou o motivo da morte, justamente por ser a fome.

Durante o período em que permaneci na Inglaterra, **a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público.** Os depoimentos das testemunhas podiam ser os mais claros e inequívocos, mas, a burguesia – à quem pertenciam os membros do júri – encontravam sempre um pretexto para escapar ao terrível veredicto: morte por fome. [...]. **Muitos mais foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais:** as vítimas viviam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos **determinaram a gravidade que levou à morte** (ENGELS, 2010, p. 69, **grifos nossos**).

Imaginemos que os dois indivíduos sejam jovens, o primeiro filho de capitalista e o segundo pertencente aos proletariados sem emprego e vivendo a míngua. Primeiramente podemos afirmar que ambos os indivíduos estão presos às relações sociais de compra e venda da força de trabalho, ambos estão mantidos nessa sanguinária relação. O primeiro indivíduo, filho de um capitalista, tem sua individualidade formada com base na exploração do trabalho alheio ao seu e ao de seu pai e mãe capitalistas e, por conseguinte, sente essa relação confortável. O primeiro faz parte dos 62 indivíduos que somadas as suas riquezas equivalem com o restante do mundo<sup>70</sup>. O segundo, filho de trabalhadores, morador de rua e sem conseguir vender sua força de trabalho, pode parar de sentir essa relação a qualquer momento, pois a impossibilidade de manter-se vivo, a sistemática falta de alimentação, significa que ele está à beira do abismo e, portanto, da morte. Esse segundo, pertence aos homens e mulheres no planeta que perdem suas vidas a cada três segundos em decorrência da fome<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Consultar pesquisa da Forbes e Oxfam de janeiro de 2016.

<sup>71</sup> Segundo pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), publicada em 2015, mais de dois milhões de pessoas morrem de fome todos os dias. Ver mais em Ziegler (2013).

A forma como as objetivações da produção humana acontecem na sociedade capitalista, de forma humanamente desigual e socialmente combinada, coloca todo o gênero humano em risco. De um lado, a gama dos trabalhadores cada vez mais miserável, ao passo que produzem mais riqueza; do outro lado, cada vez menos ricos acumulando a maior parte da produção humana, o que coloca uma considerável parte da humanidade em um dilema: o que vou fazer para sobreviver amanhã? Aos que estão empregados, até quando estarão? Se existe uma parcela da humanidade sob o risco de morte por fome e não possui condições sequer para tentar vender sua força de trabalho, por estarem, sistematicamente, sem alimentação, o que garante aos que possuem emprego hoje, não estarem na mesma situação amanhã?

Nesse sentido, concordamos com Moraes e Jimenez (2009) quando afirmam que as objetivações na sociabilidade capitalista colocam toda a humanidade em risco, pois colocam uma gama de indivíduos sob determinadas condições de impossibilidade de produzir sua existência. A impossibilidade de suprir as necessidades básicas por parte dos indivíduos contribui, em certa medida, com a impossibilidade de apropriação do próprio gênero humano. Segundo as autoras,

[...] a individualidade humana se faz na relação com o outro, e, portanto, mediatamente, na relação com o gênero; por sua vez, **é exatamente a interação entre indivíduos, nos diferentes níveis que esta se dá, que conforma uma dada sociabilidade** (MORAES; JIMENEZ, 2009, p. 17, **grifos nossos**).

E ainda:

[...] a complexificação das relações sócias requer para seu desenvolvimento a complexificação das individualidades, insto é, individualidades crescentemente articuladas e capazes de atos sociais cada vez mais complexos, mediados, a consciência, enquanto órgão e médium da subjetividade (MORAES; JIMENEZ, 2009, p. 17).

Quanto maior a complexidade de uma dada forma social, maior será a complexidade das individualidades produtoras e produtos dessa mesma forma social, o que aumenta o campo de potencialidades e capacidades humanas a serem apreendidas e que possuem como protoforma o trabalho, contudo, não se esgotam nele.

Ao mesmo tempo em que temos, nessa forma alienada de organização e controle das relações de produção e, por conseguinte, do processo de trabalho, indivíduos capazes de lançar um arco, não para matar animais através da atividade da caça, mas para atingir a maior distância e ser considerado o melhor lançador, temos indivíduos que não possuem nem a condição de manter a sua vida e, portanto, impossibilitados de atingir suas potencialidades

humanas. Indivíduos que não conseguem e nem podem sequer ter a possibilidade de plantar e produzir seus próprios alimentos, como fica demonstrado pelo aumento dos latifúndios no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ilustrados no quadro 5.

Tendências que vêm comprovado o avanço do capital sobre o trabalho, concentrando a riqueza produzida e os meios para produzir essa riqueza nas mãos de quem não trabalha em detrimento do suor de quem trabalha e, portanto, acirrando ainda mais a luta de classe entre seus dois principais atores, a burguesia e o proletariado, que como Marx aponta, o desenvolvimento de um lado da burguesia, gera de outro lado o desenvolvimento do proletariado. Diz Marx e Engels (2015, p. 70): “E na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais vicem enquanto têm trabalho, e só tem trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital”.

#### **Quando 5 - Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010**

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
<b>Minifúndio</b>	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
<b>Pequena Propriedade</b>	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
<b>Média Propriedade</b>	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
<b>Grande Propriedade</b>	<b>112.463</b>	<b>214.843.865</b>	<b>51,3%</b>	<b>130.515</b>	<b>318.904.739</b>	<b>55,8%</b>	<b>48,4%</b>
<b>a) Improdutiva</b>	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
<b>b) Produtiva</b>	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
<b>Total- Brasil</b>	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93. APUD PENA (2017).

Dados que revelam uma imensidão de terras nas mãos de pequenos grupos de capitalistas latifundiários. Se considerarmos somente a área produtiva, passou de pouco mais de 54 mil grandes propriedades<sup>72</sup> para um pouco mais de 90 mil grandes propriedades.

Essa desigualdade alcança todos os setores da produção humana, dentre eles os elementos corporais. Enquanto uma pequena parte da humanidade segura a raquete e rebate uma bolinha amarela de um lado para outro de uma quadra, com lindos *drop-volley*, belos *slices*, uma grande parte da humanidade, quando tem contato com uma raquete, ou é por meio de projetos sociais em grandes centros urbanos, o que já limita o acesso, ou nas pequenas cidades do interior quando se usa para matar muriçoca. Contudo, não com tão belos golpes como os de Federer, Nadal, Djokovic, Murray, Agassi<sup>73</sup>.

Destarte, as atividades esportivas desenvolvidas atualmente não são as mesmas da Antiguidade. O dardo é lançado para quebrar recordes, e junto com as outras modalidades esportivas, movimentar milhões. Não é mais para matar o inimigo em uma guerra, ou abater um animal para matar a fome do grupo, como na sociedade primitiva, e também não é o mesmo da escola, predominantemente a pública, porque em regra este elemento corporal nem está lá.

[...] os movimentos humanos de correr, saltar etc. possuem uma finalidade, ou seja, são movimentos teleologicamente postos. Não são como os movimentos instintivos dos animais, cujas ações são determinadas biologicamente para assegurar sua sobrevivência e adaptações as condições naturais. Daí que o correr, o saltar, o nadar etc. dos seres humanos modifica-se, já que são atividades histórico-sociais que atendem a determinadas necessidades produzidas e não mais puramente biológicas (MELLO, 2014, p. 88).

---

<sup>72</sup> O INCRA qualifica os imóveis da seguinte maneira: Minifúndio: até 1 módulo - área média = 14 há; Pequena: de 1 a 3 módulos - área média = 66 há; Média: de 3 a 5 módulos - área média = 300 há; Grande Propriedade: > 5 módulos - área média = 2.440 ha.

<sup>73</sup> Mesmo dentro do universo de jogadores profissionais do Tênis e sendo um esporte mais elitizado, 80% desses jogadores pagam para jogar no torneio internacional de tênis a Associação de Tênis Profissional (ATP). SAQUE E VOLEIO/ UOL ESPORTES. ITF aponta: mais de 80% dos tenistas pagam para jogar. Disponível em: <https://saqueevoleio.blogosfera.uol.com.br/2014/12/19/itf-aponta-mais-de-80-dos-tenistas-pagam-para-jogar/>. Acesso em 15 de agosto de 2017. No futebol, com acesso mais popular, segue a mesma lógica do tênis. No futebol brasileiro, por exemplo, em 2016, mais de 82% ganham 1 mil reais por mês enquanto, mesmo que seja pago salário alto em relação aos demais setores produtivos da economia, somente 36 jogadores ganham mais de 200 mil reais. GLOBOESPORTE.COM. **Em relatório, CBF aponta que 96% dos atletas ganham menos de R\$ 5 mil.** Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/02/em-relatorio-cbf-aponta-que-96-dos-atletas-ganham-menos-de-r-5-mil.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2017. A própria realidade concreta desses esportes é contraditória, seja o esporte que a classe trabalhadora, minimamente tem acesso, seja o esporte na qual a classe média e alta tem acesso. Nessa forma de organização social, e o esporte alicerçado pela lógica burguesa e meritocrática, as capacidades humanas não são desenvolvidas e apropriadas pelo conjunto do gênero humano, pelo contrário, são apropriadas privadamente e cada vez mais, por menos indivíduos partícipes desse gênero humano.

Nas diferentes formas de organização social, as atividades físicas tiveram sentidos e significados próprios e diferentes em cada época histórica. Nas sociedades de classes, se tornam necessárias na preparação físico-militar, preparação de proteção da propriedade privada, conquistas de territórios, uma luta de homens contra homens com a finalidade de submissão de um grupo, levando-o à escravidão ou uma apropriação privada do que é socialmente produzido, explorando economicamente os sujeitos.

Assim, as atividades físicas no escravismo, feudalismo e no capitalismo se relacionam com a questão militar e seus sentidos e significados se alteram. Para o que antes eram atividades de defesa do grupo contra outros grupos humanos, protegendo os alimentos, os espaços de caça e pesca ou dos animais, na sociedade do capital essas

[...] manifestações dessa atividade às quais chamamos de cultura corporal – pois são os sentidos e significados construídos pelo ser social historicamente – estão subordinadas à lógica dessa sociedade. Ou seja, tendencialmente todas as atividades se tornam mercadorias, desde aquelas para a manutenção da saúde, a arte, as esportivas e lúdicas, bem como aquelas que surgem para compensar os problemas de saúde causados pela forma de organização do processo de trabalho (MELLO, 2014, p. 89).

Para Mello (2014), mesmo não podendo afirmar quais mudanças a Educação Física sofreria numa sociedade comunista, certamente estariam ligadas com a totalidade das relações sociais postas cujo eixo central é o trabalho associado.

Pensar numa sociedade de produtores livremente associados – comunismo – é afirmar que os sentidos e significados da Educação Física necessariamente serão outros, sendo transformadas racionalmente suas funções sociais. Na medida em que se alteram as relações sociais, alteram-se os sentidos e significados da Educação Física, pois, os complexos se relacionam. A reprodução da Educação Física não se dá de maneira isolada, pelo contrário, é um produto social e histórico.

Estando a Educação Física, em germe, presente no ato histórico, intencional e fundante do homem, independente da forma de organização do trabalho e das relações de produção, sempre será necessária uma preocupação com o corpo<sup>74</sup>. Questão sempre fundamental para a Educação Física que em cada tempo ganha novas discussões e preocupações com a educação desse corpo, principalmente, quando a corporeidade desse trabalhador é responsável pela produção da riqueza social apropriada privadamente nas

---

<sup>74</sup> Compreendo o corpo como uma unidade indissociável de objetividade e subjetividade e, portanto, as capacidades e potencialidades humanas.

sociedades de classe. Na forma social do capital, esse corpo é responsável pela produção da mais valia absoluta e relativa e, portanto, reprodução do capital.

Segundo Herold Junior:

[...] é o modo de produção capitalista, suas exigências e limitações que as questões referentes ao corpo e sua educação devem ser buscadas. [...] **as questões relativas ao corpo e sua educação só assumem a possibilidade explicativa quando leva em conta o caráter objetivador e ao mesmo tempo alienante do trabalho na sociedade capitalista** (HEROLD JUNIOR, 2003, p, 86, grifos nossos).

Essa preocupação com a formação física do trabalhador, uma formação desse novo homem qualitativamente diferente do homem escravo, camponês e servo, criado e criador dessa nova forma metabólica de desenvolvimento social, era vista como uma necessidade desse trabalhador em se manter no processo produtivo e, portanto, na produção de mais-valia dessa nova forma societal nascente.

Nesse processo estava presente a preocupação com a formação para o trabalho. Resguardadas todas as diferenças, pode-se verificar que, no pensamento educacional moderno, o corpo aparece como uma preocupação, devido aos frutos econômicos que propiciaria. Força, saúde, beleza, enfim, todos os atributos conseguidos por uma educação física corretamente aplicada, redundariam em um indivíduo mais apto a produzir mais riqueza (HEROLD JUNIOR, 2003, p, 87, grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que se tinha uma preocupação com a educação do corpo e uma necessidade de realização de atividades físicas como a dança, a cavalgada, essa prática se diferia na realidade concreta da sociedade burguesa, sobretudo quando se tratava da classe trabalhadora. A classe trabalhadora expropriada da riqueza por ela produzida e de suas condições de manutenção da vida transforma-se, não por escolha própria, em mendigos, ladrões, vagabundos e eram severamente punidos por estarem nessas condições.

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absolvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados de suas condições habituais de existências, não podia se enquadrar da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias (MARX, 1890, p, 851, grifos nossos).

Nesse contexto, em toda Europa, no fim do século XV e durante o século XVI, a formação corporal dos membros da classe trabalhadora era regida por leis cruéis<sup>75</sup> contra a vagabundagem, que predominantemente era causada pelo desemprego, que previa “recursos pedagógicos”, que deterioravam o corpo dos membros das classes subalternas e iam desde a agressão física, passando por cortes de pedaços de orelhas até o encerramento da vida do membro da humanidade que se encontrava, não por sua vontade, em situação de miséria e penúria. “A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como de dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam” (MARX, 1985, p. 851).

Marx (1985) traz alguns exemplos dessas legislações carrascas, que se refinaram ao passar dos anos.

Henrique VIII, lei de 1530. – Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida prestarão juramento de voltar à sua cidade natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, “para se porem a trabalhar”. [...]. Na primeira reincidência de vagabundagem, além da pena de flagelação, metade da orelha será cortada; na segunda, o culpado será enforcado como criminoso irreversível e inimigo da comunidade (MARX. 1985, p. 851-2, grifos nossos).

Quando nos debruçamos para nossa atual conjuntura, observamos que mesmo a mais refinada legislação trabalhista, mantém seu caráter tendencial de intensificar o chicote e aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora. Tendência evidenciada ao longo da práxis social nesse plasma de sociabilidade burguesa, seja tratando os desempregados como vagabundos no século XV, seja oprimindo negros nas favelas brasileiras, seja retirando direitos dos trabalhadores, sobretudo como as reformas trabalhista e da previdência, aumentando o tempo de trabalho excedente da força de trabalho, seja pela reforma da terceirização aprovando a precarização do trabalho, seja pela lei anti-terrorismo com punições às manifestações, até a proibição das greves, entre outras.

O que está em jogo é empregar a política e as forças do estado aos limites convenientes para a produção e reprodução do capital, ou seja, maximizar a produção de mais valia absoluta e relativa, prolongando a jornada de trabalho e mantendo o trabalhador nas

---

<sup>75</sup> As leis referidas foram um conjunto de leis implantadas inicialmente na Inglaterra e posteriormente em outros países da Europa no final do século XV e durante o século seguinte. Essas leis foram chamadas por Marx de legislação sanguinária. Entre elas a lei de Henrique VIII, de 1530; Eduardo VI, de 1547; Elizabeth, de 1572 entre outras.

condições mais precárias sob a tortura do açoite e do chicote no sentido literal ou figurado. Nas palavras de Marx, mostrando o sentido literal desse açoite diz:

A população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meios de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura (MARX, 1985, p. 854, grifos nossos).

Nessa batalha capital x trabalho, o *scrum*<sup>76</sup> é totalmente desigual. O capital tem a seu lado um plantel de infantaria com peões, aparato de cavaleiros bem armados, os colarinhos brancos, em suma, todo aparato do Estado para conduzir as suas vontades e desejos. A esse respeito Marx afirma que:

A burguesia nascente precisava e empregava a força do estado, para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência (MARX, 1985, p. 854-5, grifos nossos).

Em síntese, inúmeros camponeses foram expropriados de suas terras e, portanto, das velhas condições de trabalho, colocando uma numerosa quantidade de trabalhadores fora do trabalho. A adolescente manufatura não absorvia esses homens, mulheres e crianças, com a mesma velocidade das expropriações na “chamada acumulação primitiva”, estando à margem das condições consideradas de vagabundagem que consistia em crime com penas violentas como espancamento, tortura e, poderia ser, dependendo da reincidência, a morte.

A condição do trabalhador que o capitalista não quiser tomá-lo a seu serviço é a morte, sobretudo por consistir em crime com a legislação sanguinária, mas também pela própria incapacidade, fora do trabalho, de produzir a sua própria existência.

Ao mesmo tempo em que se defendia uma educação do corpo e uma busca por corpos saudáveis para produzir mais valores, se cortava orelhas de desempregados. Ao mesmo tempo em que se defendem as atividades físicas contra a obesidade, sedentarismo, se retira aulas de Educação Física da escola, aumenta a jornada de trabalho da classe trabalhadora, diminui os salários, fazendo com que os jovens oriundos das classes subalternas tenham que vender sua forcinha de trabalho para contribuir com orçamento familiar e, por conseguinte, é cada vez menor o tempo para a realização de práticas esportivas, recreativas, dança, lutas, ginásticas, jogos e brincadeiras que contribuam com a formação humana.

---

<sup>76</sup> Scrum é uma movimentação do Rugby, sendo umas das formas existentes de reinício da partida após uma infração. Os jogadores de ambos os times se juntam com a cabeça abaixada e se empurram para ganhar a posse de bola.

Tendencialmente, como já apontamos nesse estudo e voltamos a afirmar, a sociedade capitalista para se reproduzir sempre terá a necessidade de produção de mais valia, em escala cada vez mais ampliada, num movimento incessante de valorização do valor e, portanto, de produção de capital.

Tumolo (2005, p. 249-50) afirma que essa relação é o segredo que Marx desvela, ou seja, é o segredo de como no modo de produção capitalista a mercadoria dinheiro se torna capital.

Marx desvenda o segredo da produção do capital, ou do processo de valorização, ao lançar mão da categoria de mais-valia e explicar sua origem. O possuidor do dinheiro, o capitalista, vai ao mercado e compra, de um lado, os meios de produção pelo seu valor e, de outro, a força de trabalho, pagando também seu exato valor. O consumo do valor de uso da força de trabalho, que se efetiva quando esta consome os meios de produção, resulta na criação de uma mercadoria, propriedade do capitalista, que vai vendê-la pelo seu valor. A produção da mais-valia pressupõe o cumprimento do fundamento primordial do mercado, a troca das mercadorias pelo seu valor, quer dizer, a troca igualada entre proprietários de mercadorias, tendo em vista que, nesta relação de igualdade, a força de trabalho, e somente ela, tem a propriedade de produzir valor e, ademais, valor excedente com relação a seu próprio valor, qual seja, mais-valia. Por meio da troca da mercadoria força de trabalho e da produção da mais-valia, o mistério finalmente foi revelado. Dinheiro transformou-se em capital.

A classe dos capitalistas, enquanto classe dominante, se apropria do trabalho produzido pela força de trabalho que ela adquire no mercado. Como “agentes livres” o capitalista e o trabalhador vão ao mercado trocar mercadoria e essa troca acontece sobre dois aspectos, a saber: ponto de vista do trabalhador e o ponto de vista do capitalista.

Do ponto de vista do trabalhador, sendo ele desprovido dos meios de produção, ele vai ao mercado com a única mercadoria que lhe resta para ser vendida, sua força de trabalho (FT). Caso consiga vender sua mercadoria ao capitalista, a vende pelo seu tempo socialmente necessário de reprodução, ou seja, pelo seu valor. É subjugado a uma jornada de trabalho extenuante na qual produz uma quantidade de valor maior do que o seu próprio. Produz uma imensidão de valores de uso que são apropriados pelos capitalistas e no final do processo, recebe uma quantidade de dinheiro (D) na forma de salário que expressa monetariamente o seu valor e já pode comprar as mercadorias (M) necessárias para manutenção de sua vida e novamente vender suas capacidades corpóreas. Uma relação de M-D-M.

Do ponto de vista do capitalista, eles possuem o dinheiro (D) para se metamorfosear em dois tipos de mercadorias (M), que são os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT) que durante a sua jornada nos processos de trabalho irá produzir outra

mercadoria ( $M'$ ) para ser vendida no processo de circulação do capital, por um *quantun* de dinheiro produzido além do tempo necessário da força de trabalho, ou seja, pelo tempo excedente de produção ( $D'$ ). Uma relação de  $D-M-(MP+FT)=M'-D'$  e, portanto, uma produção de mais valia.

Para isso, essa extração de mais valia se utiliza de algumas estratégias. Uma das formas é a extração de mais valia absoluta. A outra forma é a mais valia relativa.

Marx explica como desenvolve a produção de mais valia absoluta comparando-a com a mais valia relativa. Diz o fundador do materialismo histórico:

[...] se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 1985, p. 585).

Nesse sentido, segundo o materialista, a produção da mais valia relativa é uma produção específica do modo de produção capitalista.

A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, da base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital (MARX, 1985, p. 585).

Para o trabalhador produzir capital, não necessita, inclusive, estar em uma relação direta de metabolismo com a natureza. O trabalhador pode ser produtivo de capital como parte integrante do trabalho coletivo. “Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias” (MARX, 1985, p. 584).

Marx traz um exemplo de como o trabalhador pode ser produtivo estando fora da esfera de produção, explicando também que somente é trabalhador produtivo, o trabalhador que produz mais-valia.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia.

Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. [...] ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1985, p. 584).

Estabelecida essa compra e venda da força de trabalho, o capitalista subjuga o trabalhador, mediante o pagamento de um salário, explorando todas as capacidades corporais do trabalhador e o oprimindo a níveis que deformam o ser humano em jornadas de trabalho extenuantes.

[...] processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 2011, p. 219).

O trabalhador ao vender sua força de trabalho, o faz aparentemente como se fosse sua vontade, contudo, o tempo que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo que ele é essencialmente obrigado a vender sua força de trabalho, ao passo que se a venda não se realize pode lhe custar a sua vida e, portanto, estará tardado a morte.

O contrato pelo qual vendeu sua força de trabalho ao capitalista demonstra, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Concluído o negócio, descobre-se que ele não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que seu vampiro não o solta “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar” (MARX, 2011, p. 345-46).

Ocorrido todo um reordenamento nas relações de produção, feito todo um incremento de ciência e tecnologia no processo de trabalho, fazendo com que caia o tempo necessário médio para a produção de uma mercadoria de qualquer natureza e, por conseguinte, o aumento na mais valia relativa, esse movimento, contudo, elimina uma parte considerável de trabalhadores nos processos de produção e incrementa mais máquinas ou substitui máquinas antigas por modernas. Ambos, trabalhadores e máquinas são partes constitutivas do capital. Marx chama o primeiro de capital variável (capital vivo) e o segundo de capital constante (capital morto).

Marx (2011) explica que tanto os meios de produção como a força de trabalho, são diferentes partes no modo de produção burguês, de existência assumida pelo capital, ao

mostrar-se na forma fantasmagórica do dinheiro, além disso, são as formas de produzirem em conjunto a valorização do valor.

Para Marx

A parte do capital, portanto que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante (2011, p. 244).

A outra parte, contudo, modifica sua magnitude do valor e, por isso Marx a chama de capital variável.

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável (2011, p. 244).

Tendencialmente, há um aumento de capital constante em relação ao capital variável na produção capitalista. A substituição do primeiro pelo segundo é uma contradição sem solução no modo de produção capitalista, visto que somente o segundo é capaz de produzir capital na produção de mercadorias e o primeiro somente transfere o seu valor proporcionalmente para esse novo objeto do trabalho.

É uma contradição porque o capitalista retira do processo produtivo a parte constitutiva das forças produtivas que é capaz de produzir e valorizar valor, e atender as necessidades do capital, ou seja, ao mesmo tempo em que essa substituição tem possibilitado a diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir mercadorias, entre elas a própria força de trabalho, e conseguinte exploração do trabalhador, extração de mais valia e produção de capital, parte dos trabalhadores são retirados desse processo, portanto, os produtores são retirados do processo de produção necessário para o próprio capital.

Aqui devemos fazer um alerta: a substituição de maquinarias novas pelas antigas existentes no processo de produção acontece quando o objetivo capitalista necessita essencialmente deste processo. Caso a exploração e extração de mais valia seja maior com a máquina que já está, mesmo existindo uma maquinaria mais moderna disponível, indubitavelmente, o capitalista permanecerá com sua máquina velha, ou seja, não está em jogo a natureza da máquina ou da tecnologia aplicada e sim se ao final da jornada de trabalho

o trabalhador produtivo produziu uma quantidade maior de mais valia, independentemente da máquina usada.

Do ponto de vista exclusivo de baratear o produto, a aplicação da máquina deve conter-se dentro do limite em que sua própria produção exija menos trabalho que o que ela substituiu com sua aplicação. Para o capital, entretanto, o limite é mais apertado. Uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, **a aplicação da maquinaria para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substituiu.** A divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente varia conforme os países; no mesmo país, conforme os diferentes períodos; no mesmo período, conforme os ramos de atividades e o salário real do trabalhador, ora cai abaixo do valor da força de trabalho, ora se eleva acima dele. Por isso, pode variar muito a diferença entre o preço da máquina e o preço da força de trabalho a substituir, embora permaneça invariável a diferença entre quantidade de trabalho necessário para produzir a máquina e a quantidade de trabalho que ela substituiu. Mas é só a primeira diferença que determina os custos de produção da mercadoria para o capitalista e o influencia através das leis coativas da concorrência. Por isso, máquinas hoje inventadas na Inglaterra só são empregadas na América do Norte. Do mesmo modo, máquinas que se inventaram na Alemanha nos séculos XVI e XVII só foram empregadas na Holanda, e descobertas francesas só século XVIII só foram exploradas na Inglaterra. **Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de oferta de trabalho [...] em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação das máquinas tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago. [...]. Os ianques inventaram as máquinas britadoras. Os ingleses não as aplicam, pois o pagamento recebido pelos desgraçados [...] que realiza esse trabalho, corresponde a uma parte tão ínfima de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista. Na Inglaterra, em vez de cavalos, empregam-se ainda, ocasionalmente, mulheres para singar os barcos nos canais, pois o trabalho necessário para produzir cavalos e máquinas é uma grandeza matemática bem definida, e o necessário para manter as mulheres da população excedente não chega a merecer consideração. Por isso, é a Inglaterra, o país das máquinas, o lugar do mundo onde mais vergonhosamente se dilapida a força humana de trabalho em tarefas miseravelmente pagas (MARX, 2011, p. 449-51, grifos nossos).**

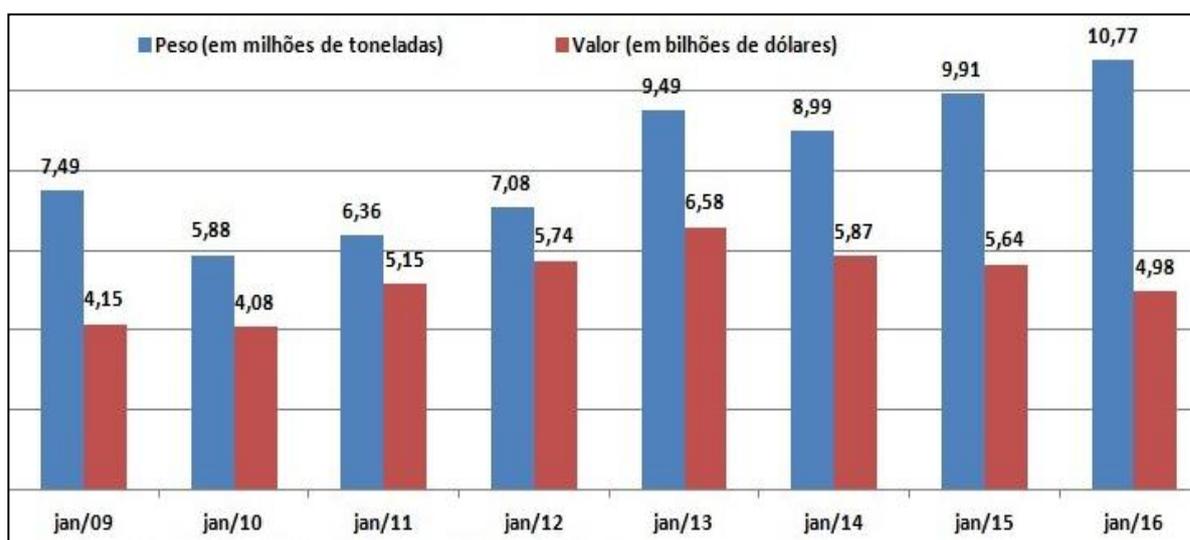
Nesse sentido, há um tendencial aumento do capital morto em detrimento da diminuição do capital vivo no processo de produção, caso esse capital morto tenha um custo de produção menor do que o preço pago para a força humana colocar seus músculos, cérebro, ou seja, suas capacidades e potencialidades na mesma atividade produtiva. E ao trabalhador vivo que permanece no processo de trabalho, sua força humana torna-se apêndice para a capacidade da máquina, diz Marx: “o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta [...] e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz” (2011, p.431). O trabalhador é constantemente desqualificado e é danoso para sua vida seu processo de estar vivo nessa sociedade, como aponta Lazarini:

Essa redução do tempo de produção mediante a maior precisão e articulação no uso dos objetos de trabalho imposta pelo capital aos trabalhadores busca maximizar o quanto for possível a utilização da força de trabalho durante a jornada de trabalho. A combinação entre a aplicação tecnológica da ciência nos processos produtivos e a organização sistemática da força de trabalho para atuar em consonância com essa aplicação foi a resposta histórica do capital para intensificar a exploração da força de trabalho, mesmo com a redução da jornada (LAZARINI, 2010, p. 219).

Marx (2011) explica que o trabalho define o grau de eficiência da atividade produtiva adequada a certa finalidade, em um determinado espaço de tempo. Qualquer que seja a mudança nos processos produtivos, o mesmo trabalho, na mesma duração de tempo, sempre gera a mesma magnitude de valores e fornece quantidades diferentes de valores de uso.

A título de exemplificação, que demonstra a atualidade do pensamento de Marx, lançamos nossos olhares nos números de exportação do agronegócio brasileiro, os quais mostram um aumento da produção em toneladas, com resultado quase inalterado dos preços arrecadados com a exportação, demonstrados no gráfico 3.

**Gráfico 3 - Exportações do Agronegócio de janeiro 2009 a janeiro 2016**



Fonte: AgroStar Brasil a partir de dados da Secex/MDIC APUD Globo Rural

Com o aumento das capacidades das forças produtivas, se produziu mais itens em menos tempo. Alterando a quantidade de valores de uso a serem comercializados. Por outro lado, no mesmo espaço de tempo, se produziu a mesma magnitude do valor. O que muda, é que o valor individual, com o aumento da produtividade do trabalho, cai, e por conseguinte, se consideramos o preço (expressão monetária do valor) igual o valor, o preço cai na mesma proporção. Nas palavras de Marx:

Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece sempre a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo tempo, gera quantidades diferentes de valores-de-uso: quantidade maior quando a produtividade aumenta, e menor, quando ele decai. Consideramos ainda a variação da produtividade. A mesma variação da produtividade que acresce o resultado do trabalho e, em consequência, a massa dos valores-de-uso que ele fornece reduz a magnitude do valor dessa massa global aumentada quando diminui o total de tempo de trabalho necessário para sua produção. E vice-versa (2011, p. 68).

Outro exemplo dessa produtividade, Engels demonstra nas fábricas inglesas que produziam materiais com ferro. Com o aumento da produtividade nas minas de ferro, tornou-se esse metal tão barato que até o que era produzido antes com madeira ou pedra, passou a ser produzido com ferro.

Foi sobretudo a *produção de ferro* que cresceu. Até então, as ricas minas de ferro inglesas eram pouco exploradas; o mineral do ferro era sempre fundido com carvão vegetal, que, que – em virtude da expansão da agricultura e da devastação dos bosques – tornava-se cada vez mais caro e escasso; somente no século passado começou-se a empregar para esse fim o carvão mineral (*coke*) e **em 1780 descobriu-se um novo método para transformar ferro fundido com carvão mineral em ferro também utilizável para a forja** (antes só empregado como ferro fundido). **Com esse método, que consiste em extrair o carvão misturado com o ferro no processo de fusão** e que os ingleses chamam de *puddling*, **abriu-se todo um novo campo à produção inglesa de ferro. Foram construídos altos-fornos cinquenta vezes maiores que os precedentes, simplificou-se a fusão do mineral com ajuda de foles de ar quente e assim foi possível produzir ferro a um preço tão baixo que uma grande quantidade de objetos, antes fabricados com madeira ou pedra, passou a ser feita com ferro** (ENGELS, 2010, p. 55, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Por um lado o trabalho produtivo cria valores de uso (trabalho concreto), por outro lado cria a possibilidade de serem mensurados pelo tempo socialmente necessário para sua produção e posteriormente serem trocados (trabalho abstrato).

Toda essa produção agrícola, produção humana, foi e é apropriada privadamente pelos capitalistas. Aos trabalhadores, restam os desgastes causados pelos processos produtivos de capital. Segundo Herold Junior (2003), são sobre essas condições que se pontou para a criação dos Sistemas Nacionais de Ensino e uma tendencial universalidade da educação e da Educação Física, sendo a última, amplamente divulgada com discurso da prática de exercícios voltados para a saúde dos trabalhadores. Para o autor, sempre que se falou na preocupação com o corpo, o que estava em jogo era como esse corpo, ou seja, como esse trabalhador está para que use suas capacidades humanas a fim de produzir capital.

A saúde do trabalhador, a recuperação de suas capacidades e potencialidades só interessa ao capital na medida em que o tempo usado para estar saudável e recuperado seja em

benefício para o próprio capital. O trabalhador vai para casa usar pantufas e ver a novela, ao mesmo tempo em que outro trabalhador vai jogar futebol com os amigos, outro vai correr, fazer caminhada, o tempo fora do trabalho só interessa se na próxima jornada de trabalho os dois trabalhadores estão com as energias recuperadas para produzir capital, seja ele sedentário ou não.

A recuperação e a regeneração dessa potencialidade humana, condição biológica para a manutenção da sua própria vida enquanto ser social, visto que o trabalhador morto não poderá ser produtivo, mesmo que de certa forma o próprio trabalho esteja matando-o, impõe uma barreira natural no tempo de trabalho do trabalhador no processo de produção, ou seja, na jornada de trabalho.

Não se pode prolongar além de certo ponto. Esse limite máximo é determinado duplamente. Há primeiro o limite físico da força de trabalho. Durante o dia natural de 24 horas, só pode um homem despender determinada quantidade de força de trabalho. Do mesmo modo, um cavalo só pode trabalhar, todos os dias, dentro de um limite de 8 horas. Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimenta-se, lavar-se, vestir-se etc. além de encontrar o limite puramente físico, o trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização (MARX, 2011, p. 270-1).

Nesse sentido, concordando com as afirmações de Lazarini (2010), podemos afirmar que o trabalhador, sua formação, sua corporeidade só é útil para o capital, pela sua especificidade de ser sua força de trabalho produtiva de capital. Diz o autor:

Todos esses trabalhadores, cada qual segundo suas respectivas funções na divisão técnica da empresa capitalista, devem ter a formação ou a potencialidade<sup>188</sup> para o exercício da função para a qual foi contratado. O capitalista só comprou as suas respectivas forças de trabalho por essa razão (LAZARINI, 2010, p. 240).

Necessariamente o capitalista, consciente disso ou não, deverá se preocupar com a condição da corporeidade do trabalhador. Quando o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador, compra o conjunto das capacidades e potencialidades desse trabalhador, ou seja, compram “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197).

A degradação da força de trabalho alcança até níveis que não podem ser mais recuperados, nesse sentido, o processo produtivo de capital causa em muitos casos a própria morte do trabalhador. Essa busca incessante de valorização do capital, levada até as últimas consequências, essa forma de organização social rígida pelos interesses irreconciliáveis das

classes sociais, mata os trabalhadores tanto quando os milhares que foram executados, ou decapitados na guilhotina, ou ainda chicoteados no tronco ou são vítimas das mais recentes causas, como uma bala perdida, uma chacina, assassinatos banais, entre outros.

Engels (2010) comparou essa relação de degradação humana com um assassinato, diz ele:

Quando um indivíduo causa a outro um dano físico de tamanha gravidade que lhe causa a morte, chamamos esse ato de homicídio; se o autor sabe, de antemão, que o dano será mortal, sua ação se designa por assassinato. **Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato.** Assassinato idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e pérfido, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se, porque não parece um assassinato: o assassino é todo mundo e ninguém, a morte da vítima parece natural, o crime não se processa por ação, mas por omissão – entretanto, não deixa de ser um assassinato (p. 135-6, **grifos nossos**).

Segundos dados do MTE em seu relatório intitulado de *Estratégia Nacional para Redução dos Acidentes de Trabalho 2015-2016*, aponta que no ano de 2011 um número superior a 38 mil pessoas estavam sendo asseguradas pela Previdência Social em decorrência de acidentes de trabalho. Sendo o maior número no período inicial de 1997 até 2011. Veja o quadro 6.

Quando se trata do número de registro de óbitos, o relatório apresenta como mais atuais os registros do ano de 2013, ano que apresentou mais de duas mil mortes durante processo de trabalho produtivo de capital. Como mostra o quadro 7.

Ao extrairmos somente o número de trabalhadores mortos em acidentes de trabalho no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram 2.797 mortos no ano de 2013 em um total de 38.472.287 de assegurados por acidentes de trabalho, ou seja, aqueles casos de acidentes no processo de trabalho que necessitaram de afastamento do trabalhador e da necessidade dele ser segurado pela Previdência do Social. O MTE apresenta que os vínculos de trabalho nas diferentes atividades econômicas do Brasil eram de 42.857.802 pessoas, nas quais 14.837 encontram-se incapacitadas permanentemente de vender sua força de trabalho e, portanto, colocando em cheque sua capacidade de manter sua vida.

**Quadro 6 - Número de Segurados da Previdência Social advindos de acidentes de trabalho no Brasil entre 1997-2011**

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>
1997	16.689.434
1998	18.774.351
1999	18.418.461
2000	17.931.921
2001	21.165.963
2002	22.315.820
2003	22.875.514
2004	24.279.923
2005	25.820.194
2006	26.576.095
2007	29.306.639
2008	32.107.550
2009	33.083.740
2010	35.841.981
2011	38.472.287

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego apud Dataprev; Datasus

**Quadro 7 - Óbitos por acidentes do trabalho no Brasil entre 1997-2013**

<b>Ano</b>	<b>Óbitos</b>
1997	2.819
1998	3.793
1999	3.896
2000	3.094
2001	2.753
2002	2.968
2003	2.674
2004	2.839
2005	2.766
2006	2.798
2007	2.845
2008	2.817
2009	2.560
2010	2.753
2011	2.938
2012	2.768
2013	2.797

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego apud Previdência Social

Setores produtivos, como o do ramo da construção que apresentou um número superior a 450 vidas perdidas durante o processo de trabalho, é seguido de perto do ramo automobilístico com mais de 400 mortes (ver quadro 8). Quando olhamos números gerais de mortes e trabalhadores inválidos, a situação é catastrófica do ponto vista da classe trabalhadora, que é quem perde a sua vida ou fica incapacidade de vender sua força de trabalho na forma social burguesa de reprodução da vida humana, a saber: 2.797 mortes e 14.837 trabalhadores incapacitados permanentemente.

**Quadro 8 - Taxas de mortalidade e Incapacidade permanente por acidente do trabalho em 2013 no Brasil, por atividade econômica.**

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Vínculos</b>	<b>Óbitos</b>	<b>Taxa de Mortalidade (por 100 mil)</b>	<b>Incapacidade Permanente</b>	<b>Taxa de Incapacidade Permanente (por 10 mil)</b>
Indústria Extrativa	254.333	62	24,38	123	4,84
Transporte, Armazenagem e Correios	2.453.188	437	17,81	1409	5,74
Fabricação de Produtos Minerais Não Metálicos	456.838	80	17,51	321	7,03
Serviços de Utilidade Pública	441.420	74	16,76	243	5,50
Construção	3.330.802	451	13,54	1616	4,85
Petróleo, Biocombustíveis e Coque	188.651	24	12,72	92	4,88
Agropecuária	1.553.064	178	11,46	432	2,78
Metalurgia	238.968	26	10,88	124	5,19
Produtos Alimentícios e Bebidas	1.624.004	166	10,22	968	5,96
Fabricação de Produtos de Metal	517.651	52	10,05	301	5,81
Outras Indústrias de Transformação	962.643	92	9,56	692	7,19
Fabricação de Papel e Celulose	177.026	16	9,04	109	6,16
Atividades Imobiliárias	125.580	11	8,76	38	3,03
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	659.428	57	8,64	237	3,59
Produtos Químicos	380.751	31	8,14	94	2,47
Artigos de Borracha e Material Plástico	470.297	34	7,23	237	5,04
Montagem de Veículos e Equipamentos de Transporte	660.691	39	5,90	324	4,90
Serviços Prestados Principalmente à Empresas	5.369.456	248	4,62	1056	1,97
Comércio e Reparação de Veículos Automotores	9.146.609	411	4,49	2030	2,22
Fabricação de Produtos Ópticos	174.839	7	4,00	22	1,26
Comunicações	431.651	17	3,94	73	1,69
Atividades Financeiras	821.713	24	2,92	189	2,30
Alojamento e Alimentação	1.800.646	47	2,61	344	1,91
Produtos Têxteis	1.449.619	35	2,41	382	2,64
Outros	8.952.780	146	10,04	1175	7,71
Ignorado	215.154	32	-	2206	-
<b>Brasil</b>	<b>42.857.802</b>	<b>2.797</b>	<b>6,53</b>	<b>14.837</b>	<b>3,46</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego apud Previdência Social

No ano de 2013, 42.857.804 pessoas estavam empregados no Brasil, de uma população aproximada de 190.755.799 pessoas, como já demos­tramos no quadro populacional de crescimento da população brasileira (gráfico 1 e 2), sendo que 79,5% desse valor, aproximadamente 151.650.860 pessoas são aptas<sup>77</sup> a trabalhar.

A conclusão que o governo chega é que:

[...] verifica-se que a média e a mediana de trabalhadores mortos no trabalho entre 1997 e 2013 manteve-se elevada – respectivamente, 2.934 e 2.817. No período, o pior ano foi 1999, quando ocorreram 3.896 mortes, enquanto 2009 apresentou o menor valor do período - 2.560 óbitos no trabalho. O total de mortos em 2013 (2.797 óbitos) situa-se próximo à mediana de 2.817, valor que melhor representa o número de mortes a cada ano nos últimos dezessete anos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015, p. 4).

E ainda:

Há que se ressaltar que, embora o número de óbitos se mantenha estável na última década, as taxas de mortalidade por acidentes do trabalho no Brasil tem decrescido desde o início dos anos 2000 (Gráfico 1), em razão da ampliação da população segurada em consequência da acentuada elevação dos níveis de emprego (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015, p. 5).

Prossegue:

Além do destaque para os segmentos econômicos, há também que ressaltar alguns processos de trabalho de maior risco, dentre eles os que utilizam máquinas e equipamentos. Apenas no período entre 2011 e 2013, excluindo os acidentes de trajeto, ocorreram 221.843 acidentes envolvendo máquinas e equipamentos, resultando em 601 óbitos, 13.724 amputações e 41.993 fraturas (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015, p. 9).

Conclui:

Além do custo para a vida e para a saúde dos trabalhadores, os acidentes e doenças do trabalho geram custos financeiros para as famílias, para as empresas e para o Estado (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015, p. 9).

O Estado como representante de classe preocupa-se com os custos gerados ao capital em detrimento da vida humana. A condição corporal das mais de 13 mil amputações e

---

<sup>77</sup> Segundo o IBGE em sua Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios Contínua (PNAD, 2013) “No Brasil, no segundo trimestre de 2013, as pessoas no grupo de 14 a 17 anos de idade representavam 8,8% daquelas em idade de trabalhar. Os jovens de 18 a 24 anos de idade eram 14,0%, enquanto o grupo etário de 25 a 39 anos, era 29,6%. A maior parcela era a daqueles do grupo de 40 a 59 anos de idade (30,8%). Os considerados idosos pela Organização Mundial da Saúde - OMS para países em desenvolvimento, 60 anos ou mais de idade, somavam 16,7%”.

mais de 41 mil fraturas ficam em segundo plano. Após apresentar esses números e concluir que esses seres humanos estão “dando trabalho” ao acúmulo de capital e gerando ônus aos cofres, o relatório do governo inicia a demonstração desse ônus. Dados que não calculam, por exemplo, os acidentes dos trabalhadores autônomos, acidentes de trabalhadores na ida ou volta dos seus trabalhos como, por exemplo, os acidentes de trânsito que chegaram a matar inúmeras forças produtivas. Somente no ano de 2016, mais de 47 mil pessoas morreram por acidente de trânsito no Brasil e mais de 400 mil ficaram com alguma sequela. (Folha de São Paulo, 2017).

Dos trabalhadores acidentados que não estão incapacitados permanentemente e nem mortos, retornam aos seus trabalhos, sempre com sequelas físicas e/ou psíquicas, ou ao exército de reserva. De uma forma ou de outra, existe sempre a necessidade, menos aos trabalhadores que não sofrem esse nível de degradação e/ou mutilação dos seus corpos, da recuperação da força de trabalho e, portanto, de suas capacidades físicas e espirituais.

Nesse sentido, a Educação Física sendo um dos momentos necessários para o ato da reprodução social do gênero humano, visto que o corpo, ou seja, as capacidades e potencialidades humanas são objetivações corpóreas, deve se por contrária a uma sociedade capitalista que degrada as capacidades e potencialidades de uma parte da humanidade na busca incessante e ininterrupta de transformação de dinheiro em capital e de transformação, portanto, do possuidor dos meios de produção e do capital em uma personificação dessa relação, ao mesmo tempo em que transforma os trabalhadores em assalariados e peças-chaves para produção do capital por suas capacidades e potencialidades, contudo vem servindo historicamente de apêndice à exploração do trabalho, como as práticas laborais para recuperar a força de trabalho a ser novamente explorada pelo modo de produção capitalista.

Nesse movimento, o capital só transforma e valoriza valor pelas capacidades humanas ao passo que esse processo degrada e limita essas potencialidades, pois em última análise, não é a necessidade humana que está na ordem do dia e sim a necessidade de produção e reprodução ininterrupta do valor.

Marx explica essa relação, em que o capitalista necessita negar o valor de uso da mercadoria força de trabalho, interessando-o o seu valor e sua forma no momento da troca, ao mesmo tempo em que não é o valor de troca da força de trabalho capaz de produzir valor excedente e sim o seu valor de uso. No que toca a necessidade do valor de uso da força de trabalho, para converter dinheiro em capital, Marx afirma que:

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Ao servir de meios de compra ou de pagamento, o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que compra ou paga, e, ao manter-se em sua própria forma, petrifica-se em valor de magnitude fixada. Tampouco pode a mudança do valor decorrer do segundo ato da circulação, da revenda da mercadoria, pois esse ato apenas reconverte a mercadoria da forma natural em forma dinheiro. A mudança tem, portanto, de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato D-M, mas não em seu valor, pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor-de-uso como tal, de seu consumo (2011, p. 197).

Isso significa que a persona do capital, para extrair capital e valorizar valor, deve buscar no universo das mercadorias, uma mercadoria que seja peculiar e que seu consumo resulte em mais valor do que o necessário a sua própria produção. Essa mercadoria é a capacidade de trabalho, ou seja, “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano” (MARX, 2011, p. 197).

Uma compreensão equivocada e limitada das categorias marxianas faz com que Bracht (1992), ao mesmo tempo em que faz parte do Coletivo de Autores e de uma proposta pedagógica para Educação Física, fundamentada no “materialismo histórico-dialético”, afirma que o trabalho já não possui tanta importância para a Educação Física. Para ele, a recuperação da força de trabalho não está mais ligada aos aspectos da aptidão física e das habilidades motoras e sim por uma recuperação psíquica e conclui seu raciocínio afirmando que a Educação Física dever estar no mundo fora do trabalho, ou seja, no lazer. Diz ele:

Entendo que as mudanças a nível do processo produtivo e do processo de qualificação do trabalho, diminuíram a importância direta da Educação Física neste processo (aptidão física e habilidades motoras decrescem em importância para o processo produtivo, são cada vez menos solicitadas no trabalho). **A reprodução da força de trabalho por sua vez, se dá muito mais através de uma vez mais necessária recuperação psíquica** (BRACHT, 1992, p.49, **grifos nossos**).

Como já vimos, é o trabalho que funda o ser social, e que através de sua ação ativa e consciente, transforma o mundo, se transforma, cria a história e com ela as necessidades cada vez mais humanas e cada vez mais distantes do ato do trabalho como as práticas corporais de jogos, lutas, ginásticas, dança e esportes. A condição primeira para a existência dessas práticas é a condição de ter homens vivos que realizem essas práticas. Dito isso, o lazer só é possível porque coletivamente existe o gênero humano, que só existe porque o homem continua mantendo sua relação com a natureza, mesmo sendo sob forma alienada.

Nesse sentido, a argumentação de Bracht ao que se refere ao processo de trabalho e a própria recuperação da força de trabalho, que repito, são as capacidades FÍSICAS E MENTAIS presentes no próprio trabalhador, não possuem sustentação na prática social do

movimento do real. Mesmo com todo incremento tecnológico o processo de trabalho produtivo que se mostra cada vez mais destrutivo para ser social, não minimiza os desgastes do trabalho, mas intensifica-os. As capacidades corpóreas do trabalhador, tendencialmente, vivem um apodrecimento e deterioração a níveis gigantescos e, portanto, a recuperação da força de trabalho é a recuperação de suas capacidades. Das capacidades e potencialidades humanas.

Lazarini, em sua tese de doutoramento, é enfático a esse respeito das capacidades corporais humanas.

A repetição dessa passagem é para marcar com cores fortes que a referida compra engloba sempre a aquisição das forças físicas e intelectuais do trabalhador pelo capital. Isso porque a função mais elementar e repetitiva em um processo de trabalho capitalista é sempre uma função humana, de um trabalhador livre, que atua socialmente sempre como vendedor da sua força de trabalho e comprador dos meios de subsistência necessários à manutenção da sua vida. É isso que caracteriza as relações de produção na sociedade capitalista, independentemente da função específica que o trabalhador ocupe no processo de produção (LAZARINI, 2010, p. 241, grifos nossos).

Santin (1993) e Moraes (1993) escrevem na seção *Perspectivas na corporeidade* do livro intitulado *Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI*, cada autor um artigo que faz uma análise crítica da condição do corpo da “sociedade do consumo”. Limitam-se na afirmação e na crítica do corpo como mercadoria.

Os autores não compreendem que o que está sendo vendido é a força de trabalho, que como qualquer outro objeto ou evento, tendencialmente, torna-se mercadoria nessa forma de organização social. Espetáculo esportivo, as escolinhas de futebol, centros recreativos de finais de semana, acampamentos de férias e entre outros, para ficar só em exemplos que envolvem as práticas corporais desenvolvidas pela humanidade.

As formulações no campo da Educação Física, predominantemente, tratam a corporeidade de forma independente do trabalho, ou seja, como uma autonomia absoluta ao complexo do trabalho e, por conseguinte colaboram, em última instância com a manutenção da sociedade capitalista, assim como, fragmentam o homem em partes e habilidades motoras separando-as da consciência.

O que já foi afirmado no item 4.1.1 desse estudo e retomo em poucas palavras agora, é a impossibilidade de separar corpo de mente. Quando o trabalhador realiza seu trabalho para satisfazer suas necessidades e criar valores de uso, ele põe em movimento suas capacidades humanas presentes em si próprio, ou seja, no seu corpo. Quando o capitalista compra a força de trabalho, não compra separadamente suas capacidades e potencialidades

físicas e intelectuais. Pode ser óbvio, contudo o óbvio também precisa ser dito, o capitalista não compra separado por que essas potencialidades são ontologicamente indissociáveis. Não são outra coisa senão o trabalhador, o ser social vivo, ativo porque é consciente e consciente porque é ativo.

#### **4.2.2 Educação Física e formação humana: uma necessidade para além do capital.**

O afastamento das barreiras naturais e, portanto, das necessidades biológicas, mesmo sabendo que esse fator é ineliminável no ser social, contribui para a criação de novos complexos autônomos, contudo, dependente ontologicamente ao complexo fundante, na mediação necessária entre os homens que reciprocamente determinam o próprio fundamento de existência do seu ser.

Nesse sentido, a reprodução é categoria decisiva. A reprodução biológica do ser social é irrevogável. O ser social afasta-se das barreiras naturais, entretanto jamais elimina essa necessidade. Contudo, são os elementos puramente sociais que tem afeito modificador na própria forma do ser reproduzir a si mesmo, ou seja, a reprodução biológica da sua vida. A esse respeito, Lukács possui a seguinte argumentação:

[...] a reprodução é categoria decisiva para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo. Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte, as quais não possuem nenhuma analogia no ser físico; elas são consequências diretas desse fato ontológico fundamental. Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, esta claro que essa forma da reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também da reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana (LUKÁCS, 2013, p.170).

Fica claro que a relação entre o complexo fundante – trabalho – e os complexos fundados – educação, linguagem, sociabilidade, Educação Física – não é uma relação mecânica, determinista. Ao contrário disso, essa relação é sempre dialética, ao passo que, mesmo o complexo fundado possuindo dependência ontológica e uma relativa autonomia, sempre será uma relação de reciprocidade.

A Educação Física é uma atividade corporal que possui intencionalidade e, portanto, é a ação consciente. Somente os homens podem realizar essa atividade, que assim como o seu modelo de práxis fundando, o trabalho, também possui teleologia e causalidade.

O debate do que é Educação Física não é necessariamente novo. Contudo, ainda é uma questão aberta. Entender o complexo da Educação Física como partícipe no ato da própria constituição do homem enquanto ser natural abre caminhos para um entendimento ontológico da Educação Física como um complexo sempre necessário na reprodução social.

A Educação Física como componente presente em qualquer forma social sempre será o controle consciente do corpo em determinada atividade dos elementos corporais presentes no esporte, na luta, na ginástica, nos jogos e necessariamente também na práxis originária do trabalho. Compreendemos que é a partir desse entendimento que se possibilita entender a Educação Física nas particularidades sociais distintas como é o caso da sociedade burguesa.

Essa afirmação é o que podemos chamar de natureza e especificidade da Educação Física. No sentido mais amplo possível, a Educação Física é o momento pelo qual o ser social se utiliza de suas capacidades e potencialidades humanas necessárias para a reprodução social e, em cada época histórica a Educação Física se restringe às circunstâncias históricas criadas, ou seja, a Educação Física é um produto das relações históricas.

Compreendemos, portanto, que a pergunta mais coerente a se fazer não seja o que é Educação Física, visto que como produto e produtora das relações sociais, não existe nela uma essência a priori. Nesse sentido, a pergunta que deveria ser hoje é: qual a função social que a Educação Física, ontologicamente necessária na reprodução social, cumpre restritamente no modo de produção capitalista?

Se considerarmos o objeto da Educação Física o movimento humano, a Educação Física perde o caráter de finalidade. Pois o corpo só se movimenta porque possui uma consciência que media seus movimentos a partir de uma necessidade objetiva. Nesse sentido, quando estamos tratando das capacidades corpóreas, em nada tem a ver com o conceito de a Educação Física ser o movimento humano. Pelo contrário, a Educação Física é uma atividade que necessita sim do movimento humano, mas não de forma isolada. Esse movimento é sempre uma intencionalidade objetivada de acordo com as capacidades e potencialidades historicamente desenvolvidas pela subjetividade do indivíduo que realizou o pôr.

A Educação Física é, portanto, uma atividade essencialmente humana. Os esportes, a dança, a luta, os jogos e a ginástica, só podem se praticados pelos homens. Os animais diferentemente dos homens, não podem por finalidade em suas ações. Mesmo o

cavalo que salta em uma prova do hipismo, salta por desejo do seu cavaleiro. O cavalo exerce a função da transposição da barreira porque foi treinado para realização daquele movimento. Se o cavaleiro perde o horário da próxima participação do conjunto, tendo deixado o cavalo solto em um campo, o cavalo, mesmo treinado, não retorna sozinho e começa a realizar a competição, por que o saltar do cavalo não é uma atividade de pôr teleológico do cavalo.

O cachorro que foi treinado para brincar de futebol, ensinado a conduzir perfeitamente a bola por um determinado espaço, mostrando-se habilidoso, se difere qualitativamente de um menino do sexto ano que o pai o ensina conduzir a bola, mesmo que com dificuldade. O cachorro só vai brincar de futebol novamente se o seu criador assim desejar, ao passo que o menino, se for retirado seu brinquedo bola, e ele sentir a necessidade de brincar de futebol, pedaços de pano, folhas de papel amassadas enroladas em camadas, tampinha de garrafa, e entre outras coisas, podem se tornar o brinquedo desejado. Porque o diferentemente dos demais animais, não está preso as suas condicionantes biológicas. O arremesso de uma pedra para afastar um animal, por mais primitivo que seja, é essencialmente social, assim como, construir uma bola de meia.

Afastado das barreiras naturais, o ser social se produz e se desenvolve mediante as leis sociais e históricas, construídas por ele mesmo sob certas circunstâncias postas. Cada vez mais livre das dependências ontológicas naturais, o ser social complexifica suas relações e desenvolve complexos que possuem dependência ontológica da práxis fundante, ao mesmo tempo em que possui uma autonomia relativa. Nesse sentido, as práticas corporais podem ser opostas e se opor à ordem social vigente que por ela é formada.

Segundo Engels (2010), é tarefa árdua do movimento operário retirar a classe trabalhadora dessa incômoda situação, lutando contra os interesses da burguesia, criando alternativas para que os homens e mulheres possam desenvolver-se humanamente e desenvolver seus complexos, como por exemplo a Educação Física, ou seja, “o operário só pode salvar sua condição humana pelo ódio e pala rebelião contra a burguesia. E o modo por que protesta com a paixão mais violenta contra a tirania dos possuidores tem raízes na sua educação – ou melhor, na sua falta de educação” (p. 247).

A educação burguesa que falta ao operário e a disseminação das ideias burguesas contribuem para a classe trabalhadora, contudo, Engels não está sugerindo que a classe trabalhadora não deva lutar pelo conhecimento que está presente na escola, pelo contrário, esse conhecimento, deve ser uma das lutas da classe trabalhadora, por ser um conhecimento que a ela é negado, sendo ele uma construção da própria humanidade. Dentre esses conhecimentos, estão os oriundos das práticas corporais ligadas à própria Educação Física.

Destarte, as capacidades corpóreas são práticas sócio históricas e se modificam sob circunstâncias históricas dadas e postas. Como já vimos, sobre a égide do capital, predominantemente, uma parcela da humanidade é impossibilitada de viver humanamente e desenvolver suas capacidades e potencialidades, ou seja, a alienação impõe barreira para o seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que, tanto a classe trabalhadora, como a personificação do capital, como aponta Mészáros (2008), estão sujeitas ao processo de alienação, sendo assim, nem uma nem a outra controla o capital, sendo ele, portanto, incontrolável, impossibilitando aos homens que o humanize. Assim, a única solução possível para os homens é superá-lo e alcançar sua emancipação frente a ele, com a construção de uma nova sociedade para além do capital, ou seja, uma sociedade de livres produtores associados. No entanto, o processo político revolucionário terá que ter os trabalhadores como força decisiva contra a burguesia, como sujeitos revolucionários.

Nesse sentido, a própria prática da Educação Física, na escola por exemplo, mesmo sendo ontologicamente dependente do modo de produção capitalista, pode ter práticas emancipatórias.

Necessitamos abrir um parêntese antes de debater as atividades de caráter emancipador. Dentro de uma perspectiva marxista, o Coletivo de Autores apresentaram uma proposta pedagógica que trata a Educação Física na Escola como disciplina que possui como objeto de estudo a cultura corporal, contudo, entendemos os méritos do referido coletivo, mas compreendemos que a Educação Física deve estar para além desse objeto restrito, visto que, ontologicamente estará sempre presente no momento do salto ontológico no qual os seres sociais põem em movimento suas capacidades corporais para produzirem valores de uso, e quanto mais se afastam dessa condição, ou seja, quanto mais tempo disponível a humanidade possui fora do trabalho, podem realizar outras inúmeras atividades corporais mais complexas do que o próprio ato do trabalho e do que os próprios elementos da cultura corporal.

Acerca das atividades de caráter emancipador, Tonet (2014), apresenta uma proposta de como devem ser realizadas essas atividades. Para o autor, deve-se entender que essas práticas estão vinculadas aos processos sociais em sua totalidade e devem ser refletidas a partir do objetivo final que é a emancipação humana.

Nesse sentido, sua base estrutural deve ser pensada a partir de uma forma de trabalho onde não se submetam barreiras de desenvolvimento à grande parte dos indivíduos da humanidade. Em outras palavras, o horizonte das práticas emancipatórias deve estar articulado numa busca pela emancipação humana.

Entendo, então, por emancipação humana uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social (TONET, 2014, p. 11).

É ainda:

Uma forma de sociabilidade que, por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades (TONET, 2014, p. 11).

Segundo Tonet (2014), seria essa forma social a que mais apresentaria um nível elevado de sociabilidade humana. Ora, seria a forma social que melhor articularia o reino da necessidade, visto que o trabalho e a produção de valores de uso são uma necessidade em qualquer sociedade humana, o reino da liberdade, dado que o processo de produção não teria como finalidade a expropriação do produto, mais sim a socialização da produção e do próprio processo de trabalho.

Se na forma social do capital, ou seja, na sociedade capitalista, o trabalho produtor de valores de uso é veículo e substância para o trabalho produtor de mais valia, na sociedade emancipada o trabalho produtor de valor de uso, seria o veículo e a substância do trabalho associado e livre de todas as formas de exploração e dominação do homem pelo homem.

Enquanto na sociabilidade burguesa, o caráter de suas atividades é, predominantemente, alienante, ou seja, impõe barreira ao pleno desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, o caráter de uma atividade emancipatória deve ser radicalmente oposto e não perder de vista o seu horizonte revolucionário.

[...] o caráter de uma atividade é definido por sua articulação com o objetivo a ser conquistado. Dependendo do objetivo, a mesma atividade pode ter um sentido muito diferente. O caráter emancipador de qualquer atividade resultará de sua conexão, direta ou indireta, com o objetivo final, isto é, neste caso, com a construção de uma sociedade plenamente livre. Como, porém, ocorrerá essa conexão, somente a análise do processo concreto poderá trazer à luz. Isto porque, em momentos e lugares diferentes, a mesma atividade pode assumir sentidos muito diferentes (TONET, 2014, p. 12).

“Destas atividades que permitirão construir uma sociedade plenamente livre também poderá participar a dimensão educativa, tanto em sua expressão escolar como

extraescolar” (TONET, 2014, p. 12), e, por conseguinte, poderá participar, portanto, as atividades corpóreas ligadas ao esporte, lutas, ginástica, enfim, a própria Educação Física.

Como já vimos ao longo da exposição deste estudo, a Educação Física está, em germe, presente nos primeiros momentos da vida social, ela participa do processo de reprodução dos indivíduos e, nesse sentido, é um dos momentos necessários para a formação integral do ser social.

Diferentemente dos seres biológicos, o ser social não aparece no mundo sabendo se reproduzir, por isso os complexos, cuja protoforma é o trabalho, humanizam o homem como um ente qualitativamente diferente e superior ao ser biológico, assim esses complexos também são qualitativamente diferentes do seu complexo fundante.

É por meio desses complexos que o homem estabelece as diferentes relações exclusivamente humanas. Seja pelo beijo, seja pelo sabor de uma picanha assada na churrasqueira, seja pela bolinha de meia para jogar futebol nas praças e calçadas, seja pelo grito de gol do seu time de “coração”. São relações humanas mediadas por complexos autônomos que se relacionam entre si e, ao mesmo tempo, dependente do complexo fundante. Para todas essas atividades serem realizadas, sua raiz sempre está na relação do homem com a natureza e seu eterno metabolismo para o homem continuar a se reproduzir. Antes de gritar “uma vez Flamengo, sempre Flamengo”, os torcedores rubro-negros devem, no mínimo, alimentar-se, vestir-se, hidratar-se e ter uma moradia.

A propriedade privada privatiza esses momentos humanos subjugando o trabalhador com a compra de sua força de trabalho. Nesse sentido, os complexos necessários para a reprodução social são fundados pelo trabalho concreto produtor de valor de uso, e sendo categoria eterna para que se possua o ser social, está em última instância, dependente ontologicamente da lógica do trabalho fundador do modo de produção da propriedade privada. No caso da forma social burguesa, do trabalho abstrato, produtivo de capital.

Contudo, isso não significa que as possibilidades estão esgotadas, isso apenas mostra que essas atividades que falaremos a seguir, de caráter emancipador, são limitadas por sua dependência ontológica e, ao mesmo tempo, necessariamente imprescindível que sejam realizadas.

Reafirmamos, é imprescindível que a classe trabalhadora e suas organizações que estejam comprometidas com o objetivo da emancipação humana, devem, mesmo que de forma limitada, desenvolver atividades de caráter emancipador.

Na luta de classes, dos interesses irreconciliáveis, colocam em cena duas principais classes e, portanto, abre a possibilidade, ao mesmo tempo, de dois grandes projetos

para a continuação da reprodução humana. De um lado, esse projeto destrutor das forças produtivas, de manutenção do *status quo*, da exploração do homem pelo homem, da produção da fome de forma sistemática, das crises com gênese no próprio processo de concorrência intercapitalista, da degradação da força de trabalho até sua morte, enfim a barbárie. Do outro, um projeto de tomada do poder pela classe trabalhadora para por fim às classes, para os desenvolvimentos integrais das capacidades e potencialidades humanas, um reino, verdadeiramente da liberdade que nada tem a ver com o Éden, do qual os "livres" Adão e Eva foram expulsos depois de uma escolha entre alternativas postas para ela – comer ou não a maçã –, enfim, uma sociedade comunista.

As atividades de caráter emancipador, são apresentadas por Tonet (2014) em cinco momentos articulados. No primeiro momento, essas atividades devem contribuir para a compreensão do processo histórico, suas origens e fundamentos de forma que se entenda que as relações humanas, são relações históricas fruto de relações humanas.

Na segunda característica, o supracitado autor afirma que essas atividades devem compreender a origem e a natureza da sociabilidade capitalista, suas contradições e dos seus agentes, ou seja, suas duas principais classes, tendo a finalidade de compreensão da possibilidade da total necessidade de superação dessa ordem social.

Segundo Tonet (2014), as atividades de caráter emancipador, devem permitir a compreensão dos fundamentos e da possibilidade real de uma construção de uma sociabilidade comunista. Nas palavras dele:

Em terceiro lugar, também são atividades educativas que permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista. A correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. [...]. Uma fundamentação sólida dessas convicções tem que tomar como ponto de partida a categoria do trabalho e compreender como, a partir dela, originam-se todas as outras dimensões da vida social (p. 19).

A quarta característica da atividade emancipatória na proposta de Tonet (2014), deve-se levar em conta a compreensão de sua especificidade, a função social que cumpre e suas possibilidades. Com isso, evitará tanto a supervalorização do complexo, como responsável imediata aos problemas, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária.

Para o autor, o quinto elemento dessas atividades é a contribuição que a articulação das quatro pode conduzir as pessoas a se engajarem nos processos de resistência

ao capitalismo e, por conseguinte, nas lutas pela construção de uma nova sociabilidade humana, “participando tanto das lutas específicas” dos complexos “quanto das lutas mais gerais” (TONET, 2014, p. 21).

A Educação Física, não é só produto das relações humanas, ela participa na produção e reprodução social e, portanto, é parte integrante da formação humana. Ou seja, a defesa da Educação Física, aqui, não é uma defesa corporativista, mais sim uma necessidade, visto que, ao participar da formação do ser social, a Educação Física constitui um dos momentos necessários para a formação humana.

Os ataques à Educação Física, em última análise, é um ataque à reprodução social do gênero humano e ao desenvolvimento integral do gênero humano que só pode se realizar numa sociedade em que já tenham sido superadas as condições objetivas que impedem que esse conhecimento seja apropriado pelo conjunto da humanidade e não por parte dela. Conhecimento que não é democratizado nem nos limites na ordem burguesa, visto que são apropriados contraditoriamente pelos seus indivíduos como podemos inferir nos dados do INEP publicados em 2015 e estampado no jornal o globo com a manchete: “*Seis em cada dez escolas públicas no Brasil não têm quadras para atividades físicas*”.

Segundo a reportagem, mais de 65% das escolas no Brasil não possuem quadra esportiva. O senso do INEP (2015) demonstra que somente 32,1% das escolas públicas que ofertam o ensino fundamental possuem quadra esportiva, enquanto que na mesma modalidade nas escolas privadas, esse percentual é de 57,2%. No Nordeste, no ensino público fundamental, somente 12,7% das escolas possuem quadra esportiva e no ensino privado 37,2%. No atual censo escolar (2016), o número pouco foi alterado. Das 183.374 escolas (somadas públicas e privadas), somente 62.921 escolas possuem quadra esportiva, espaço não único, porém necessário para a prática de apropriação dos elementos da cultura corporal e, portanto, da Educação Física na escola, o que representa que somente 34% das escolas possuem essa estrutura. “60,4% das escolas dispõem de quadra de esporte. Considerando apenas quadras cobertas, o percentual cai para 42,7%” (INEP, 2016, p. 8).

O relatório, contudo, não adverte e nem quantifica sobre os materiais necessários para as práticas esportivas, de ginásticas, jogos, dança que existem ou não na escola. O que podemos concluir, portanto, é que a não democratização do espaço mais característico da Educação Física escolar, a quadra esportiva, já demonstra que esse elemento que compõe uma parte da formação humana, no capitalismo é negligenciado. Não por maldade dos capitalistas, mais sim pela necessidade de produzir mais valia que subjuga o desenvolvimento das capacidades humanas e de suas potencialidades.

Essas potencialidades só podem ser realizadas em sua concretude através da emancipação humana, ou seja, pela liberdade real, pelas condições concretas e objetivas nas quais os homens e mulheres possam por sua vontade, realizar as diferentes atividades exclusivamente humanas e quanto as condições da vida, ou seja, alimentação, vestimenta e moradia possam ser asseguradas de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as necessidades adequadas.

[...] só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais<sup>9</sup>; que a escravidão não pode ser superada<sup>10</sup> sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Libertação real é objetiva e subjetiva. É o movimento dialético dos homens como seres historicamente determinados, e que ao mesmo tempo criam as possibilidades de sua determinação sob circunstâncias concretas e objetivas. Fazem suas escolhas mediante alternativas postas concretamente no movimento do real. Sua própria vontade subjetiva tem como alicerce a realidade objetiva.

Só é possível supor homens livres quando as necessidades biológicas de manutenção do ser social e base material para o desenvolvimento do ser social estiverem saciadas. A prova cabal da necessidade do primeiro ato histórico é constada pelo próprio Marx. Os homens para se constituírem como homens, necessitam, em primeira instância, estarem vivos. Em última análise, sua condição primeira é fator primordial da sua verdadeira libertação. Marx reafirma o papel da história. É a condição histórica (objetividade), produzida pelos homens (subjetividade), que pode contribuir para a libertação do homem.

Nas sociedades de classes, e que é exponencializado na sociedade capitalista, o homem não pode desenvolver-se segundo as suas necessidades e potencialidades, pelo contrário, esse desenvolvimento é, quando possível, limitado, sendo que “o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

As potencialidades humanas são reduzidas e, portanto, broxam o desenvolvimento integral do ser social no que tange as potencialidades que ele poderia a vir se apropriar, caso a liberdade real estivesse posta. A especialização nesse sentido, não é algo a ser reivindicado, pelo contrário, é algo a ser condenado, pois limita as potencialidades individuais e, conseqüentemente, do próprio gênero humano.

Ao passo que numa sociedade emancipada esse movimento seria o inverso. Diz Marx em parceria com Engels:

[...] na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (2007, p. 38).

Caso ocorra um processo radical de transformação social, o indivíduo terá a possibilidade do desenvolvimento de suas potencialidades humanas. Fazer uma crítica, desenhar, praticar esporte, sem que necessite ser nenhuma dessas coisas, simplesmente, por ter as condições concretas e objetivas para desenvolver essas capacidades humanas, ou seja, terá tempo livre para tal.

É com a fundação do materialismo histórico pelos autores da obra *A ideologia Alemã* que fica comprovada cientificamente as possibilidades de uma libertação real do homem. Condição que sai da utopia idealista dos socialistas de outrora<sup>78</sup>. Possibilidade que só pode ser alcançada pela transformação e superação da propriedade privada, do trabalho assalariado, da alienação e que nos coloca concretamente a *conditio sine qua non* do horizonte revolucionário.

[...] e com a superação da propriedade privada, superação esta que é idêntica àquela revolução, esse poder, que para os teóricos alemães é tão misterioso, é dissolvido e então a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história transforma-se plenamente em história mundial. De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Em síntese, a liberdade real só pode ser alcançada com a superação da propriedade privada, portanto, as barreiras nas quais encontram-se os indivíduos singulares, impossibilitam o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, que tem como fator gênese os pilares de sustentação da forma societal vigente e, portanto, na atual configuração de ordem social, a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, o trabalho assalariado e exploração do homem pelo homem.

---

<sup>78</sup> Sobre esse assunto, Engels o desenvolve no pequeno livro intitulado de “Do socialismo utópico ao socialismo Científico”. Edipro, 2011.

A Educação Física, nesse sentido, só poderá ser democratizada com a plena superação das contradições inerentes à sociedade em que está inserida. Os problemas da Educação Física do modo de produção capitalista e a democratização do acesso aos elementos socialmente criados pela humanidade, só podem ser democratizados com o fim dessa própria forma burguesa de controle das relações de produção e que esse fim seja conduzido por uma classe revolucionária que se coloque enquanto classe, não para se tornar a nova classe dominante, mas para acabar com a dominação de classe existente.

## 5 CONCLUSÃO

É concretamente possível pensar numa sociedade emancipada na qual seus fundamentos basilares se opõem à propriedade privada dos meios de produção fundamentais, ao trabalho assalariado e à exploração do homem pelo homem. Não apontar os pormenores não é de fato alguma crítica reprodutivista, pelo contrário, essa “falta de proposição” nos seus pormenores é uma impossibilidade real e concreta, visto que os pores teleológicos põem em movimento uma série de cadeias e nexos casuais que vão além do pretendido pelo próprio ser que põe. Nesse sentido, os pormenores de uma sociedade emancipada só podem ser conhecidos numa sociedade emancipada. O rumo, portanto, só pode ser contatável *post festum*.

E se o trabalho constitui a atividade essencial do homem, então o homem é essencialmente um *ser natural universal*, no sentido de que ele é *potencialmente* capaz de transformar qualquer objeto da natureza em matéria de suas carências e atividade, e também para ‘aspirar e expirar’ todas as forças naturais, ou seja, transformar um espaço, a princípio, ilimitado de leis naturais, de modo que é capaz de adaptar crescentemente sua atividade à totalidade das leis naturais e, conseqüentemente, de transformar, em um grau cada vez maior, o seu ambiente, expandindo progressivamente seu domínio.

A produção da existência, portanto, é categoria chave para compreendermos a essência histórica do ser social, produto e produtor de sua própria história que desenvolve e se reproduz mediante as circunstâncias por ele criadas, e sobre uma base irrevogável do ser natural, visto que para que o homem faça sua história necessita estar vivo. O homem necessita pescar, caçar, colher, morar. O que coloca essa atividade corporal, em termos gerais, em uma contradição. Por um lado, só pode pescar em um rio, e se esse rio tiver peixe, “só uma lebre que exista pode ser caçada, só uma amora que exista pode ser colhida” (LUKÁCS, 2010, p. 37). Por outro, o ser social não é capaz de conhecer todos os determinantes e conseqüências de seu pôr teleológico que só podem ser compreendidos *post festum*, no qual o desenvolvimento social e das ciências podem trazer outros conhecimentos sobre os determinantes e suas conseqüências. Nas palavras de Lukács:

Já destacamos que o homem jamais é capaz de agir com total conhecimento de todos os elementos de sua práxis. Mas o limite entre o verdadeiro e falso é fluido, social e historicamente condicionado, cheio de transições. Isto que dizer que noções que se mostram falsas num desenvolvimento mais elevado da práxis social e das ciências podem oferecer por longos períodos uma base, à primeira vista, segura para a práxis, uma base que pretensamente funcione bem (2010, p. 41).

Lukács nos explica essa irrevogável e indissociável relação entre os seres e suas esferas de ser, a saber: a esfera inorgânica; a esfera orgânica; e a esfera social.

[...] o ser humano pertence direta e – em última análise – irrevogavelmente também à esfera do ser biológico, que sua existência – sua gênese, transcurso e fim dessa existência – se funda ampla e decididamente nesse tipo de ser, e de que também tem de ser considerado como imediatamente evidente que não apenas os modos do ser determinados pela biologia, em todas as suas manifestações de vida, tanto interna como externamente, pressupõe, em última análise, de forma incessante, uma coexistência com a natureza inorgânica, mas também que, sem uma interação ininterrupta com a esfera, seria ontologicamente impossível, não poderia de modo algum desenvolver-se interna e externamente como ser social (2010, p. 36).

É somente com uma atividade (objetiva) orientada para uma finalidade (subjetiva) que o homem se afasta das barreiras naturais e torna-se um ser social. É com esse salto ontológico entre as esferas, conduzido pela ação metabólica do intercâmbio material entre o homem e a natureza mediada pelo trabalho, que o homem agora pode desenvolver socialmente e não limitado aos atos do trabalho. Somente o ser social pode desenvolver, e por ao seu controle o corpo, suas capacidades físicas e espirituais, para produzir ciência, educação, política, arte, Educação Física, entre outros complexos.

Sendo assim, demonstramos nesse estudo a irrevogável relação do complexo da Educação Física com o trabalho, o que a torna partícipe do processo de produção humana, sendo uma necessidade histórica na formação humana. A Educação Física, portanto, é um produto histórico ontológico, possibilitado pelo salto originário que por sua vez, necessita dos elementos corporais, ou seja, das capacidades corporais, da força de trabalho para produzir valores de uso de qualquer espécie e continuar a se reproduzir enquanto ser social. Nesse sentido, a Educação Física se faz presente já no salto do qual ela é produto histórico ontológico.

Ter a Educação Física como produto ontológico é verificar sua gênese, podendo afirmar que ela, enquanto uma necessidade do controle corporal, constitui uma categoria necessária para realização do processo de trabalho e da reprodução social, ou seja, desde que o homem se tornou ser social, as atividades corporais, mediadas também pela consciência, estão presentes.

A Educação Física é, portanto, uma atividade essencialmente humana. Produção sócio histórica dos homens reais e concretos, sob circunstâncias reais e concretas, produzidas e produtoras dessas relações. Os esportes, a dança, a luta, os jogos e a ginástica, só podem ser praticados pelos homens. Os animais diferentemente dos homens, não podem pôr finalidade

as suas ações corporais, estando elas, intimamente ligadas pelas determinações biológicas e naturais.

Diferentemente dos animais, as ações corporais do ser social constituem-se de um pôr teleológico. Toda ação corporal humana é exclusivamente um pôr da consciência do ser que a realiza. Os animais, sem que realizem o salto ontológico – o que não indicio que irá acontecer e, caso aconteça só poderemos afirma *post festum* – são incapazes de produzir elementos corporais e aprimorá-los ao ponto de executar um saque viagem do voleibol, ou um drible no futebol. Essas atividades só podem ser desenvolvidas e aprimoradas pelos homens.

O drible chamado de elástico, realizado por Romário com a camisa do Flamengo contra o Corinthians em pleno estádio do Pacaembu – SP, é um pôr da consciência de Romário. Ele quando recebe a bola, próximo a linha de fundo do campo de jogo, já imagina na sua cabeça a jogada a ser realizada antes mesmo de executá-la. Mesmo que não tivesse conseguido concluir o seu drible, não modificaria o fato que ter sido realizado o seu pôr, o zagueiro Amaral, por exemplo, poderia ter tomado a bola e ter derrubado o baixinho na grande área – o que acarretaria em um tiro livre direto na marca da cal, ou seja, numa cobrança de pênalti – pois, na ação, Romário não controla todas as suas consequências. Contudo, estamos falando de Romário, campeão mundial pela seleção brasileira de futebol em 1994 e eleito melhor jogador do mundo naquele ano e que sempre realizava dribles desconcertantes em seus adversários, aumentando as chances de êxito em sua atividade, mesmo que não possa controlar todos os fatores, conclui a jogada com um belo gol.

Na particularidade da sociedade burguesa, essa atividade exclusiva do homem, que difere dos demais animais, está subordinada a ordem do capital. Os elementos corporais, as capacidades e potencialidades corporais, só interessam ao modo de produção burguesa, quando inseridos no movimento incessante de produção e reprodução do capital.

A produção capitalista age como partículas corrosivas a vida do trabalhador, assim como uma gota de hidróxido de sódio (NaOH) em contado com a pele. Mina as capacidades corporais durante as intensivas e extensivas jornadas de trabalho apodrecendo a vida do trabalhador em busca do tempo excedente e conseguinte produção de mais valia.

A Educação Física, necessária no ato do trabalho e partícipe do salto ontológico, é usada como apêndice do capital em muitas de suas formas e de diferentes maneiras em seus reordenamentos das relações de produção que contribuem para o avanço do capital sobre o trabalho.

No modo de produção capitalista, o desenvolvimento do ser social é contraditório, assim como a apropriação dos elementos corporais necessários para a reprodução social do

gênero humano. Enquanto uma pequena parcela esquia no Chile, a grande massa da humanidade, não possui tempo hábil para fazer uma caminhada e diminuir risco de problemas cardiovasculares, de diabetes, hipertensão, estresse, obesidade etc.

A superação das contradições e problemas internos da Educação Física, que não são necessariamente da Educação Física, somente é possível com uma ação direta e radical de extinção do atual modo de produção e reprodução social, e criação de uma sociedade emancipada que respeite as diferenças dos homens, não pelas diferenças, mas pela igualdade humana enquanto gênero humano.

O acesso à produção encontra-se hoje com inúmeras fragmentações frutos da existência das classes sociais. Enquanto uma classe desfruta das possibilidades de se desenvolver sob melhores condições sociais e somente fazem em detrimento da impossibilidade da outra classe à qual a produção humana é constantemente negada. É mister que a luta dos trabalhadores seja por uma maior apropriação da produção humana, seja ela advinda do produto do trabalho, ou de outras práxis humanas como a educação a arte, a cultura o esporte, a Educação Física.

Se a produção da riqueza social e as relações de produção determinam o desenvolvimento, em última análise, do gênero humano, portanto, numa sociedade emancipada na qual o fundamento, como afirmam Marx e Engels (2008), é o trabalho associado, o objetivo do gênero humano não seria o tempo livre? A diminuição do tempo necessário de produção para um maior tempo desfrutado nas realizações individuais dos seres humanos? Não seria o momento que verdadeiramente o ser social pudesse desenvolver as individualidades? Nesse sentido, qual seria a função social da Educação Física numa sociedade para além da sociedade capitalista?

Ao nosso entendimento, essas questões só podem ser melhores compreendidas e objetivadas, do ponto de vista da emancipação humana, com uma radical transformação da sociedade vigente com o horizonte da emancipação humana e, portanto, uma construção histórica e revolucionária de uma sociedade comunal em que o fundamento econômico possibilite outras relações sociais que ponham fim à apropriação privada e ao trabalho assalariado e todos os seus desdobramentos que objetivamente destroem as potencialidades humanas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Leocádio. **Educação Física e formação humana**: contribuições para o debate da interlocução com a ontologia do ser social de Gyorgy Lukács. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. **Revista Digital Buenos Aires**, Ano 13, n. 124, set. 2008.

AVANÇOS tecnológicos melhoram a produtividade da agricultura. **G1. Globo.Com**. Rio de Janeiro, fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/04/avancos-tecnologicos-melhoraram-produtividade-da-agricultura.html>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

BARBIERI, A. F.; PORELI, A. B. G.; MELLO, R. A. Abordagens, concepções e perspectiva de educação física quanto à metodologia de ensino nos trabalhos publicados na revista brasileira de ciência do esporte (rbce) em 2009. **Motrivivência**, Ano 20, n. 31, p. 223-240, dez. 2008.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro**: percurso, paradoxos e perspectivas. 1999. 185f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 19. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p.61-78, 1997.

CATHO. **Pesquisa salarial e de benefícios online**: as diferenças salariais entre homens e mulheres. Disponível em: <[https://www.catho.com.br/salario/action/artigos/As\\_diferencas\\_salariais\\_entre\\_Homens\\_e\\_Mulheres.php](https://www.catho.com.br/salario/action/artigos/As_diferencas_salariais_entre_Homens_e_Mulheres.php)>. Acesso em: 07 out. 2017.

COSTA, Frederico Ferreira Jorge. A natureza ontológica do pensamento de Marx. **Revista eletrônica arma da crítica**, Ano 1, n. 1, p. 1-13, jan. 2009.

CUNHA, Niágra Vieira Soares. **A gênese e as bases teóricas-filosóficas que influenciaram na construção do conceito de cultura corporal pelo coletivo de autores**. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

DOCUMENTO INFORMATIVO DA OXFAM 210. **Uma economia para 1%**. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Resumo\\_0.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Resumo_0.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2017.

EM RELATÓRIO, CBF aponta que 96% dos atletas ganham menos de R\$ 5 mil. **Globoesporte.Com**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/02/em-relatorio-cbf-aponta-que-96-dos-atletas-ganham-menos-de-r-5-mil.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

ESCOBAR, M. O. Crítica a perspectiva da promoção da saúde e da aptidão física. **Boletim Germinal**, v. 9, n. 6, 2009.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico-crítica**: uma análise das origens, do desenvolvimento, dos dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista. 2014. 622f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

FAVREAU, Jon; REITHERMAN, Wolfgang. **Mogli**: o menino lobo. Filme-vídeo. Jon Favreau, Wolfgang Reitherman. Estados Unidos da América, Walt Disney Pictures, 2016, 1 DVD, 1h45min54seg. Áudio dublado.

\_\_\_\_\_. **Transito no Brasil mata 47 mil por ano e deixa 400 mil com alguma sequela**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/05/1888812-transito-no-brasil-mata-47-mil-por-ano-e-deixa-400-mil-com-alguma-sequela.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FORBES BRASIL. **Porque a jornada de trabalho de 08 horas não funciona**. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/carreira/2017/10/por-que-a-jornada-de-trabalho-de-8-horas-nao-funciona/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

EM RELATÓRIO, CBF aponta que 96% dos atletas ganham menos de R\$ 5 mil.

**Globoesporte.Com.** Rio de Janeiro. 2016. Disponível em:

<<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/02/em-relatorio-cbf-aponta-que-96-dos-atletas-ganham-menos-de-r-5-mil.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

GOLÇALVES, R. M. P; MORAES, B; JIMENEZ, S. O trabalho como fundamento onto-histórico do ser social: lineamentos de Marx a Leontiev. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana. (Org.). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. Campina Grande: EDUEFCG; Fortaleza: EdUECE, 2012.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A centralidade analítica da categoria trabalho para a Educação Física. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v, 14, n. 2, p. 85-95, 2. sem. 2003.

\_\_\_\_\_. Corpo, educação e hominização: possibilidades de análise a partir do materialismo histórico. **Educare et educere**, Cascavel, v. 4, n. 7, p. 203-221, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Corpo, educação física e o trabalho no capitalismo industrial (1860-1920). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 25, p. 54-66, mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.37, p.98-111, jan./abr. 2008.

HÚNGARO, M. A educação física e a tentativa de deixar de mentir: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: população em idade de Trabalhar (14 anos ou mais de idade). Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/pri-meiros\\_resultados/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/pri-meiros_resultados/default.shtm)>. Acesso em: 07 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Tabela 1.8 – População nos censos demográficos, segundo as grandes regiões, as unidades da federação e a situação do domicílio – 1960/2010. Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 09 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas.** Brasília: INEP, 2017.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani:** Apontamentos críticos. 2010. 528f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978. p. 261-284.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. A reprodução. In: \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução de Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Forte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. [S.l.: s.n], 1969.

\_\_\_\_\_. IL Lavoro. In: \_\_\_\_\_. **Per una Ontologia dell' Essere Sociale.** Tradução de Ivo Tonet. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia:** o conceito de 'essência humana' na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Clarent, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MEDINA, João Paulo S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: Novas contradições e desafios do século XXI. 26 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola**: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MELO, Flávio Dantas Albuquerque. **Ontologia marxista e Educação Física escolar**: contribuições para o debate. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Estratégia nacional para redução dos acidentes de trabalho 2015-2016**. Brasília: MTE, 2015.

MORAES, Bêtanía; JIMENEZ, Susana. Notas sobre a questão da individualidade humana: um convite a pesquisa. **Revista eletrônica arma da crítica**, Ano 1, n. 1, p. 14-23, jan., 2009.

MORAIS, J. F. R. Consciência corporal e dimensionamento do futuro. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Educação Física e esportes**: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física no mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. 2004. 398f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

NUNES, Thiago Oliveira. **Contribuições da ontologia do ser social à Educação Física brasileira**: primeiras aproximações. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Rogério Paes. **Educação Física e Formação Profissional**: Reordenamento nas Relações de Produção e a Regulamentação da Profissão. 2013. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (coleção primeiros passos).

ORTIGARA, Vidalcir. **Ausência sentida nos estudos em Educação Física**: a determinação ontológica do ser social. 2002. 219f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Concentração fundiária no Brasil". **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/concentracao-fundiaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 09 out. 2017.

RECEITA da exportação do agronegócio em janeiro cai 11,7%. **Globo Rural**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia-e-Negocios/noticia/2016/02/receita-da-exportacao-do-agronegocio-em-janeiro-cai-117.html>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SANTIN, S. Perspectivas na visão da corporeidade. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Educação Física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992.

SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico. O trabalho como principio da sociabilidade humana: a arte e a educação em debate. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana. (Orgs.). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. Campina Grande: EDUECE; Fortaleza: EdUECE, 2012.

SAQUE E VOLEIO. **ITF aponta**: mais de 80% dos tenistas pagam para jogar. Disponível em: <<https://saqueevoleio.blogosfera.uol.com.br/2014/12/19/itf-aponta-mais-de-80-dos-tenistas-pagam-para-jogar/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SEM PUNIÇÃO, 'batalha' da PM contra professores no PR faz 1 ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765918-sem-punicao-batalha-da-pm-contraprofessores-no-pr-faz-1-ano.shtml>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SEIS em dez escolas públicas do Brasil não têm quadras para atividades físicas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/seis-em-dez-escolas-publicas-do-brasil-nao-tem-quadras-para-atividade-fisica-19871349>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Peste Negra". **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/pandemia-de-pestes-seculo-xiv.htm>>. Acesso em 01/08/2017.

TAFFAREL, C. N. Z. Crítica às proposições pedagógicas da Educação Física. **Boletim Germinal**, v. 5, n. 6, 2009.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipatórias. **Revista Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, 2014.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Esporte e cultura física**. São Paulo: Ibrasa, 1992.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo; uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 39-70, jul./dez. 1996.

VILARINHO, Maria Regina. **Questões sanitárias e o agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/embrapa>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa geopolítica da fome**. Tradução de Jose Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.